



Cláudia de Oliveira Vicente

**Não é amor, é trabalho não pago:
Uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Ana Elizabeth Lole dos Santos
Co-orientadora: Profa. Carla Cristina Lima de Almeida

Rio de Janeiro
Novembro de 2023

Cláudia de Oliveira Vicente

**Não é amor, é trabalho não pago:
Uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Ana Elizabeth Lole dos Santos

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Carla Cristina Lima de Almeida

Co-orientadora

Faculdade de Serviço Social – UERJ

Profa. Inez Terezinha Stampa

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Rita de Cássia Santos Freitas

Escola de Serviço Social – UFF

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Cláudia de Oliveira Vicente

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa sobre Família e Gênero da Faculdade de Serviço Social da UERJ e do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Ficha Catalográfica

Vicente, Cláudia de Oliveira

Não é amor, é trabalho não pago : uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado / Cláudia de Oliveira Vicente ; orientadora: Ana Elizabeth Lole dos Santos ; co-orientadora: Carla Cristina Lima de Almeida. – 2023.

201 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Trabalho do cuidado. 3. Gênero, raça e classe. 4. Trabalho reprodutivo. 5. Feminização da pobreza. I. Lole, Ana. II. Almeida, Carla Cristina Lima de. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. IV. Título.

CDD: 361

Dedico:

As minhas raízes,
Eloina Nascimento de O. Vicente
e Lacy Vicente (in memoriam)

lembrança de filha...

A minha continuidade,
Maria Luísa,

lembrança de mãe...

Agradecimentos

Dedico todo o esforço e amor colocado nesse trabalho a Deus, primeiramente, que se fez presente em todos os instantes da minha vida.

À minha família que é a minha melhor versão, meu alicerce, minha rede de apoio, meu pouso seguro nas horas que preciso alçar novos voos. Sem vocês eu não seria tanto: Eloina, Marcos Renato, Alessandra, Maria Luísa e Miguel, eu não chegaria até aqui. Amo todos vocês!

Aos meus pais, Eloina e Lacy. Nesse momento tão especial, passa um filme desde o dia em que fui aprovada no vestibular da Universidade Federal Fluminense e por destino precisei ir morar na cidade de Campos dos Goytacazes para então iniciar minha trajetória acadêmica. Tenho a plena certeza de que tudo conquistado até hoje não teria sido possível sem a presença e apoio incondicional de vocês. Fazer esse percurso na memória é a única certeza de todos os ensinamentos que me foram dados, jamais esquecerei de onde e de quem eu vim. O amor que guardo por vocês é inexplicável.

Em especial ao meu pai, que apesar da nossa separação física, estará eternamente vivo em minha memória, que anda sempre repleta de infinitas lembranças e muitas saudades.

Mãe, meu amor por você não cabe em palavras. Profundamente agradecida pelos ensinamentos, orações e todo apoio e cuidado ofertado não apenas a mim, mas a minha família.

Ao meu companheiro de longa data Marcos Renato, são onze anos que optamos pela nossa família. Meu profundo obrigado pelo suporte em cuidar da nossa família enquanto estive ausente, pelas trocas e incentivos que serviram de base para fortalecer meus passos.

Alessandra, minha irmã, obrigada por todas as palavras de encorajamento, saiba que guardo fortemente nossa irmandade. Afinal amor de irmãs, não acaba nunca! Ao meu cunhado (Miguel), conhecido pela Maria Luísa de “Gueguel”, obrigada por ter chegado na nossa família e ter somado tanto.

À Maria Luísa, minha filha, carinhosamente chamada de “meu bebê mestrado”. Você chegou logo após eu ter sido aprovada para o mestrado, no início bateu um medo irracional, mas gradativamente pude ir compreendendo que sua vinda era e será para me (re)inventar enquanto pessoa, filha, esposa, amiga e assistente social, pois descobri que ser mãe é ter a capacidade de se transformar constantemente. Honestamente, meu amor por você é tão latente que chega doer, mas é verdadeiro, por isso é inteiramente seu.

O que dizer sobre minhas professoras e orientadoras? Primeiramente, minha profunda gratidão a vocês que generosamente aceitaram essa parceria repleta de grandes aprendizados. Saio dessa experiência na certeza de que fiz uma incrível escolha. Professora e querida Ana Lole, obrigada por ter aceitado a caminhar comigo nessa nova jornada, imensamente agradecida por ter sido além de professora, orientadora, supervisora de estágio docência, uma pessoa muito especial, que certamente guardarei eternamente sua dedicação, seus ensinamentos, e seu otimismo que “tudo no final dará certo”. Quanto à professora Carla Almeida, obrigada pela nobreza em compartilhar o que sabe e isso traz um sentimento que me apraz. Sou imensamente grata por guiar novamente os meus passos.

Ao Luciano, expresso o meu muitíssimo obrigada, por todo apoio, torcida ao longo desse processo que iniciou desde as aulas, a paciência comigo durante a minha gestação, até o momento final da defesa. Saiba que tudo isso estará guardado no meu coração.

As minhas amigas Lucimar e Patrice, guardarei na memória o quão essenciais vocês foram nessa trajetória.

Esse sentimento também se estende a algumas pessoas que são muito especiais, na verdade são para a vida: Sheyla, Maria Alice, Célia, Vanessa, Gilceane e Luciana.

Sem deixar de mencionar minha querida Fatima Gomes, pela oportunidade concedida na conquista do mestrado. Só posso agradecer o seu apoio e o entendimento dessa vitória na minha vida.

A você prima Elaine (in memoriam) que dedicou sua vida a cuidar de toda a nossa família, inclusive muitas vezes de mim. Portanto, falar de cuidado remete a você. Obrigada por tantas vezes ter se doado por nós!

Meus agradecimentos também seguem para a banca examinadora que aceitou gentilmente o nosso convite. Agradeço o corpo docente e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação do Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Vicente, Cláudia de Oliveira; Santos, Ana Elizabeth Lole dos (Orientadora); Almeida, Carla Cristina Lima de (Co-orientadora). **Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado**. Rio de Janeiro, 2023. 201p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem como objetivo analisar a centralidade do trabalho nas demandas de cuidado e reprodução social nos marcos da sociedade capitalista, considerando as dimensões de gênero-raça-classe no trabalho do cuidado. Busca aprofundar os dilemas do trabalho reprodutivo no contexto da sociedade capitalista sob as novas morfologias do trabalho; compreender as abordagens sobre trabalho reprodutivo nas teorias feministas marxistas; e analisar os impactos das diferentes formas de explorações-opressões das mulheres no campo do trabalho do cuidado. A questão norteadora desta pesquisa é que o trabalho do cuidado, por ser exercido majoritariamente por mulheres, não é tratado em grande parte da literatura clássica como trabalho. Tendo em vista os determinantes históricos da exploração-opressão de gênero-raça-classe as mulheres são levadas a experimentarem mais profundamente as condições de subalternização e feminização da pobreza, o que se intensifica com a maior presença delas no trabalho do cuidado. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica sobre trabalho do cuidado de forma remunerada/não remunerada nos espaços domésticos, junto aos dados produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período compreendido entre 2017 e 2022, período em que foram disponibilizados os relatórios anuais. Os dados levantados mostram a inserção das mulheres no trabalho do cuidado com recortes de raça, idade, escolaridade, localidade, condição no domicílio, atividades desenvolvidas, remuneração e condições do trabalho (se possuem ou não carteira assinada). Explicitam a dinâmica do trabalho do cuidado no período estudado, permitindo observar aspectos da divisão sociossexual e racial do trabalho.

Palavras-chave:

Trabalho do cuidado. Gênero, raça e classe. Trabalho reprodutivo.
Feminização da pobreza.

Abstract

Vicente, Cláudia de Oliveira; Santos, Ana Elizabeth Lole dos (advisor); Almeida, Carla Cristina Lima de (co-advisor). **It's not love, but unpaid work: an analysis of women in care work**. Rio de Janeiro, 2023. 201p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to analyze the centrality of work in the demands of care and social reproduction within the framework of capitalist society, considering the dimensions of gender-race-class in care work. It seeks to delve deeper into the dilemmas of reproductive work in the context of capitalist society under the new morphologies of work, understand the approaches to reproductive work in Marxist feminist theories, and analyze the impacts of different forms of exploitation-oppression of women in the field of care work. The guiding question of this research is that care work, as it is mostly carried out by women, is not treated in much of the classical literature as work. Considering the historical determinants of gender-race-class exploitation-oppression, women are led to experience more deeply the conditions of subalternization and feminization of poverty, which is intensified with their greater presence in care work. The methodology used was bibliographical research on paid/unpaid care work in domestic spaces and data produced by the Continuous National Household Sample Survey (Continuous PNAD) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) between 2017 and 2022, period in which the annual reports were made available. The data collected shows the insertion of women in care work with details of race, age, education, location, status at home, activities carried out, remuneration and working conditions (whether or not they have a formal contract). They explain the dynamics of care work in the period studied, allowing us to observe aspects of the sociosexual and racial division of work.

Keywords:

Care work. Gender, race and social class. Reproductive work. Feminization of poverty.

Sumário

1 Introdução	19
2 Abordagem do trabalho em Marx	29
2.1 Relações de trabalho na sociedade capitalista	29
2.1.1 Notas sobre o capitalismo dependente: “a assim chamada acumulação primitiva”	38
2.2 Força de trabalho: “mercadoria especial” na formação do mercado de trabalho capitalista no Brasil e na América Latina	49
2.3 Trabalho feminino: quem são as mulheres da classe trabalhadora?	61
3 Espaço da Reprodução Social: um campo em disputa para o feminismo	71
3.1 Trabalho doméstico e do cuidado no contexto da reprodução social	74
3.2 Trabalho doméstico e de reprodução social: uma atividade irrelevante para a dinâmica do capital?	82
3.3 Reprodução social a partir da divisão sociosexual e racial do trabalho	94
4 Mulheres no trabalho do cuidado e doméstico	107
4.1 Trabalho doméstico e do cuidado familiar: quem faz?	107
4.2 Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado e doméstico	117
4.2.1 Trabalho de cuidado	118
4.2.2 Trabalho doméstico não remunerado	134
4.2.3 Mulheres no trabalho doméstico e de cuidado familiar: um “PIB velado”	144
4.3 Atividade que “abre a cidade”: trabalho do cuidado e doméstico remunerado	153
4.4 O trabalho do cuidado é uma questão para o Estado	170
5 Considerações finais	179
6 Referências bibliográficas	184

Lista de tabelas

Tabela 1: Perfil de pessoas que realizam o trabalho de cuidado e afazeres domésticos	108
Tabela 2: Raça/cor e Gênero de pessoas que realizam o trabalho de cuidado familiar	109
Tabela 3: Raça/cor e Gênero de pessoas que realizam os afazeres domésticos	110
Tabela 4: Idade e Gênero de pessoas que realizam o trabalho de cuidado familiar	112
Tabela 5: Idade e Gênero de pessoas que realizam os afazeres domésticos	112
Tabela 6: Nível de instrução e gênero de pessoas que realizam o trabalho de cuidado familiar	114
Tabela 7: Nível de instrução e gênero de pessoas que realizam os afazeres doméstico	115

Lista de figuras

Figura 1: Taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores segundo o sexo e a condição no domicílio em 2017	118
Figura 2: Taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores segundo o sexo e a condição no domicílio em 2019	119
Figura 3: Taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores segundo o sexo e a condição no domicílio em 2022	120
Figura 4: Distribuição percentual das famílias, por tipo de arranjo familiar, segundo sexo do/a chefe de família - Brasil - 3º trimestre 2019 e 3º trimestre 2022	121
Figura 5: Renda familiar per capita do domicílio, segundo tipo de arranjo familiar Brasil - 3º trimestre de 2022 (em R\$ de 2022)	122
Figura 6: Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres com filhos, segundo cor/raça do chefe de família e faixa de renda familiar - Brasil - 3º trimestre 2022	123
Figura 7: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado (%) em 2017	125
Figura 8: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado (%) em 2018	127
Figura 9: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado (%) em 2019	127
Figura 10: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado (%) em 2022	127
Figura 11: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, por sexo, segundo o tipo de cuidado (%) em 2017	129
Figura 12: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, por sexo, segundo o tipo de cuidado (%) em 2018	130

Figura 13: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, por sexo, segundo o tipo de cuidado (%) em 2019	130
Figura 14: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, por sexo, segundo o tipo de cuidado (%) em 2022	131
Figura 15: Taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, segundo o sexo e a situação na ocupação em 2017 (%)	132
Figura 16: Taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, segundo o sexo e a situação na ocupação em 2018	133
Figura 17: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por tipo de afazer (%) em 2017	134
Figura 18: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por sexo, segundo o tipo de afazer (%) em 2017	135
Figura 19: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por tipo de afazer (%) em 2018	136
Figura 20: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por sexo, segundo o tipo de afazer doméstico (%) em 2019	137
Figura 21: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por tipo de afazer doméstico, segundo o sexo e a condição no domicílio (%) em 2022	138
Figura 22: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por sexo, segundo o tipo de afazer doméstico (%) em 2022	138
Figura 23: Taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente, segundo o sexo e a condição no domicílio (%) em 2017	139
Figura 24: Taxa de realização de afazeres domésticos, segundo o sexo Condição no domicílio (%) Situação na ocupação (%) em 2018	141
Figura 25: Taxa de realização de afazeres domésticos, por sexo, segundo a condição no domicílio (%) em 2019	141
Figura 26: Taxa de realização de afazeres domésticos, por sexo, segundo a condição no domicílio (%) em 2022	142

Figura 27: Taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente, segundo o sexo e a situação na ocupação (%) em 2017	142
Figura 28: Taxa de realização de afazeres domésticos, segundo o sexo e situação na ocupação (%) em 2018	143
Figura 29: Média de horas semanais dedicadas às atividades de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente e/ou cuidados de moradores ou de parentes não moradores, por situação na ocupação, segundo as Grandes Regiões, em 2017	148
Figura 30: Média de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas, segundo o sexo e a situação na ocupação (horas semanais) em 2018	149
Figura 31: Média de horas dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo e regiões em 2018	149
Figura 32: Média de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas, segundo o sexo e a situação na ocupação (horas semanais) em 2019	150
Figura 33: Mulheres que passaram a se responsabilizar pelo cuidado de alguém	151
Figura 34: Média de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a situação na ocupação (horas semanais) em 2022	152
Figura 35: Número (em milhares) e percentual de pessoas ocupadas no trabalho doméstico Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)	155
Figura 36: Participação de pessoas ocupadas no trabalho doméstico no total da ocupação, segundo o sexo - Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)	155
Figura 37: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por raça/cor Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)	157
Figura 38: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por faixa etária Brasil, 2013 a 2022 (4º trimestre de cada ano) - em %	158
Figura 39: Distribuição e variação (%) da participação das trabalhadoras domésticas por escolaridade - Brasil, 2013 a 2022 (4º trimestre de cada ano)	159

Figura 40: Distribuição e variação (p.p.) das trabalhadoras domésticas, por posição no domicílio - Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)	160
Figura 41: Distribuição das trabalhadoras domésticas por posição no domicílio, segundo raça/cor Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)	160
Figura 42: Distribuição das trabalhadoras domésticas e das mulheres ocupadas por situação de pobreza (em %) - Brasil, 2013, 2019, 2020 e 2021	161
Figura 43: Distribuição das trabalhadoras domésticas por principais ocupações Brasil, 2013-2022 (no 4º trimestre de cada ano)	162
Figura 44: Proporção de mulheres ocupadas com carteira assinada e de trabalhadoras domésticas com carteira assinada - Brasil, 2013-2022 (no 4º trimestre de cada ano)	164
Figura 45: Proporção de trabalhadoras domésticas e de mulheres ocupadas que contribuem para a Previdência Social - Brasil, 2013-2022 (no 4º trimestre de cada ano)	166
Figura 46: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por forma de inserção na ocupação Brasil, 2013-2022 (no 4º trimestre de cada ano)	167

“Longe de ser um discurso feminista abstrato, esses fatos são visíveis a quem deseja vê-los. Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas ‘abrem’ a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar”.
(Françoise Vergès, 2020, p. 18)

1 Introdução

O presente estudo “*Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado*” é fruto da pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na linha de pesquisa “Trabalho, Política Social e Sujeitos Coletivos”.

O objetivo desta pesquisa é analisar o cuidado como trabalho e desenvolver uma discussão em torno do papel da mulher na produção e reprodução social no capitalismo, observando fatores históricos, sociais e econômicos. Para isso, faz-se uma revisão de literatura, enfocando aspectos da inserção do trabalho feminino no capitalismo, com base nas dimensões da produção e reprodução social, de modo a enfatizar elementos sínteses da discussão. Nessa perspectiva, o procedimento técnico utilizado foi a pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória, com a finalidade de mapear conceitos considerados relevantes no campo da tradição marxista, assim como do pensamento das feministas marxistas.

Os estudos feministas têm expressado ao longo do tempo críticas com relação ao conhecimento que sustenta a separação entre produção/reprodução social, reivindicando a necessidade de compreender as experiências na esfera do doméstico e do privado, que na sociedade moderna designou-se como a esfera da família, como parte da dinâmica do trabalho na sociedade capitalista.

Na esteira desses estudos, o cuidado ou “care”, a partir de influências francesas e anglo-saxônicas, passa a ser designado como central para a elucidação de muitos fenômenos sociais, dentre eles as estratégias neoliberais de proteção social, as formas de regulação da força de trabalho, como também para a articulação de estudos interseccionais.

Partimos do pressuposto que o cuidado é um trabalho, seja ou não remunerado, pois envolve aspectos como elaboração da atividade a ser executada, utilização do tempo para essa atividade, energia, vínculo e subjetividade. Assim como a categoria do trabalho se expressa diferentemente em cada formação histórica, econômica e social, o cuidado assume formas particulares no desenvolvimento da sociedade principalmente para as mulheres.

À medida que o capitalismo industrial se consolidou houve uma separação entre as esferas pública e privada, entre o lar e a fábrica. Dentro desse novo paradigma econômico, como as tarefas domésticas não geram lucros, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho.

Assim, as fontes consultadas levantam questões, visto que os trabalhos considerados de maior valor social continuam reservados aos homens e os de cuidado e de reprodução da força de trabalho, indispensáveis à produção e reprodução da vida, são realizados de forma gratuita pelas mulheres, permanecendo invisíveis e desvalorizados. Além da reprodução social, observa-se um agravamento da condição socioeconômica da mulher negra em relação à mulher branca, ser mulher e ser negra agudizam os efeitos das desigualdades sociais. Nesse sentido, é importante discutir relações sociais considerando sexo, raça e classe no mercado de trabalho, na produção e reprodução capitalista, porque a sociedade é atravessada pela marca do sexo, da raça e da classe. Numa sociedade historicamente desigual como a brasileira, não basta considerar o gênero como eixo articulador de hierarquias e regulador do acesso aos bens sociais.

As desigualdades engendradas pelos princípios de separação e hierarquização dos trabalhos com base no gênero implicam fortes desvantagens para as mulheres, culminando em precariedade financeira, maior vulnerabilidade à pobreza, menor status social e exclusão do domínio público.

Entre tantos desafios postos às famílias na contemporaneidade, um dos que mais têm exigido investimentos e estratégias de variados tipos referem-se ao dilema de “conciliar” as demandas e, na maioria das vezes, os conflitos que se originam entre trabalho e as responsabilidades familiares, entre as quais aquelas que envolvem os cuidados prolongados. Tais demandas são compreendidas como pertencentes ao âmbito privado das famílias e de responsabilidade das mulheres. O trabalho familiar desempenhado por mulheres passa a ser utilizado como recurso da política social e funciona como mecanismo para reforçar a divisão sexual e racial do trabalho dentro das famílias e, também, para manter a invisibilidade do cuidado como uma importante dimensão da vida social. Com isso, o cuidado não é tratado como objeto de política pública.

Portanto, a questão norteadora desta pesquisa é que o trabalho do cuidado, por ser exercido majoritariamente por mulheres, não é tratado em grande parte da literatura clássica como trabalho. Tendo em vista os

determinantes históricos da exploração e da opressão de gênero, raça e classe as mulheres são levadas a experimentarem mais profundamente as condições de subalternização e da feminização da pobreza, o que se intensifica com a maior presença das mulheres no trabalho do cuidado.

Esse tema partiu de uma inquietude diante dos atendimentos sociais realizados em uma unidade dialítica na região metropolitana do Rio de Janeiro com as famílias que vivenciavam a experiência do cuidado à pessoa com doença renal crônica. A fim de sistematizar esse debate, em 2017, trouxe na Monografia do Curso de Especialização em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitulada “*A experiência dos cuidadores frente ao processo de cuidar de pessoas renais crônicas na diálise peritoneal*” (Cf. Santos, 2017), os resultados da pesquisa realizada a partir de entrevistas com os cuidadores, analisando os dilemas e recursos encontrados por cuidadores, sobretudo as mulheres, para conseguirem responder às necessidades exigidas frente à cronicidade da doença renal. Contudo, essa temática foi sendo gestada e amadurecida através da participação no Núcleo de Pesquisa sobre Família e Gênero da Faculdade de Serviço Social da UERJ, coordenado pela profa. Dra. Carla Cristina Lima de Almeida. Sendo assim, o objeto de estudo que anteriormente foi compreendido a partir das práticas do cuidado exercidas pelas famílias se modificou. Atualmente, no mestrado em Serviço Social na PUC-Rio, e concomitante na participação no Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), procurei demonstrar que o cuidado tem sido creditado do ponto de vista sociológico e do campo feminista marxista como trabalho, levando em consideração as condições e contradições do mundo da produção social, não alijado da esfera da reprodução social enquanto parte essencial para a acumulação capitalista.

Portanto, justifica-se a relevância social e acadêmica dessa temática tendo em vista a importância de promover um estudo sobre o trabalho do cuidado e seus impactos na forma de organização social, considerando as opressões de gênero e raça na construção de um modelo histórico-estrutural e nas condições dos trabalhadores que, em sua maioria, são as mulheres pobres e negras que realizam essas atividades. Mulheres que são invisibilizadas, precarizadas e desvalorizadas, porém necessárias para a produção e reprodução do capitalismo.

Não podemos deixar de pensar quais os impactos sofridos por essas trabalhadoras no campo da produção e reprodução social, haja visto que são

esferas que apesar de entrelaçadas, são contraditórias na organização das relações sociais. A partir das reflexões tecidas sobre o trabalho do cuidado realizado no âmbito familiar ou de forma remunerada e o que representam para a economia capitalista é que surge a problemática da presente dissertação: *Qual é a centralidade do trabalho no debate do cuidado, considerando que esse lugar é compreendido como não trabalho, portanto, sendo amplamente desvalorizado?*

A pesquisa tem por objetivo geral analisar a centralidade do trabalho nas demandas de cuidado e reprodução social nos marcos da dinâmica da sociedade capitalista, considerando as dimensões de gênero, raça e classe no trabalho do cuidado. E por objetivos específicos: a) aprofundar e visibilizar os dilemas do trabalho reprodutivo no contexto da sociedade capitalista sob as novas morfologias do trabalho; b) compreender as diferentes abordagens sobre trabalho reprodutivo no debate das teorias feministas marxistas; e c) analisar os impactos das diferentes formas de explorações e opressões para as mulheres no campo do trabalho do cuidado.

Nesse sentido, destaca-se aqui o percurso metodológico que norteou a pesquisa. O processo de pesquisa é constituído por uma atividade científica que é baseada na indagação ou questionamento da realidade que aparentemente é dada como natural. Seguindo na direção do objeto/problema da pesquisa, a pesquisa bibliográfica foi o recurso metodológico relevante para tratarmos desse estudo, no que tange ao caráter exploratório e descritivo da realidade. Com isso, “sua indicação para esses estudos relaciona-se ao fato de a aproximação com o objeto ser dada a partir de fontes bibliográficas” (Lima; Miotto, 2007, p. 40). Essa definição a respeito da pesquisa bibliográfica apontada pelas referidas autoras é essencial, haja visto que é necessário compreendermos como objetivo da pesquisa bibliográfica a análise sobre as diversas posições teóricas a respeito de uma problematização científica.

Em face do exposto recorreremos a autores/as clássicos/as e contemporâneos/as referentes ao trabalho da Reprodução Social a partir da perspectiva feminista crítica, especificamente no trato do trabalho do cuidado remunerado/não remunerado. Conforme Minayo aborda: “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar um problema da vida prática” (1994, p. 17). Portanto, realizar uma pesquisa compreendendo a realidade social que é “dinâmica, contraditória, histórica e ontológica implica na utilização de procedimentos metodológicos que consigam engendrar todos esses pressupostos com a mesma intensidade como se apresentam quando estão em relação” (Lima; Miotto, 2007 p.40). Cabe destacar que nesse processo de análise

qualitativa do trabalho da reprodução social não será desconsiderada a esfera da produção social, haja visto que compreendemos que são esferas contraditórias, porém necessárias uma à outra para a manutenção do capitalismo sem perder a noção da exploração e opressão de gênero, classe e raça que o engendram.

De forma metodológica, para nos aproximarmos das expressões do fenômeno deste estudo, optamos por utilizar os indicadores sociais produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por ser um órgão relevante na produção de estatísticas de natureza econômica, social e demográfica no Brasil, o qual tem apresentado resultados importantes no que se refere aos indicadores sociais e econômicos que atravessam a realidade da população brasileira. Além disso, seus resultados quantitativos visam contribuir para a formulação e gestão de políticas públicas. Elegemos para a captura dos dados do trabalho do cuidado e doméstico, as publicações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE, especificamente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

A PNAD Contínua é um recurso metodológico que foi implantado, em caráter experimental, em outubro de 2011. Somente a partir de janeiro de 2012 obteve abrangência nacional. Portanto, a PNAD Contínua visa produzir indicadores para acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazos, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Bruschini (2006) sinaliza no ensaio “Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?” que desde os anos de 1990 a PNAD passou a incorporar uma revisão conceitual sobre trabalho. No novo conceito caracterizam-se as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e a produção para o próprio consumo e o da família. Em 2001, inserem na metodologia o uso do tempo nas atividades do cuidado e doméstica, conforme o trecho abaixo:

A partir de 2001, a PNAD introduziu novo quesito sobre o tema, desta feita sobre o tempo consumido na realização de afazeres domésticos [...]. Assim, foram dadas as condições para um estudo sobre o tempo gasto na realização de afazeres domésticos, objetivo deste texto, que visa também sugerir, com base em seus resultados, uma nova reformulação e a consideração do trabalho doméstico como trabalho não-remunerado, retirando-o da vala comum da inatividade econômica (Bruschini, 2006, p.335).

Na PNAD Contínua, as informações sobre o tema trabalho são captadas em dois questionários: o primeiro, de caráter restrito, contendo as informações

sobre o trabalho que gera rendimentos para o domicílio, ou seja, cuja produção é voltada para o mercado de trabalho; e o segundo de caráter ampliado, de nível mais abrangente, aplicado na primeira entrevista de cada domicílio, que inclui além das variáveis contidas no reduzido, informações sobre outras formas de trabalho, cuja produção não é voltada para o mercado.

Em relação aos dados quantitativos, essa pesquisa recorreu aos indicadores sociais produzidos pelo IBGE por meio da PNAD Contínua, devido ao fato de que a sistematização trimestral das informações gerou relatórios anuais que envolvem outras formas de trabalho. No tocante a esse estudo, buscamos analisar o trabalho do cuidado e o trabalho doméstico entre os anos de 2017 e 2022, período em que foram disponibilizados os relatórios anuais. Cabe considerar que alguns dados não estavam disponibilizados em todos os anos, razão pela qual poderá ocorrer diferenças na apresentação de alguns indicadores, sem alterar o conteúdo das discussões desenvolvidas. Contudo, no ano de 2020 e 2021 a PNAD Contínua sofreu alteração no ciclo da sua pesquisa domiciliar, devido ao cenário de pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo.

Entretanto, o IBGE produziu a PNAD COVID19, uma versão da PNAD Contínua, com coleta de dados que ocorreu durante a Pandemia com uma metodologia adaptada, já que as coletas foram realizadas com as mesmas famílias por contato telefônico. Porém, o próprio IBGE ressaltou que a curta duração da pesquisa ao longo desse período, não são disponibilizados relatórios para todos os trimestres, ocorreu devido a um certo esgotamento das informações fornecidas pelas famílias.

Dentro dos procedimentos metodológicos da análise de conteúdo, definimos alguns que são fundamentais no levantamento do perfil das pessoas que realizam as atividades do cuidado e dos afazeres domésticos no âmbito familiar, ou seja, exercem o trabalho não remunerado. Assim, elegemos dados relativos a sexo/gênero, raça/cor, faixa etária, nível de escolaridade, de modo a conhecer o perfil das pessoas que exercem diariamente esse trabalho dentro dos lares.

A PNAD Contínua adota o conceito das atividades do cuidado e dos afazeres domésticos de forma não remunerada como “Outras formas de trabalho”, na medida em que essas atividades embora não contabilizadas na produção da riqueza nacional expressas no Produto Interno Bruto (PIB), não deixam de serem vistas como trabalho.

A compreensão acerca do cuidado e do afazer doméstico demonstra que estas são lidas como atividades distintas realizadas nos domicílios, porém

podem acontecer de maneira simultânea. O cuidado, conforme definido pelo IBGE, perpassa por um aspecto de caráter relacional, exemplos: cuidar de alguém, auxiliar no banho, levar ao médico ou a escola. Enquanto as atividades domésticas são analisadas a partir de atividades que não implicam relacionar-se com outra pessoa, como: preparar o alimento, arrumar a casa, fazer pequenos reparos no domicílio etc.

Contudo, nesta dissertação definimos o cuidado não apenas dentro do aspecto relacional, ele abrange um conjunto de atividades materiais que consistem em trazer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Com isso, podemos incluir uma relação de serviço de apoio e assistência remunerada ou não, que implica na garantia do bem-estar dos outros. Seguindo nessa direção, compreendemos que o cuidado não se vincula apenas de forma direta (cuidar de) mas pode ocorrer de forma indireta por meio de atividades ligadas aos afazeres domésticos nos quais entendemos que o cuidado também ocorre. O cuidado, assim, está circunscrito na categoria trabalho no campo da reprodução social visto que, representa a dinâmica da produção da vida e dos trabalhadores que ocorre diária e geracionalmente.

Na continuidade da coleta dos dados, buscamos apresentar de forma mais detalhada outros indicadores sociais no intuito de contribuir para elucidar de forma quantitativa o debate acerca do trabalho feminino do cuidado ocorrido no interior das famílias brasileiras. Nessas coletas foram utilizados os seguintes indicadores para o **trabalho do cuidado**: Taxa de realização de cuidado segundo sexo e a condição no domicílio; Taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores segundo o sexo e a situação ocupacional; Pessoas que realizaram cuidados, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado; Pessoas que realizaram cuidados por sexo segundo o tipo e cuidado.

Nos dados atrelados às **atividades domésticas** foram levantados os seguintes indicadores: Pessoas que realizaram os afazeres domésticos no domicílio por tipo de afazer; Pessoas que realizaram afazeres domésticos segundo sexo e condição de domicílio; Pessoas que realizaram afazeres domésticos segundo sexo e situação ocupacional. Posteriormente trouxemos os dados das pessoas que realizam **simultaneamente o trabalho do cuidado e os afazeres domésticos**, utilizando as tabelas com os marcadores do uso do tempo, levando em consideração a desigualdade no uso do tempo das atividades da reprodução social ocorrido nos lares. Por último, trouxemos os dados da PNAD Contínua sistematizada pelo Departamento Intersindical de

Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2023 sobre o **trabalho doméstico remunerado**, apresentando o perfil dessas trabalhadoras no quesito gênero, classe e raça, condição dos domicílios, níveis de ocupação haja visto que as condições de trabalho de forma precarizada e mal remuneradas repercutem nas condições de vida dessa classe trabalhadora.

Os estudos sobre tempo em trabalho mostram que, para o Brasil, quando se considera o tempo total, as mulheres trabalham, na média, mais que os homens, e isso se dá ao longo de toda a distribuição de tempo total. O IBGE (2019) apontou que as mulheres gastam semanalmente 21,3 horas, quase o dobro das horas gastas pelos homens que é 10,9, realizando afazeres domésticos. De acordo com o estudo da OXFAM Brasil (2019) as mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado uma contribuição de pelo menos U\$\$ 10,8 trilhões por ano. Nesse mesmo estudo os dados revelam em todo o mundo 42% das mulheres em idade produtiva estão ausentes do mercado de trabalho. Sabemos que muitas vezes são as mulheres que vivenciam uma oscilação da participação no mercado formal de trabalho, pois geralmente as demandas do cuidado familiar recaem sobre elas. Essa questão torna-se mais acentuada para as mulheres que possuem filhos menores, o nível de ocupação de mulheres de 25 a 49 anos com crianças de até 3 anos de idade no Brasil é 54,6% e sem crianças 67,2% (IBGE, 2019).

Esses dados corroboram com a descrição de Saffioti sobre o duplo papel do trabalho feminino “considerando que – sua força de trabalho ora se põe no mercado de trabalho como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso” (Saffioti, 2013, p.96). Percebe-se que o trabalho de reprodução é das mulheres, como um processo natural.

O que torna essa análise ainda mais importante para as trabalhadoras domésticas é que o acúmulo destas duas jornadas de trabalho é, para elas, o acúmulo de duas jornadas do mesmo trabalho. Elas realizam em suas jornadas pagas o trabalho doméstico e de cuidado para os patrões e em suas jornadas não pagas também fazem o trabalho doméstico e de cuidados para si e seus familiares. Nesse sentido, a dupla jornada da trabalhadora doméstica é ainda mais repetitiva, exaustiva e absorvente, do ponto de vista físico e emocional. Estamos diante de um grupo de trabalhadoras cuja rotina praticamente exclui qualquer possibilidade de dedicação a atividades de lazer e momentos de descanso. Assim, podemos afirmar que estas mulheres estão mais expostas a vários tipos de vulnerabilidades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Nos dados do IBGE (2021) por meio do estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, a taxa de desocupação foi 11,3% para população branca, 16%5 para população preta e 16,2% pardas. Ao delimitarmos a respeito do recorte de sexo e raça, pois este é revelador de desigualdades na questão de gênero e raça a respeito do mercado de trabalho, segundo a pesquisa do DIEESE (2022), a taxa de desocupação total foi 9,3% no segundo semestre de 2022. Sob o ponto vista das mulheres negras o percentual de desocupação chega a 13,9%, acima da média nacional.

Pensando nesta dialética há uma forma que podemos tentar analisar as configurações da divisão interseccional do trabalho na realidade de hoje, como por exemplo, pelas estatísticas do mercado de trabalho. Segundo o DIEESE (2022), nos setores econômicos os serviços domésticos representam 16,4% da participação das mulheres negras, enquanto para as mulheres não brancas a pesquisa não trouxe dados. Os dados contribuem para revelar a realidade das condições das mulheres negras que ainda hoje permanecem na condição de inferioridade e subalternidade salarial e posições de empregabilidade; ainda ocupam postos de trabalho precarizados e mal remunerados. São esses corpos, como dito na epígrafe desta dissertação, que “todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, ‘abrem’ a cidade” (Vergès, 2020, p. 18).

A partir desse conjunto de informações é que a presente dissertação de mestrado intitulada “*Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado*” se corporifica e se estrutura em três capítulos.

O capítulo um, intitulado de “*Abordagem do trabalho em Marx*” apresenta o debate teórico sobre o conceito de trabalho e força de trabalho enquanto uma mercadoria especial na garantia do desenvolvimento capitalista, sem perder a noção do aprofundamento teórico proposto por Marx na sua compreensão a respeito do trabalho produtivo e improdutivo. Com isso, a trajetória das mulheres é marcada por inúmeras modificações sociais, políticas, econômicas e culturais que refletiram no papel da mulher na dinâmica da sociabilidade capitalista, exigindo pensar nas transformações das formas de produção e reprodução das relações sociais. Haja visto que todo esse contexto do capitalismo mergulhado na realidade do Brasil e em outros territórios ganhou contornos ainda mais violentos, pelo repertório histórico da colonização e escravização que repercutiu na formação da classe trabalhadora brasileira e seus impactos na exploração da força de trabalho principalmente das mulheres negras.

Para o segundo capítulo foi escolhido o título “*Espaço da Reprodução Social: um campo em disputa para o feminismo*”, e traz em sua composição as considerações acerca do trabalho do cuidado englobando o trabalho doméstico. Compreende-se que ambos estão inseridos no trabalho da reprodução social e também estão fortemente vinculados a uma divisão sexual e racial do trabalho, independente da sua forma remunerada ou não, realizada no interior das famílias, como uma construção do sistema capitalista que, ao passo que desvaloriza e invisibiliza essas formas de trabalho também se beneficia das mesmas.

No terceiro capítulo “*Mulheres no trabalho do cuidado*”, a proposta é apresentar de maneira quantitativa por meio da PNAD Contínua, os dados sobre como o trabalho do cuidado e doméstico aparecem a partir da realidade das mulheres brasileiras seja no aspecto do cuidado familiar, seja no campo do trabalho remunerado. Busca-se também ampliar o debate do cuidado a fim de compreender que essa dinâmica não está dissociada do fenômeno global da “crise do cuidado”, que se reflete na ausência das políticas sociais, principalmente no contexto brasileiro no qual o cuidado ainda está organizado e imbricado na precarização das trabalhadoras do cuidado/doméstico ou mediante o trabalho não pago realizado pelas mulheres no interior das famílias.

Espera-se que esse estudo possa contribuir para a compreensão de que cuidado é um trabalho e também possa suscitar debates em torno da temática.

2

Abordagem do trabalho em Marx

O objetivo desse capítulo é apresentar o debate teórico sobre a categoria trabalho no contexto da sociedade capitalista. Referenciado na perspectiva da teoria social crítica busca-se aprofundar os dilemas do trabalho reprodutivo na contemporaneidade sob as novas morfologias do trabalho.

Reconhecemos que as análises de Karl Marx e Friedrich Engels, nossos interlocutores mais próximos, possuem especificidades de um contexto histórico e geográfico. Aqui podemos destacar o problema da devastação incontrolável e inevitável do meio ambiente, que segundo Mészáros, “por razões inerentes à necessidade do crescimento capitalista, poucos tenham dado alguma atenção a ele” (2009, p. 52). Além disso, é importante salientarmos que o Brasil, um país de economia periférica, possui marcas da colonização e da escravização que impacta sua formação social, econômica e política.

Em um contexto de transformações no “mundo do trabalho” (Ianni, 1994; Stampa, 2012; Stampa; Lole, 2018), o capitalismo, na busca de ampliar a taxa de lucratividade, expande a exploração da força de trabalho, o que impacta diretamente o trabalho feminino. Dessa forma, neste capítulo iremos analisar as relações de trabalho na sociedade capitalista para compreendermos a força de trabalho como uma “mercadoria especial”, sobretudo a feminina.

2.1

Relações de trabalho na sociedade capitalista

No pensamento marxista a categoria trabalho está no cerne da sua teoria social, visto que desempenha o papel fundante na construção e desenvolvimento da humanidade. No livro I de *O Capital*, originalmente publicado em 1867, Karl Marx afirma que a força de trabalho é trazida como uma mercadoria imprescindível para o desenvolvimento e acumulação do capitalismo.

Assim, o trabalho é “antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, um processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (Marx, 2013, p. 326). A capacidade de extrair da natureza, de forma consciente, marca a fronteira entre o homem e o reino animal, vejamos:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente [...] (Marx, 2013, p.327).

Constatamos que a transformação efetivada pelo homem constitui um pôr teleológico, ou seja, uma atividade orientada a um fim. Diferentemente dos outros animais, o produto do trabalho humano já existe inconscientemente antes de torná-lo objetivamente. Esta capacidade teleológica é o que particulariza o trabalho humano na sua relação com a natureza. Diante disso fica claro que ao final do processo de trabalho, já não são mais os mesmos, nem o homem e tampouco a natureza. Nessa interação orgânica com a Natureza que o homem se complexifica enquanto ser, torna-se um ser social.

O homem é um ser especial porque sua práxis é criativa permitindo assim transformar a Natureza em meios necessários para satisfazer suas necessidades materiais. No texto de Friedrich Engels intitulado *“Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”*, o autor elabora uma teoria da evolução do homem a partir da categoria trabalho. De modo que trouxe brilhantemente o período de transição do macaco ao homem a centena de milhares de anos a partir dos estudos de Darwin. Apontando como os nossos antepassados foram desenvolvendo habilidades na realização do trabalho utilizando o machado como instrumento de trabalho na qual representou um salto qualitativo como modo de garantir o meio de sobrevivência.

[...] a mão não é apenas um órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditárias do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos (Engels, 2004, p. 13).

Engels apresentou como a evolução humana foi se desenvolvendo mediante as novas necessidades sociais, isto é, o próprio corpo se modificando para atender as novas habilidades, desde o cérebro até a linguagem como algo primordial na interação social entre os indivíduos.

A cisão entre o homem diretamente com a natureza resultou na perda da essência do próprio homem com o trabalho, transformando sua atividade compelida pela força (exploração do homem pelo homem) e pela necessidade.

O conceito de trabalho como componente humano não está separado da história. A propriedade privada representa a fonte primária da separação do

homem com seus meios de subsistência, pois ela traz o exato momento em que uns passam a subordinar-se a outros a fim de realizarem sua atividade vital. Sob o domínio máximo da propriedade privada na era do capitalismo, que a divisão social do trabalho coloca gradativamente o homem em maior dependência com relação aos outros e transfere a ligação entre cada indivíduo com a Natureza cada vez mais numa relação social. Portanto, a vida de trabalhadores e trabalhadoras está condicionada à condição de mercadoria.

Com base nessas análises de Marx e Engels, observamos que o capitalismo para se reproduzir e obter lucratividade tende, por um lado explorar a força de trabalho e, por outro devastar a natureza, que é a fonte de riqueza. A devastação incontável e inevitável do meio ambiente (Mészáros, 2009) é um fenômeno socialmente determinado pelas relações capitalistas de produção (Mota; Silva, 2009).

O capitalismo é marcado pela violência e barbárie. Esse modo de produção econômico, político e ideocultural foram forjados com base na expropriação e colonização das terras e pela escravização dos corpos. Assim chamada de acumulação primitiva “[...] mais do que processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 2013, p. 961). Com a consolidação do capitalismo através da Revolução Industrial na Europa iniciada no século XVIII, possibilitou impulso no desenvolvimento dos meios de produção capaz de viabilizar o processo de trabalho voltado a produção crescente do capital. A partir dessa nova forma de trabalho as necessidades mercantis assumem a condição de força regente da vida social, implicando a universalização dessa lógica. É preciso considerar que, no capitalismo o intercâmbio entre o homem e a natureza está voltada ao valor de troca, cristalizado nas mercadorias.

Não obstante que no primeiro capítulo do livro *O Capital*, Marx inicia sua compreensão a respeito do surgimento da mercadoria de maneira crítica: “A mercadoria é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (Marx, 2013, p. 157). Isto significa dizer que os homens passam a se reconhecerem, antes de tudo, como compradores e vendedores de mercadoria. Portanto, as mercadorias aparecem explicitamente em duplo sentido de valor: valor de uso e valor de troca. “Como **valores de uso**, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade, como **valores de troca**, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (Marx, 2013, p.

160; grifos meus). Então, o valor de uso precisa ter uma relação direta para atender a uma determinada necessidade individual, enquanto o valor de troca precisa estar disponível para ser trocado por outra mercadoria, deixando de ser apenas um produto revestido de qualidade e ganhando um status de mercadoria.

Interessante apontar que para Marx a grandeza do valor de uma mercadoria não é medida pela qualidade, mas pelo trabalho socialmente necessário para produzi-la. Não basta produzir bens que satisfaçam as necessidades humanas (valor de uso), mas produzir para valor de troca. Todo processo de trabalho passa à condição de valorização e como o capital é uma relação social impulsivamente expansiva, ele necessita se apropriar das diversas práxis particulares, submetendo-as à lógica mercantil.

Sobre valor de uso e valor de troca, é importante salientarmos que a natureza, apesar de não gerar valor de troca, “é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana” (Marx, 2012, p. 24). Assim, “o trabalho *não é a fonte* de toda riqueza” (Marx, 2012, p. 24; grifos do autor). Nas passagens que Marx se dedica à natureza, percebemos que o autor não se refere a ela como fonte inesgotável de matéria-prima. Para Marx, o homem e a natureza vivem numa relação orgânica.

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (Marx, 2004, p. 84; grifos do autor).

No entanto, essa relação homem e natureza é definida pelas relações sociais do seu tempo histórico.

O trabalho assalariado é a forma materializada do aspecto expansivo do capital, uma vez que todas as atividades humanas podem assumir a roupagem do trabalho assalariado. Na sociedade mercantil, de acordo com Yamamoto, “o trabalho privado só se torna social pela transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato” (2010, p. 62). O trabalho concreto é portador do trabalho abstrato. Ou seja, a produção de um valor de troca sobrepõe a necessidade e utilidade desse objeto para os indivíduos e para a sociedade, portanto, seu valor

de uso. Para a lógica burguesa, não interessa somente a produção de valor de uso, mas sim o processo de extração da mais-valia.

Segundo lamamoto:

O valor da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho abstrato necessária à sua produção, medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário (um elemento histórico), o que depende da produtividade do trabalho, condicionada pelas relações de produção e pelo desenvolvimento das forças produtivas (lamamoto, 2010, p. 62).

O trabalho abstrato especifica-se pela produção em massa, assim como a própria força de trabalho é transformada em mercadoria, vendida em troca de um salário, conclui-se que todas as atividades assalariadas são trabalho abstrato. Logo, o trabalho abstrato é uma necessidade para a reprodução do capital.

[...] la teoría del valor sólo se torna comprensible a partir de la concepción del carácter dual del trabajo (ya que el trabajo útil sólo produce valores de uso, no valor, ni dinero ni capital) y fundamentalmente del ‘trabajo abstracto’. Éste último es caracterizado como trabajo social global que regula y distribuye por tanteos el trabajo del conjunto social entre las diversas ramas productivas a partir de una sociabilidad indirecta que se realiza sólo post festum, a posteriori, derrochando y desperdiciando trabajo social (Kohan, 2001, p.194).

O trabalho abstrato enquanto forma substancial que amolda o processo de configuração da produção capitalista se configura nas categorias trabalho produtivo e improdutivo. Essas categorias dizem respeito indubitavelmente ao que se configura a produção capitalista enquanto processo de autovalorização.

No âmbito geral, isso implica numa concepção estreita do trabalho, pois este enquanto categoria fundante do “mundo dos homens” (Lessa, 2002) supera esse caráter contingente de configuração historicamente determinada.

Essa particularidade assumida pelo trabalho no capitalismo, consubstanciado em trabalho abstrato, traz a possibilidade de pensar as categorias trabalho produtivo e improdutivo, consideradas “uma das mais polêmicas nos debates da Economia Política” (Netto; Braz, 2009, p.114).

O objetivo central do capitalismo é a produção da mais-valia, portanto seria uma aparente incoerência englobar o conjunto de atividades consideradas improdutivas. Contudo, é importante demonstrar as suas contradições. Marx no *Capítulo VI (Inédito) de O Capital* (1978), mais especificamente no item “*Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo*”, discute a constituição de ambos na produção especificadamente capitalista. O trabalho produtivo constitui-se como elemento fundamental para o entendimento da essência do sistema do capital,

“é produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo, e é produto o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital” (Marx, 1978, p. 71) Marx chama a atenção para o pensamento burguês da naturalização da forma capitalista de produção ao compreender o que seja trabalho produtivo e trabalhador produtivo como todo trabalho que produza algo.

Marx vai chegar em duas conclusões. A primeira com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital, não é o trabalhador individual, mas uma crescente capacidade socialmente necessária que se converte agente real do processo de trabalho total. Considerando que diversas capacidades de trabalho formam a máquina produtiva de maneira distinta, ou seja, há trabalhadores manuais e outros lidos como trabalhadores intelectuais.

A segunda conclusão é que o possuidor da força de trabalho (trabalhador) se depara com o capitalista, como vendedor direto do trabalho vivo. Após esse processo preliminar, é que a força de trabalho ao ser trocada pela parte variável do capital, não somente repõe o valor da força de trabalho como produz a mais-valia.

No entanto, Marx nesse debate elucida que não são todos os trabalhadores na condição de assalariados concomitantemente são trabalhadores produtivos. Até porque não é através da natureza do trabalho que se determina o que é ou não produtivo, mas é a relação que a natureza desse trabalho estabelece com o capital. Para ilustrar essa possível confusão, Marx traz exemplos no seu texto:

A cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário (entrepreneur), que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital (Marx, 2013, p. 76).

Embora o trabalho produtivo se expresse na materialização da riqueza socialmente produzida, podemos compreender que o dá sentido ao capital é o trabalho produtivo por gerar mais valia. No entanto nos deparamos com a possibilidade de o mesmo trabalho assumir uma outra face, ou seja, produtivo e improdutivo. Segundo Marx: “A diferença entre trabalho produtivo e improdutivo consiste tão somente no fato de o trabalho trocar-se por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital” (2013, p. 79).

Enquanto os trabalhadores que realizam trabalhos improdutivo, apesar de não estarem vinculados diretamente à produção, vão realizar a função de controle do trabalho manual tornando-se essencial para a produção e

acumulação do capital em suas diferentes fases históricas. Esta atividade é necessária para que os trabalhadores inseridos diretamente na produção ampliem continuamente sua condição de subordinados. Assim, a função do trabalho intelectual (trabalho improdutivo) é contribuir para a exploração.

Haja visto que o capitalismo necessita de todas as formas para se expandir, questão que está em sua própria essência:

[...] precisa de um sistema de controle hierárquico sobre o trabalho que é um gigantesco desperdício: desde as carteiras de identidade e passaportes, até o controle minucioso das ações dos operários no interior das fábricas, a sociedade burguesa vai se desenvolvendo em um enorme mecanismo de controle da sociedade. Essa perdularidade é o que torna imprescindível a gênese, o crescimento e hipertrofia do setor improdutivo. A perdularidade essencial ao sistema do capital torna o trabalho improdutivo indispensável à sua reprodução. (Lessa, 2008, p. 447-448).

Ainda que haja uma plena funcionalidade do trabalho improdutivo para a reprodução do capital, a subordinação da classe trabalhadora à reprodução do valor de troca é o traço fundante das bases históricas do capitalismo. O crescimento das atividades improdutivas está diretamente determinado e imbricado pelo trabalho produtivo.

Para Marx, o trabalho improdutivo “é consumido por causa do seu valor de uso, como serviços, e não para colocá-lo como fator vivo em lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção” (2013, p. 72). Os serviços são utilizados como valor de uso, eles não criam mais valor. Entretanto, deve-se alertar que os serviços também podem se constituírem como uma atividade produtiva. Exemplifiquemos: um cozinheiro pode trabalhar em um restaurante e exercer uma atividade produtiva, pois o mesmo com a sua força de trabalho produz a mais valia para o dono do estabelecimento. Porém, esse mesmo trabalhador desempenha a mesma atividade (cozinhar) na esfera doméstica, desta vez o seu trabalho adquire um caráter improdutivo. Quando este trabalho é comprado com a renda do consumidor.

O capitalismo do século XXI que diz respeito à era digital e informacional presenciamos em escala global o crescimento das novas formas da realização da lei do valor, configurando extração do mais-valor tanto na produção material quanto nas atividades imateriais. Ricardo Antunes, em seu livro “*O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*” (2018), trouxe uma importante contribuição acerca desse debate ao afirmar que a implantação de novas tecnologias e novas formas de organização do processo de trabalho ocorridas no capitalismo contemporâneo deram um salto na análise sobre as

atividades lidas como improdutivoas, nesse atual modo produtivo. O setor de serviços aparece como parte do processo produtivo:

Visto que o setor de serviços está cada vez mais totalizado e controlado pela lógica do capital e de seu processo de mercadorização e comoditização, ele também se torna gradualmente mais partícipe das cadeias produtivas de valor, legando cada vez mais ao passado sua forma improdutivoa para se converter em partes integrantes do processo de geração (produtivas) de valor (Antunes, 2018, p. 47).

A produção capitalista não é necessariamente produção apenas de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor, por isso “para trabalhar produtivoamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos basta agora ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções” (Marx apud Antunes, 2018, p. 46). Essa afirmativa é bastante atual quando analisamos participação dos serviços na cadeia produtiva, na divisão internacional do trabalho e no aprofundamento da relação entre o trabalho vivo e trabalho morto.

[...] As máquinas inteligentes não podem extinguir o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo. Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação [...] (Antunes, 2002, p.160).

A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo. Com isso demonstra a noção ampliada de trabalho, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo. Desse modo:

Trabalho material e imaterial, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital. Capturando a tendência da expansão da atividade intelectual dentro da produção (Antunes, 2002, p.161).

Portanto, acentua-se a transformação do trabalho vivo em trabalho morto, porém não a sua total eliminação.

Para Antunes (2018) a ampliação da teoria do valor na sociedade pós-industrial, está no cerne de dois processos: o primeiro é o resultado do trabalho social, coletivo e predominantemente material, ainda que o trabalho imaterial esteja cada vez mais imbricado nos processos produtivos. Contudo, a chave mestra para essa compreensão de forma ampla, segundo Antunes, encontra “na efetiva intelecção de como se desenvolve o processo de produção dentro do

processo de circulação e das atividades que incorporam os trabalhos imateriais [...]” (2018, p.52).

O segundo estaria nas atividades vistas anteriormente como improdutivas, sobretudo os serviços, houve o surgimento da chamada terceirização que é, sem dúvida, uma estratégia do capital na intensificação da extração do mais valor. Nessa mesma direção, Dal Rosso aponta que o “trabalho flexível está inextricavelmente vinculado à teoria do valor” (2017, p. 270). Pois há um aumento na intensidade da exploração da força de trabalho em horários flexíveis, a diminuição dos gastos do empregador com o pagamento da reprodução da força de trabalho e, por conseguinte, segundo Braverman, o capital recorre:

[...] a força de trabalho amplamente não sindicalizada e retirada da reserva de pauperizados da parte inferior da sociedade, criam novos setores de baixa remuneração, e essas pessoas são mais intensamente exploradas e oprimidas do que as empregadas nos setores mecanizados da produção (Braverman, 1976, p. 240).

Apreende-se que, na atualidade, os serviços se transformaram em um importante setor de investimentos para o capital, tanto no que se refere aos serviços que mais diretamente exercem funções de controle de parte da classe trabalhadora, quanto aos serviços mais vinculados e articulados com a indústria, que impulsionam em larga medida a acumulação do capital. As pequenas empresas, a partir da acumulação flexível, foram expandidas e atualizadas para atender às demandas do mercado e às exigências atuais da acumulação capitalista, constituindo-se em um dos principais segmentos do setor informal. O trabalho executado na pequena empresa compreende tanto uma dimensão improdutiva, quando relacionado aos serviços (de limpeza, de segurança), quanto uma dimensão produtiva, quando relacionado diretamente às indústrias (têxtil, calçados, confecções). Essas condições em nada diluem as diferenças concretas entre o trabalho produtivo e o improdutivo. Nota-se, portanto, que não é a condição de assalariamento – comum aos trabalhadores no capitalismo – que os distingue, mas a função social que cada um exerce.

As categorias trabalho produtivo e improdutivo e a apreensão do fenômeno da expansão dos serviços – próprio do capitalismo contemporâneo – devem ter na produção marxiana seu ponto de partida, considerando a importância, a validade e atualidade teórica de Marx. Destaca-se a importância de apreender a relação dos serviços com o processo de financeirização e globalização do capital, com as formas de extração da mais-valia absoluta e relativa, com o

advento das inovações tecnológicas e com os intensos processos de terceirização, informalidade e precarização do trabalho que atingem milhões de pessoas no mundo e com o exército sobrando de trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho.

Assim, é fundamental não qualificar se o trabalho é produtivo ou improdutivo, mas, sobretudo, identificar a relação social estabelecida, ou seja, onde se insere no circuito de produção e reprodução de valor. Nestes termos, podemos inferir que o essencial neste debate sobre trabalho na condição de produtivo e improdutivo paira na concepção de que o trabalho se constitui na essência do processo da valorização do capital.

2.1.1

Notas sobre o capitalismo dependente: “a assim chamada acumulação primitiva”

Como dito anteriormente, a história do capitalismo é marcada pela expropriação e colonização das terras, pela escravização dos corpos, e também pelo derramamento de sangue e suor. No livro I de *O capital* de Marx no capítulo 24, intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, o autor contextualiza historicamente o processo desde a gestação e o nascimento do capitalismo. A leitura feita por Marx é composta pela expropriação da terra dos produtores diretos e a colonização. Ambos marcados por profundas rupturas e transformações sociais, econômicas e políticas, “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 2013, p. 962).

A leitura de Marx sobre a formação histórica do capitalismo é imprescindível para que ultrapassemos uma visão essencialista, “idílica” desse processo, como uma mera evolução das relações econômicas e sociais:

A natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [naturgeschichtliches], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social (Marx, 2013, p. 327).

Cabe apontar que esse processo é engendrado pela separação entre o camponês com a terra e certamente seus meios de produção e de modo de vida,

sendo levados à condição de trabalhadores assalariado e concomitantemente o surgimento da propriedade privada, esses foram o ponto de partida para o desenvolvimento do capitalismo. Virgínia Fontes aponta que:

A expropriação não pode ser considerada como um fenômeno apenas econômico, uma vez que é propriamente social, mesmo se parcial ou limitado. Trata-se da imposição mais ou menos violenta de uma lógica da vida social pautada pela supressão de meios de existência ao lado da mercantilização crescente dos elementos necessários à vida, dentre os quais figura centralmente a nova necessidade, sentida objetiva e subjetivamente, de venda da força de trabalho (2010, p.88).

Para Marx (2013) o capitalismo surgiu desde o século XIV e XV, porém a era capitalista tem o seu auge no século XVI. Esse período descrito pelo autor é a partir do contexto histórico inglês. No entanto, cada território possui sua especificidade, ou seja, nas palavras do autor “tonalidades distintas” (Marx, 2013, p. 963), por isso não é coincidência que o processo de colonização na América, África e Ásia tenha se consolidado. Em muitos países latino-americanos, o capital não existe apenas como eixo dominante, como forma de poder, o que sugere uma certa distância de seu predomínio imediato, mas existe, sobretudo, como conexão de todas as formas de exploração do trabalho historicamente conhecidas (Fontes, 2010, p.90).

No mesmo capítulo, “A assim chamada acumulação primitiva”, Marx (2013) aborda a respeito do processo de expropriação dos camponeses, no século XVI, no período da Reforma Protestante, com a usurpação das terras que pertenciam a Igreja Católica, a qual era detentora de muitas propriedades. A finalidade era transformar essas terras em pastagens para atender a demanda da indústria têxtil.

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o fruto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram tantos outros métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (Marx, 2013, p. 979).

Nessa perspectiva, houve uma supressão de uma forma de vida anterior, o feudalismo para que o capitalismo prosperasse: “No século XIX, naturalmente, perdeu-se até mesmo a lembrança do nexos entre o lavrador e a propriedade comunal” (Marx, 2013, p. 975). Logo, os camponeses que trabalhavam nas terras da Igreja também se viram expulsos, restando-lhes uma única alternativa: migrar para as cidades e serem explorados impiedosamente dentro das novas

relações de trabalho. A Europa ocidental no final do século XV e ao longo do XVI foi marcada pela violência e barbárie não apenas pelo *modus operandi* da expropriação, mas da maneira subjugada que esses novos trabalhadores “livres” teriam que se ajustar ao novo regime de trabalho. Sem dúvida o aparecimento das leis “sanguinárias”, teve todo o apoio dos governos locais para pôr em prática a legislação contra os chamados vagabundos, delinquentes. Essas leis imputavam o trabalho forçado, escravidão e disciplinamento dos corpos na forma de um ajustamento para seguir o novo modo de produção.

Historicamente ocorreram outros processos para garantir que o capital fosse-se expandindo como: o sistema da dívida pública, o protecionismo dos países ao mercado interno, impostos e o colonialismo. Este último, com a exploração e o extermínio dos povos originários e negros através da dominação foram fatores que concretizou esse processo acumulativo do capital a nível global:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para caça comercial de peles-negras, caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação Espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China (Marx, 2013, p.821).

O chamado “novos descobrimento” pelos europeus por volta do final do século XVI, sob a necessidade de acumulação do capital no “Velho Mundo”, logo houve a chegada num certo limite nos moldes clássicos da rapinagem (roubos de terras, expropriação dos camponeses e o saque aos trabalhadores), portanto, isto não significou o fim do processo de acumulação, mas estamos diante de uma nova etapa que se iniciou naquele momento. Pressupomos ainda que nesta nova etapa o capitalismo necessitou dar um grande salto livre para chegar a um estágio superior do desenvolvimento de suas forças produtivas, e que hoje chegamos à conclusão de que a Revolução Industrial atingiu este patamar. Contudo, acreditamos que este salto contou com bases seguras como, por exemplo: os novos domínios territoriais e colonizadores que os países europeus conquistaram atenderam essas bases para o desenvolvimento seguro do capitalismo nos países centrais.

Na obra “A formação do Brasil Contemporâneo”, de Caio Prado Júnior, publicada em 1942, o historiador brasileiro, apontou que no século XVI, com a

expansão do capitalismo comercial grande parte dos países do “Velho Mundo” lançaram-se ao mar em busca de ampliar e dinamizar seus mercados. Esse prolongado processo mobilizou grandes contingentes humanos e resultou em um:

Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso (Prado Jr., 2011, p. 18).

Na lógica da acumulação primitiva de capital, a conquista e colonização de várias regiões deram suporte para o pleno desenvolvimento do capitalismo na Europa. Com tarefas bem definidas naquela nova ordem estabelecida, os colonizadores migraram do “Velho Mundo” e cumpriram seu papel no jogo internacional. Além do mais, forneceu riquezas suficientes para o salto que o capital provou para emergir com sua indústria moderna. Das matérias-primas, como a madeira e a tinta para tingir tecidos, passando pela manufatura da cana-de-açúcar até chegar na extração mineral, onde toneladas de ouro, prata e diamantes foram despejados na Europa, toda obra colonizadora deu amplo suporte para que o capitalismo comercial atingisse um estágio superior e pudesse criar bases sólidas. O colonialismo e a escravidão são elementos fundamentais para a compreendermos a história do capitalismo mundial e como operacionalizou nos territórios considerados inferiores. Trata-se de uma etapa fundamental no processo de acumulação primitiva e de transformação da economia mercantil em economia capitalista.

Para apreender as particularidades das relações sociais estabelecidas e os complexos dilemas da América Latina atual, é de grande relevância a análise dos processos de transição entre os modos de produção fundados pelas colonizações e a emergência do modo de produção capitalista, ou seja, do comando direto do capital sobre o processo produtivo. De acordo com Souza (2020), o processo de transição foi assentado numa relação dialética entre rupturas e continuidades, sob a qual a estrutura da sociedade capitalista só pode efetivar-se a partir da radicalização das contradições que são próprias desse modo de produção. Em outros termos, com a exacerbação da sua “Lei Geral da Acumulação”, descrita por Marx (2013). Destacam-se, a crescente pauperização e a miséria em face do aumento da produção e da acumulação de riqueza, bem como a expulsão de parte dos trabalhadores da participação na criação e, sobretudo, na apropriação da riqueza produzida. No capitalismo dependente, tal

característica assume contornos ainda mais profundos, fazendo emergir contradições suplementares à dinâmica geral da acumulação do capital.

Tomando como referência a literatura marxista sobre a dependência na América Latina e no Brasil¹ a categoria dependência explicita a dialética do desenvolvimento da economia latino-americana, nos marcos do mercado mundial, cuja dinâmica está arraigada na histórica relação desigual e combinada, sob a ordem das economias centrais. É importante considerar a singularidade da análise das relações de dependência a partir da perspectiva de estudiosos que vivenciaram as especificidades das sociedade de classes típica do capitalismo dependente latino-americano. A análise feita por pesquisadores latino-americanos sobre o capitalismo dependente “envolve a adoção da perspectiva crítica oferecida pela própria sociedade subordinada; particularmente a perspectiva daqueles que são subordinados, na sociedade subordinada” (Ianni, 1974, p. 171).

O conceito de capitalismo dependente é recorrente nas análises sobre as economias latino-americanas na ótica do materialismo dialético. Na obra “Dialética da Dependência”, publicada originalmente em 1973, Ruy Mauro Marini analisa como as economias da América Latina apresentam peculiaridades frente ao modo de produção capitalista estruturado nos países centrais, o qual ele chama de puro, e que este aspecto é possível de observar pelas características próprias concebidas pelas sociedades latino-americanas que saem da normalidade concebida por estes estados, ou seja, uma deformidade. Marini (2017) afirma que o que existe em nossa realidade latino-americana é um capitalismo *sui generis* que se conforma da maneira que o faz por estar inserido numa lógica maior existente, sendo necessário analisá-lo pela perspectiva do sistema o qual ele faz parte, a nível internacional e nacional. Esta peculiaridade é estruturada pelos processos históricos que passou a América Latina, e um destes maiores processos indiscutivelmente é o papel de colônia imposto ao território. É necessário retomar a importância de compreender a singularidade do capitalismo *sui generis* presente na América Latina. A estruturação resultante do processo de colonização do território latino-americano foi conformada a partir da acumulação por despossessão, divisão sociossexual e racial trabalho por meio do trabalho escravo e produção em grandes latifúndios.

¹ O debate sobre a Teoria Marxista da Dependência trata-se de uma produção de vários intelectuais latino-americanos, cuja a análise central das produções é a realidade dos países latino-americanos inseridos na divisão internacional do trabalho e a relação de dependência com os países centrais. Essa teoria surge nas décadas de 1950/1960, sendo os principais intelectuais dessa vertente Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos dentre outros.

A conformação da sociedade latino-americana pautada em mais de 300 anos de escravidão faz com que a correlação de forças internas penda para a defesa dos interesses internacionais e das oligarquias locais, constituídas neste processo, ou seja, não há rompimento com a estrutura colonial.

A América Latina agora se insere no sistema internacional como uma economia agroexportadora, não mais como colônia, porém mantendo o pacto de subserviência aos países centrais. A organização da vida cotidiana continua pautada pelo controle do trabalho e sua divisão social, racial e de gênero e a produção totalmente voltada para matérias-primas. Marini (2017) afirma que:

A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e quando a exportação supera as importações de dívidas (Marini, 2017, p. 327).

Neste momento configura-se, então, a relação que as economias latino-americanas terão com os centros capitalistas europeus: condição de países dependentes dentro de uma estrutura de divisão internacional do trabalho. Como podemos analisar até aqui a configuração de divisão do trabalho já tinha sua delimitação nas relações sociais cotidianas dos países latino-americanos, a divisão internacional do trabalho funciona com a mesma lógica, impõe-se aos países da América Latina e Caribe o papel de provedor de matérias-primas, não mais no contexto de colônia, mas de participantes do comércio internacional. Neste contexto, conforma-se o capitalismo dependente:

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2017, p. 327).

É importante ressaltar que justamente por essa condição de “papel exportador de produtos primários, os países latino-americanos se veem diante de um intercâmbio desigual no comércio internacional que acarreta a transferência de valor rumo aos países centrais, que são detentores da tecnologia” (Silva, 2020, p. 115).

Nesta perspectiva, vemos que “o importante é não apenas compreender a forma particular que a América Latina cumpre no jogo de acumulação mundial,

mas também como isso implica modificações, inclusive nos países mais desenvolvidos” (Stedile; Traspadini, 2011, p. 32). Este ponto coloca-se como vital para o prosseguimento de nossa análise, pois o vínculo da dependência latino-americana corresponde ao desenrolar do imperialismo nos países centrais. Foi preciso exponenciar o desenvolvimento desigual entre as nações para que ocorresse um “mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional” (Stedile; Traspadini; 2011, p. 32).

Contudo, importa destacar que o ponto estratégico da sua inserção no mercado mundial está exposto no seguinte fato: “a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa” (Marini, 2017, p. 328). O movimento percorrido está dentro da relação desigual de troca no modo de produção capitalista. Se os países latino-americanos de capitalismo dependente são os suportes para o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, “isso implica uma enorme necessidade dos primeiros em transferir os seus recursos materiais, naturais, e principalmente, uma grande parcela de seu excedente de mais-valor para os segundos” (Marini, 2011, p. 146). Logo, os determinantes estruturais da dependência encontrada nos países latino-americanos irão residir na seguinte ação: “uma parte do (mais) valor produzida nessa economia não é apropriada nela, mas nas economias centrais, e passa a integrar, portanto, a dinâmica de acumulação de capital das últimas, e não das primeiras” (Carcanholo, 2013, p. 194).

A tensão gerada por este modelo estruturalmente desigual reflete diretamente na forma como as classes dominantes (burgueses e latifundiários) da América Latina buscam combater a sua queda da taxa de lucro, ocasionada pela dependência. Para tanto Marini (2017) denomina este movimento de compensação estrutural da transferência de valor para fora de nossa região como “superexploração do trabalho”.

No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista (Marini, 2017, p. 328).

O autor nos ajuda a entender que no capitalismo dependente estes três elementos: a intensificação do trabalho, a extensão da jornada de trabalho e a

expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – serão utilizados no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, tendo por principal objetivo aumentar a taxa de lucro, logo, a extração de mais-valor. Além de permitir que a força de trabalho seja remunerada abaixo do seu valor:

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente [...]. Finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal [...], implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente [...] (Marini, 2017, p. 333).

De acordo com Carcanholo e Amaral todos esses processos visam dar continuidade a acumulação capitalista na periferia, onde nos países de economia dependente tem-se a seguinte marca: “o trabalho se remunera abaixo de seu valor, e isso, por si só, deixa patente a existência de superexploração” (2012, p. 100). Nesse sentido, a superexploração da força de trabalho nas economias dependentes implica “uma distribuição regressiva tanto da renda quanto da riqueza, bem como a intensificação das mazelas sociais, aprofundando uma característica já própria de qualquer economia capitalista” (Carcanholo, 2013, p. 199). Por trás desses processos está a “profunda imbricação entre superexploração da força de trabalho e transferência de valor” (Carcanholo, 2013, p. 199). Assim, entendemos essa íntima relação enquanto condição estrutural do próprio capitalismo, não podemos esquecer o destaque feito pelos autores, ao apontar que o caráter da dependência “muda de forma e de grau no curso histórico” (Carcanholo; Amaral, 2012, p. 102).

O lugar ocupado pelo Brasil no interior das malhas do capitalismo dependente, num contexto imperialista, requer que façamos algumas mediações, que iniciam pela contribuição teórica de Florestan Fernandes (1973) sobre a união entre o arcaico e o moderno nas formações sociais até a especificidade do desenvolvimento capitalista no contexto brasileiro. Para o autor, é necessário analisar “o modelo concreto de capitalismo que irrompeu na América Latina” (Fernandes, 1973, p. 45), o qual ergue suas bases na erosão do sistema colonial. Entretanto, este capitalismo, traz consigo elementos estruturais do modelo antigo, e ao mesmo tempo, incorpora as relações sociais capitalistas para se inserir no mercado mundial. Como bem expresso pelo autor: “O capitalismo dependente [...] une o arcaico ao moderno e suscita seja a

arcaização do moderno, seja a modernização do arcaico” (Fernandes, 1973, p. 61). Um importante elemento sobre este ponto é o fato das relações capitalistas se assentarem por meio da manutenção dos privilégios de estamentos coloniais. Behring e Boschetti (2006, p. 74) destacam a forma como no Brasil o “senhor colonial metamorfoseia-se em senhor-cidadão” por meio da consolidação do Estado brasileiro.

No Brasil a economia volta-se para a exportação e estabelece uma relação dependente com os países imperialistas e o capital estrangeiro. Importante destacar que a industrialização impulsionada em 1930 no governo Vargas, e aprofundada a partir de 1940 coloca-se como restringida. Abrindo espaço para a industrialização pesada, no pós-1964 o que “implicará um novo padrão de acumulação² (Netto, 2011, p. 20).

Um ponto relevante é a drenagem do excedente econômico para outros países, a fim de possibilitar a expansão do capitalismo nas economias centrais.

Nesse contexto, o Estado brasileiro, no período da ditadura militar, terá como funcionalidade readequar o sistema capitalista brasileiro através da força e do aparato político-institucional “em proveito do grande capital, fundamentalmente dos monopólios imperialistas” (Netto, 2011, p. 27). A ditadura empresarial militar instaurada teve por objetivo integrar os interesses imperialistas com as elites nacionais, para assim “criar uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos hegemônicos da elite militar” (Marini, 2013, p. 124). Elite militar que atendia aos interesses dos grandes empresários.

Assim, para que o grande capital monopolista finque suas bases no Brasil e promova a consolidação do capitalismo monopolista, o Estado brasileiro teve um papel crucial. De acordo com Netto:

O Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (2011, p. 27-28,).

Portanto, a consolidação do processo de concentração e centralização de capital no Brasil tornou-se possível por meio do Estado, ao proporcionar as condições necessárias para a acumulação de capital. Tal processo possuía o objetivo de dar “continuidade do desenvolvimento dependente e associado,

² Josiane Soares Santos (2012), em seu livro “*Questão Social: particularidades no Brasil*”, apresenta de forma histórica o processo industrial no Brasil dividindo em duas etapas: a primeira etapa entre 1930-1940 considerada “industrialização restringida”; e a segunda etapa após os anos de 1964, considerada “industrialização pesada”.

acentuando a subalternidade da integração do país no sistema capitalista mundial” (Netto, 2011, p.32)

Um ponto que merece destaque sobre esses processos é apresentado por Marini (2013) em seu texto “*A dialética do desenvolvimento capitalista Brasil*”. O autor argumenta que esses processos foram baseados “numa maior exploração das massas trabalhadoras nacionais em busca da extração de sobrelucro em cima da classe trabalhadora. Isso refletiu em baixos salários e na elevação do desemprego estrutural” (Marini, 2013, p. 131). Com isso, o autor ainda destaca que tal momento da acumulação capitalista no Brasil fundamentalmente assentou-se na intensificação da superexploração da força de trabalho.

Em meados da década de 1970 com a crise do modelo do Welfare State nos países europeus acompanhando do capitalismo nos países centrais passando por um período de reestruturação, marcado pelo processo de acumulação flexível onde a produção de mercadorias passa a ser vinculada à demanda, tendo como uma de suas premissas a necessidade de um mesmo trabalhador operar simultaneamente várias máquinas, como forma de responder à crise financeira, aumentando a produção sem elevar o número de trabalhadores, apoiando-se na flexibilidade e precarização dos processos de trabalho (Antunes, 1999). Com o processo de acumulação flexível, o capitalismo manifesta seu objetivo maior de:

Alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo de custo, ou seja, um processo de superexploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e com os efeitos de barbarização da vida social daí decorrentes (Behring, 2003, p. 40).

Entre as consequências do processo de acumulação flexível, destacam-se o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, o enfraquecimento dos movimentos de reação sindical e política da classe trabalhadora, bem como a captura cada vez mais acentuada da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. “A flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, caracteriza o ‘momento predominante’ do complexo de reestruturação produtiva” (Alves, 2008, p. 10).

No Brasil, no final dos anos de 1980, conquistamos, com a Constituição Federal de 1988, importantes direitos para a classe trabalhadora. Na década de 1990, com as pressões para a adesão ao neoliberalismo, as conquistas ali presentes foram brutalmente atacadas pela concepção da reforma do Estado, redução dos gastos sociais. No campo econômico, a consolidação de uma rede

complexa de relações econômicas entre corporações multinacionais, no contexto mais recente da mundialização do capital, apoia e reforça as soberanias restringidas na periferia do sistema. Neste contexto, a produção local nos países dependentes é impulsionada pelos fluxos de capital, imerso nas teias da “financeirização”, combinando a expansão do domínio sobre terras e recursos naturais, encapsulados em latifúndios intocáveis pelo Estado, com a expropriação violenta ou sujeição econômica de camponeses, indígenas, ribeirinhos e outros povos do campo e da cidade.

Os desdobramentos desse processo se refletem no desemprego estrutural, na inviabilidade da ampliação da participação da classe trabalhadora no processo de circulação do capital, sequer como consumidores. “A informalidade do trabalho, a precarização extrema e a ausência de políticas universais de proteção social expressam a síntese do abismo social, forjado pela desigualdade fundante do capitalismo dependente” (Souza, 2022, p. 37). Há uma processualidade marcada pela complexificação, fragmentação e heterogeneização da “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 1999). Neste contexto, temos a compreensão de que o trabalho continuará demarcando e produzindo relações de exploração sob a estruturação do capitalismo dependente que se dá no território latino-americano. A consolidação deste capitalismo além de trazer as características macroeconômicas de subserviência ao sistema internacional hegemônico, também traz desde sua gênese a configuração de um sistema racista, patriarcal e classista, que constitui sua própria historicidade.

A racialização das relações sociais, constituída ao longo de todo o processo colonial escravista e em suas contradições fundamentais, torna-se fundante da dialética da dependência. É um elemento organizador das relações de produção de mais-valia, à medida que a divisão social do trabalho, no capitalismo dependente, é largamente estruturada também a partir da hierarquização racial, étnica e de gênero. Nesse sentido, negros, indígenas e mulheres ocupam a larga franja marginal de expropriados que assume, sob a condição dependente da economia latino-americana, proporções exponenciais e sempre em crescimento, dada a dinâmica de permanente expulsão da força de trabalho do processo produtivo.

2.2

Força de trabalho: “mercadoria especial” na formação do mercado de trabalho capitalista no Brasil e na América Latina

A centralidade do processo produtivo e da extração do mais-valor para o capital também determina as necessárias condições para a sua própria reprodução, “porém uma continuidade que não se reduz à mera repetição é uma continuidade no decorrer da qual o processo se renova, se cria e recria de modo peculiar” (Iamamoto, 2010, p. 53). Em uma sociedade moderna, isso significa a reprodução do capitalismo e de suas contradições, ocorrem sobre duas maneiras, através da reprodução simples e da reprodução ampliada. A reprodução simples é a reposição dos meios de produção e do trabalho consumidos ao longo do processo produtivo, logo, é a transformação do dinheiro obtido com a venda das mercadorias produzidas em capital constante e capital variável. Essa não é suficiente em si mesma para a reprodução do capitalismo, pois não permite a acumulação. Já a reprodução ampliada é a transformação do produto obtido através do trabalho excedente – aquele que é feito além do necessário para a subsistência do trabalhador, em dinheiro para a compra de mais força de trabalho e de mais meios de produção para acumulação de riquezas. Vejamos essa definição nos escritos de Marx:

A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital (Marx, 2013, p. 841).

Todo o processo social de produção é um processo de reprodução. E podemos compreendê-lo em diferentes sentidos, tais quais a reprodução da força de trabalho, reprodução das classes sociais. Haja vista que o ponto de partida do processo capitalista é separação da força de trabalho e os meios de produção que são retidos pela classe capitalista. Portanto, a “utilização da força de trabalho é o próprio trabalho” (Marx, 2013, p. 327). “Desse modo, este último se torna actu [em ato] aquilo que antes ele era apenas potentia [em potência] [...]” (Marx, 2013, p.326), partimos da premissa que um dado momento histórico o trabalho é a única mercadoria que cria valor.

O próprio trabalhador “livre” aparece como um mero vendedor de mercadoria: a sua força de trabalho, com isso assume uma determinação social

de trabalho assalariado. Na qual há uma relação de compra e venda dessa mercadoria como outra qualquer. Contudo, não podemos esquecer que essa mercadoria possui um caráter especial para o processo da valorização do capital.

O processo de produção do capital considerado como um processo através do trabalho útil que cria novos valores de uso é um processo de trabalho. Que envolve também o processo do consumo da força de trabalho pelo capitalista.

Para Marx (2013), o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista se revela em dois fenômenos característicos: 1) Trabalhador trabalha sob o controle do capitalista. Durante todo o processo o capitalista cuida para que o trabalho seja realizado, meio de produção seja utilizado de forma correta, a matéria prima não seja desperdiçada garantindo assim todo o processo de produção da mercadoria; e 2) O trabalhador quem produz, porém o resultado final (produto) não o pertence, pois o capitalista paga pela utilização da força de trabalho por um tempo de uso. Como as condições de trabalho e o próprio trabalho em um determinado uso do tempo são uma propriedade do capitalista, o produto final também é parte dessa apropriação, “o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto” (Marx, 2013, p. 337). Conclui-se que o processo de trabalho é o consumo da mercadoria e a força de trabalho é consumida desde que lhe acrescente os meios de produção.

Por isso faz-se necessário compreender como a força de trabalho é reproduzida. A força de trabalho possui uma peculiaridade além da criação de mais-valor. Ela não consegue ser produzida e reproduzida na esfera produtiva como ocorre com as outras mercadorias, ou seja, não é produzida de forma capitalista. Não é possível produzir a força de trabalho através das máquinas, o capital depende da reprodução biológica entre seres humanos. Além da produção da espécie humana há um conjunto de processos necessários ao longo da sua existência que abrange a reprodução do trabalhador.

O consumo do trabalhador tem uma dupla natureza na própria produção, ainda que objetivamente atue de modo diferente. Para Marx o consumo produtivo é a força motriz da produção do capital, por isso pertence ao capitalista; enquanto o consumo individual, que seriam os meios de subsistência para a reprodução, pertence ao trabalhador. Em outras palavras, o consumo individual a cargo do trabalhador tem a finalidade de “reproduzir músculo, nervos, ossos, o cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos

trabalhadores” (Marx, 2013, p. 666) para dar continuidade ao sistema de acumulação do capital.

Tanto que o autor cria uma assertiva sobre o consumo individual do trabalhador sendo parte da produção e reprodução do capital, dentro ou fora da esfera da produção. Então, para Marx reprodução social está pautada na reprodução da força de trabalho:

[...] o consumo individual da classe trabalhadora é a reconversão dos meios de subsistência, alienados pelo capital em troca da força de trabalho, em nova força de trabalho a ser explorada pelo capital. Tal consumo é produção e reprodução do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalhador (Marx, 2013, p. 788).

O trabalho assalariado como uma condição do processo histórico de expropriação do trabalhador dos seus meios de subsistência, restando-o a vender sua capacidade ao trabalho em troca o recebimento do salário. Por isso, o salário não é o preço do trabalho, mas da força de trabalho que é “parte do produto em que se traduz parcela de seu trabalho: o trabalho necessário para sua conservação e reprodução” (Iamamoto, 2014, p. 54).

Cabe dizer que o valor da força de trabalho é diferente de rendimento, quando colocada em ação transforma-se numa magnitude variável, pois emprega o mais-valor. Se o trabalhador recebesse em forma de salário o que de fato ele produz, as quais consideramos como trabalho socialmente necessário, não haveria capitalismo, sua existência se perpetua no trabalho excedente – trabalho não pago. Para melhor explicitar essa questão do assalariamento o trabalhador somente recebe seu salário após a venda da sua força de trabalho e com a consumação desta no processo de produção: “verifica-se que a classe trabalhadora é paga com o produto de seu próprio trabalho [...] a classe trabalhadora é quem produz o capital variável que posteriormente é devolvido sob a forma de salário” (Iamamoto, 2014, p. 56). O capitalista devolve ao trabalhador em forma de salário para garantir a manutenção e reprodução da classe trabalhadora como uma condição necessária para a reprodução do capital.

Na obra *“A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”*, publicada em 1845, Engels descreve minuciosamente as condições de trabalho e de vida do proletariado inglês com advento da Revolução Industrial, conseqüentemente com a migração do campo para cidade e o inchaço das cidades com o aumento dos trabalhadores que chegavam à procura de emprego e junto da falta de recursos como saneamento básico.

Grande número de doentes eram trabalhadores vindos do campo que, durante a viagem e logo ao chegar, passaram por graves privações, dormindo meio nus e meio mortos de fome pelas ruas e sem encontrar trabalho, e assim contraíram tifo. Essa gente chegou ao hospital num tamanho estado de fraqueza que foi preciso administrá-lhes uma considerável quantidade de vinho, conhaque poções de amoníaco e outros estimulantes, 16,5% dos socorridos morreram (Engels, 2010, p. 139).

O autor expõe as condições aviltantes do proletariado ao enfatizar que “[...] é verdadeiramente revoltante o modo como a sociedade moderna trata a imensa massa dos pobres” (Engels, 2010, p. 137). Para os trabalhadores que estavam nas fábricas o ritmo era intenso com altas jornadas de trabalho, baixos salários e ambientes precários. Paralelamente, a precarização do trabalho tinha as piores condições de vida, como a saúde dos trabalhadores sempre muito debilitada por falta de higiene adequada, acesso restrito à alimentação, o amontoamento de seres humanos em espaços insalubres, pequenos onde todos os tipos de doenças se propagavam, vejamos a descrição sobre a realidade dos trabalhadores dos locais de moradia:

[...] lembramos do amontoamento de suas casas e do quão abarrotadas de pessoas são, quando recordamos que os doentes e sadios dormem num único e mesmo cômodo, às vezes na mesma cama, ficamos surpresos pelo fato de uma doença tão contagiosa como o tifo não se propagar mais (Engels, 2010, p.140).

A Europa, como já vimos, é demarcada pela introdução do trabalho assalariado desde o surgimento do capitalismo. Na particularidade latino-americana, o Brasil apresenta, de forma singular, processos históricos que demarcam as relações entre capital e trabalho pautadas pela escravização da população originária e negra, bem como a superexploração do trabalho como determinante econômico do capitalismo dependente, e tem como base fundante e dinamizadora o racismo, que, instituído desde a invasão colonial, ao contrário de ser concebido como traço morto na formação da história social do Brasil, foi dinamizado e incrementado como um dos mecanismos reguladores do capitalismo dependente e do imperialismo. A economia escravista montada no Brasil, desde os primórdios da colonização, considerou a pessoa escravizada uma simples mercadoria, vejamos o que diz Clóvis Moura:

[...] Era, portanto, força produtiva no seu sentido global, dentro da sociedade escravista, mas ao mesmo tempo, do ponto de vista do senhor de escravos, simples meio de produção; equiparado aos animais de tração que eram utilizados no funcionamento dos engenhos e em outros setores de atividades econômicas (Moura, 1990, p. 55).

A relação capital e trabalho sob os escombros do regime escravo adquiria outros moldes, para os negros não havia escolhas na sua venda da força de trabalho. Até porque eram tratados como mercadoria que pertenciam ao seu comprador que utilizava dessa mão como instrumento de trabalho. “A economia colonial latino-americana dispôs da maior concentração de força de trabalho até então conhecida, para possibilitar a maior concentração de riqueza que jamais possuiu qualquer civilização na história mundial” (Galeano, 1985, p. 49-50).

O processo de colonização da América Latina tinha o trabalho escravo como cerne, no caso brasileiro sua configuração era baseada na estrutura de Plantation – trabalho escravo de negros e indígenas, produção em monocultura e latifúndio para satisfação de um mercado único e exclusivamente externo. O controle do trabalho era o pilar essencial das colônias latino-americanas, pois através dele era possível uma produção em massa para a comercialização.

A formação da classe trabalhadora brasileira é marcada por contradições desde o início do século XIX já era possível observar a existência de oficinas artesanais e manufaturas na capital do país. Aproximadamente a partir de 1840 houve um crescimento das manufaturas no Rio de Janeiro, decorrente principalmente de iniciativas desempenhadas pelo governo imperial de incentivo ao crescimento industrial, relacionadas à redução de determinados impostos, mas também em função da expansão da cafeicultura agroexportadora, conduzindo a um conseqüentemente aumento populacional neste período. De acordo com Soares (2003) até em 1840 a mão de obra utilizada nas manufaturas era predominantemente escrava, parte da população passa a ser absorvida como mão de obra assalariada.

A predominância do trabalho escravo sobre o trabalho livre nas indústrias, até os anos 1840, pode ser explicada pela grande aversão que os diversos setores da população brasileira, até mesmo as camadas mais pobres, nutriam por qualquer forma de trabalho manual ou mecânico, aversão esta originada nos próprios condicionamentos ideológicos da secular sociedade escravista, que criaram a ideia do trabalho como “coisa de negro cativo (Soares, 2003, p. 5).

Vale ressaltar que embora as manufaturas começassem a ganhar fôlego na área urbana, a economia cafeeira escravista agroexportadora era dominante, de forma que o trabalho manual e mecânico era culturalmente depreciado pelos brasileiros, sendo assim, delegado aos escravos e imigrantes. “Isso se dava porque a propriedade industrial não era considerada nobre e digna de status social e político, tal como a grande propriedade rural” (Soares, 2003, p. 6).

Em 1850 foi decretada a lei Eusébio de Queiroz proibindo o tráfico de escravos, uma primeira iniciativa efetiva com vistas à desestruturação do sistema escravista³. Silva e Fagundes (2022, p. 226) explicam que:

Em “*Dialética Radical do Brasil Negro*”, Clóvis Moura (2014) apresenta uma análise consistente da escravidão no Brasil, mostrando a importância de compreender este processo histórico que perdurou por quase quatro séculos, cuja dinâmica social esteve marcada por contradições, conflitos, modificações tangenciais e regionais e influências externas. Ao organizar a sua análise a partir de uma periodização, Moura (2014) define o escravismo no Brasil em duas fases: a primeira denominada como Escravismo Pleno e a segunda por Escravismo Tardio.

Na fase do Escravismo Pleno, ou seja, no período que abrange cerca de 1550 a 1850, a escravidão e o número de escravizados cresceram genuinamente, e a repressão era a condição eficaz para conter a rebeldia e manter o equilíbrio social do sistema, alicerçado pela unidade entre a colônia e o mercado mundial. No entanto, a resistência negra foi a marca substantiva de sua libertação e humanização. “Nessa relação, o sistema colonial brasileiro foi partícipe na dinâmica do capitalismo mercantil e acumulação primitiva, gênese da constituição e desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa” (Silva; Fagundes, 2022, p. 226).

De acordo com Silva e Fagundes (2022) o Escravismo Tardio expressa a desagregação do regime escravista e um novo arranjo jurídico-político no Brasil. Em termos temporais se estabelece o início desse regime escravista com a proibição do tráfico de negros/as escravizados/as, estendendo-se até 1888. Com isso, os eixos fundamentais da estrutura societária do Brasil escravista foram reformulados possibilitando um rearranjo do país na transição do antigo regime de trabalho em direção ao regime de assalariamento. “No entanto, essa transição perdurou por décadas, tendo escravizados e trabalhadores livres convivido nos mesmos espaços de trabalho e compartilhado formas de resistência e lutas políticas” (Silva; Fagundes, 2022, p. 226).

Neste período era comum entre os pequenos industriais alugar escravos, onde sobressalta a contradição expressa na figura do escravo a ganho.

[...] Eram aqueles escravos que, após fazerem o trabalho na casa dos seus donos regulares, iam para as ruas em busca de atividades suplementar. Vendiam seu trabalho de forma avulsa, a diversos clientes, oferecendo serviços que poderiam

³ Sobre o assunto, Laurentino Gomes em seu livro “**1989**: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil”, publicado em 2013, trouxe especificamente no capítulo “O abolicionista” a descrição sobre o fluxo de tráfico de pessoas escravizadas dentro dos estados brasileiros.

durar um dia ou mesmo algumas horas. Era um sistema tão popular que existiam até casas de comércio especializadas no aluguel de escravos. Os escravos de ganho faziam de tudo: iam às compras, buscavam água, removiam o lixo, levavam e traziam recados e serviam de acompanhantes para as mulheres quando iam à igreja (Gomes, 2007, p. 248-249).

Andrade (2021) destaca a dupla exploração do trabalhador a ganho, pois se ao mesmo tempo poderia ser compreendido como trabalhador produtivo, não podia usufruir do seu salário, uma vez que era obrigado a entregar parte de seus proventos. Assim: “a figura do escravo a ganho expõe que sob uma relativa autonomia, este trabalhador era duplamente explorado, tanto pelo capital quanto pela escravidão” (Andrade, 2021, p. 162).

Andrade (2021) destaca que a proibição do tráfico de escravizados provocou um processo de mudança da força de trabalho, com a ascensão do trabalho assalariado nas manufaturas por meio do emprego do trabalhador imigrante, sobretudo. Cabe apontar que, por exemplo, em 1862 havia a baixa presença feminina nos espaços fabris: “A presença de mulheres era bem reduzida e apenas 9, todas elas estrangeiras, foram registradas como operárias” (Soares, 2003, p. 14).

No entanto, Soares (2003) nos revela um aumento da participação feminina nos espaços fabris com o passar de uma década, vejamos:

Entretanto, um maior número de mulheres foi registrado à parte no recenseamento de 1872: eram as costureiras. Segundo os dados deste censo, existiam 11.592 costureiras em todo o Município Neutro, das quais 10.208 eram livres (88,06 %) e 1.384 escravas (11,94 %). Nas freguesias da cidade. Viviam a maior parte das costureiras, ou seja, 9.863 mulheres. Destas, 8.646 eram livres (87,66 %), 6.285 brasileiras e 2.361 estrangeiras, e 1.217 eram cativas (12,34 %). Nas freguesias de fora da cidade, viviam apenas 1.729 costureiras, das quais 1562 eram livres (90,34 %), 1.500 brasileiras e 62 estrangeiras, e 167 eram cativas (9,66 %) (Soares, 2003, p. 14; grifos meus).

Os dados acima demonstram um aumento significativo das mulheres ocupando um setor produtivo, majoritariamente ocupada por mulheres livres e depois por mulheres escravizadas e por último as mulheres imigrantes. As escravizadas que trabalhavam no espaço domésticos, em maior número, além das tarefas diretamente ligadas ao serviço de seus senhores e famílias – mucamas, pajens e amas-de-leite – cabiam atividades que viabilizavam o funcionamento e a manutenção das residências – cocheiros, cozinheiras e lavadeiras. Deste modo, na década de 1870 a mão de obra escrava já havia se tornado bastante incipiente no setor manufatureiro. Neste período o crescimento

populacional nas zonas cafeeiras estimulou o desenvolvimento da construção de estradas de ferro, ampliando o mercado e o investimento na indústria⁴.

Em suma, o trabalho escravo na cidade era direcionado ao provimento do consumo interno, na infraestrutura urbana e sanitária e para a realização de serviços diversificados. Em 1880 os grandes estabelecimentos manufatureiros já não empregavam mais mão de obra escrava. Nesta mesma década concretiza-se o desenvolvimento da indústria fabril, o declínio da mão-de-obra escrava e o crescimento da imigração e a abolição da escravatura em 1888.

Após a abolição da escravidão, quando o trabalho assalariado se torna o sistema dominante, homens e mulheres livres, brancos e negros, disputavam ocupações no mercado de trabalho, contudo o grande contingente de ex escravos, agora libertos, além de substituídos pelo imigrante europeu no setor rural, também não encontrou lugar no setor industrial. Portanto, a abolição da escravidão e consequente consolidação do trabalho assalariado, foi o pontapé que viabilizou a transição da manufatura para a grande indústria na sociedade brasileira. Contudo, poucos foram os trabalhadores negros libertos que tiveram sua força de trabalho absorvida pelo setor industrial, embora parte deles tenha encontrado lugar no trabalho improdutivo, e outra parte permaneceu a margem do acesso ao trabalho. De acordo com Souza: “A partir do contexto desenvolvimentista e de afirmação das bases capitalistas, na Era Vargas (1930-1946), inicia-se a necessidade de integração nacional da força de trabalho” (2022, p. 47). Isso faz reverberar o mito da democracia racial, como elemento de coesão, e as desigualdades emergentes da racialização das relações sociais são negadas e mistificadas.

As classes dominantes buscaram apagar a “mancha negra” da história do país, e isso conformou a ocultação da presença negra na história do trabalho e da luta de classes, na escravidão e na sociedade capitalista. Reconhecer essa presença é confrontar-se com a diversidade e a profundidade das contradições, que dinamizam a luta de classes e constituem a classe trabalhadora. “[...] Mistificá-la e deturpá-la ideologicamente é uma forma de amortizar o impacto das contradições na dinâmica social” (Souza, 2019, p. 226).

Visto que, é importante ressaltar o papel fundamental que as mulheres negras exerceram durante a escravidão, elas foram centrais para a organização familiar branca e para a economia, não menos importante foi o papel ocupado

⁴ Sobre o assunto ver Costa (2020). A autora em sua tese de doutoramento inicia com a afirmação de um possível protagonismo negro entre beneficiários da primeira política social no Brasil. Nega a política social de Eloy Chaves como aquela que inaugura esse modelo de proteção social, apresentando suas expressões afrodiáspóricas nas Américas e Caribe nos séculos XIX e XX.

por estas mulheres para o povo negro. Isto porque as inúmeras restrições que os homens negros enfrentaram no período pós-abolição para ingressar no mercado de trabalho fizeram das mulheres negras a mão que ordenava o mundo privado negro, assim como intervia eficientemente no espaço doméstico branco. É incontornável, portanto, que a mulher negra foi o alicerce que estruturou o mundo doméstico branco e o mundo privado negro.

Aproximadamente na segunda metade do século XX, quando o capitalismo encontrava-se em estágio mais avançado, a sociedade brasileira foi marcada pelo aceleração da urbanização, resultando na intensificação do êxodo rural, que por sua vez aglomerou um grande contingente de trabalhadores nos grandes centros urbanos, dentre estes, parte teve sua força de trabalho consumida temporariamente, e parte não encontrou compradores para a sua força de trabalho, formando assim esse contingente de trabalhadores excessivo para as necessidades de valorização do capital, nos termos descritos por Marx uma “superpopulação relativa”. Diante do exposto, Andrade (2021, p. 163) pergunta se não poderíamos então considerar essa população na condição de trabalhadores ex escravizados, agora trabalhadores “livres”, porém desempregados a primeira superpopulação relativa brasileira? Não seriam os ex escravos funcionais à acumulação, conforme a superpopulação relativa estagnada, descrita por Marx?

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário (Marx, 2013, p. 873).

Consideramos que o processo de formação da classe trabalhadora na sociedade brasileira precede a industrialização, bem como, associa formas capitalistas com formas pré-capitalistas de produção. Tal peculiaridade deu origem a diferentes hierarquias na composição dessa classe trabalhadora, reforçando lugares diferenciados a negros, brancos, homens e mulheres. Embora libertos, os negros continuaram sendo considerados sub-cidadãos, deste modo, o lugar dispensado ao negro no período pós-abolicionista foi o lugar da extrema pobreza e sem cidadania. Segundo Magali da Silva Almeida, o “[...] Estado brasileiro não apresentou nenhuma política reparatória para a população negra e sequer garantiu direitos de cidadania no regime republicano vindouro” (2014, p.141).

Recorrendo aos estudos desenvolvidos por Marx verifica-se que a promoção do pauperismo é inerente a Lei Geral da Acumulação Capitalista, expresso particularmente nas condições de sobrevivência da superpopulação relativa. Portanto, a Lei Geral da Acumulação Capitalista funda-se na relação dialética entre a produção recíproca de riqueza e miséria. Esse pauperismo resulta da dominação de uma classe sobre a outra, contudo, no modo de produção capitalista esta dominação é velada, mediada pelo salário assume a aparência de trabalho pago, enquanto no modo de produção capitalista que se ergue sob o regime escravocrata a dominação é explícita, a ponto de expropriar o trabalhador de seu próprio corpo. O trabalho escravo e o trabalho assalariado se aproximam sob a ótica da subordinação de uma classe sobre a outra, no entanto são essencialmente distintos quando observa a lógica que subjaz a dominação.

Cabe esclarecer que a superpopulação relativa não é composta exclusivamente por trabalhadores negros, no entanto, a exclusão sistemática da população negra de determinados setores da produção e da própria sociedade demonstra que as hierarquias sociais e ideológicas construídas durante e após a escravidão delegaram lugares diferenciados a trabalhadores negros e trabalhadores brancos, configurando uma divisão social e racial do trabalho. Deste modo, além da subordinação de classe a que todos os trabalhadores que se encontram submetidos na sociedade do capital, os negros constituem uma fração da classe trabalhadora que enfrenta uma subordinação de raça inerente à luta de classe. Percorrendo nessa direção salientamos que o capitalismo no Brasil não opera no modo idêntico ao de países europeus. “É preciso compreender que os trabalhadores brasileiros não são os trabalhadores europeus mesmo que a produção de valor e mais-valia os coloque em contato” (Costa, 2020, p. 264). O que ressalta a premissa fundamental de apreciar as categorias da relação capital e trabalho em consonância sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista. Para isso faz-se necessário captar as minúcias próprias dessa formação social, econômica, política e histórica na sociedade brasileira.

Para Silva e Fagundes (2022) as produções teóricas de Clóvis Moura como “*Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*”, publicada em 1959, e “*Dialética Radical do Brasil Negro*”, publicada em 1994, trouxeram para o centro a relação entre racismo e capitalismo.

Suas obras apontam que a história da luta de classes não começa no final do século XIX ou início do século XX, com a chegada dos imigrantes e a formação dos primeiros sindicatos e greves operárias, mas, antes disso, inicia com a história

do trabalho, a partir do Brasil Colônia, cuja relação no sistema escravista era marcada pelo antagonismo entre a classe dos senhores e a classe dos escravizados. [...]. Sua primeira obra sistematizada foi “*Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*”, publicada em 1959, a qual trata de uma elaboração que tinha o intuito de reafirmar os antagonismos da relação senhor e escravo, instituída como relação entre classes sociais, além de apontar a participação de negras e negros na formação política do país como sujeitos históricos e protagonistas da história (Silva; Fagundes, 2022, p.225).

A racialização das relações sociais é um elemento organizador das relações de produção de mais-valia, à medida que a divisão social do trabalho, no capitalismo dependente, é largamente estruturada também a partir da hierarquização racial, étnica e sexual.

Além da contradição inerente ao capitalismo, Clóvis Moura (1988) considera que os mecanismos de barragens criados pela classe dominante, em seu arcabouço jurídico e político, afetaram as dimensões econômico, social, política, cultural e existencial, e impediu de emergir uma consciência crítica e radical que fosse capaz de extrapolar a ordem social vigente e de fato estabelecer uma verdadeira democracia racial (Silva; Fagundes, 2022, p. 229).

E assim, de forma incisiva constata, que “[...] o mito da democracia racial é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível das relações interétnicas” (Moura, 1988, p. 30). Para Silva e Fagundes:

[...] o movimento imigracionista associado à política do branqueamento, esses e outros mecanismos de barragens possibilitaram a manutenção do bloco dominante no poder político-econômico, face à emergência e desenvolvimento do capitalismo na realidade brasileira (Silva; Fagundes; 2022, p. 229).

Ao trazer os elementos histórico-estruturais que revelam a relação entre a superexploração e o racismo na dinâmica do capitalismo dependente, faz-se necessário aprofundar um pouco mais na explicitação das contradições que fundam e sustentam as relações sociais no Brasil, sob as quais a divisão social, sexual e racial do trabalho se dá de modo a garantir a realização da subordinação do conjunto da classe trabalhadora aos mecanismos de superexploração e dominação do capital as quais dão a tônica da luta de classe nesses territórios. A partir dos apontamentos de Souza (2023) que afirma:

Para o conjunto da classe trabalhadora: na concorrência entre os trabalhadores, à medida que aqueles privilegiados pela raça e inseridos nos postos de trabalho mais desejados terão mais receio e menos capacidade político-organizativa para reivindicar melhorias – implica rebaixamento salarial, precarização das condições de trabalho, poucos direitos trabalhistas. Desse modo, isso constitui também bloqueios na constituição de uma percepção da classe para si e da sua capacidade organizativa como tal. Esta é uma contradição suplementar na dinâmica antagônica das classes no capitalismo dependente, que, embora não

seja exclusiva, ganha contornos profundos, dadas as dimensões e a complexidade que a racialização apresenta neste território. Assim se desenvolve uma hierarquização da força de trabalho que resulta sempre na marginalização do negro e isso se desdobra em mais acumulação para o capital [...].

Na distribuição racializada do trabalho produtivo de mais- -valia e do trabalho reprodutivo da sociedade capitalista: os piores trabalhos, os mais precarizados e menos geradores de riqueza imediata ao capital são os atribuídos aos negros: limpeza urbana, trabalho doméstico, cuidados etc. Analisando mais detidamente, explicita-se aí a dinâmica concreta da superexploração, na qual a remuneração da força de trabalho abaixo do valor incide de maneiras distintas sobre o conjunto da classe trabalhadora e lança, sobretudo à parcela negra dessa classe, os custos da sua reprodução geral. [...] A própria reprodução do capital dispensa uma classe trabalhadora amplamente integrada no seu processo de realização e acumulação, dada a cisão no ciclo do capital, uma vez que o capital se realiza majoritariamente no âmbito externo (primário-exportador), e o tipo de produção preponderante ou dispensa grandes níveis de qualificações da força de trabalho ou, com a inserção de tecnologias de ponta, necessita apenas de poucos (Souza, 2023, p.28-29; grifos da autora).

Analisando mais detidamente, explicita-se aí a dinâmica concreta da superexploração, na qual a remuneração da força de trabalho abaixo do valor incide de maneiras distintas sobre o conjunto da classe trabalhadora e lança, sobretudo à parcela negra dessa classe, os custos da sua reprodução social.

De acordo com Marini (2017), sendo dependentes, as economias latino-americanas têm a sua riqueza repartida entre as classes dominantes internas e externas, e isso implica extrair mais riquezas do suor e do sangue daqueles/as latino-americanos/as que trabalham. Essa apropriação repartida da riqueza implica uma superexploração da força de trabalho. Em outras palavras, implica relações de expropriação diretas e indiretas que colocam a remuneração (preço da mercadoria-trabalho na condição de alforria aparente) abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho.

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (Marini, 2017, p. 334).

Os desdobramentos que os países periféricos experimentam acerca desse processo referente à classe trabalhadora se expressam por meio do desemprego estrutural, dos altos níveis de precarização, de desproteção e informalidade do trabalho.

Dada a compreensão de que o exército industrial de reserva é essencial para controlar o valor da força de trabalho e sua oscilação, em direção a um maior contingente que favorece o rebaixamento dos salários e a piora nas condições de

trabalho, Fagundes (2020) aponta como a racialização dessa superpopulação fomenta a agudização das expressões da superexploração. Dessa forma, fica exposta a funcionalidade do racismo ao capitalismo, principalmente na sua face dependente. Racializa uma parcela da população, reproduz ideologias de inferiorização, concentra de forma majoritária nas piores ocupações laborais ou fora do mercado de trabalho e na informalidade. Essa equação implica em pressão negativa contra os salários e condições de vida de toda classe trabalhadora (principalmente pela população não branca ser a maioria no Brasil), mas com especial brutalidade à população negra (Silva; Fagundes, 2022, p. 228).

É urgente à classe trabalhadora reconhecer a sua trajetória histórica na sua diversidade e multiplicidade, e as contradições que a perpassam. Não é possível entender a dinâmica nem a complexidade do racismo de modo apartado das relações sociais fundadas e sustentadas pela lógica da acumulação de capital e da sociabilidade burguesa.

Nisso se destaca a importância de elaborações como as da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para o estudo do racismo na América Latina – à medida que formula os elementos gerais para a compreensão da dinâmica sui generis do capitalismo dependente, suas contradições e tendências. Acrescento que o entendimento do racismo como categoria teórica é fundamental à análise das relações sociais na América Latina, fundamental à compreensão do processo de dominação necessário à superexploração da força de trabalho como uma categoria teórica explicativa, síntese de processos complexos e determinantes da vida social neste território.

2.3

Trabalho feminino: quem são as mulheres da classe trabalhadora?

Ajustando o foco das lentes do período da acumulação primitiva como base histórica para o aparecimento do capitalismo, foi perceber como as mulheres foram o fio condutor na formação e manutenção do sistema capitalista por meio da dominação e subordinação.

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma cumulação e concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, na qual as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a 'raça' e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno (Federici, 2004, p. 113).

Para tanto é necessário trazer a importante contribuição que Silvia Federici em obra intitulada *“Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”*

teceu acerca do debate histórico sobre o papel das mulheres no período da acumulação primitiva e ainda destacou a necessidade do trabalho reprodutivo realizada pelas mulheres como um ponto central no processo de acumulação capitalista e na divisão sexual do trabalho.

Ao retratar sobre as mulheres no período que antecederam ao capitalismo era possível perceber que elas desempenhavam atividades reconhecidas e valorizadas socialmente. Não havia uma rígida divisão sexual do trabalho e podia ter acesso às terras e bens. Angela Davis corrobora com essa particularidade histórica sobre os papéis feminino e masculino na sociedade pré-capitalista, vejamos:

Durante as primeiras eras das histórias da humanidade, a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de produção econômica era complementar, e não hierárquica. Nas sociedades em que os homens eram responsáveis por caçar animais selvagens e as mulheres, por colher legumes e frutas, os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade (Davis, 2016, p. 237).

Ao mencionar a importância social que as mulheres exerciam como parteiras e curandeiras nas comunidades que antecederam a sociedade capitalista, Federici (2004) demonstrou como a consolidação do capitalismo alterou drasticamente essa forma de organização dos papéis sexuais. divisão internacional do trabalho, a divisão sexual e racial que sobretudo traz uma relação de poder dentro da força de trabalho e ao mesmo tempo um impulso para o capitalismo na sua acumulação.

Em continuidade à argumentação da desvalorização das mulheres, a partir da crise demográfica na qual o continente europeu passou por um período efervescente. Isto é, o processo de expulsão dos camponeses das terras. Com isso os servos articulavam formas de resistência coletivas. Interessante que Federici (2004) revelou no seu texto como as mulheres atuavam de frente dessas rebeliões e as razões para assumirem um protagonismo social nesses protestos e revoltas contra a política dos cercamentos na Inglaterra no final do século XIV até o século XVII.

[...] porque assim que a terra foi privatizada e as relações monetárias começaram a dominar a vida econômica, elas passaram a encontrar dificuldades maiores do que as dos homens para se sustentar, tendo sido confinadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que este trabalho estava sendo absolutamente desvalorizado (Federici, 2004, p.132).

Impossibilitadas de acessar condições materiais, fosse por bens ou assalariamento, as mulheres, para suprir suas necessidades básicas, se

mantiveram dependentes da figura masculina e do regime conjugal. A expropriação das terras impactou as mulheres nos seus meios de subsistência diferentemente dos homens. Pois estas tinham sua mobilidade mais reduzida quando estavam grávidas ou exercendo a atividade do cuidado com os filhos, assim como mulheres mais velhas e viúvas. Contudo, a vulnerabilidade social e econômica das mulheres foi aprofundada a partir das ações como autorização dos estupros, a prostituição de modo a secundarizar, desvalorizar o papel das mulheres na sociedade.

Federici (2004) aborda duas importantes questões sobre a relação entre o declínio populacional da Europa ocidental no século XVI e XVII advindos da crise demográfica e a política de disciplinamento dos corpos das mulheres como instrumento de garantir que o capital não colapsaria: (a) que o “holocausto” implantado nas Américas pelas políticas colonizadoras; (b) o aumento de morte das pessoas mais empobrecidas na Europa, devido a epidemia da peste negra impactaria na produção e reprodução da força de trabalho.

Para isso as mulheres foram peças fundamentais na garantia da reprodução da força de trabalho e acumulação do capital. O útero tornou-se uma ferramenta especial para o capital, passou a ser uma propriedade pública. Portanto o controle sobre a sexualidade, e a natalidade ganharam ações públicas, transformou-se em uma questão de Estado. E os abortos e métodos contraceptivos passaram a ser assuntos a serem regulados pelo poder político e pelo discurso científico.

Enquanto na Idade Média as mulheres podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o processo de parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (Federici, 2004, p. 163).

Podemos inferir que a trajetória das mulheres sob o prisma do capitalismo é marcada por sucessivas caças as bruxas com tentativas da desvalorização, subordinação, sujeição e resistência dos corpos. Contudo esse fenômeno não partiu apenas da experiência eurocêntrica vivenciada apenas pelas mulheres brancas, pelo ao contrário houve de forma bastante arbitrária e com muita violência sobre os corpos das mulheres negras escravizadas em diversos continentes do mundo.

O sistema escravagista definia o povo negro uma propriedade, em termo geral um trabalhador em tempo integral “Já que as mulheres eram vistas, não menos do

que os homens como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero” (Davis, 2016, p. 26).

Angela Davis escreveu o livro, originalmente publicado em 1981, *Mulheres, Classe e Raça* ao apresentar o debate sobre a realidade enfrentada pelas mulheres negras e pobres estadunidenses desde o cenário da escravização até meados do fim do século XX. Deste modo, recorreremos esta obra como referência para retratar a figura da mulher negra na escravidão pela semelhança da estruturação do trabalho escravo na América do Norte e do Sul, mas, principalmente, pela análise proposta pela autora em conter o teor crítico que é fundamental na compreensão do lugar que as mulheres são destinadas a ocuparem a partir da perspectiva também da raça e não apenas de gênero e classe. Faz-se necessário chamar atenção para esse processo ora similar, ora tão distinto referente ao processo de apropriação dos corpos femininos que foram brutalmente moldados para reprodução da força de trabalho no período do desenvolvimento e expansão do capitalismo. No entanto, a desigualdade racial é dos fatores que as diferencia e as colocam numa condição social, econômica e cultural em mesas e cadeiras separadas.

A transição do modo de sistema capitalista nas antigas sociedades agrárias conferiu, concomitantemente com as bases materiais de geração dos meios de produção, o poder da reprodução ampliada do capital. Mas foi pela via da industrialização que o progresso das forças produtivas se expressou enquanto processo social dominante.

Desde a segunda metade do século XVIII, o gradual abandono da sociedade agrária tem decorrido da ascensão do modo capitalista de produção. O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital teve como herança prévia, em geral, a existência de uma economia mercantil em funcionamento a partir da divisão social do trabalho (Pochmann, 2016, p. 22).

A Revolução Industrial torna possível adaptar à máquina a ferramenta antes empunhada pelo homem. A habilidade manual deixa de ser necessária, trabalhador hábil, especializado, criativo, nos padrões anteriores, deixa de ter importância. A divisão do trabalho passa pela separação do trabalho manual e intelectual e ganhos novos contornos. Com a mudança na composição orgânica do capital, aumentando a produtividade do trabalho por meio da incorporação do capital variável vão sendo incorporado no mundo fabril mulheres e crianças.

Angela Davis (2016) aborda uma importante contribuição sobre a realidade das mulheres da classe operária nos Estados Unidos da América antes do processo industrial no país ao dizer que as mulheres exerciam trabalhos na

tecelagem, costura, padaria e fabricação de velas e sabão, práticas curandeiras etc. “As mulheres do período colonial não eram ‘faxineiras’ ou ‘administradoras’ da casa, e sim, trabalhadoras completas e realizadas no interior da economia baseada na casa” (Davis, 2016, p 24). Segundo a referida autora o início do processo industrial inglês as mulheres foram as primeiras ocuparem o chão das fábricas têxteis, pois o ofício de tecelã, fiadeiras eram realizados, sobretudo por mãos femininas. Engels em seu livro “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*” (2010) retratou de maneira detalhada as razões das mulheres terem sido absorvidas como mão de obra nas fábricas. No capítulo denominado “Resultados”, Engels demonstra o impacto trazido para os trabalhadores manuais como os tecelões a inserção das máquinas nas indústrias e simultaneamente a substituição do trabalho dos homens pelo trabalho das mulheres e crianças:

[...] **esse trabalho não exige força física, apenas dedos ágeis.** Então, não só os homens são dispensáveis, como, por outra parte, o maior desenvolvimento dos músculos e da ossatura das mãos tornam-nos menos apto ao trabalho para esse trabalho que as mulheres e as crianças, por isso quase todos excluídos desse tipo de trabalho (Engels, 2010, p.179; grifo meu).

Com o desenvolvimento das forças produtivas o trabalho que envolvia esforço físico geralmente exercido pelos homens foi sendo substituído pelo trabalho das mulheres e crianças, já não era mais necessário o emprego da força física nos espaços fabris. Contudo, a empregabilidade desses sujeitos sociais resultava para os capitalistas a redução dos gastos com a força de trabalho, pois as condições salariais eram baixíssimas, provocando uma deteriorização na reprodução de vida das famílias trabalhadoras. Com o aumento do desemprego principalmente para os homens, as mulheres e crianças que ocupavam os espaços da produção social não conseguiam dar conta das necessidades das suas famílias, “o valor da força de trabalho estava determinada pelo tempo de trabalho necessário à manutenção não só do trabalhador adulto individual, mas do núcleo familiar” (Marx, 2013, p. 317).

A base econômica das famílias antes do processo industrial era constituída naquilo que a família produzia como forma de subsistência – economia familiar. Todo o cultivo de cereais, criação de gados e o preparo dos alimentos servia para o consumo doméstico. Todavia com o processo industrial em curso logo suprimiu o modo familiar de produção “por exemplo, quase toda a manteiga era produzida em granjas em 1879; já em 1899 havia sido reduzida bem abaixo de três quartos, e em 1939 pouco mais de um quinto de manteiga era feita em

granjas” (Braverman, 1976, p. 234). Com a industrialização das fazendas logo o capital sujeitou novos trabalhadores a todas as condições do modo capitalista e como consequência dessa relação antagônica entre trabalho e capital e as condições precárias para reprodução social da classe trabalhadora, culminou na inserção das mulheres na esfera da produção social.

Frequentemente, o trabalho domiciliar torna-se antieconômico em comparação com o trabalho assalariado pelo barateamento dos artigos manufaturados, e isto, juntamente com todas as demais pressões sobre a família da classe trabalhadora, contribui para impelir a mulher do lar para indústria. Mas muitos outros fatores contribuem: a pressão do costume social sobretudo sobre a geração mais jovem alternadamente pelo estilo, moda, publicidade e processos educacionais (tudo isto que transforma o “feito em casa” em menosprezo e o “fabricado” ou “comprado fora” em vanglória) [...] (Braverman, 1976, p. 235).

Nas famílias da classe operária o trabalho feminino era considerado imprescindível, sua função era contribuir para o sustento familiar. Portanto as mulheres foram sendo incorporadas intensamente nos espaços de trabalho assalariado, e ao mesmo tempo permanecendo nas atividades domésticas assumindo dupla ou tripla jornada de trabalho, compondo a massa da classe trabalhadora. Com isso o trabalhador foi submetido a uma exploração latente, na qual além do homem, o capital passou a explorar a família operária como um todo – homem, mulher e crianças, “antes o trabalhador vendia sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora, ele vende mulher e filho [...]” (Marx, 2013, p. 317). Contudo, com o desenvolvimento da maquinaria o capital consegue suplantar as barreiras físicas que impediam o amplo desenvolvimento das forças produtivas, fato que possibilitou explorar ao máximo a força de trabalho.

No caso especificamente das mulheres pertencentes à classe trabalhadora não havia nenhum amparo numa situação de gestação ou no período do puerpério “As mulheres, em sua maioria voltam à fábrica três ou quatro dias após o parto e, naturalmente, deixam o bebê em casa [...]” (Engels, 2010, p. 182). O paradoxo dessa questão do ponto de vista ideológico são que as mulheres estavam sendo redefinidas como protetoras do lar, exercendo o papel da maternidade e dos cuidados.

Cabe mencionar que essas mudanças históricas, colocaram a mulher no centro da vida doméstica, como uma dona de casa em tempo integral, ideologicamente promovendo uma figura de “recatada do lar”, construindo uma imagem social das mulheres brancas da classe burguesa e da classe média como pessoas dóceis e frágeis, redesenhando o lugar da mulher na sociedade,

subjugando-a ao homem. Não podemos perder de vista que esses adjetivos universais ao papel feminino, não abrangiam o cotidiano de todas as mulheres, certamente esse lugar idílico não poderia pertencer às mulheres brancas da classe trabalhadora, tampouco às mulheres negras.

Obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão ‘masculino’ quanto seus companheiros, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas vivências durante a escravidão. Algumas, sem dúvida, ficaram abaladas e destruídas, embora a maioria tenha sobrevivido e, nesse processo, adquirido características consideradas tabus pela ideologia da feminilidade do século XIX (Davis, 2016, p. 23-24).

Para Davis (2016), sua compreensão segue na direção que a esfera doméstica não é um componente integrante do capitalismo, mas sim sua pré-condição, já que para o capitalista não importa como a força de trabalho é produzida e mantida, sua única preocupação é a existência e disponibilidade de trabalhadoras e trabalhadores exploráveis.

Essas imigrantes brancas eram primeiro lugar, trabalhadoras assalariadas e, apenas de modo secundário, donas de casa. E havia outras mulheres – milhões de mulheres que trabalhavam duramente fora de casa como produtoras forçadas da economia escravagista do Sul (Davis, 2016, p. 242).

A família como parte integrante da sociedade não ficou de fora das mudanças ocorridas historicamente e foi se constituindo como um importante instrumento de disciplinamento dos corpos femininos e da dominação patriarcal. “Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e pela casa” (Perrot, 2005, p. 459). A família se constituiu como instituição de destaque nas mudanças ocorridas na vida das mulheres, pela atuação da família nuclear, o trabalho doméstico, a criação dos filhos, os padrões de sexualidade etc., foram definidos como responsabilidades femininas. A difusão de uma estrutura familiar nuclear serviu como estratégia para gestar a força de trabalho, já que o trabalho da mulher passava a ser na esfera reprodutiva, sem qualquer forma de valorização e remuneração e, isso produziu no cotidiano o perfil “dona-de-casa” naturalizando o lugar do cuidado como trabalho feminino.

Por sua vez o processo de violência e desumanização perpetrado sobre as mulheres negras e suas famílias desde o período da escravidão, inviabilizou uma compreensão acerca dessas experiências familista. Considerando-as como não famílias, dando lugar a outras formas de violência e discriminação. Slenes (1988)

apontou acerca das relações afetivas, sexuais e familiares entre homens e mulheres escravizadas no Brasil.

[...] o peso da escravidão, o desequilíbrio numérico entre os sexos e a possível 'sobrevivência' de normas favoráveis à poligamia, não destruíram a família negra como instituição. [...] esses estudos sugerem fortemente que a união sexual estável constituía a norma cultural no grupo cativo. Quando as condições de vida dos escravos permitiam a formação de relações sociais com uma certa continuidade no tempo [...] (Slenes, 1988, p. 194).

A ideologia branca europeia instituiu o ideário da família nuclear cujo modelo patriarcal, racista, cisheteronormativo⁵ e elitista se lançará sobre as diversas formas de organização familiar relegando suas ancestralidades como Slenes vai afirmar numa única frase “o ‘desvio’ não estava no lar negro, mas no olhar do branco” (1988, p. 194). Estar inserida no mundo do trabalho era, então, abdicar de todo o papel feminino proveniente da sociedade capitalista. Entretanto, ser negra era simplesmente não ser julgada por isso, a partir da sua condição de escravas, vendedoras, quituteiras, sendo parte de um contingente de mulheres pertencentes a classe trabalhadora.

Mattos trata claramente sobre a necessidade urgente de ampliar a compreensão acerca do conceito de classe social, vejamos:

Um dos problemas recorrentes das análises marxista desde os tempos de Marx e Engels reside em tentar contornar o significado da heterogeneidade da classe e das distintas experiências históricas de opressão e alienação, combinadas de maneiras também distintas à exploração por meio de uma afirmação simples da prioridade analítica do conceito de classe sobre outros, como o de gênero e raça (Mattos, 2019, p. 58).

Assim sendo, as dimensões de raça e gênero se configuram como marcadores sociais chave na hierarquização das posições que os sujeitos ocupam nessa estratificação principalmente olhando para a realidade brasileira. É nesse sentido que as desvantagens historicamente observadas penetram a estrutura de classes de modo a atualizar discriminações e manter “segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas” (Gonzalez, 2018, p. 130).

O percurso histórico acerca da participação da força de trabalho feminina indica, que está predominava nos primórdios do século XX na América Latina e formava a maior parte do contingente de trabalhadores. Ressalte-se que as

⁵ O termo cisheteronormatividade caracteriza um conjunto de normas e condutas que pressupõe a identificação das pessoas sempre como cisgêneras (identificação de gênero com o sexo atribuído ao nascer) e heterossexuais (orientação do desejo está no sexo oposto) constituindo esse um padrão da subjetividade humana. Para Sá e Szyllit (2021, p. 51) o controle da heteronormatividade está em “normatizar, legitimar e privilegiar a heterossexualidade como constitucional e natural aos seres humanos, respondendo com repressão e marginalização aos comportamentos e desejos que não se submetem à norma heterossexual”.

mulheres negras no Brasil estiveram, desde a escravidão, ocupadas predominantemente em atividades ligadas à esfera reprodutiva, como no trabalho doméstico, ou em ocupações informais.

As populações de nível de renda mais baixo são as principais recrutadas. Deste modo, a mulher branca passa a fazer parte da força de trabalho. Mas não podia deixar de ser, devido ao fato de pertencer ao grupo subordinado, ocupa lugares definidos como de “atividades femininas”. Na fase inicial de industrialização, a mulher branca participa da foga de trabalho com o declínio das indústrias tradicionais, principalmente a têxtil, ela se vê expulsa do setor industrial e passa a concentrar-se em empregos burocráticos de nível baixo que, embora mal remunerados exigem certa qualificação educacional. Como consequência desse deslocamento, os homens de classe média ascendem a ocupações burocráticas de nível mais alto. O mesmo não ocorre com a mulher negra, e isto por dois motivos fundamentais: o primeiro, porque a mulher negra ainda não teve acesso suficiente à educação para qualificar-se para estes tipos de empregos burocráticos. Segundo, porque esses empregos implicam relações públicas ou relação com o público (Nascimento, 2006, p. 105).

A relação entre a natureza da atividade ligada à esfera reprodutiva e a composição majoritária de mulheres negras remonta a constituição de um mercado de trabalho assalariado que emerge em um contexto de abolição da escravidão marcado por políticas profundamente excludentes, as quais, aliadas à política de importação da força de trabalho estrangeira, impuseram aos ex-cativos condições de vulnerabilidade extrema, com transformações ínfimas na qualidade da inserção de força de trabalho em relação àquela vivida no período da escravidão .

A delegação é apresentada como um modelo contingente, reflexo das novas configurações da divisão sexual do trabalho na Europa. Segundo Kergoat e Hirata (2007) a conjuntura que, por um lado, acomete as mulheres do hemisfério norte por meio da intensificação do trabalho, ampliação da jornada, investimento na construção das carreiras e maior envolvimento pessoal demandado pelas empresas, por outro, revela o agravamento da precarização e pobreza de um número crescente de mulheres imigrantes. Daí decorre um cenário de “internacionalização do trabalho reprodutivo” que agudiza a relação de concorrência entre essas mulheres.

As contradições oriundas das relações de raça/etnia, classe e sexo que se interseccionam resultam em uma polarização dos interesses e “acentuação clivagens objetivas entre mulheres” (Kergoat; Hirata 2007, p. 603). Os arranjos concebidos para garantir o cumprimento das responsabilidades familiares e profissionais atribuídos às mulheres também são refletidas no cotidiano das mulheres subalternizadas. Faxineiras, empregadas domésticas, babás e cuidadoras veem-se impelidas a delegar a outras mulheres suas tarefas

familiares, mas com consequências ainda mais profundas, uma vez que enfrentam diversos dilemas, baixa atuação de políticas públicas e poucos recursos transferindo o cuidado a cargo de outras mulheres (avós, tias, irmãs vizinhas...). Entretanto, no percurso histórico do mercado de trabalho brasileiro, a delegação aparece não apenas como contingência, mas como um sintoma crônico, produto das marcas de sexo, raça e classe que permeiam a organização do trabalho.

No modo de produção capitalista a produção e a reprodução da vida estão organizadas de forma específica e imbricadas em uma totalidade de relações sociais. O capitalismo mercantilizou todos os bens da vida, incluindo a força de trabalho humana, que passa a também assumir a forma de uma mercadoria para o próprio trabalhador. O trabalho deixa de ser primeira necessidade do ser social para converter-se em meio de subsistência, em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. Essa virada entre o trabalho ser uma atividade vital para tornar-se um fazer compulsório caracteriza o capitalismo como forma de vida. Nele a força de trabalho é uma mercadoria, uma mercadoria especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital.

Concluimos que as trabalhadoras negras são historicamente impelidas a ocupações marginalizadas pela condição de vulnerabilidade decorrente do entrecruzamento de classe, raça e gênero. O resultado desta condição se expressa nos indicadores de grande contingente de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico, baixos salários e um alto grau de informalidade. Este padrão de inserção produz efeitos significativos sobre as práticas discriminatórias retroalimentando imagens e estereótipos na manutenção de guetos ocupacionais para essa população.

O estudo acerca da inserção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro permitiu identificar que o ponto de intersecção onde se localizam as trabalhadoras negras redundava em uma dupla desvantagem: o determinante de gênero incide principalmente sobre as resistências no acesso e permanência no trabalho, enquanto o determinante de raça recai predominantemente sobre a qualidade da inserção de modo a perpetuar indicadores de informalidade e precariedade.

3

Espaço da Reprodução Social: um campo em disputa para o feminismo

O gênero, como elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres, é uma construção social e histórica que define masculinidades e feminilidades e os padrões de comportamento, aceitáveis ou não, tanto para homens quanto para mulheres. Vale apontar que essas construções são marcadas por relações de hierarquização e poder. Com isso essa construção social não envolve apenas comportamentos, mas configura o conjunto das relações sociais, demarcando desigualdades em muitos âmbitos da vida social.

Nos anos 1970 houve um avanço significativo nos debates feministas com a perspectiva de gênero como uma construção social das “identidades sexuais” e como objeto de estudos, a exemplo das autoras Gayle Rubin (1975) e Joan Scott (2019) que trouxeram o debate gênero/sexo para além das questões biológicas. Com esse movimento foram abertos caminhos para a desconstrução e desnaturalização das definições do masculino e do feminino. Aliás, é exatamente assim que a sociedade se estabelece: normatizando o que é ser homem e mulher e adotando conceitos e comportamentos da cisheteronormatividade como base que estrutura a sociedade. E nesse sentido o movimento feminista constitui-se um movimento social com uma dimensão teórica e política permeado por esse debate. Cabe ressaltar que há uma hegemonia de estudos feministas nesse período que desenvolvem uma abordagem centrada apenas no gênero, ainda que alguns debates apontem a necessidade de articulação entre gênero, raça e classe, sexualidade como das autoras Scott (2019), Butler (2018; 2019) e Saffioti (1967).

Ainda desde os meados da década de 1970, análises feministas procuram demonstrar os nexos entre a produção de mercadorias e os trabalhos domésticos e de cuidados. Tendo em vista o acúmulo das análises feministas nesse campo, este capítulo abordará a problemática atual do trabalho doméstico/cuidado, seja remunerado ou não, como uma atividade que abrange a noção do cuidado e está inscrito na esfera da reprodução social.

Ao analisar o mundo do trabalho no modo de produção capitalista, é importante perceber que as formas de exploração e dominação desse sistema ocorrem de maneira diferente e mais acentuada na vida das mulheres pobres, negras e de países de economia periférica. Parte-se da premissa de que as

relações sociais de sexo e a divisão sexual e racial do trabalho atuam como marcadores sociais na construção do trabalho produtivo e reprodutivo na sociedade de classes. Com base nessa perspectiva, é fundamental discutir a questão da invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado. Indispensável à manutenção da produção e reprodução não só do trabalho, mas da vida social, o trabalho doméstico não remunerado é historicamente julgado de menor valor e realizado, na maioria das vezes, por mulheres, de forma natural, quase sempre uma obrigação. Produto de uma construção social de visão androcêntrica, rege-se pela ideia de que os homens ocupam lugar central na sociedade e que o masculino é universal. No entanto, essa masculinidade universal está vinculada ao homem branco, cisheterossexual e preferencialmente de origem de países do norte global.

O objetivo então é tratar de aspectos da discussão que se concentram no papel das mulheres na produção e reprodução da força de trabalho no capitalismo. É nesse impasse teórico que o debate ativado pelas feministas desde os anos 1960 trouxe a necessidade de repensar o marxismo e o próprio feminismo marxista no conceito chave da sociedade capitalista que é a reprodução da força de trabalho, considerando as opressões de gênero e raça como parte constituinte da luta de classe. Na perspectiva feminista, o trabalho passa a ser dilatado na sua acepção marxista clássica, visto que o capitalismo é marcado pela valorização do valor como seu combustível essencial, porém, enquanto sistema, é um sociometabolismo complexo, permeado de mediações sociais e que, historicamente, produziu uma realidade que relegou a reprodução social predominantemente à esfera privada ou a desvalorizou e a invisibilizou na esfera pública.

Nesta perspectiva da separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo o tempo que conta, o tempo que tem valor, é aquele empregado na produção de mercadoria, gerador de mais valia. A mais valia é a base da acumulação do capital.

A apropriação do tempo de trabalho é uma dimensão fundante e permanente da sociabilidade capitalista. O tempo do trabalho doméstico, do cuidado com a reprodução da vida das pessoas, não é levado em conta na distribuição do tempo dentro da relação produção/reprodução. Mesmo na análise marxista, a reprodução é tratada apenas como substrato do processo produtivo, e o trabalho reprodutivo realizado no espaço doméstico, elemento central para reprodução social, não é levado em conta.

Na teoria do marxismo clássico, a reprodução social está pautada pelos custos da reprodução da força de trabalho que são contados, apenas, a partir do consumo dos produtos necessários à manutenção e reprodução dos trabalhadores e trabalhadoras. Mas, todo trabalho investido no cuidado, na produção da alimentação, na organização e manutenção do espaço de convivência familiar está fora da conta que configura a mais valia e, conseqüentemente, que mede o grau de acumulação na exploração capitalista.

A partir dos estudos feministas é que se trouxe à luz essa problematização sobre onde está o tempo para os cuidados necessários para produzir os meios de manutenção da vida individual e coletiva, isto é, para o desenvolvimento das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, a educação, a saúde, o aconchego e a manutenção do espaço doméstico?

Qual o tempo definido para o cuidado com as pessoas que não têm condições de se autocuidar, como as crianças, pessoas idosas e outras pessoas que não têm condições físicas ou mentais para isso? Esse tempo, que não é percebido como parte da organização do tempo social, é retirado da vida das mulheres como parte das atribuições femininas, determinadas por relações de poder que entrelaçam a dominação patriarcal à exploração capitalista. Para a maioria das mulheres que está no mercado de trabalho, formal e informal, o tempo para cuidar das tarefas domésticas é aquele que sobra da sua inserção formal ou informal nesse mercado.

É justamente aí que se produz a dupla ou tripla jornada de trabalho para as mulheres. Essa forma de organização, baseada na sobrecarga da jornada sobre as mulheres, é fundamental para a acumulação do capital, uma vez que rebaixa os custos da reprodução social.

A teórica feminista Carrasco (2001) afirma que não seria possível a manutenção do trabalho assalariado na produção (tempo assalariado) sem a sustentação do trabalho reprodutivo (não remunerado) no âmbito doméstico. Contudo, o trabalho do cuidado exercido pelas mulheres é visto, como um recurso elástico e inesgotável. O trabalho das mulheres é tratado como serviço, considerando que as mulheres estão à disposição para servir, logo recai no lugar da desvalorização desse trabalho.

3.1

Trabalho doméstico e do cuidado no contexto da reprodução social

As distintas formulações teóricas e conceituais sobre o cuidado apresentam avanços a respeito da compreensão de seu papel social e a observação das condições em que são desempenhados. Uma das principais contribuições que esses estudos trazem é tornar visível que o cuidado é universal e indispensável em todas as sociedades.

A partir das recentes produções acadêmicas sobre o cuidado utiliza-se constantemente o termo *care* ou *care work*. Para a autora Hirata, o termo *care* “é dificilmente traduzível, porque polissêmico. Cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do *care*” (2010, p. 43). Não há, no entanto, consenso sobre a terminologia mais adequada, seja porque a formulação dos conceitos não se mostra satisfatória, seja devido à complexidade do fenômeno, afinal é um conceito em construção, não há uma definição absoluta. Contudo, compreendo que o significado do cuidado extrapola os vínculos emocionais e relacionais com outro. Os afazeres domésticos como arrumar a casa, cozinhar, lavar e passar também são uma das formas pelas quais o cuidado acontece.

Se quiséssemos definir de maneira muito rigorosa o que é o *care*, seria: é o tipo de relação social que se dá tendo como objeto outra pessoa. Descascar batatas é *care*, mas de uma forma muito indireta: é *care* porque preserva a saúde, o outro ser. Fazer com que outro ser continue com saúde implica cozinhar, alimentá-lo, pois precisa desse cuidado material, físico. Então, pode-se dizer que tudo faz parte do *care*, mas aí não teríamos mais uma definição rigorosa do *care* (Hirata, 2010, p. 48).

Partindo das reformulações do campo feminista marxista sobre o conceito do trabalho, compreendo que o cuidado seja remunerado ou não, realizado dentro ou fora do âmbito doméstico é considerado uma das formas de conceituar o trabalho e está inserido no campo da reprodução social. Com base nessa perspectiva é fundamental discutir a questão da invisibilidade do trabalho do cuidado não remunerado, uma vez que é indispensável à manutenção da produção e reprodução não só do trabalho, mas da vida social e do próprio capitalismo .

O trabalho doméstico e do cuidado são historicamente julgados de menor valor e realizados, na maioria das vezes, por mulheres, de forma natural, quase sempre uma obrigação produto de uma construção social regida pela ideia de

que os homens ocupam lugar central na sociedade, tido como espaço público da esfera da produção social, enquanto as mulheres ocupam os espaços privados, considerados espaços reprodutivos. Como se refere Saffioti:

[...] no processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina [...] no plano estrutural, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas (Saffioti, 2013, p. 65-66).

Com a ascensão do capitalismo, o conceito de trabalho sofre uma profunda transformação, sua lógica não está pautada na produção de bens para fins de uso, mas principalmente para disponibilidade de trocas:

Com a era industrial, essa atividade de trabalhar e de produção de bens materiais ou imateriais tomou forma na indústria e trabalho já não era toda a produção de bens materiais ou imateriais, trabalho estava na fábrica, na indústria e trabalhar era ir para chão de fábrica, para produzir alguma coisa que era parte do estabelecimento do capitalismo (Scuro, 2017, p. 23).

O processo de trabalho passa à condição de valorização e como “capital é uma relação social impulsivamente expansiva” (Souza; Mendonça, 2017, p. 549) subjugando todas as atividades as formas mercantis. Para isso o debate do marxismo clássico sobre o trabalho produtivo e trabalho improdutivo através da Lei da Teoria do Valor foi a base teórica que contribuiu para explicar as facetas da relação capital e trabalho. É nessa noção separada sobre o conceito do trabalho a partir de atividades remuneradas produzidas exclusivamente nos espaços industriais, considerados espaços da produção social (produção do valor), que culminou no entendimento de que as atividades domésticas não remuneradas, exercidas por mulheres, foram relegadas como não trabalho como fruto da sua improdutividade. E com isso historicamente foi desvalorizado, desqualificado e feminilizado.

O capitalismo, no entanto, reconhece o trabalho produtivo para o mercado como a única forma legítima de ‘trabalho’, ao passo que a enorme quantidade de trabalho familiar e comunitário que continua a sustentar e a reproduzir o trabalhador, ou, mais especificamente a força de trabalho é naturalmente inexistente (Bhattacharya, 2023, p.18).

Quando se discute a representação do capitalismo, é fundamental que sua lógica, transformações e efeitos sejam compreendidos em conjunto com a produção e reprodução social do trabalho. Desse modo, se contemplada a expressão “economia oficial dominante”, citada por Bengoa (2018, p.32), a

esfera da produção ganha destaque praticamente descolada da reprodução social. Essa dimensão, por conseguinte, é marginalizada, esquecida, mas é essencial que seja colocada em tela, pois faz emergir a questão sobre o trabalho doméstico e de cuidado de pessoas, realizado basicamente pelas mulheres.

De acordo com Bengoa, o conceito de reprodução social na perspectiva feminista surge entre as décadas de 1960 e 1970 com feministas italianas. Esse conceito, que integra o econômico e o social, relaciona-se com a complexidade de tarefas realizadas no espaço doméstico e de cuidados, cuja finalidade é a reprodução biológica e da força de trabalho. São palavras da autora:

Incluiria também as práticas sociais e os trabalhos de cuidados, a socialização e a satisfação das necessidades humanas, os processos de relações sociais. [...] Um conceito que permite dar conta da profunda relação entre o econômico e o social, que não separa produção e reprodução, que situa a economia desde uma perspectiva diferente, outorgando prioridade às condições de vida das pessoas, mulheres e homens (Bengoa, 2018, p.45).

O conceito da reprodução social a partir das perspectivas feministas ganhou novos contornos de modo que essas esferas – produção e reprodução social – não estão separadas, na verdade possuem uma relação simbiótica. Para Kergoat (2016) a reprodução social passa pela ideia da “produção do viver em sociedade”, enquanto para Amaia Pérez Orozco (2006) sua compreensão é pela “sustentabilidade da vida”; já Hirata e Zarifian (2000) dirão “produção da vida”. Essas tarefas fornecem as condições materiais necessárias para o trabalho produtivo, por isso as atividades de reprodução social devem ser consideradas não só do ponto de vista de valor social, mas também econômico. Bengoa considera uma “cegueira patriarcal” essa desvalorização do trabalho doméstico:

A força de trabalho reproduzida nos lares e entregue ao capital por um valor menor do que de fato vale oculta, assim, uma enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres, que passa a formar parte da acumulação contínua de capital. Agora, só pode ser considerada uma enorme cegueira patriarcal o fato de [que] esses economistas [...] não consideraram em suas análises o trabalho doméstico e de cuidados, necessário para a subsistência dos trabalhadores e suas famílias (Bengoa, 2018, p.36-37).

Segundo Bengoa (2018), as atividades de cuidados são necessidades básicas, mas os indivíduos não percebem essa importância porque são trabalhos considerados naturais, quando na verdade não o são:

Em primeiro lugar, os cuidados (e o autocuidado) respondem a diferentes necessidades humanas básicas, como comer diariamente, manter-se limpa/o, viver em um espaço limpo, etc., necessidades que habitualmente passam desapercibidas porque, pelo menos na parte do planeta que habitamos, estão encobertas, mas, sobretudo, porque estão naturalizadas. São resolvidas no interior

dos lares como se fosse algo natural; mas não é. Aí atua a “mão invisível” (e o sexo invisível) para que tudo esteja sempre em seu devido lugar (2018, p.47-48).

A partir de então, os estudos feministas apontaram que as atividades domésticas estão intrínsecas no campo da produção social, portanto, contribuem para a lógica capitalista visto que “o espaço doméstico familiar é fundamental para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora” (Nogueira, 2010, p.60).

Silvia Federici (2021) quando discute a questão de gênero em Marx, mais especificamente na obra *O Capital*, constrói sua análise dizendo que não há nenhuma alusão sobre a ocultação do trabalho que é feito em casa e como este contribui para a reprodução do(a) trabalhador(a) através da produção da força de trabalho consequentemente a produção da mais-valia. Entretanto, a autora aponta que Marx não traz em suas considerações o lugar que o trabalho doméstico, executado majoritariamente por mulheres, ocupa nesse processo de produção e reprodução do trabalhador. Ao contrário, aborda de maneira mais biologizante a questão da família e do chamado “trabalho familiar” como é citado,

O que ele descreve, então, é literalmente a reprodução de mão de obra assalariada por meio de mercadorias produzidas pela própria mão de obra assalariada. Assim, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de quem os possui”, determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias que a mão de obra consome (Marx apud Federici, 2021, p. 69).

Em meio a essas análises, destaca-se a perspectiva feminista marxista que desenvolve a Teoria da Reprodução Social Unitária⁶ (TRS) a qual visa reorientar o debate marxista e do feminismo marxista a partir da análise unitária, integrativa das relações de opressão, exploração, expropriação e alienação da força de trabalho. Busca pensar essa força de trabalho de maneira generificada, racializada sem perder sua dimensão histórica da luta de classe.

Essas autoras partem das compreensões de que os trabalhos domésticos e de cuidados constituem parte da totalidade sistêmica do capitalismo, de que eles são necessários à regeneração do capital e de que eles constituem importantes disputas entre capital e trabalho.

⁶ As autoras contemporâneas do campo marxista têm refletido sobre reorganizar o conceito de trabalho a partir de uma perspectiva unitária, de modo que o capitalismo precisa estar articulado com a opressão, expropriação e alienação da reprodução da força de trabalho. O pressuposto aqui tomado é a partir do método em Marx enquanto teoria da totalidade social. Segundo Rhaysa Ruas “[...] a noção marxiana de totalidade social nos permite afirmar a distinção de cada relação social específica que constitui o capitalismo sem suprimir a sua unidade e determinação, e nem subordinar, homogeneizar ou diluir particular no universal” (2020, p.384).

Não há como negar que o sistema capitalista usufrui do trabalho da reprodução social embora é importante reconhecer que esse entrelaçamento é fruto de um movimento dialético. Nessa perspectiva feminista, o conceito da reprodução social é uma atividade que extrapola o mundo doméstico. Para Cinzia Arruzza:

O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade, como já mencionado. **Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional.** Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado (Arruzza, 2015, p. 55; grifos meus).

A feminista marxista Tithi Bhattacharya em sua obra “O que é teoria da reprodução social?”, publicada em 2019 no Brasil, resgata o debate teórico sobre a reprodução social propondo analisar a relação entre o capitalismo, feito para produzir mercadoria, e a reprodução da vida. De modo que a reposição da força de trabalho se dá principalmente nos espaços domésticos – familiares. A mesma autora vai dizer que “[...] os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado fresco e prontos para vender sua força de trabalho para o capitalista” (Bhattacharya, 2019, p.102). Para Ávila (2009, p. 139), o tempo do trabalho doméstico, do cuidado com a reprodução da vida das pessoas, não é levado em conta na distribuição do tempo dentro da relação produção/reprodução. Mesmo na análise clássica marxista, a reprodução é tratada apenas como substrato do processo produtivo.

A autora Lise Vogel tem chamado a atenção para essa reprodução da classe trabalhadora que ocorre longe do *setting* da produção de valor. Vogel (2022) desenvolve sua análise nos marcos da teoria do valor em Marx: a gênese da opressão às mulheres está situada na relação contraditória entre as formas de reprodução da força de trabalho em articulação necessária, porém antagônica à produção social capitalista.

No desenvolvimento histórico-social e na produção e reprodução do capital, o trabalho passa a ser uma relação social na qual o trabalhador entrega o valor de uso da sua força de trabalho a um capitalista, e que emprega essa força de trabalho na geração de mais-valia.

Como já foi discutido no capítulo anterior, a força de trabalho ainda que seja considerada uma mercadoria possui duas importantes características: 1) é a única que é capaz de produzir mais valor; 2) não pode ser “produzida” de forma capitalista.

Em relação à primeira característica, é ela que faz com o que o trabalhador seja “o meio de produção mais imprescindível ao capitalista” (Marx, 1984, p.666), na medida em que o trabalhador produz mais valor ao produto denominado por Marx de consumo produtivo.

Da segunda característica, podemos apontar que não é possível que a força de trabalho seja produzida no campo da produção. Portanto, dizer sobre a reprodução da força de trabalho é para além do olhar biologista (produção de novos seres humanos), mas incorporar uma série de processos que garantem essa reprodução de forma cotidiana.

Chamamos atenção para o fato de Marx abordar o consumo individual como fator da produção e reprodução do capital, seja no interior ou fora da produção. Isso porque é a condição indispensável para a própria acumulação, ao garantir que haja a renovação da energia dessa força de trabalho para mais um dia de trabalho, e também a renovação geracional da classe trabalhadora. Sem contar que tal consumo realiza o mais-valor contido nos produtos que compõem a cesta de subsistência do trabalhador e de sua família.

As teóricas feministas trazem em torno desse debate o entendimento de Marx sobre a reprodução dos trabalhadores como algo natural vinculado à autopreservação e procriação⁷. Na realidade, o processo de reprodução social da força de trabalho envolve um conjunto complexo, contraditório entre o capital, trabalhadores e Estado atravessado pela luta de classes. Como argumenta Vogel “[...] os processos de reprodução da força de trabalho na sociedade de classes normalmente constituem um importante terreno de batalha” (2022, p. 345). Haja visto que é necessário analisar o capitalismo articulado com a opressão de gênero, exploração e alienação. Para Bordon (2021, p. 32), “Logo, a opressão das mulheres nas sociedades de classe, a partir da perspectiva da reprodução social, está enraizada na sua posição diferencial nos processos de renovação geracional, e a família constitui a forma social pela qual essa reprodução geracional ocorre”.

A opressão das mulheres na sociedade capitalista aparenta estar no trabalho doméstico não remunerado das mulheres para os homens, idoso e

⁷ “Aqui, porém, encontramos, um problema: além da procriação, Marx é notadamente silencioso sobre os processos através dos quais a próxima geração da ‘raça de peculiares proprietários de mercadorias’ é trazida à luz e criada. De fato, em vez de teorizar sobre as relações e práticas sociais através das quais os futuros trabalhadores assalariados são produzidos, Marx se volta para um naturalismo simples [...]. No entanto, esta é claramente, uma não resposta para o problema. Assim como a procriação, os impulsos de autopreservação e propagação são organizados dentro das formas socioculturais de vida. E não se pode tomar essas formas como dadas, como uma teoria puramente naturalista sugerida, já que são sócio historicamente criadas e reproduzidas [...]” (Ferguson; McNally, 2017, p.38).

crianças, contudo, ainda que a família seja fundamental, é na importância social do trabalho doméstico para o capital que a opressão se realiza. No modo de produção capitalista a produção e a reprodução da vida estão organizadas de forma específica e imbricadas em uma totalidade de relações sociais. De acordo com Bordon (2021):

O capitalismo mercantilizou todos os bens da vida, incluindo a força de trabalho humana, que passa a também assumir a forma de uma mercadoria para o próprio trabalhador. O trabalho deixa de ser primeira necessidade do ser social para converter-se em meio de subsistência, em trabalho assalariado, alienado e fetichizado. Essa virada entre o trabalho ser uma atividade vital para tornar-se um fazer compulsório caracteriza o capitalismo como forma de vida. Nele a força de trabalho é uma mercadoria especial, cuja finalidade é criar mercadorias e valorizar o capital (Bordon, 2021, p. 30).

Essas reflexões, partindo da Teoria da Reprodução Social, são destacadas por Ferguson e McNally ao se referirem ao trabalho de Vogel:

O insight crítico de Vogel envolve interromper a argumentação de Marx, bem neste ponto e perguntar: quais são as condições de possibilidade dessa “mercadoria especial”, a força de trabalho, o próprio pivô da economia capitalista? Qual é a natureza dos processos sociais através dos quais a força de trabalho em si é produzida? (Ferguson; McNally, 2017, p. 34).

Vogel (2022) se propõe a avançar na investigação teórica dos processos de reprodução social da força de trabalho, que não foram investigados pela teoria marxiana e que de acordo com ela são engrenagens da opressão à mulher no capitalismo. “Marx considerou a reprodução da força de trabalho como central para reprodução social, mas nunca ofereceu uma exposição exaustiva do que ela implicava” (Vogel, 2022, p.399). De acordo com Saraiva (2021), por isso que a teoria da reprodução social busca enfrentar e dar conta desse debate inesgotável e determinar o status teórico da reprodução social da força de trabalho a partir da crítica da economia política. Dessa forma “escapamos de uma compreensão economicista do capitalismo e da própria luta de classes, que reduz a luta dos trabalhadores ao seu local de trabalho e a questão salarial. Inclusive dando a essa um sentido mais amplo [...]” (Saraiva, 2021, p.33).

A autora continua sua reflexão afirmando que não é apenas a questão salarial ou os conflitos por melhores condições de trabalho e/ou de vida nos espaços produtivos que determinam o valor da força de trabalho, ou melhor, as condições para a sua reprodução. “Se o valor é o tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução, que é medido na esfera produtiva, como então é possível determinar a reprodução social da força de trabalho para além do consumo individual?” (Saraiva, 2021, p. 33).

Buscando compreender a diversidade das trabalhadoras e dos trabalhadores envolvidos no trabalho do cuidado, encontramos em Ferguson (2017, p. 27 apud Saraiva, 2021, p. 34) a afirmação de que há uma “unidade diversa, concreta” da classe trabalhadora, que é composta por pessoas de diferentes corpos, sexo e sexualidade, localização, classes sociais, raça/etnias etc. As reflexões de Saraiva (2021) nos inspiram a pensar junto com as formas da reprodução social da força de trabalho, sobretudo, o lugar do trabalho do cuidado na ordem capitalista.

É necessário analisar que mesmo entre as famílias trabalhadoras, a depender do bairro em que residem, do acesso a serviços públicos (saneamento básico, área de lazer, transporte, água, luz, escolas, níveis de violência) e serviços privados (restaurantes, shoppings, teatros) a garantia da reprodução social ocorrerá a depender desses fatores. Sob esse ponto de vista, percebemos quão atravessados os trabalhadores e trabalhadoras estão não apenas por uma questão de gênero, mas também por uma questão de sexualidade, territorialidade e raça impactando a reprodução social. De acordo com Bordon (2021, p. 125-126): “As relações de opressão não são teorizadas apartadas de uma análise do capitalismo, como um anexo, elas co-constituem-se de forma relacional e dinâmica segundo a lógica do capital”, em um sentido que escapa das tendências reducionistas. Conforme descreve Nancy Fraser:

Compreender o trabalho afetivo e material, muitas vezes realizado sem remuneração, é fundamental. Ele é indispensável para a sociedade. Em sua ausência, não poderia haver cultura, economia ou organização política. Nenhuma sociedade que mina sistematicamente a reprodução social pode resistir por muito tempo (2023, p.46).

Embora possamos afirmar, a partir dos estudos realizados junto às teóricas da reprodução social, que o trabalho doméstico e do cuidado contribui para que haja expansão e concentração do capital, Domingues (2021, s. p.)⁸ chama a atenção para o fato de que:

Essas atividades, podem ser entendidas no sentido de que não geram mais-valor, ou seja, são improdutivas, mas necessárias para o capitalismo continuar a existir. Esse trabalho é necessário para a existência da classe trabalhadora, mas ele em si não permite nenhuma acumulação capitalista [...].

Em face do exposto acima é necessário trazer a base da crítica feminista à teoria do valor. Por fim, como expressão da renovação da teoria social marxista

⁸ O artigo disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2021/08/reproducao-social-e-feminismo/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

promovida pela problemática atual dos trabalhos domésticos e de cuidados, a Teoria da Reprodução Social será apresentada como um modo singular de se compreender tal complexidade atual.

3.2

Trabalho doméstico e de reprodução social: uma atividade irrelevante para a dinâmica do capital?

As diversas formas de trabalho desde a gestação, lactação, lavar, cozinhar e cuidar de criança ou alguém adoecido foram considerados improdutivos ao capital, isto é, que não produzem valor e mais-valor. Compreendemos a centralidade do processo produtivo e da extração do mais valor sendo o ponto nodal do sistema capitalista, porém também consideramos que sem todo o conjunto de relações para além da produção, não é possível que haja a materialização da extração de mais-valia e acumulação. Nesta perspectiva da “aparência histórica” (Bhattacharya, 2023 p.129) sobre a separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo em consonância com a interpretação sobre o trabalho produtivo e improdutivo, produziu-se historicamente uma realidade que relegou a reprodução social predominantemente à esfera privada e invisibilizou-a na esfera pública.

Para Pfeifer e Adams (s/d, s/p.)⁹:

O processo de produção/reprodução material e social situa-se na compreensão da totalidade do movimento da sociedade, sendo a categoria produção compreendida como as relações estabelecidas para produção das condições que satisfaçam as necessidades humanas, enquanto reprodução configurada como o fator que dá continuidade ao conjunto da vida social. Todo processo de produção é, ao mesmo tempo, um processo da reprodução social.

Federici, por sua vez, argumenta que:

A acumulação capitalista é estruturalmente dependente da livre apropriação de imensas áreas de trabalho e recursos que precisam aparecer para o mercado como externalidades, como o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres, com o qual os empregadores contam para a reprodução da força de trabalho (Federici, 2019, p. 308).

Identifica-se assim, que o capitalismo invisibiliza a exploração do trabalho doméstico e de reprodução social produzido pelas mulheres, e que “a condição

⁹ Disponível em:

<https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/paineis/GT1/qt1p5.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho” (Federici, 2019, p. 43). Segundo Garcia (2022, p. 55):

Apesar disso, é certo afirmar que o capitalismo em cooperação com o patriarcado, estabeleceu historicamente uma nova posição para as mulheres, visando a sua produtividade e lucratividade através da exploração desse segmento, se utilizando das condições degradantes que ele mesmo criou no interior da divisão sexual [e racial] do trabalho”. Uma das estratégias do capitalismo para se beneficiar do trabalho realizado por mulheres foi a transmutação do trabalho doméstico em âmbito privado em trabalho exclusivo de mulheres, e o trabalho fabril, em âmbito público, voltado para os homens. Para tanto, o capitalismo se articulou no sentido de que esse trabalho não representasse uma ameaça à sua produção por meio da naturalização dos papéis de gênero.

As atividades da reprodução social vão muito além de limpar uma casa, cuidado na educação das crianças, desde o nascimento até a vida adulta, bem como a preparação para o mercado de trabalho capitalista, envolve o trabalho no campo de refugiados, em hospitais e creches. Bhattacharya (2019) contribui nesta direção, ao tratar das questões subjetivas do trabalho reprodutivo e da forma pela qual o capitalismo se beneficia dessas atividades. A autora destaca o cuidado psíquico e emocional envolvido nessas atividades, da mesma forma, ressalta alguns questionamentos que reforçam a importância de tais encargos:

Qual é o impacto na saúde pública quando as pessoas trabalhadoras não conseguem tirar licença médica durante uma epidemia de gripe? Quem cuida de uma criança doente? Quem está em casa para preparar o jantar e ajudar na lição de casa? Quem pode dedicar tempo a um pai ou mãe idosa doente? Como se espera que as mulheres equilibrem o fardo do trabalho não pago em casa com um trabalho remunerado de tempo integral? A verdadeira resposta é que elas não conseguem (Bhattacharya, 2019, p. 106).

A citação acima provoca a reflexão sobre a importância das atividades ligadas ao cuidado no que tange à produção e reprodução, destacando-se como mais necessária para o capital: a força de trabalho. Como aponta Tithi Bhattacharya a força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados, vejamos:

1. Atividades que regeneram a classe trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra.
2. Atividades que mantêm e regeneram não – trabalhadores que estão fora do processo de produção – isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.
3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz. Essas atividades, que formam a própria base do capitalismo já que reproduzem o trabalhador, são feitas sem cobrança nenhuma para o sistema pelas mulheres e homens dentro do lar e na comunidade (Bhattacharya, 2019, p. 103).

Desde os anos de 1960, setores do feminismo marxista passaram a reivindicar o trabalho doméstico e do cuidado como trabalho reivindicando o caráter indispensável e/ou produtivo à produção capitalista. Intelectuais como Selma James, Mariarosa Dalla Costa e Silvia Federici, particularmente ligadas à luta pelo assalariamento do trabalho doméstico denominado “*Campanhas pelo Salário Doméstico*” (Wages for Housework), ensejaram, em meados dos anos 1970, possibilidades críticas à teoria do valor, apontando o caráter oculto e fundamentalmente necessário do trabalho doméstico, realizado quase que exclusivamente pelas mulheres, à produção e reprodução capitalista (cf. Saraiva, 2021).

Tal iniciativa sofreu várias críticas que apontaram desde limitações teóricas, pela exclusão de um olhar plural sobre os diferentes lugares históricos na família, o trabalho das mulheres brancas e negras além da pauta reivindicativa de permanência das mulheres no papel como donas de casa através do assalariamento, impossibilitando qualquer mecanismo de ruptura dessa lógica. “As experiências de outro grupo de mulheres revelam o caráter problemático da estratégia da ‘remuneração das tarefas domésticas’” (Davis, 2016, p.249).

Em um diálogo crítico com as feministas da Campanha por Salários para o Trabalho Doméstico, Ângela Davis teceu alguns comentários e enfatiza que a centralidade analítica às donas de casa e ao trabalho doméstico não remunerado não atinge a todas as mulheres. “Devido à intrusão do racismo, um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres” (Davis, 2016, p. 250).

Usando a realidade da África do Sul durante o *apartheid*, a autora apontou como a vida doméstica da população negra é tida como supérflua e não lucrativa e por isso foi descartada na versão sul-africana do capitalismo: os homens negros eram vistos como unidades produtivas valiosas, mas suas esposas e filhos “apêndices supérfluos”, e por isso a lei local bania as mulheres negras desempregadas das áreas brancas e as que tinham a permissão de residência nessas áreas não podiam ter vida familiar, solteiras ou casadas obrigatoriamente viviam em albergues exclusivamente femininos sem poder receber visitas ou visitar seus maridos e crianças (Bordon, 2021, p. 26).

Bordon menciona que Davis destaca a remuneração de mulheres negras nas atividades domésticas como algo histórico, lembrando que “com frequência as exigências do emprego na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças” (Davis, 2016, p.239 apud Bordon, 2021, p. 26-27). A principal

crítica a respeito desse debate do assalariamento do trabalho doméstico é estar desacoplada da realidade das mulheres negras.

Assim, ao fazer uma associação automática entre “mulher” e “dona de casa”, o debate sobre o Trabalho Doméstico recaiu em uma essencialização da categoria mulher, acabando por reafirmar seu papel na família e ignorar diferenças materiais entre a realidade de mulheres negras, imigrantes, camponesas, de povos tradicionais e do Sul Global que não estavam inseridas em um contexto de Estado de bem-estar social no Norte Global (Bordon, 2021, p. 27).

Entretanto, cabe ressaltar que as feministas negras foram pioneiras em denunciar que pensar e reivindicar o trabalho do cuidado não caberia fazer sem articular a questão racial, “apesar de convergir e apontar importantes soluções aos limites a perspectiva da reprodução social, esta perspectiva não encontrou espaço no interior do feminismo-marxista, que, por sua vez, era cego em relação à raça” (Ruas, 2020, p.397).

Com isso, a finalidade do debate proposto é redefinir o que é trabalho sob uma ótica feminista, principalmente por essas atividades serem consideradas trabalho improdutivo, mesmo sendo uma das bases de sustentação da sociedade capitalista.

Garcia (2022, p. 73) diz que:

Em todas as etapas do movimento feminista, o capitalismo se inseriu (e continua se inserindo) de alguma forma para que pudesse agir de dentro para fora e continuasse na contenção das contradições resultantes da exploração do trabalho de mulheres, tanto remunerado, quanto não remunerado. Portanto, se faz visível que o interesse do tecido social capitalista na domesticação das mulheres é histórico e contínuo, pois o mesmo se beneficia do trabalho que desvaloriza e invisibiliza.

As reflexões de Nancy Folbre (2001) são interessantes para pensar numa perspectiva feminista sobre os conceitos da economia clássica, como é o caso da “mão invisível” de Adam Smith, ideia a qual ela propõe a noção de “coração invisível”, “que corresponderia aos cuidados estabelecidos no cerne da família e seus valores, que seriam fundamentalmente diferentes do valor de troca” (Grecco, 2018, p. 90).

Na obra “*O Ponto Zero da Revolução*” Silvia Federici (2019) reforça a questão da invisibilidade do trabalho doméstico, realizado pelas mulheres no espaço familiar: “A família é essencialmente a institucionalização do nosso trabalho não assalariado” (2019, p.73). Desse modo, é necessário analisar profundamente a questão, para compreender a dimensão do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, sua perspectiva econômica, social e política. Sem o trabalho das mulheres, seja ele feito em casa, seja nas fábricas,

não é possível a sobrevivência humana, ademais, as mulheres são responsáveis pela reprodução da vida. O trabalho feminino é responsável pelo produto mais precioso do mercado capitalista:

Logo que levantamos a cabeça das meias que costuramos e das refeições que cozinhamos e contemplamos a totalidade da nossa jornada de trabalho vemos que, embora isso não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho. (Federici, 2019, p.68).

O modelo nuclear da família burguesa é glorificado principalmente porque o patriarcado pavimentou a ideia de que o espaço privado e, com ele, o trabalho doméstico não remunerado, é destinado ao feminino: “nada tem sido tão eficaz na institucionalização de nosso trabalho quanto o fato de que não é o salário, e sim o ‘amor’, que sempre pagou por ele” (Federici, 2021, p, 41). De acordo com Loureiro; Loureiro (2018, p. 6) as autoras Mariarosa Dalla Costa e Selma James (1972) esboçaram essa questão em “The Power of Women and the Subversion of the Community”, “ao instituir a configuração ideológica da estrutura familiar, liberou o homem da participação nestas atividades de modo que ele é plenamente disponível para a exploração direta, disponível o suficiente até um máximo que não deprecie completamente sua força de trabalho”, para que uma mulher possa reproduzi-lo em suas máximas capacidades por meio do trabalho realizado em casa.

Costuma-se afirmar que, dentro da definição de trabalho assalariado, as mulheres no trabalho doméstico não são produtivas. De fato, justamente o oposto é verdadeiro se pensarmos na enorme quantidade de serviços sociais que a organização capitalista transforma em atividades privatizadas, colocando-os nas costas das donas de casa [...]. (Dalla Costa; James, 1979, p.33; tradução minha).

Segundo Garcia (2022, p. 51):

Para explorar, é necessário alienar e oprimir, destarte, a opressão incide nas vivências dos sujeitos de formas distintas definidas por características relacionadas à raça, etnia, gênero, orientação sexual, classe, geração, território, entre outros fatores que se manifestam de forma direta na formação das relações em sociedade. Isso acontece justamente devido aos fundamentos históricos de uma sociedade patriarcal e racista, consequentes da base constitutiva do modo de produção capitalista.

Saraiva menciona que Lise Vogel, em sua obra clássica “*Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*” busca “conceituar o trabalho doméstico a partir da crítica da economia política. Para isso, ela resgata os conceitos marxistas de trabalho necessário e consumo individual” (Saraiva, s/d,

p. 13) e restabelece como premissa de sua investigação a produção diária e geracional da força de trabalho, categoria essencial para a teoria do valor.

Cabe apontar que força de trabalho é uma mercadoria valiosa e com isso o seguinte apontamento pode ser feito, com base nos estudos de Vogel (2022): Como essa mercadoria especial seria produzida e reproduzida em uma sociedade capitalista, já que é a única mercadoria capaz de produzir mais-valor? (Ruas, 2020, p. 321). Vogel (2022) nos permite tentar responder essa indagação argumentando que, embora trocada no mercado, essa mercadoria não é produzida de forma capitalista, por via do mercado, mas no âmbito doméstico e na esfera do cuidado (trabalho reprodutivo), seja remunerado ou não, em sua maioria desenvolvido através de trabalho feminino. Sob esta análise, caberia explicar a permanência do caráter desvalorizado deste trabalho, que abarca as condições individuais e coletivas da classe trabalhadora, bem como uma série de tarefas socialmente naturalizadas “privatizadas no lar e não remuneradas, como gestação, parto, lactação, cuidado das crianças, adultos, doentes e idosos, limpeza e nutrição” (Ruas, 2020, p. 391).

Uma das conclusões de Vogel é que o trabalho reprodutivo se constitui historicamente como condição necessária para o funcionamento do modo de produção capitalista (Vogel, 2013 [1983], *passim*). Ao desenvolver sua argumentação, a autora localiza, no interior da categoria marxiana “trabalho necessário”, uma dupla dimensão específica das sociedades capitalistas: sua divisão em dois componentes, o social e o doméstico (Ruas, 2020, p. 391).

A autora observa que Marx, ao se debruçar sobre a jornada de trabalho, divide-a em trabalho necessário e trabalho excedente, definindo o trabalho necessário como a parte empregada para a reprodução do trabalhador (salário) e o trabalho excedente como parte empregada na produção de mais valor. Para a autora, essa é apenas uma das partes componentes do trabalho necessário, sua parte extraída do espaço produtivo é destinada à compra para elementos de subsistência no mercado. Já a segunda parte envolve o que a referida autora denomina o componente doméstico, ou, trabalho doméstico seria a porção que é realizada fora da produção capitalista, ou seja, não é pago pelo capitalista, mas entra na reprodução social da força de trabalho como um trabalho gratuito. Surge então a questão se o trabalho doméstico e do cuidado produz, ou não, valor. Vejamos como Vogel responde essa questão:

Os componentes social e doméstico do trabalho necessário não são diretamente comparáveis, pois este último não tem valor. Isso significa que o componente social, altamente visível e muito valioso do trabalho necessário é acompanhando por um componente de trabalho doméstico obscuro, não quantificável (tecnicamente) sem valor. Embora apenas um componente apareça no mercado e

possa ser visto claramente, a reprodução da força de trabalho envolve ambos. Os salários podem permitir que os trabalhadores comprem mercadorias, mas um trabalho adicional – o trabalho doméstico – também deve, em geral, ser realizado [...]. Falta-lhe valor, mas, ainda assim, desempenha um papel fundamental no processo de apropriação de mais-valia [...] (2022, p. 407).

Segundo Saraiva (s/d, p. 15) “se é verdade que o trabalho doméstico não produz valor, no caso valor de troca, é possível afirmar que produz valor de uso que são consumidos no ato de sua produção”. O trabalho de cozinhar, arrumar, cuidar de crianças e pessoas idosas ou adoecidas por aí em diante. Os produtos desses trabalhos não vão ao mercado. Importante salientar que há produtos de uso que são transformados na forma de mercadoria e estarão na cesta básica das famílias, como parte do consumo individual. Entretanto, “parte dos valores totais de uso terá sido produzida por trabalhos realizados fora do mercado e com o propósito fundamental de atender diretamente às necessidades. Nesse caso, serão valores de uso que não possuem valor de troca” (Albarracín, 1988, p.2 apud Saraiva, s/d, p. 15).

Trata-se de um trabalho gratuito, não remunerado, que não participa do mercado capitalista, porventura não pode ser considerado trabalho produtivo. “[...] dele não há como se tirar uma média social, um tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção” (Saraiva, 2021, p. 43). A autora continua a reflexão apresentando que para definir o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho há elementos históricos presentes, sua determinação está atravessada como o que estabelece socialmente necessidade, que meios de subsistência são parte disso e que processos são naturalmente vistos como papel das mulheres dentro das famílias. Evidente que é possível realizar as tarefas que compõem o trabalho doméstico e do cuidado na ótica capitalista sob dois aspectos que envolvem a dimensão da categoria trabalho: produtiva (gera mais valor) e improdutivo (consumo familiar) (Saraiva, s/d, p. 16).

Conforme Saraiva (2021, p. 44), “a regulação do trabalho doméstico se constitui por condições históricas, culturais e ideológicas que constituíram a família como instituição capitalista, patriarcal, impondo e naturalizando essa responsabilidade à mulher trabalhadora” sem desconsiderar as diferentes posições que esta ocupa também pelo marcador racial. Para tanto, segundo Saraiva, é essencial pensar como podemos relacionar o trabalho doméstico com o valor da força de trabalho, ainda que não produza valor. “É possível afirmar que sem o trabalho doméstico não seria possível a produção de valor e a apropriação do mais-valor pelo capital” (Saraiva, 2021, p. 44), por meio do

trabalho de um contingente de trabalhadores, majoritariamente mulheres, mulheres negras que compõem esse cenário da acumulação capitalista.

Saraiva desenvolve a resposta às questões anteriores argumentando que:

Há um trabalho social total que produz riqueza em nossa sociedade, em que a produção e circulação da mercadoria é uma parte, ~~mas~~ e o trabalho doméstico das mulheres com sua produção de valores de uso, é outra. Já que não produz valor de troca e se dá fora da esfera do mercado capitalista, o trabalho doméstico não seria regido, *diretamente*, pela lei do valor (Albarracín, 1988) (Saraiva, 2021, p. 45).

Saffioti (1979 apud Saraiva, 2021, p. 45) desenvolve essa questão:

[...] na medida em que tais trabalhadores desempenham tarefas necessárias à reprodução ampliada do capital, não somente estão integrados no sistema capitalista, como permitem a este alcançar uma taxa mais acelerada de acumulação. Assim, na articulação entre as formas capitalistas e não-capitalista de produção, as primeiras beneficiam-se não apenas da exploração de que são objetos os agentes do trabalho subordinado diretamente ao capital, como também da exploração de que são alvo os agentes de trabalho não remunerados ou remunerados por renda. Dentre esses, embora haja homens, as mulheres constituem os contingentes quantitativamente mais significativos (Saffioti, 1979, p.27 apud Saraiva, 2021, p. 45).

Saffioti (1979) denominou como “formas de produção não capitalistas” o trabalho que acontece fora dos espaços de produção, ou seja, os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) e do cuidado que não estão diretamente subordinados ao capital, porém não significa sob hipótese nenhuma, afirmar que essas atividades não contribuem para acumulação capitalista. Reiteramos que o trabalho doméstico incide na definição do valor da força de trabalho.

Ninguém obtém mais-valia do trabalho de determinada mulher em casa, mas o sistema como um todo pode aumentar a massa total da mais-valia graças ao trabalho doméstico de todas elas. Assim, o trabalho doméstico não é regulado pela lei do valor, mas, como quase tudo – no modo de produção capitalista, não é independente (Albarracín, 1988, p.5 apud Saraiva, 2021, p. 46).

Assim como a produção e reprodução são distintos, há uma unidade contraditória e indivisível na totalidade do sistema capitalista ora compondo o trabalho produtivo, improdutivo ou doméstico. Para Ruas (2020, p. 392) é a partir dessa relação, que Vogel destaca “a contradição entre o trabalho produtivo e reprodutivo, que se aprofunda na medida que a acumulação avança”:

[...] o impulso do capitalismo para aumentar a mais-valia através do aumento da produtividade [...] força uma severa separação espacial, temporal e institucional entre o trabalho doméstico e o processo de produção capitalista. Os capitalistas devem organizar a produção para que, cada vez mais ela esteja sob seu controle direto em oficinas e fábricas, onde o trabalho assalariado é realizado por quantidade de tempos especificados. O trabalho assalariado passa a ter um

caráter totalmente distinto do modo de vida do trabalhador fora desse trabalho, inclusive o envolvimento com o componente doméstico do trabalho necessário. Ao mesmo tempo, o salário medeia tanto os processos de manutenção diária quanto da reposição geracional, complementando ou, substituindo por benefícios estatais. Ou seja, o componente social do trabalho necessário do trabalhador facilita indiretamente, a reprodução da força de trabalho, promovendo dinheiro que deve, por conseguinte, ser trocado para aquisição de mercadorias. Estas duas características – a separação entre o trabalho assalariado do trabalho doméstico e o pagamento de salários – são materializadas no desenvolvimento de locais especializados e unidades sociais para a realização do trabalho doméstico. As famílias da classe trabalhadora, localizadas em unidades domésticas privadas representam a forma dominante na maioria das sociedades capitalistas, mas o trabalho doméstico também ocorre em campos de trabalhos forçados, alojamentos, orfanatos, hospitais, prisões, e outras instituições similares (Vogel, 2022, p.350-351).

Complementando a ideia de Vogel, Ruas vai mencionar que “a necessidade de o capital aumentar a produção de mais-valia também implica uma contradição estrutural entre o trabalho doméstico (do qual depende a reprodução da força de trabalho) e o trabalho na produção capitalista” (2020, p.393). Ruas argumenta que o trabalho doméstico é ao mesmo tempo “indispensável e um obstáculo à acumulação” (2020, p. 393). Dentre as estratégias utilizadas para regular a reprodução social está a diminuição do trabalho doméstico com a utilização de tecnologias (máquina de lavar, micro-ondas, etc.) com isso haveria mais indivíduos disponíveis para compor a massa de trabalhador assalariado. “Em resumo, a redução do trabalho doméstico potencialmente cria tanto mais-valia relativa quanto mais-valia absoluta” (Vogel, 2022, p. 355), ainda que haja todo um arsenal de tecnologia ou contratação de serviços privados (serviços de empregadas domésticas, babás, cuidadores de idosos) para reduzir o tempo de trabalho doméstico que certamente otimizará a energia dispendida por quem realiza essa atividade. Contudo, o capitalismo utiliza desses recursos para ampliar a produtividade do trabalho e a taxa de exploração.

O capitalismo eliminou a produção para o autoconsumo, em grande parte realizada por mulheres, forçando-as a comprá-la no mercado [...]. No capitalismo tardio, onde existe uma forte tendência para a industrialização dos serviços, a tendência para a mercantilização de alguns produtos do trabalho doméstico pode ter se tornado mais aguda. Consequentemente, pode haver uma tendência de redução da produção de valores de uso pelas trabalhadoras domésticas [...] (Albarracín, 1988, p. 7 apud Saraiva, 2021, p. 48).

Há diversos fatores que impactam nessa dinâmica, na divisão internacional do trabalho dos países centrais e periféricos onde as dinâmicas de classe, gênero e raça são aprofundadas a partir de uma especificidade histórica e social de cada país. Na realidade brasileira como exemplo, o acesso a serviços

privados nunca conseguiu atingir as camadas mais baixas, as famílias pobres historicamente buscaram atender de maneira individual ou comunitária as suas necessidades sociais. Até porque o Estado brasileiro não experimentou nenhuma política de Bem-Estar Social que incluísse o trabalho do cuidado enquanto agenda política, pelo contrário sempre precisou do trabalho das famílias na garantia da proteção social.

Para Arruzza e Bhattacharya (2020), a reprodução social pode se dar em três esferas distintas: em primeiro lugar, nas famílias, nos lares domésticos de forma gratuita e invisibilizada e também pela via do Estado (escolas, hospitais etc.). Seja no âmbito público ou privado, as atividades de reprodução social são fortemente marcadas por um trabalho generificado e racializado, marcado pela divisão sexual e racial do trabalho. Ainda que haja um entendimento que a reprodução social é para além do âmbito familiar, ainda assim compreendemos que a família – na figura do papel da mulher – é a principal representante dessa esfera da reprodução social.

No entanto, como esse trabalho é necessário para a realização de mais-valia e porque é realizado de forma esmagadora por aqueles que já estão despossuídos pelo capital, ele nunca está simplesmente fora dos processos e da disciplina capitalista, ele está sempre determinado pelo ritmo da produção de valor “mudança em uma esfera, então reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho [...]” (Bhattacharya, 2019, p.104).

A família cujo modelo patriarcal é a opressão das mulheres não nasceu com o capitalismo, mas foi apropriada e modificada segundo suas necessidades (em um processo vivo de relações sociais que também são culturais, ideológicas, históricas e mutáveis de opressão) produz violências e sofrimentos diferenciados nos processos de reprodução social da força de trabalho, o que garante não só a produção de trabalhadores e trabalhadoras para o capital, mas também corpos diferentemente disciplinados e subjugados, e assim, forças de trabalho diferentemente valorizadas. “[...] o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem” (Castells, 1999, p.60).

A reprodução da classe trabalhadora dependeria tanto do componente produtivo quanto do componente doméstico do trabalho necessário. De acordo com o momento histórico do capitalismo, da luta de classes etc., a proporção entre o “componente doméstico” e o “componente produtivo” do trabalho necessário (Silva, 2018, p. 202).

Com isso, Lise Vogel (2022) elenca três aspectos do trabalho necessário na sociedade capitalista, que abrangem vários processos constitutivos: a

manutenção dos produtores diretos (trabalhador/a); a manutenção dos não produtores diretos (crianças, velhos, doentes, e outros membros não trabalhadores nas famílias); e a reposição geracional (biológica) da classe trabalhadora (gestação, lactação, educação das crianças).

Deve-se observar que o conceito de trabalho necessário está estritamente vinculado às tarefas associadas à reprodução. Importante também dizer que a classe que explora o trabalho alheio também requer manutenção por meio da reprodução geracional. “No entanto, tais atividades não se qualificam como trabalho necessário no sentido atribuído por Marx, pois não dizem respeito à renovação da força de trabalho explorável” (Vogel, 2022, p.335). Ainda sobre o pensamento de Vogel, a autora chama atenção para os três aspectos do trabalho necessário e para o papel especial desempenhado pelas mulheres das classes trabalhadoras na reposição geracional da força de trabalho. “Mesmo que elas possam ser também produtoras diretas, é o seu papel diferenciado na reprodução da força de trabalho a raiz da sua opressão na sociedade de classe” (Vogel, 2022, p 336).

Portanto, para as feministas da Teoria da Reprodução Social a chave para a compreensão das raízes da opressão da mulher na sociedade de classes está na sua capacidade biológica (geração de filhos) e apropriação do mais trabalho, pois a condição específica da mulher que é gestar, parir, período de lactação e cuidados com os filhos interferem na produção da mais valia. “Mesmo quando uma mulher continua a participar na produção de excedentes, gerar filhos interfere assim, em alguma medida na apropriação imediata de mais trabalho” (Vogel, 2022, p.337). Assim, a opressão da mulher no capitalismo estaria ligada à necessidade do próprio modo de produção de utilizar a família como local privilegiado de reprodução da classe trabalhadora a baixos custos (Silva, 2016, p. 288).

Ainda seguindo o raciocínio de Vogel, a autora faz uma crítica às feministas autonomistas, retomando a partir de Marx a ideia de que a definição de trabalho produtivo não deriva de uma questão moral e, portanto, a consideração do trabalho de reprodução da força de trabalho como improdutivo não significa um não reconhecimento da sua importância. O trabalho doméstico é improdutivo por não ser controlado diretamente por um capitalista, o que implica medir o valor do trabalho pelo tempo socialmente necessário para a produção¹⁰.

¹⁰ Para maior aprofundamento ver o artigo de Ferguson e McNally (2017).

A despeito do trabalho social reprodutivo ser (em diferentes graus) parcialmente autônomo frente à dominação do capital, não há trabalho na sociedade moderna inteiramente fora do capital, e não há capital fora do trabalho (socialmente diferenciado [re]produtivo) (Ferguson, 2017, p. 31).

As esferas da produção/reprodução e a divisão sociosexual e racial do trabalho são manifestações empíricas da necessidade estrutural do capital de reprodução da classe trabalhadora. Susan Ferguson e David McNally (2013) ressaltam que, dessa maneira, o pivô da opressão da mulher não seria o trabalho doméstico realizado em benefício do homem. A mulher seria oprimida não porque seu trabalho em casa não produz valor para o capital, nem por causa de um patriarcado trans-histórico, mas, sim, por conta da importância social do trabalho doméstico para o capital. Ou seja, o fato de que a produção e a reprodução da força de trabalho serem uma condição essencial para a dinâmica do sistema capitalista, tornando possível ao capitalismo reproduzir a si mesmo “as raízes socio-materiais da opressão da mulher sob o capitalismo estariam no fato de que capital e Estado precisam regular a capacidade biológica de produção da próxima geração de trabalhadores a disposição para exploração” (Ferguson; McNally, 2013, p.27).

Para Silva (2016, p. 290-291):

Vogel foi uma das primeiras teóricas a elaborar uma leitura da opressão da mulher a partir do conceito de reprodução social que, posteriormente tem dado contribuições importantes de leituras não ortodoxas do marxismo e capazes de localizar a opressão de gênero dentro do materialismo histórico e sua função no modo de produção capitalista. [...] Nesse processo, algumas formas de família foram reforçadas, modificadas ou reformatadas pelas políticas sociais dos Estados capitalistas. Em um processo contraditório, as formas de família compatíveis com a privatização da reprodução da força de trabalho foram preservadas e adaptadas à ordem de gênero da burguesia moderna (Ferguson & McNally, 2013, pp. 27-28). [...] Ressaltamos, entretanto, que esse processo se deu não somente no momento de consolidação do capitalismo, mas permanece como um processo vivo e em movimento até hoje. O capitalismo, continuamente, a partir de formas contraditórias e diversas, busca meios de ajustar as relações familiares, sexuais e de gênero às suas necessidades, e não somente essas relações, mas o conjunto das relações humanas (Ferguson; McNally, 2013, p. 31-32). Dizer isso não é cair em um determinismo econômico, mas perceber, pelo contrário, que o capitalismo não é um sistema econômico somente, mas um conjunto de relações sociais nas quais economia e cultura/sociedade/ideologia caminham juntas.

Na medida em que relacionamos a reprodução social da força de trabalho com a totalidade do capitalismo, inevitavelmente precisamos compreender quem são as/os trabalhadoras/es do cuidado. A despeito de que a maior parte do trabalho reprodutivo é realizado por mulheres, mulheres negras e pobres, os processos de produção social da força de trabalho são diferentes. As relações de opressão produzem violências e sofrimentos diferenciados nos processos de

reprodução social da força de trabalho, o que garante não só a produção de trabalhadores e trabalhadoras para o capital, mas também corpos diferentemente disciplinados e subjugados, e assim, forças de trabalho diferentemente valorizadas.

Partindo da noção marxiana, para Ferguson, compreender o modo como a sociedade é reproduzida, “especialmente geracionalmente reproduzida”, é preciso atentar ao fato de que “o trabalho é uma experiência concreta, corporificada” (Ferguson, 2017, p. 27). Nessa compreensão, o local sócio geográfico dos corpos e o trabalho envolvido em reproduzir socialmente esses corpos, importa, uma vez que “corpos iguais se tornam diferentes, e diferentemente valorados, no interior das sociedades capitalistas” (Ferguson, 2017, p. 29). [...] Dentro dessa lógica argumentativa, segundo Tithi Bhattacharya (2017, p. 1), o objetivo da TRS é explorar e fornecer respostas a perguntas como: “se o trabalho dos trabalhadores produz toda a riqueza da sociedade, quem então produz o trabalhador?”. Para a autora, a percepção fundamental da TRS seria a de que o trabalho está no coração da reprodução da sociedade como um todo. No entanto, o capitalismo reconheceria apenas o trabalho produtivo para o mercado como legítimo. Assim, uma grande quantidade de trabalho familiar e comunitário¹¹, que reproduz a força de trabalho, seria naturalizada, relegada e invisibilizada (Grecco, 2018, p. 94).

3.3

Reprodução social a partir da divisão sociossexual e racial do trabalho

A hierarquia social está baseada na materialidade dos corpos se expressando, por exemplo, na divisão de gênero e raça no trabalho. Partimos do entendimento que a divisão sociossexual e racial do trabalho estrutura as esferas produtivas/reprodutivas. Com isso, estudos feministas têm expressado ao longo do tempo de forma crítica em relação ao conhecimento que sustenta a separação entre produção/reprodução, reivindicando a necessidade de compreender as experiências na esfera do doméstico e do privado, que na sociedade moderna designou-se como a esfera da família, como parte da dinâmica do trabalho na sociedade capitalista. De acordo com Alves: “[...] a perspectiva das relações sociais de sexo estabelece um diálogo com o marxismo, mantém sua perspectiva materialista, mas promove uma reinterpretação de conceito-chave da tradição marxista, como trabalho, a relação

¹¹ A Reprodução Social também acontece nos espaços que extrapolam o ambiente doméstico. Maria da Graça Costa (2017) trouxe em seu artigo “*Agroecologia, (eco) feminismos e “bem viver”: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro*” o debate sobre o Feminismo Comunitário através do trabalho da comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro como a oficina “Morar e Plantar” da Rede CAU na qual trabalhava com mulheres e crianças sobre agroecologia, onde o partilhamento dos alimentos como uma ação política, além de trazer questão como acesso a alimentação, território, agricultura familiar como formas de resistência.

entre produção e reprodução e classe social” (2018, p. 276), conforme discutido anteriormente.

Na contemporaneidade, os estudos a respeito do cuidado ou “care”, a partir de influências das feministas francófonas e anglo-saxônicas, passa a ser designado como central para a elucidação de muitos fenômenos sociais, dentre eles as estratégias neoliberais de proteção social, as formas de regulação da força de trabalho, como também para a articulação de estudos interseccionais.

Assim, ao considerar a divisão sexual do trabalho como a base material das relações sociais de sexo ou relações de gênero, conforme Kergoat e Hirata, não significa pensar em termos de uma sociografia, por meio da qual se diferencia mulheres e homens no mercado de trabalho. Mas, essa “descrição do real” (2007, p. 596) permite observar os processos utilizados pela sociedade para hierarquizar os trabalhos e, portanto, os sexos. Para amparar tal ideia as autoras compreendem a divisão sexual do trabalho como:

[...] forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (Kergoat, Hirata, 2007, p. 599).

Este conceito é entendido como uma forma da divisão social do trabalho a partir de dois princípios organizadores: o da separação, segundo o qual haveria trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o da hierarquização, que atribuiria maior valor ao trabalho dos homens (Kergoat, 2009, p. 67). Nessa perspectiva, organiza-se também a noção de que os homens estariam destinados à esfera produtiva/pública e as mulheres à esfera reprodutiva/privada. Como apontam Melo e Castilho (2009, p.138), isto representa “a invisibilidade do trabalho da mulher que está profundamente ligado à desqualificação do trabalho doméstico e à inferioridade feminina”. Desse modo, pode ser explicada a naturalização da disponibilidade das mulheres e da ideia de que teriam maior capacidade para desenvolverem as tarefas referentes ao cuidado. Para Biroli (2020), essas diferenças constroem a ideia de associação entre o corpo feminino e a responsabilidade pelos afazeres domésticos e essa domesticidade se origina em uma relação: o casamento. É como se o homem se casasse com sua empregada doméstica, já que atividades básicas de sobrevivência e de educação dos filhos são consideradas um trabalho que deve ser realizado pelo sexo feminino, enquanto os homens se

engajam nos trabalhos remunerados. Assim, os papéis sociais tornam-se sexuados, uma espécie de caminho natural, quando, na verdade, são produtos da relação do grupo social homens e do grupo social mulheres¹², os quais estão sempre em tensão, devido à categoria trabalho e suas divisões, como afirma Kergoat (2009).

Nessa mesma direção Souza-Lobo (2021) mostra a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres. Eis um trecho que reforça tal exploração:

[...] os dedos ágeis, a paciência, a resistência, a monotonia são consideradas próprios da força de trabalho feminina. [...] a própria qualificação é sexuada e reflete critérios diferentes para o trabalho de homens e mulheres, ocorrendo frequentemente uma desqualificação do trabalho feminino, assimilado a dons naturais [...] (Souza-Lobo, 2021, p. 158).

Essas características, ditas femininas, se evidenciam com a divisão sexual do trabalho e desvalorizam o que é realizado pelas mulheres. Kergoat (2009) declara que as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema. Para entender esse sistema, é necessário observar a dinâmica da exploração do trabalho das mulheres em sua totalidade, ou seja, analisar as relações sociais não apenas com base no fator sexo, mas também classe e raça/etnia. Para amparar tal pressuposto, Kergoat (2010), classifica as relações sociais de sexo, raça e classe de consubstanciais e coextensivas, vejamos:

[...] as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” reproduzem e se coproduzem mutuamente (2010, p.94).

No sentido de haver uma “unidade de substância”, ou seja, nelas há “o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (Kergoat, 2010, p. 100). Segundo Kergoat, cada uma

¹² A autora Oyewùmi (2004) busca articular uma crítica perante teorias de gênero ocidentais já consagradas através do feminismo branco e cisheterossexual, para explicar seu ponto de vista a autora sugere que os conceitos feministas estariam enraizados sobre a família nuclear. A autora coloca tal situação como algo normativo e condicionante às sociedades ocidentais. Em comparação com esse modelo que, para Oyewùmi, estrutura os pensamentos feministas, a autora apresenta sua pesquisa sobre a sociedade Iorubá do sudoeste da Nigéria, em que observou uma forma diferente de organização familiar. Isto é, a família tradicional Iorubá não é genericada, os papéis de parentesco e as categorias não são entendidos por diferenças de gênero. E sim a partir da antiguidade, baseada na idade cronológica. Sobre as experiências das famílias negras brasileiras desde o período da escravidão na qual a coletividade do cuidado com as crianças, idosos ainda permanece ancorado na rede de solidariedade através de avós, irmãos, vizinhos etc. Pois o sistema de proteção no Brasil referente ao cuidado não ocorre na medida que dê conta das demandas das famílias empobrecidas.

dessas relações sociais é operada por meio de uma tríade: opressão/dominação/exploração. É esta tríade que as torna “consustanciais” (Kergoat, 2016).

Nesse caso, uma das pioneiras que permeiam esse debate no Brasil é a autora Heleieth Saffioti que, em 1967, escreveu o livro *“A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”*. O pleno desenvolvimento capitalista expõe o trabalho feminino em um processo de marginalização das mulheres. Para a autora a participação feminina no mercado de trabalho formal não se deu de forma igual em todos os setores.

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mito justificadores da supremacia masculina, e portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (Saffioti, 2013, p. 65-66).

Grosso modo, as mulheres foram inseridas nas atividades mais precárias dentro do capitalismo. Com isso, essa relação entre os sexos com a classe social ganha uma visibilidade nos estudos sobre as desigualdades entre mulheres e homens, sobretudo quanto às diversas formas de violência e exploração advindas do capitalismo. A tese foi um marco na produção intelectual apresentando a relação classe e gênero a partir da realidade brasileira. Segundo Saffioti, o sexo é uma característica da estratificação social, pois é um princípio de classificação social dos sujeitos que estabelece assimetrias, prestígios, status etc. A produção na sociedade capitalista depende da formação de uma força de trabalho que inclui alguns elementos e segrega outros. Essa seleção, por sua vez, depende fundamentalmente das atribuições de status baseados em sexo, idade, raça¹³, na medida em que são esses os fatores que determinam quem ocupará lugares na produção e quem ficará subalternizado ou excluído nesse processo, esses caracteres funcionam como “marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (Saffioti, 2013, p.60).

¹³ O termo raça na obra da Saffioti perde o fôlego em sua análise, quando a autora enxerga a sociedade brasileira como um espaço de miscigenação onde o tom da cor poderia ser suavizado na figura do mulato. Nas palavras da autora: “As características raciais visíveis do grupo minoritário, muitas vezes selecionadas socialmente como marcas negativas, a fim de tornar desigual a competição para os dois grupos raciais em presença pode, portanto, perder-se através da miscigenação. No caso da mulher, o atributo isolado socialmente para operar como regulador da competição – o sexo-não pode nem ser atenuado nem desaparecer” (Saffioti, 2013, p.425-426).

Em diálogo intenso com esse debate a respeito do trabalho feminino, Saffioti publicou um livro “*Emprego Doméstico e Capitalismo*” no qual demonstrou como o capitalismo se alimenta da preservação e da organização arcaica de uma atividade, como é o caso do emprego doméstico:

[...] Má distribuição de renda nacional e a monopolização por parte de setores sociais privilegiados das possibilidades de escolarização mais avançada levam grandes contingentes femininos a buscar nos serviços prestados individualmente sua fonte de subsistência (Saffioti, 1979, p.16).

Para a referida autora, o trabalho doméstico não correspondia à produção simples de mercadorias, para ser trocado no mercado. Aquilo que é produzido, embora haja um contrato de trabalho que regule a compra e venda da força de trabalho a uma unidade familiar, seria para o consumo imediato da família empregadora – uma instituição não capitalista.

Em resumo, o trabalho doméstico estaria situado em um âmbito não capitalista e seria, portanto, incapaz de extrair mais-valia. No entanto, ainda que por meio do trabalho assalariado, o trabalho doméstico atuaria de forma não capitalista, [...] a família auxiliaria na reprodução ampliada do capital. Assim, para Saffioti o problema estaria na injusta divisão do trabalho entre os sexos e não precisamente na natureza do trabalho doméstico. Além disso, a autora compreendeu que naquele período as trabalhadoras brasileiras constituíam um ‘*exército industrial de reserva*’, tal como Karl Marx o elaborou (Grecco, 2018, p. 75).

Ao tratar o fenômeno da superexploração do trabalho, com excelente capacidade de síntese e correção, Luce explica:

A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando o desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor (Luce, 2018, p. 155).

O autor chama a atenção para especificidades do trabalho das mulheres que levam a padrões de reprodução específicos, o que nos remete à discussão da análise interseccional como importante ferramenta para a compreensão das relações de opressão, exploração e dominação.

Embora o conceito da interseccionalidade¹⁴ seja creditado à jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, o entendimento de que gênero, classe, raça e

¹⁴ O termo “interseccionalidade” foi introduzido no meio acadêmico pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw no artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antiracist Politics”, em 1989, e subsequentemente foi utilizado em 1991 no artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor”.

sexualidade não devem ser compreendidos de maneira separada, mas entrelaçados e articulados, remonta ao movimento de mulheres negras e mulheres de cor da década de 1970 dos EUA. O coletivo de mulheres negras Combahee River Collective, manifesto datado em 1977, já afirmava um compromisso de lutar contra opressão racial, sexual, classista e heterossexual tendo como objetivo o desenvolvimento de uma análise integrada.

Ajustando o foco para a realidade brasileira, as mulheres negras brasileiras que atuavam tanto no movimento feminista, quanto no movimento negro, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Luíza Bairros entre outras, já denunciavam o que posteriormente foi nomeado como discriminação e interseccionalidade.

O feminismo negro teve, portanto, um papel primordial no engendramento do que mais tarde seria sistematizado no conceito de interseccionalidade. A fim de analisar esse conceito a partir do pensamento também das sociólogas Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), no qual as autoras demonstram como a ausência sobre os movimentos sociais nas narrativas históricas sobre a interseccionalidade não é apenas uma lacuna na contextualização do conceito, mas, sobretudo, um equívoco ao assumir que a interseccionalidade se resume a mais um campo acadêmico, ignorando que a interseccionalidade parte da sinergia entre a pesquisa crítica e a práxis crítica, sendo assim, as autoras compreendem a interseccionalidade a partir desses dois pontos focais.

A interseccionalidade como práxis críticas requer o uso do conhecimento adquirido por meio da prática para orientar ações subsequentes da vida cotidiana. A solução de problemas está no cerne da práxis da interseccionalidade, e os tipos de problemas sociais gerados pelos sistemas interseccionais de poder prestam-se ao conhecimento desenvolvido pela práxis. A práxis entende que o pensar e o fazer, ou a teoria e a ação, estão intimamente ligados e moldam um ao outro. Rejeita concepções binárias que veem os estudos acadêmicos como fonte de teorias e estruturas e relega a prática às pessoas que aplicam essas ideias em contexto da vida real ou a problemas da vida real (Collins; Bilge, 2021, p.66).

Cabe ressaltar a importância do resgate histórico feito pelas autoras ao considerar o surgimento da interseccionalidade não a partir da circulação desse conceito no meio acadêmico, mas dos movimentos sociais das mulheres negras. Desconsiderar essa historicidade seria pagar uma parcela altamente relevante da história e do propósito do próprio conceito, por meio da sua práxis crítica.

As referidas autoras apresentam duas características fundamentais que compõem a construção do conceito da interseccionalidade, como corpo acadêmico e ativismo social de estudos de classe, raça e gênero estabeleceram as bases para o respectivo conceito como forma de investigação crítica,

portanto, utilizando como ferramenta analítica: 1) uma abordagem para entender a vida e o comportamento humano através das experiências e lutas de pessoas privadas de direitos; 2) uma ferramenta que liga teoria e prática e pode auxiliar e contribuir para o empoderamento de indivíduos e comunidades. Interseccionalidade trata-se de uma ferramenta teórico-metodológica que possibilita a realização de análises que revelem os modos de interação entre relações de poder e variáveis como classe, gênero e raça tanto em contextos individuais, como em práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais.

Os paradigmas interseccionais não apenas demonstram as experiências das mulheres negras, mas sugerem que as opressões interseccionais moldam as experiências de outros grupos de pessoas não brancas, gays, lésbicas etc. Recentemente, Akotirene (2019), a partir desses referenciais, reafirma a possibilidade de ampliação da compreensão das interseccionalidades para outras estruturas de opressão, como, por exemplo: a sexualidade, o capacitismo, a gordofobia, o etarismo, entre outras. Para a autora, no entanto, não se trata de procurar uma hierarquização ou somatória de opressões, mas, sim, de produzir uma categoria analítica que possibilite compreender que há uma estrutural colonial patriarcal capitalista que precisa ser enfrentada de forma integral, ou seja, identificar a “[...] articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes [...]” (Akotirene, 2019, p. 45). Uma vez que as vivências de opressão, discriminação, violação, exclusão e desigualdades estão inter-relacionadas.

A autora Patrícia Hill Collins cunhou o termo “matriz de dominação” para apontar a origem da organização das opressões:

Como forma particular que as opressões interseccionais tomam em um lugar social único, qualquer matriz de dominação pode ser vista como uma organização de poder historicamente específica na qual os grupos sociais estão inseridos e sobre a qual pretende influir (Collins, 2019, p.452).

É onde as opressões se originam e desenvolvem e estão inseridas e foram concretizadas no caso estadunidense por meio da escola, emprego, políticas governamentais com instituições que regulam padrões de opressões, não é uma realidade apenas estadunidense, mas sobretudo também brasileira. Não obstante que o *modus operandi* ocorrido nos EUA é diferente da realidade brasileira. Lá houve uma segregação racial oficial, como escolas para negros e escolas para brancos, transportes etc. No Brasil há o discurso da miscigenação, da convivência harmônica das raças e a segregação não foi oficializada.

Assim, as mulheres negras continuam a ser invisibilizadas e marginalizadas nessa sociedade, principalmente pelo vínculo da formação social

brasileira, a partir do período escravocrata que serviu como uma forma de manter vivo o fetiche da dominação, incorrendo no que Grada Kilomba chamou de “glorificação colonial” no livro “Memórias da Plantação” (2019).

O efeito é a negação nacional do racismo, fortes acentos patriarcais, identidades marginalizadas e ausência de reparação histórica. Por isso a situação da mulher negra no Brasil se solidifica, uma vez que não houve uma ruptura com o racismo, patriarcado e colonialismo, pelo contrário, houve o aprofundamento dos mesmos. É somente através do aprofundamento desta questão que poderemos compreender por que o trabalho doméstico, do cuidado é um trabalho feminino e majoritariamente exercido por mulheres não brancas. Beatriz Nascimento vai tratar dessa temática sobre as mulheres negras no mercado de trabalho:

[...] elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra (Nascimento, 2006, p.104).

Em análise o Brasil, os movimentos negro e feminista¹⁵ negro têm se organizado em seu caráter de resistência há muitos anos. Como afirma Werneck (2010): “Nossos passos vêm de longe”. A formação histórica do nosso país está assente sobre um processo violento de mais 500 anos de colonização e mais de 300 anos de escravização, exploração e genocídio de povos negros e indígenas como aponta Nascimento (2016).

A história oficial brasileira, que compõe a grande maioria da literatura sobre o tema, “apaga ou marginaliza tudo o que precedeu às invasões europeias e esforça-se para omitir os efeitos da colonização e da escravização, tão presentes atualmente na vida de pessoas negras e indígenas” (Silva, 2019). [...] Os processos de extermínio e exploração dessas populações podem ser evidenciados hoje na constante destruição das áreas de preservação indígena, nos persistentes assassinatos das juventudes negras (Silva, 2019), no crescimento da concentração de renda e da pobreza, no encarceramento em massa ou na falta de acesso à educação, ao trabalho e ao lazer, a essas populações e reafirmando que a desigualdade social, econômica, política e cultural no Brasil tem cor (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019) (Ambrosio; Silva, 2022, p. 3).

Lélia Gonzalez nos convoca a compreender a experiência amefricana das vivências e ocupações negras e indígenas, sendo a categoria de amefricanidade possível para analisar as violências raciais contra pessoas negras (africanas e

¹⁵ Cf. tese de doutorado de Barbara Araújo Machado, intitulada “A formação do movimento de mulheres negras no Brasil (1978-2000). Uma abordagem a partir da teoria da reprodução social”, defendida em 2020, na qual a autora traz elementos históricos apontando um recorte cronológico sobre a participação das mulheres negras brasileiras em movimentos sociais de 1960 a 1980.

afro-brasileiras) e indígenas (povos originários das Américas) (Ambrosio; Silva, 2022).

Para além do seu carácter geográfico, ela designa todo um processo histórico de imensa dinâmica cultural (resistência acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelo africano. [...] Seu valor metodológico, a nosso ver, está no fato de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que formaram uma determinada parte do mundo. [...] A presença amefricana constitui marca indelével na elaboração do perfil chamado novo mundo, apesar da denegação racista que habilmente se desloca, manifestando-se em diferentes níveis (político-ideológico, socioeconômico e psicocultural) (Gonzalez, 2020, p.137).

Esse termo “amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural que é afrocentrada” (Cardoso, 2014, p. 971). Nas encruzilhadas do sexismo e do racismo, Gonzales (1984) apresenta uma extensa contribuição de análises interseccionais que remontam ao período de colonização e aponta para as consequências deste processo que atingem as mulheres negras até hoje.

Nesse cenário histórico, as mulheres negras estiveram sempre em um local específico. Como bem observou Sueli Carneiro: “o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira” (1995, p. 546). A violência sofrida pelas mulheres negras e as denúncias e lutas dela decorrentes fazem com que essas mulheres ocupem um local específico no qual é preciso enfrentar “[...] no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil” (Carneiro, 2003, p. 120). De modo semelhante, também tiveram que enfrentar a ausência de “[...] solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros” (Carneiro, 2003, p. 120).

As intersecções de raça, gênero e classe ganham destaque para o estudo das questões sociais, pois:

[...] tais atributos marcam defasagens históricas para determinados grupos e são definidores do espaço social, principalmente do mercado de trabalho, com sua função de alçar socioeconomicamente o indivíduo [...] Entendemos, portanto, ser o trabalho doméstico remunerado/não remunerado um espaço de relações sociais pelo qual essa dinâmica entre formas de opressão e assimetrias perpassam. [E é fundamental analisar] como o arranjo da sociedade brasileira de elevada desigualdade entre as classes, estruturada racialmente, coloca certos grupos em estado de anomia (Abreu, 2021, p. 48).

Neste sentido, o conceito da divisão sexual e racial do trabalho é também a base para avançar na compreensão sobre o trabalho doméstico nesta relação entre patriarcado e capitalismo. Assim, como consequência da reprodução social, mulheres negras recebem os salários mais baixos e são mais expostas a violências domésticas, pois estão longe do topo da pirâmide econômica e social, mesmo sendo a maior força de trabalho não remunerado do país.

No entanto, um aspecto ainda pouco levantado diz a respeito à maneira como o trabalho do cuidado não remunerado das mulheres negras ocorre. Para Patrícia H. Collins “os estudos sugerem que as mulheres negras veem o trabalho não remunerado prestado a suas famílias mais como forma de resistência à opressão que como forma de exploração pelos homens” (2019, p. 122). Embora a autora reconheça que para as mulheres negras conseguirem produzir na forma de cuidado as suas famílias seja um modo de resistência, ainda assim, a mesma aponta o quão difícil é o trabalho dessas mulheres no interior ou fora das suas próprias famílias. Quando combinadas, as análises inspiradas acerca do trabalho remunerado e não remunerado, proporcionam uma melhor apreciação da complexa e poderosa interação que dá forma à posição das mulheres negras.

Em geral o que se imagina como ideal tradicional de família para a maioria das famílias negras diverge dessa concepção, devido primeiramente, à “divisão” entre as esferas públicas e a esfera privada não se aplicar para essas mulheres e para suas famílias, desde sua experiência na escravização na qual essas mulheres juntamente com seus familiares estiveram presentes trabalhando, ou melhor, sendo superexploradas nas casas grandes e fazendas. E segundo, porque mesmo após o período da escravidão as mulheres negras jamais estiveram exclusivamente voltadas para o trabalho doméstico/cuidado não remunerado.

As experiências sobre as famílias negras no cenário do trabalho “livre” não permitiram às mulheres esse lugar exclusivo de “donas de casa”. Os arranjos comunitários de cuidados infantis, idosos etc. historicamente são compartilhados coletivamente com outras mulheres. De todo modo, antes do período colonial nas sociedades africanas, as mulheres aparentemente conjugavam o trabalho doméstico, a maternidade e os cuidados com as crianças. “Para as mulheres da África Ocidental, o trabalho não representava um desvio das atribuições da maternidade. Ao contrário, ser economicamente produtiva e contribuir para a economia familiar fazia parte da maternidade” (Collins, 2019, p.128). Portanto, os papéis de gênero, específicos às mulheres africanas e sua descendência, foram

moldados para um nível de desumanização no capitalismo juntamente com a colonização dos países.

O desafio imposto às epistemologias africanas é desaprovar, publicamente, teorias diaspóricas negras, onde os conceitos feministas e os estudos de gênero estejam pautados em categorias ocidentais, confeccionadas de forma simplista, binária e de família nuclear, em que o macho é sempre superior [...] (Akotirene, 2019, p.80).

Analisar o trabalho doméstico remunerado no Brasil implica falar da organização patriarcal da nossa sociedade, das nossas heranças escravocratas, das expressivas desigualdades sociais que existem em nosso país, incluindo o acesso desigual à educação e, conseqüentemente, a outras rotas de vida por ela abertas. O emprego doméstico expressa a divisão social, racial e sexual do trabalho, que reserva às mulheres a responsabilidade pelas atividades do cuidado da casa e dos membros da família, o que Lélia Gonzalez em seu texto “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, publicado em 1984, nos questiona da seguinte forma: “Cumé que a gente fica?”. Ao utilizar o termo “*mucama permitida*” a autora nos explica como esse termo acabou sendo ressignificado nos dias atuais nos papéis das mulheres negras na condição de servidão, por meio dos trabalhos desvalorizados como babás, faxineiras, cozinheiras etc., cumprindo historicamente um duplo papel na realização do trabalho:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”) (Gonzalez, 1984, p.230).

A precariedade e a vulnerabilidade continuam sendo a tônica que organiza a vida laboral das mulheres na sociedade capitalista e está presente nas formas atuais de sua inserção. Segundo Helena Hirata (2011, p. 11), no caso do Brasil “onde o trabalho informal e sem proteção social foi sempre dominante, assiste-se a instabilidade dos empregos estáveis, e a supressão, nos anos 1990, de empregos formais, sobretudo no setor industrial”. As autoras Bezerra e Jneesh afirmam que:

Mesmo no período compreendido entre anos de 2004 e 2016 quando houve melhorias significativas no mercado de trabalho brasileiro com adoção de políticas de aumento de formalização de empregos e valorização do salário mínimo, manteve-se uma forte segregação de gênero e de raça e as mulheres seguiram ocupando os postos mais precários (2019, p. 259).

Parte-se da compreensão de que o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade brasileira. E estas relações estruturantes penetram em todas as esferas da vida social, de forma que, os sujeitos, que são, ao mesmo tempo, constituídos de gênero, raça e classe, se relacionam com as condições sociais do período em que vivem em cada contexto. As reflexões traduzem a precariedade vivida por mulheres racializadas em que o racismo e o sexismo tenta reduzir a importância dessas sujeitas enquanto trabalhadoras responsáveis por grande parte da educação, cuidado e criação, colocando-as na condição de marginalizadas explorando a força de trabalho em prol de ganhos econômicos de um país ainda colonialista e heteromasculino branco.

Consideramos que os posicionamentos dos feminismos passam por alguns aspectos de divergência e disputas, mas há em torno questões de consenso. A primeira delas é que o gênero, em interação com outras categorias como raça, etnia, idade, sexualidade, é um organizador da vida social. O segundo aspecto em concordância é a necessidade de mudança dessas estruturas sociais que produzem e reproduzem desigualdades, principalmente na luta pelos direitos humanos das mulheres e demais grupos historicamente marginalizados dos processos de tomada de decisão e produção do conhecimento.

Desta maneira, ao utilizar as lentes de gênero para ler a realidade social, nos deparamos com diversas contribuições teóricas, ou seja, não existe um pensamento único. Contudo, foi construído socialmente um pensamento feminista hegemônico que tem como característica a perspectiva branca, liberal e eurocentrada. Sobre este aspecto, cabe destacar a experiência do feminismo negro, decolonial da América Latina que abre possibilidades para uma crítica ao feminismo branco, heterossexual e etnocêntrico. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade propõe para as ciências sociais e humanas uma análise sobre as diferentes formas de opressão e das formas em que a “ferida colonial” se encarna nos corpos situados historicamente em processos particulares e locais. Argumentamos que a divisão social, sexual e racial não está externa a essas análises, ao contrário está fortemente imbricada com o todo o processo histórico, social na qual o capitalismo se desenvolve até os dias atuais.

Deste capítulo foi possível perceber que a superexploração do trabalho e a reprodução social na sociedade brasileira indicam a inserção da classe trabalhadora na esfera doméstica, que estabelece que as mulheres e principalmente as mulheres negras ainda sejam os sujeitos responsáveis pelo

trabalho do cuidado tanto no modo da produção, quanto no da reprodução social.

A aproximação teórica com a perspectiva feminista marxista da Teoria da Reprodução Social (TRS) foi mediante a concordância com as prerrogativas apontadas pelas teóricas que trouxeram a perspectiva unitarista que vai na direção de que é impossível não englobar a questão de classe, raça e gênero como elementos que constituem a formação do capitalismo, seja nos países centrais seja nas economias periféricas. Esta reflexão permite que se repense o que significa realmente o trabalho de produção/reprodução e conseqüentemente o próprio conceito de classe social e as análises de reprodução enquanto processo que produz em totalidade a força de trabalho.

Pensar o trabalho do cuidado na esfera produtiva/reprodutiva, enquanto categoria trabalho, independente se o produto dessa força de trabalho seja para valor de uso e ou de troca é abrir a possibilidade de encarar uma nova dinâmica na luta de classes, que também permite considerar todos(as) trabalhadores(as) que são tradicionalmente excluídos dos movimentos contra a exploração.

4

Mulheres no trabalho do cuidado e doméstico

O objetivo desse capítulo é compreender como a esfera do trabalho do cuidado e do trabalho doméstico, seja remunerado ou não, estão condicionadas a uma divisão sociossexual e racial do trabalho. O caráter pelo qual essa divisão se expressa nas relações cotidianas está ligado diretamente à historicidade de gênero, raça e classe social. E isso é fundamental para entender as contradições vigentes no modo de produção capitalista, tratando-se da realidade brasileira sob os moldes do capitalismo dependente.

Entre tantos desafios postos às famílias e principalmente às mulheres na contemporaneidade, está em conseguir “conciliar” as responsabilidades familiares e seus diversos atravessamentos com as inúmeras exigências no mundo do trabalho.

Cabe ressaltar que esses enfrentamentos ganham contornos mais profundos na América Latina e especificamente no contexto do Brasil, que historicamente tem no familismo¹⁶ o recurso da transferência de papel do Estado na provisão de proteção social. A partir daí as famílias vão buscar, dentro das possibilidades materiais e subjetivas, essa lacuna que há na ausência de políticas sociais que tem por objetivo pensar o cuidado enquanto agenda política. Na outra ponta do *iceberg* encontramos as trabalhadoras do cuidado e as trabalhadoras domésticas que convivem com um trabalho precário pela baixa remuneração, informalidades e superexploração da força de trabalho, o que certamente resvala nas condições sociais e econômicas no modo de vida delas e de suas famílias.

4.1

Trabalho doméstico e do cuidado familiar: quem faz?

No Brasil, o cuidado é prestado, na maioria das situações, por pessoas com algum grau de parentesco com a pessoa adoecida. Uma questão

¹⁶ “[...] na perspectiva da baixa oferta de serviços pelo Estado, tendo as famílias, a “responsabilidade principal pelo bem-estar social” (Miotto; Campos, 2003, p. 170 apud Zola, 2015, p. 58). Na realidade das famílias brasileiras o familismo se pauta na solidariedade dos membros das famílias no que envolve o trabalho do cuidado familiar, pela pouca atuação do Estado no provimento do cuidado enquanto um direito social.

importante nesse caso são as mudanças na dinâmica e organização familiar, expressando novos padrões de convivência familiar. Alencar chama a atenção para o fato de que essa situação “[...] reproduz novas condições para o estabelecimento das relações entre os membros no que se refere à divisão do trabalho doméstico, às relações de gênero e entre gerações e, ainda, no que se refere aos mecanismos de ajuda mútua e solidariedade” (Alencar, 2010, p. 149).

Historicamente, a mulher sempre foi responsável pelo cuidado, seja da casa ou dos filhos, ou mesmo dos membros familiares adoecidos, enquanto o papel do homem era de trabalhar fora para garantir o provimento financeiro da família. Apesar de todas as mudanças sociais na composição familiar e dos novos papéis assumidos pela mulher, destacando-se sua maior participação no mercado de trabalho, ainda se espera que a mulher assuma as funções do cuidado e das atividades domésticas dentro e fora do lar, acumulando dupla jornada de trabalho. Assim, passamos a analisar os dados do perfil das pessoas que realizam o trabalho do cuidado e também do trabalho doméstico no âmbito familiar por gênero.

Tabela 1: Perfil de pessoas que realizam o trabalho de cuidado e afazeres domésticos:

Gênero (trabalho de cuidado)	2017	2018	2019	2022
Masculino (%)	25,6	37,0	25,9	23,3
Feminino (%)	26,1	37,0	36,8	34,9
Gênero (afazeres domésticos)	2017	2018	2019	2022
Masculino (%)	76,4	78,2	78,6	79,2
Feminino (%)	91,7	92,2	92,1	91,3

Fonte: Adaptado de IBGE, 2023.

O predomínio de mulheres que ocupam o trabalho de cuidado e dos afazeres domésticos se justifica pelo fato de a mulher ser considerada “tradicional provedora dos cuidados da família”. Assim, são atribuídas às mulheres funções que são vistas pelo senso comum como funções femininas. O cuidar do outro configura como mais uma das tarefas “naturais da mulher”. Cabe

destacar as diferenças percentuais não apenas na divisão sexual dos papéis entre homens e mulheres, mas ao que se refere o tipo de atividade que ocorre dentro dos lares.

Podemos perceber que nos dados que compreendem os afazeres domésticos, os homens apresentam uma participação maior ao longo do tempo, porém menor quando comparado às mulheres. Contudo, quando olhamos para as atividades que se vinculam ao cuidado de alguém, a diferença entre a participação masculina e a feminina reduz bastante.

As mulheres também apresentaram dados expressivos quando separamos as atividades domésticas e as atividades ligadas ao cuidado. Analisando os dados mais recentes do ano de 2022, temos 91,3 % das mulheres voltadas a alguma atividade doméstica, enquanto 34,9% afirmaram estarem no cuidado de alguém. A proporção de pessoas fazendo atividades domésticas é superior as atividades do cuidado. Compreendendo que, muitas vezes, o trabalho do cuidado ocorre como extensão das atividades domésticas.

Vale mencionar que há uma pequena diminuição das mulheres nos afazeres domésticos ao longo dos anos, e uma progressiva participação dos homens embora ainda bem menor que as mulheres. Já no trabalho do cuidado, ocorre uma diminuição na participação de ambos.

A seguir podemos verificar como as atividades do cuidado intrafamiliar perpassam não somente pelo gênero, mas estão imbricadas na questão racial.

Tabela 2: Raça/cor e Gênero de pessoas que realizam o trabalho de cuidado familiar:

Homem	2017	2018	2019	2022
Branca (%)	25,0	25,2	25,2	22,8
Preta (%)	25,8	26,1	27,8	22,8
Parda (%)	26,1	26,8	26,1	23,8
Mulher	2017	2018	2019	2022
Branca (%)	33,8	33,5	33,5	31,5
Preta (%)	38,3	38,5	39,6	36,1
Parda (%)	39,9	40,0	39,3	38,0

Fonte: Adaptado de IBGE, 2023.

Tabela 3: Raça/cor e Gênero de pessoas que realizam os afazeres domésticos:

Homem	2017	2019	2022
Branca (%)	77,8	80,4	80,0
Preta (%)	77,7	80,9	80,6
Parda (%)	74,7	76,5	78,0
Mulher	2017	2019	2022
Branca (%)	90,9	91,5	90,5
Preta (%)	93,5	94,1	92,7
Parda (%)	92,3	92,3	91,9

Fonte: Adaptado do IBGE, 2023.

A tabela 2 sinaliza os dados referentes a Raça/Cor e Gênero onde apontam a diferença racial entre homens e mulheres na realização das atividades do cuidado. Os homens autodeclarados brancos ao longo dos anos de 2017 a 2022 formam o grupo que menos realizou atividades vinculadas ao cuidado familiar, em comparação a todos os outros grupos de pessoas. Dentre a categoria homens, os pardos e pretos foram os que mais realizaram o trabalho do cuidado. Quando analisamos o perfil das mulheres, ocorre a mesma configuração, as mulheres brancas realizam menos atividades do cuidado comparando com as mulheres pretas e pardas.

Ao analisarmos a tabela 3 na qual verificamos o perfil das pessoas frente as atividades domésticas, novamente os homens brancos foram as pessoas que menos realizaram os serviços domésticos. Em seguida foram os homens pardos e depois os homens autodeclarados negros. Na realidade das mulheres, observamos a diferença entre os papéis sexuais entre homens e mulheres nos afazeres domésticos, já que são numericamente superiores a eles. No ano de 2022, os dados mais recentes, as mulheres foram as maiores responsáveis pela linha do cuidado intrafamiliar, com as mulheres brancas num percentual de 31,5%; mulheres pretas com 36, 1% e pardas com 38%. Enquanto a carga do trabalho doméstico familiar estão as mulheres brancas (90,5%) as mulheres pretas (92,7%) e as mulheres pardas (91,9%). Com isso os dados confirmam o que a literatura sistematicamente aponta: que as mulheres negras, representando a soma entre pretas e pardas, no âmbito familiar são as maiores responsáveis pelo trabalho do cuidado e trabalho doméstico.

É interessante quando isolamos o componente raça/cor destacar que as pessoas entrevistadas que se autodeclararam pardas, independente do gênero,

foram as que mais realizaram o cuidado familiar, comparadas com os homens e mulheres autodeclaradas pretas e brancas. No entanto, quando analisamos o mesmo perfil para as atividades domésticas, percebemos que houve uma mudança de posição, as mulheres e homens considerados pretos foram os que mais realizaram as tarefas domésticas nos lares. Principalmente os homens pretos apresentaram uma taxa mais significativa se comparada aos homens pardos e brancos.

Percebemos que as pessoas autodeclaradas pardas estavam mais vinculadas ao cuidado e as pessoas pretas voltadas as atividades domésticas. Essa realidade não está desacoplada do próprio debate racial que permeia quando referimos a posição das mulheres pretas nos espaços produtivos na maioria nos setores de serviços como o trabalho doméstico.

Pensar a questão racial na sociedade brasileira na figura do pardo remete refletir sobre a fronteira entre o preto e o branco. É verdade que historicamente há uma recusa ao termo preto. Nesse sentido, como, historicamente, o ser negro é associado à escravidão, ao trabalho braçal, à pobreza e à criminalidade, o natural que pessoas pretas e pardas busquem o embranquecimento como referência. Corroborando com essa ideia Wood e Carvalho (1994) afirmam que “é razoável antecipar isto por causa do maior estigma social associado ao preto, comparado ao pardo, e, conseqüentemente, do desejo maior de deixar a categoria preto.” (1994, p. 9). Dessa forma, a representação do pardo, fornece as bases para a existência que permite a perpetuação do mito da democracia racial preconizado no Brasil desde a velha república. Gomes oferece para esse debate a ideia do “limbo racial-identitário” (2019, p. 70). Termo bastante apropriado para analisar o papel, a posição social que as pessoas pardas ocupam na sociedade brasileira. O preconceito se intensifica na razão direta desta escala de cor de outras características fenotípicas, podemos dizer “[...] existe uma escala de gradação que vai do estritamente branco (o nível ideal) ao completamente preto” (Osorio, 2004, p. 111).

A literatura sobre o tema prioriza a desigualdade racial e a de gênero que se manifestam frequentemente com famílias em condições materiais de vulnerabilidade e também no acesso desigual ao mercado de trabalho, com diferenças salariais, seja na possibilidade de promoção na carreira e de alcançar postos de liderança. Mas é preciso considerar que algumas formas de discriminação também permeiam a reprodução da precariedade ocupacional no país. Geralmente os negros(as) acabam por ocupar no mercado de trabalho as atividades laborativas desvalorizadas, mal remuneradas e precárias; na prática,

boa parte deles(as) fica na informalidade ou nos empregos considerados domésticos (babás, cozinheiras, motoristas etc.).

Outra questão destacada ao comparar o percentual de pessoas que realizam o cuidado familiar e as pessoas que realizam atividades domésticas. As tarefas domésticas apareceram com mais ênfase do que propriamente o trabalho de cuidado de alguém. E certamente as mulheres são as maiores responsáveis por essas atividades. Referente ao cuidado é notória a baixa participação masculina, comparada à participação deles nas atividades domésticas. A seguir veremos a faixa etária e gênero das pessoas que estão a cargo do cuidado e afazer doméstico no âmbito familiar.

Tabela 4: Idade e Gênero de pessoas que realizam o trabalho de cuidado familiar:

Homem	2017	2018	2019	2022
14-24 anos (%)	25,8	18,9	18,5	16,8
25-49 anos (%)	43,2	37,0	36,9	31,5
50 anos ou mais (%)	19,4	15,8	16,1	15,0
Mulher	2017	2018	2019	2022
14-24 anos (%)	33,6	34,3	33,1	31,1
25-49 anos (%)	49,9	49,8	49,3	45,7
50 anos ou mais (%)	22,4	22,7	23,6	22,6

Fonte: Adaptado de IBGE, 2023.

Tabela 5: Idade e Gênero de pessoas que realizam os afazeres domésticos

Homem	2017	2019	2022
14-24 anos (%)	63,5	67,8	69,3
25-49 anos (%)	80,9	82,3	83,2
50 anos ou mais (%)	79,3	80,7	79,6
Mulher	2017	2019	2022
14-24 anos (%)	85,2	86,4	86,00
25-49 anos (%)	95,4	95,5	95,1
50 anos ou mais (%)	90,8	91,00	89,2

Fonte: Adaptado do IBGE, 2023.

Na tabela 4, que apresenta o perfil da idade e gênero no trato do cuidado, podemos averiguar que a faixa etária que tem uma maior participação no cuidado a algum membro familiar está compreendida entre 25 a 49 anos tanto para os homens, em 2022 (31,5%), quanto para as mulheres (45,7%). Já as mulheres mais jovens aparecem com o dobro da taxa percentual em 2022, (31,1%) comparado aos homens com faixa etária de 14 a 24 anos (16,8%). Enquanto as mulheres com 50 anos ou mais chegam (22,6%) e os homens (15,0%).

Nas famílias das camadas mais pobres a circulação do cuidado torna-se maior, principalmente pela ausência de políticas públicas que deem respostas mais efetivas a provisão do cuidado, a fim de reduzir o papel das famílias exclusivamente a frente dessa questão. Portanto, no cotidiano dessas famílias mães, avós, filhas, tias dentre outras são figuras femininas que aparecem na vida familiar para dar o apoio necessário geralmente a outra mulher (Vitale, 2010; Bernardo, 2019).

Nos dados da tabela 5, que remete aos afazeres domésticos, a faixa etária entre 25 e 49 anos também permanece liderando: em 2022 aparecem respectivamente as mulheres (95,1%) e os homens (83, 2%). Entre o grupo mais jovem, que compreende a faixa etária de 14 a 24 anos, as mulheres (83%) gastam mais tempo se dedicando a alguma atividade doméstica em comparação ao sexo masculino homens (69,3%). As mulheres com 50 anos ou mais, apresentaram (98,2%) e os homens (79,6%). Devemos mencionar que os homens nessa faixa etária tiveram uma expressiva participação comparando os afazeres voltados ao cuidado de alguém.

Podemos tecer o seguinte comentário, percebemos que a faixa etária que está à frente do trabalho de cuidado e do trabalho doméstico são as mulheres em idade produtiva. Contudo, alguns estudos¹⁷ apontam que as mulheres que exercem a função de cuidadora familiar geralmente precisam sair do mercado formal do trabalho por muitas vezes não conseguirem conciliar as responsabilidades que envolvem o cuidar de crianças, idosos, pessoas acometidas por alguma doença com as exigências no mundo do trabalho. Dessa dinâmica resulta um índice de maior desemprego para as mulheres, trabalhos informais e grandes dificuldades de seguir contribuindo com o regime previdenciário.

¹⁷ Cf. Estudos como os de Santos (2017) que tratou sobre a experiência de cuidadores frente ao cuidado de pessoas renais crônicas, assim como os de Bernardo (2019) que abordou sobre o processo de envelhecimento no contexto brasileiro permeado pela desigualdade social e a relação com as políticas sociais no Brasil no que se refere ao cuidado.

Efetivamente uma das maiores transformações mundiais que vem ocorrendo na sociedade nos últimos tempos, no plano das famílias, é o fenômeno de feminização do mercado de trabalho (Bruschini, Lombardi, 2000; Debert e Oliveira, 2015; Debert, 2016), situação também observada no Brasil, com o ingresso cada vez maior da força de trabalho das mulheres no setor produtivo da sociedade. Todavia, em que pese o nível de escolaridade feminina ter aumentado nos últimos anos conforme demonstram as pesquisas elaboradas pelo IBGE, a condição das mulheres pouco se alterou em relação à ocupação de postos de trabalho, no que diz respeito a quantidade ou qualidade, como no caso de acesso a cargos em níveis mais superiores, ou ainda melhorias na condição de emprego e renda.

Tabela 6: Nível de instrução e gênero de pessoas que realizam o trabalho de cuidado familiar:

Homem	2018	2019	2022
Sem instrução e fundamental incompleto (%)	22,0	21,3	19,8
Ensino fundamental completo e médio incompleto (%)	27,5	27,3	23,1
Ensino médio completo e superior incompleto (%)	28,6	28,8	24,9
Superior completo (%)	30,6	30,3	27,5
Mulher	2018	2019	2022
Sem instrução e fundamental incompleto (%)	31,1	31,2	29,9
Ensino fundamental completo e médio incompleto (%)	41,1	41,1	38,2
Ensino médio completo e superior incompleto (%)	40,6	40,9	38,0
Superior completo (%)	36,4	35,5	33,9

Fonte: Adaptado de IBGE, 2023.

Ressaltamos que os dados da PNAD Contínua referentes ao ano de 2017, não apresentaram de forma conjugada a questão do nível de instrução e gênero nos perfis que direcionam as atividades vinculadas ao cuidado e ao trabalho doméstico, mantendo apenas o nível de instrução, por isso não foram utilizados aqui.

Tabela 7: Nível de instrução e gênero de pessoas que realizam os afazeres domésticos:

Homem	2018	2019	2022
Sem instrução e fundamental incompleto (%)	74,3	74,1	74,4
Ensino fundamental completo e médio incompleto (%)	76,5	77,4	76,9
Ensino médio completo e superior incompleto (%)	81,3	81,7	81,9
Superior completo (%)	85,4	85,7	86,2
Mulher	2018	2019	2022
Sem instrução e fundamental incompleto (%)	90,1	89,6	87,8
Ensino fundamental completo e médio incompleto (%)	92,7	92,5	91,4
Ensino médio completo e superior incompleto (%)	93,7	93,9	93,3
Superior completo (%)	93,4	93,4	93,0

Fonte: Adaptado de IBGE, 2023.

O grau de escolaridade é também um importante marcador social, pois contribui na compreensão da dinâmica que vivenciam as diferentes famílias em nível de desigualdade social, econômica no que tange o tipo de trabalho e sua remuneração. E de que forma essa desigualdade também de gênero e raça repercute na vida das mulheres que precisam também exercer o trabalho do cuidado e doméstico não remunerado?

Homens e mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto desde 2018 a 2022 tem reduzido sua participação no trabalho de cuidado familiar. Enquanto o ensino fundamental completo e médio incompleto sofreu uma estagnação tanto para os homens quanto para as mulheres. Vale notar um aumento da participação de homens no trabalho de cuidado à medida em que aumenta o grau de instrução, verificando-se nesse sentido maior expressão entre os homens com nível superior completo. Diferentemente das mulheres, o segmento mais envolvido com o trabalho de cuidado é o de mulheres com ensino fundamental completo e médio incompleto.

Verificando o nível de escolaridade para os grupos que realizam as atividades domésticas, observamos uma maior participação de homens com ensino superior completo, embora não haja no caso das mulheres uma diminuição significativa dos encargos domésticos mesmo entre aquelas que

declaram possuir ensino superior completo. Ao retomarmos os dados anteriores que demonstraram o maior envolvimento das mulheres pardas e negras com as atividades ligadas ao cuidado e aos afazeres domésticos familiares certamente há um impacto nas relações de trabalho, onde as condições laborais se intensificam ainda mais, já que estão inseridas em trabalhos muito precarizados. Numa sociedade como a brasileira, em que a dinâmica do sistema econômico estabelece espaços a partir da hierarquia de classe, gênero e sobretudo raça, existem alguns mecanismos para selecionar pessoas que vão preencher determinados espaços:

Como a educação é um requisito para o acesso às melhores ocupações na hierarquia de emprego, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status e, conseqüentemente de maior remuneração (Nascimento, 2006, p. 54).

Recorrendo aos escritos da Beatriz Nascimento no texto “A mulher negra no mercado de trabalho” na qual a autora afirma que na sociedade brasileira de origem escravagista é fundamental inserir no processo da formação social brasileira a história do negro nesse país. Portanto, não é possível articular o conceito e a realidade social a partir da classe social e do gênero sem articular a questão racial. E no caso as mulheres negras, atualmente, apesar dos diversos avanços na área educacional, principalmente com ascensão das ações afirmativas nas universidades e outras formas de ingresso no ensino superior, ainda assim ocupam posições no espaço produtivo similares as que ocupavam na sociedade colonial.

No próximo item analisaremos ainda alguns indicadores do perfil das pessoas envolvidas e quais as atividades ligadas ao trabalho de cuidado e afazeres domésticos estão sendo mais demandadas das famílias, no intuito de verificar como essa questão no interior dos lares repercute na divisão sociosexual e racial do trabalho e nas condições de vida dessas famílias. Por hora depreendemos que são as mulheres em idade produtiva (25 a 49 anos), negras (pretas e pardas) e com escolaridade mais alta (médio completo e superior completo) que se encontram mais envolvidas no trabalho de cuidado e nos afazeres domésticos ao longo dos anos de 2017 e 2022 no Brasil.

4.2

Não é amor, é trabalho não pago¹⁸: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado e doméstico

Nesse item analisaremos centralmente a natureza do trabalho de cuidado e também doméstico realizados no espaço familiar com o objetivo de compreendê-lo na dinâmica do trabalho no sistema capitalista. Ressaltamos que o IBGE conceitua, na perspectiva metodológica, de maneira distinta as duas atividades “cuidado familiar” e “afazer doméstico” embora reconheça que essas tarefas também podem ocorrer simultaneamente.

Consideramos necessário apresentar as informações sobre os **cuidados de pessoas** produzidas na PNAD Contínua, com base em sete conjuntos de atividades que a pessoa entrevistada responde durante a pesquisa: 1) se realiza ou não o cuidado a alguém; 2) quais as atividades de cuidado tem a necessidade de auxiliar (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir); 3) auxiliar nas atividades educacionais; 4) ler, jogar ou brincar; 5) monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio; 6) transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas; e 7) outras tarefas de cuidados de moradores.

De acordo com o IBGE, as atividades consideradas como **afazeres domésticos**, por sua vez, têm por base nove conjuntos assim identificados: 1) preparar ou servir alimentos, 2) arrumar a mesa ou lavar louça; 3) cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; 4) fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; 5) limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; 6) cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.); 7) fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio; 8) cuidar dos animais domésticos; e 9) outras tarefas domésticas.

Nesse debate, nos valem das reflexões anteriores acerca da reprodução social enquanto modo prático da produção da vida, de forma que a noção do campo do cuidado aparece enquanto trabalho improdutivo a partir da compreensão marxista, mas como um elemento fundante na organização em sociedade, em acordo com as teóricas da reprodução social. Aproximar esse debate da linha do cuidado no Brasil faz sentido pois, de acordo com Carloto “[...] o debate e a produção acerca do tema ganham importância e protagonismo nas

¹⁸ Essa frase foi inspirada a partir da autora feminista Silvia Federici no livro “O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista”, publicado no Brasil em 2019.

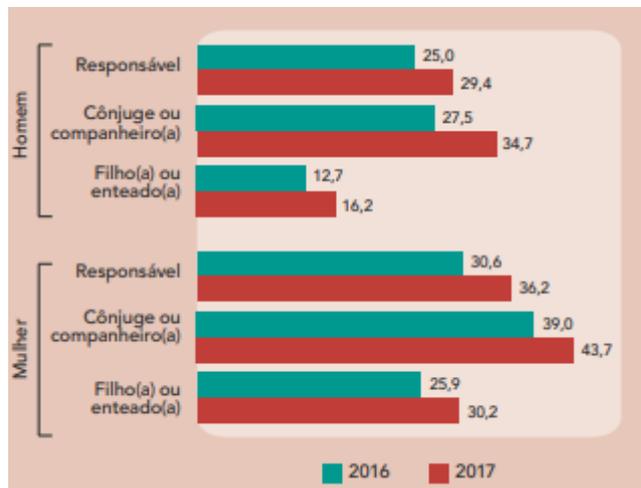
pesquisas em função das medidas neoliberais que vão marcar as conjunturas econômicas e políticas a partir dos anos 1990” (2020, p.50), no contexto das políticas sociais com forte influência do familismo.

Portanto, é inapropriado supor que uma sociedade fundada no trabalho assalariado e na família como suportes organizadores da vida social num crescente processo de desigualdade social venha assumir, de forma isolada, todas as formas de reprodução social.

4.2.1 Trabalho de cuidado

Começamos mostrando junto à natureza das atividades realizadas alguns dados sobre o perfil das pessoas envolvidas com o trabalho de cuidado para evidenciar as condições do exercício desse tipo de trabalho e sua vinculação à reprodução social na dinâmica do capitalismo.

Figura 1: Taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores segundo o sexo e a condição no domicílio em 2017

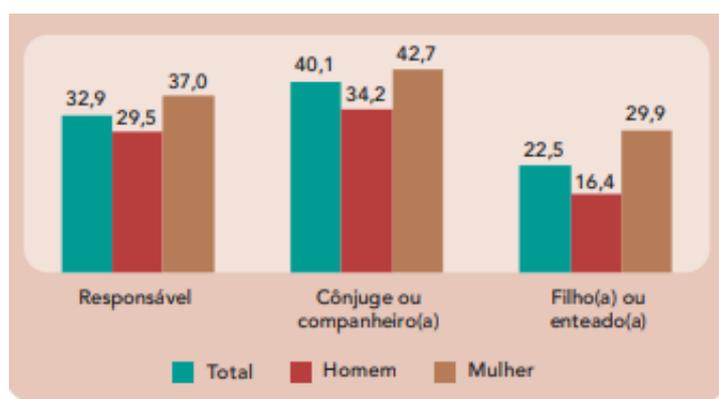


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência

Considerando a condição no domicílio, em 2017, observa-se que a taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, foi maior para as mulheres na condição de cônjuges ou companheiras (43,7%), seguidas pelas responsáveis pelo domicílio (36,2%) e pelas filhas ou enteadas (30,2%). Entre os homens, houve um aumento em 2017 mais expressivo entre os cônjuges (34,7%) em relação ao ano de 2016 (27,5%).

Se em 2016 os homens nas condições de responsável e cônjuge tinham taxas de realização similares, em 2017 isto não ocorreu. Prosseguindo para o ano de 2018, esse dado não apareceu nos resultados de pesquisa da PNAD Contínua. No entanto 2019, tivemos os seguintes resultados:

Figura 2: Taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores segundo o sexo e a condição no domicílio em 2019

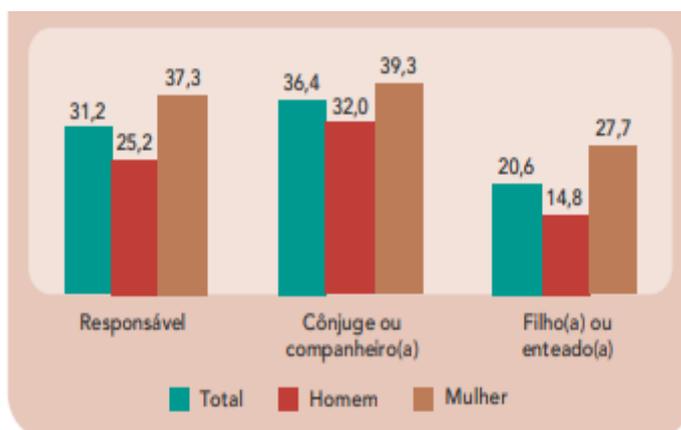


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Nota: Taxa de realização de cuidados é a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizaram cuidado de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, no total de pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Assim, a menor taxa de realização de cuidados de pessoas ocorreu entre os filhos ou enteados (22,5%). Na divisão sexual dos papéis podemos perceber que os filhos/enteados representam (16,4%) e no grupo de filhas/enteadas esse aparece com (29,9%). Embora seja o grupo com menor taxa de participação na realização do cuidado, ainda assim as mulheres jovens sobrepõem esses dados. Nos parâmetros totais entre os cônjuges é a taxa maior (40,1%), sejam eles homens (34,2%) ou mulheres (42,7%). Contudo, nos dados do responsável as mulheres também aparecem em maior proporção (37%) se comparado aos homens (29,5%) e ao valor total.

Os dados referentes ao ano de 2022 não modificaram o cenário em relação às mulheres frente as maiores responsabilidades no cuidado familiar. Como é observado, a menor taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores ocorreu entre filhos(as) ou enteados(as) (20,6%), ao passo que a maior taxa total, esteve no grupo dos cônjuges ou companheiros(as) (36,4%). Porém, ao separar o percentual entre homens e mulheres, percebemos a diferença entre os papéis de gênero: aos homens (32,0%) e as mulheres (39,3%).

Figura 3: Taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores segundo o sexo e a condição no domicílio em 2022



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. Nota: Taxa de realização de cuidados é a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizaram cuidado de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, no total de pessoas de 14 anos ou mais de idade

Esses dados se apresentam em contextos familiares diversos. É necessário, pensar o conceito e o papel da família como não sendo um fenômeno natural de caráter universal, portanto a-histórico. Assim como não é natural a divisão sociosexual e racial dos papéis dentro dela, nem a forma como se constituem o grupo conjugal, a unidade familiar e as relações de parentesco. O conceito de família trazido por Mioto (1997, p.120) a define “como núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos”. Podemos dizer que é uma relação humana e social mutável, histórica e que está com constante movimento. Carloto (2005, p.3) amplia o debate ao afirmar que: “Não só a família se modifica conforme a estrutura social dada, como a cada momento encontram-se diversas conformações de família dadas por rede de parentesco, habitação, grupo conjugal e outras”. Por isso podemos também chamar atenção para um outro dado que apareceu constantemente nos resultados da pesquisa, referente aos lares chefiados por um(a) responsável, chamados assim, de famílias monoparentais. Para Barroso e Bruschini o termo monoparentalidade ganhou notoriedade no Brasil,

[...] a partir dos anos [19]70 que as mulheres chefes de família passam a ter visibilidade e conquistam um lugar entre as pesquisas sociológicas; além disso, é só no Censo Demográfico de 1980 que a categoria chefe passou a designar a pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família (1981, p. 40).

Na sociologia da família, o conceito de família monoparental abrange uma multiplicidade de configurações familiares, podemos compreender da seguinte maneira:

[...] a mesma pode-se originar de uma união desfeita, em que conviviam pais e filhos e, após a dissolução, passou-se a conviver um dos pais com os filhos; pode-se formar também quando advier a morte de um dos cônjuges; ou de mães solteiras que optaram pelo celibato; enfim, das diferentes formas possíveis em que se possa imaginar apenas um dos genitores convivendo com seus filhos. Nesse contexto, pode-se inferir que a família monoparental sempre existiu, pois a filiação concubinária, o abandono do lar por um dos cônjuges e mesmo a morte de um deles não são fenômenos do mundo moderno, podendo-se afirmar, categoricamente, que já existiam na antiguidade [...] (Braido, 2006, p.26).

A literatura tem apontado o crescimento das famílias monoparentais, sobretudo os domicílios chefiados por mulheres. A partir dos dados da PNAD Contínua obtivemos no ano de 2017 (29,4%); ano de 2019 (37, %) e 2022 (37,3%) com isso, os dados confirmam o que os estudos da área têm indicado: o crescimento e o maior empobrecimento das famílias chefiadas por mulheres, comparado a outras configurações familiares e, mais especificamente, as famílias chefiadas por mulheres negras. Vejamos a partir dos resultados divulgados pelo DIEESE no Boletim Especial do dia 8 de março de 2023 pelo Dia da Mulher a tônica dessa realidade:

Figura 4: Distribuição percentual das famílias, por tipo de arranjo familiar, segundo sexo do/a chefe de família - Brasil - 3º trimestre 2019 e 3º trimestre 2022

Período	Sexo do Chefe da Família	Tipo de Arranjo Familiar							Total
		Casal com Filhos	Casal sem Filhos	Mulher com Filhos	Homem com Filhos	Unipessoal Feminino	Unipessoal Masculino	Outros	
3T2019	Masculino	53,0%	23,1%	-	4,3%	-	15,0%	4,6%	100,0%
	Feminino	33,1%	12,8%	32,2%	-	15,0%	-	6,8%	100,0%
	Total	43,8%	18,3%	14,9%	2,3%	7,0%	8,1%	5,6%	100,0%
3T2022	Masculino	46,4%	23,7%	-	4,7%	-	18,6%	6,7%	100,0%
	Feminino	34,2%	14,6%	29,0%	-	14,6%	-	7,6%	100,0%
	Total	40,2%	19,0%	14,7%	2,3%	7,4%	9,1%	7,1%	100,0%

Fonte: IBGE. PNAD Contínua

Os dados novamente confirmam que as famílias monoparentais femininas aparecem um número maior. Neste sentido, devemos considerar a questão das mulheres chefes de família que acumulam as responsabilidades pelo sustento da família, com o cuidado com a casa e com os membros familiares resultando na ampliação da sua jornada de trabalho. Essa dupla jornada de trabalho exercida

pelas mulheres resulta para a maioria no preenchimento de empregos de baixos salários. Esse contexto se acentua nos casos das famílias monoparentais femininas, porque os “domicílios chefiados por mulheres têm, média, uma renda menor não porque têm mais crianças ou menos adultos, mas porque a/o chefe do domicílio, sendo uma mulher, ganha menos” (Butto, 1998, p.72). Vejamos isso na tabela abaixo:

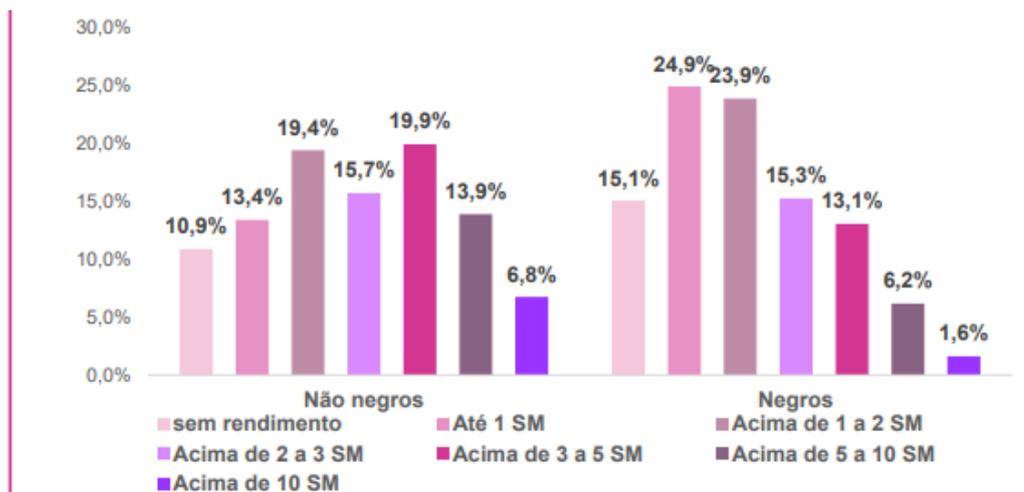
Figura 5: Renda familiar per capita do domicílio, segundo tipo de arranjo familiar Brasil - 3º trimestre de 2022 (em R\$ de 2022)

Tipo de arranjo	Sexo do chefe		
	Total	Masculina	Feminina
Casal com Filhos	1.279	1.350	1.187
Casal sem Filhos	1.695	1.716	1.660
Mulher com Filhos	789	-	789
Homem com Filhos	1.198	1.198	-
Unipessoal Feminino	1.149	-	1.149
Unipessoal Masculino	2.206	2.026	-
Outros	1.193	1.453	971
Total	1.336	1.562	1.119

Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE

Em termos de renda do trabalho per capita, foi nos domicílios monoparentais chefiados por mulheres com filhos que se observou a menor renda: R\$ 789, pouco mais do que meio salário mínimo por pessoa. No arranjo monoparental com filhos e chefia masculina, o valor per capita foi de R\$ 1.198. A renda per capita média dos domicílios no 3º trimestre de 2022 foi de R\$ 1.336 e nos lares com chefes mulheres foi equivalente a cerca de 71,6% do recebido nos domicílios liderados por homens. Essa desigualdade reverbera no aprofundamento da dimensão da pobreza que se acentua quando vinculamos monoparentalidade. Contudo, precisamos atentar para o fato de que além da renda em si, devem ser considerados nos estudos relacionados às famílias pobres, suas especificidades, principalmente aquelas relacionadas à idade, sexo, raça, pois estes fatores ajudam a compreender o porquê certas particularidades tornam alguns grupos familiares mais vulneráveis à situação de pobreza.

Figura 6: Distribuição percentual das famílias chefiadas por mulheres com filhos, segundo cor/raça do chefe de família e faixa de renda familiar - Brasil - 3º trimestre 2022



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Elaboração: DIEESE

Obs.: Os domicílios sem rendimento são aqueles sem rendimento do trabalho

A desigualdade de gênero e raça/cor no mercado de trabalho afeta intensamente a qualidade de vida de todos os membros das famílias e impõe, muitas vezes, a necessidade da inserção precária de filhos e outros parentes, para compor a renda familiar.

Os arranjos mais vulneráveis são os da chefia feminina com filhos sem cônjuge, principalmente porque a renda do trabalho do domicílio e a renda per capita foram as menores entre os arranjos analisados. No 3º trimestre de 2022, esse tipo de arranjo somou 11,053 milhões de famílias, 61,7% chefiadas por negras (equivalente a 6,8 milhões) e 38,3%, por não negras (que representavam 4,2 milhões) (Dieese, 2023, p.9).

Diante desse cenário vale conferir a expressão “feminização da pobreza” criada por Diane Perce em 1978 em um trabalho publicado na “*Urban and Social Change Review*”. Nesta acepção a feminização da pobreza seria um fenômeno diretamente relacionado à configuração da família, que por diversos motivos, passa a ser composta pela mulher e seus filhos, fazendo com que a figura feminina se torne responsável principal pelas despesas do domicílio. Para Costa et al. (2005), não há um conceito único para a expressão “feminização da pobreza”, muitos estudos vêm discutindo a temática, permeando reflexões sobre gênero e pobreza, além de considerar a composição e distribuição intradomiciliar.

Há, ainda, estudos dedicados à análise do que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem chamado de determinantes de gênero na pobreza das mulheres. A ideia, nesse caso, é a de que existem fatores de gênero incidentes no nível de vulnerabilidade das pessoas à pobreza, bem como nas suas

possibilidades de superá-la. Para as mulheres, os determinantes que contribuem para torná-las mais propensas a experimentarem a pobreza incluem: i) desigualdades na participação no mercado de trabalho [...] ii) desvalorização econômica e social das tarefas desempenhadas por mulheres [...] iii) desigualdade no acesso a recursos produtivos, como crédito, terra ou capital produtivo; e iv) desigualdade de oportunidades para participar de tomadas de decisão [...] (Costa et al., 2005, p. 13).

Podemos observar que desde o final da década de 1970, diversas definições permearam o fenômeno denominado de feminização da pobreza. Entretanto, ainda não foi alcançado um denominador comum. Para o desenvolvimento desse trabalho, levaremos em consideração o déficit socialmente produzido das mulheres em relação aos homens, observando as desigualdades que tangem ao mercado de trabalho e que refletem diretamente na previdência social, assim como a composição das famílias, destacando o agravamento da pobreza no cenário feminino, correlacionando variáveis relacionadas ao sexo, raça, escolaridade, renda, chefia do domicílio, entre outros elementos.

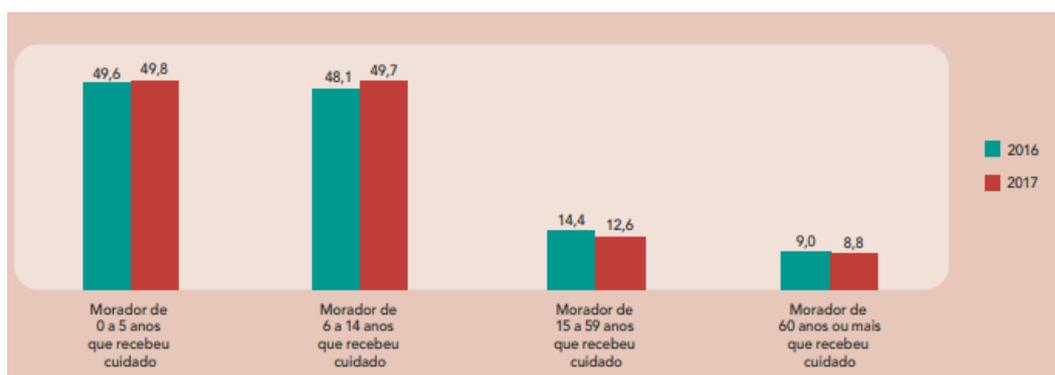
Destaca-se a pobreza como fenômeno multidimensional, fundado em um conjunto de fatores provenientes do não acesso à saúde, educação, ao lazer, habitação, ao trabalho, infraestrutura social, alimentação – entre outros elementos que fazem parte dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, mas que ainda não são acessíveis a todos (Silva, 2010). Sendo assim, estamos contemplando a pobreza, considerando “o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência” (Yazbek, 2012, p. 292). No que diz respeito à feminização, considera-se os acontecimentos relacionados à pauperização que tendem a se tornar mais expressivos entre as mulheres se comparado aos homens (Medeiros; Costa, 2008). O capitalismo heteropatriarcal naturalizou o trabalho do cuidado como uma tarefa privada e individual, recaindo para as mulheres com a redução dos gastos públicos como saúde, educação, moradia, trabalho etc., acaba por penalizar as famílias da classe trabalhadora, sobretudo as mulheres pobres e negras.

Os programas de combate à pobreza estão dentro dessa lógica, apesar de contribuírem como no caso brasileiro, com enfrentamento da fome nas famílias em situação de extrema pobreza, seguem sendo focalizados, meritocrático reproduzindo a matriz familista e maternalista e acrescentam mais uma responsabilidade e trabalho às mulheres beneficiárias deles, quando impõem condicionalidades que são direitos garantidos constitucionalmente, mas que se tornam deveres (Carloto, 2020, p. 61).

A emergência dos conceitos da divisão sociosexual e racial do trabalho, seja na esfera produtiva/reprodutiva, trouxe um fundamento importante na definição e reconhecimento do trabalho no campo da produção. Entretanto, não foi suficiente para modificar as hierarquias e desigualdades em torno do trabalho de homens e mulheres, brancos e negros. O ingresso das mulheres no mundo da provisão econômica, importante situar que as mulheres negras e pobres sempre estiveram na esfera produtiva, não equilibrou as funções no âmbito da reprodução, mas intensificou a sobrecarga das mulheres perpetuando e naturalizando o cuidado como uma devoção feminina.

A seguir veremos quais os membros que receberam os maiores cuidados exercidos pelas mulheres no âmbito familiar. Ressaltamos que esses resultados são a partir apenas dos cuidados a moradores do domicílio, quanto aos cuidados a algum parente não morador, essas informações não foram contempladas nos resultados abaixo.

Figura 7: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado (%) em 2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Notas: 1. Pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência. 2. Não são considerados os cuidados a parentes de fora do domicílio.

Para as pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizaram cuidados de moradores do domicílio, foi perguntado qual morador recebeu cuidados, podendo, inclusive, ser mais de um morador. Em 2017, 49,8% das pessoas que realizaram cuidados a esse grupo o fizeram para moradores de 0 a 5 anos de idade, e 49,7% de moradores de 6 a 14 anos de idade, mostrando a importância do cuidado de crianças e adolescentes nos domicílios, mesmo aqueles em idade escolar. O cuidado de idosos de pelo menos 60 anos de idade correspondeu a 8,8% dos casos de cuidado. Entre 2016 e 2017 não houve mudanças significativas no percentual de pessoas que realizaram cuidados de moradores, conforme a pessoa que recebeu o cuidado, exceto por um discreto aumento do

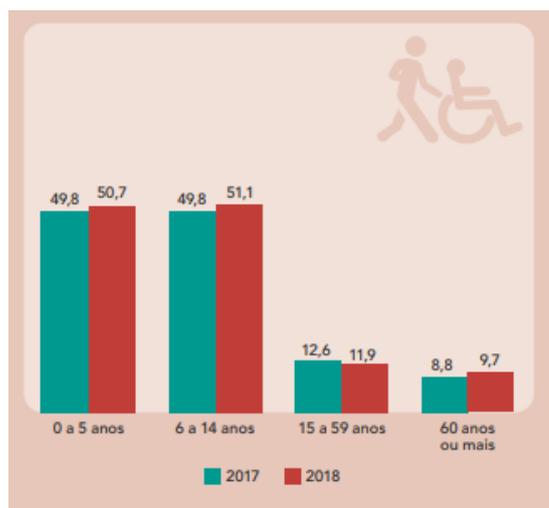
cuidado de moradores de 6 a 14 anos e uma redução do cuidado de moradores de 15 a 59 anos. Com isso os dados das pessoas na faixa etária de 15 a 59 anos não deixam claras as razões pelas quais precisaram de cuidados. De modo que essa faixa etária compõe a princípio pessoas em situação de autonomia, provavelmente necessitou de cuidados temporários ou em casos de pessoas com um grau de deficiência que dependa de auxílio.

No Brasil, bem como em outros países da América Latina, o cuidado com bebês, crianças, idosos e pessoas com deficiência é tradicionalmente realizado pelas mulheres da família, sem remuneração e dentro do domicílio. Para Bruschini: “Ao introduzir na análise a idade dos filhos, os dados confirmam o que os estudos de gênero têm apontado seguidamente: os filhos pequenos são aqueles que consomem o maior número de horas de dedicação aos afazeres domésticos” (2006, p.348).

Quando as condições financeiras da família permitem, o trabalho do cuidado fica a cargo de trabalhadoras domésticas, na maioria de vezes. As famílias com menor renda disponível recorrem, frequentemente, às organizações comunitárias e voluntárias. Como regra geral, os serviços públicos têm um papel menor frente ao cuidado.

Prosseguimos com os dados de 2018 analisando a idade do morador que recebeu o cuidado no domicílio. Observa-se que o cuidado ocorre predominantemente na faixa etária infanto juvenil, corresponde 50,7% para crianças com idade 0 a 5 anos, enquanto para faixa etária e 6 a 14 anos 51,1%. O cuidado era realizado, sobretudo, para moradores de 0 a 14 anos de idade: cerca de metade das pessoas que informaram cuidar de algum morador, o fizeram para crianças de 0 a 5 anos e para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos. Para 2019 houve uma pequena redução na faixa etária 0 a 5 anos (49,2%) e um pequeno aumento para o grupo 6 a 14 anos (52%). Outro grupo que sofreu uma pequena oscilação entre 2018 e 2019 um aumento de 0,8 p.p foi o cuidado com pessoas idosas representando (10,5%).

Figura 8: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado (%) em 2018



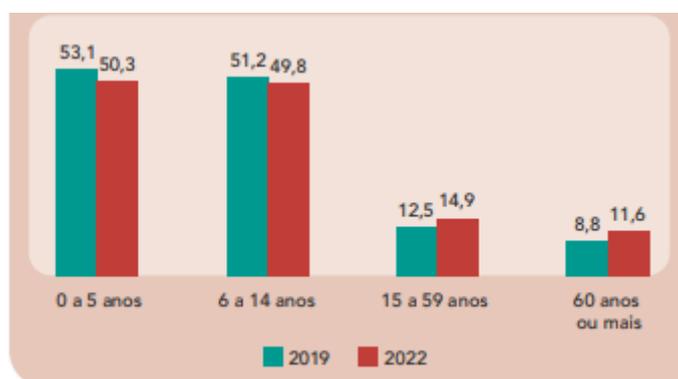
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade

Figura 9: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado (%) em 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018-2019. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Figura 10: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, segundo o grupo de idade da pessoa que recebeu o cuidado (%) em 2022



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2022. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Em 2022, houve redução quanto ao cuidado recebido por crianças, sobretudo entre aquelas de 0 a 5 anos de idade (-2,8 p.p) comparado com o ano de 2019. Porém, o percentual total dos cuidados para os moradores de 0 a 14 anos de idade ainda é considerado maior comparado aos outros grupos de idade. Enquanto isso o cuidado de idosos ocorreu em 11,6% dos casos, proporção que aumentou 2,8 p.p. entre 2019 e 2022. Embora tenha ocorrido aumento do cuidado de moradores de 15 a 59 anos (2,4 p.p.), é preciso lembrar que no último período, compreendido entre 2020 a 2021, tivemos um cenário pandêmico da COVID-19, o qual levou a novas discussões sobre o papel do Estado, a importância das políticas públicas e a manutenção de sistemas de relações de cuidados. Mas, sobretudo, o adoecimento por Covid atingiu diretamente o grupo adulto e idoso. As mulheres foram as que se mantiveram na linha de frente, tanto no atendimento das pessoas doentes como também exercendo os trabalhos domésticos não remunerados devido ao fechamento das escolas e serviços como restaurantes. Abre-se, novamente, o debate sobre a disputa das fronteiras do trabalho e a necessidade de reorganizar as relações produtivas e reprodutivas.

O trabalho diário realizado pelas mulheres no espaço reprodutivo possibilita ao capitalista a segurança da reprodução e da força de trabalho e desta maneira garante também a reprodução e manutenção da lógica capitalista. Podemos dizer, nesse processo interligado da reprodução da força de trabalho, a família tem o seu valor na garantia dessa manutenção e reprodução. Destacamos uma passagem da autora Lise Vogel sobre essa relação:

A reprodução capitalista requer apenas que uma força de trabalho mais ou menos adequada esteja disponível para pôr em movimento o processo de produção. A princípio os capitalistas podem utilizar o contingente atual de força de trabalho até a morte, desde que tenham meios de recrutar um novo contingente[...]. Normalmente, a força de trabalho ativa de uma sociedade é composta por alguma combinação de trabalhadores estabelecidos e trabalhadores novos – este último incluem filhos dos trabalhadores já estabelecidos [...] (2022, p. 361-362).

Nessa contradição entre produção/reprodução social torna-se evidente a importância do trabalho não remunerado feito pelas mulheres no interior dos lares para manutenção do sistema capitalista. A divisão sociosexual e racial do trabalho é um dos recursos utilizado na garantia dessa reprodução social. Para Gama, “apesar dessas mudanças, não ocorreram rupturas significativas nas concepções culturais predominantemente que consideram a reprodução social uma responsabilidade das mulheres e não uma necessidade da sociedade” (2012, p. 150). Portanto, o ato de cuidar ainda é um trabalho feminino. Logo

abaixo veremos por questão de gênero quais as atividades do cuidado mais apareceram nos dados de 2017:

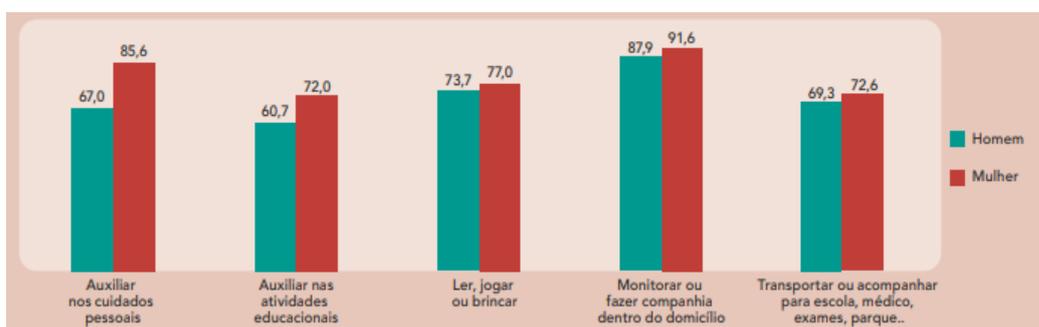
Figura 11: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, por sexo, segundo o tipo de cuidado (%) em 2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017. Notas: 1. Pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência. 2. Não são considerados os cuidados a parentes de fora do domicílio

Quando comparadas as atividades realizadas por homens e por mulheres, conclui-se que as mulheres realizaram mais as atividades de auxiliar nos cuidados pessoais (86,0% frente a 65,5% para os homens) e nas atividades educacionais (73,0% frente a 61,0% para os homens). Os dados reconhecem a participação feminina frente ao trabalho do cuidado seja de crianças, idosos etc. Nas demais atividades, os percentuais registrados por homens e mulheres são menos discrepantes, porém sempre superiores para as mulheres, independentes de quais as atividades foram executadas. Cabe destacar que se tratam de atividades vinculadas ao lazer (ler, brincar, jogar), monitoramento e transporte.

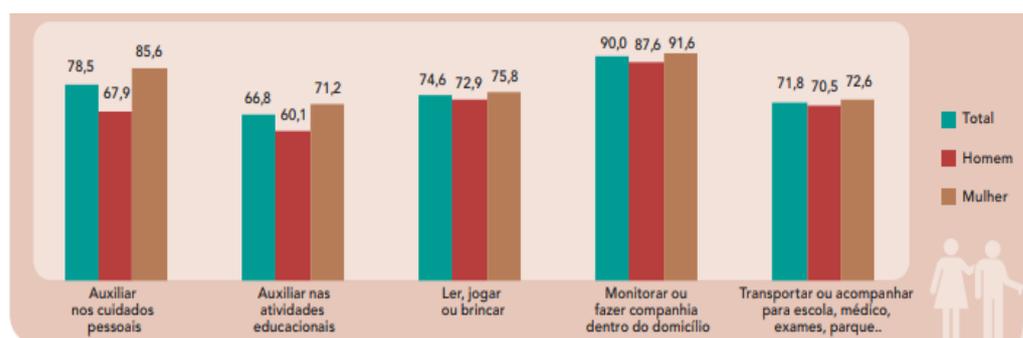
Figura 12: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, por sexo, segundo o tipo de cuidado (%) em 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade

De modo semelhante à 2017, ao olhar para os dados de 2018 a análise feita do tipo de cuidado realizado mostra que a atividade mais frequente foi o monitoramento dentro do domicílio, tanto para homens (87,9%) quanto para mulheres (91,6%). A atividade com menor percentual de realização foi o auxílio nas atividades educacionais (60,7% e 72,0% para homens e mulheres, respectivamente). Merece destaque a diferença de percentual entre homens e mulheres nas duas primeiras atividades: auxílio nos cuidados pessoais (18,6 pontos percentuais) e auxílio nas atividades educacionais (11,3 pontos percentuais). Nas demais atividades, o percentual entre homens e mulheres apesar e não haver uma discrepância no percentual de atividades, ainda assim o trabalho das mulheres dentro do ambiente doméstico é superior aos homens.

Figura 13: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, por sexo, segundo o tipo de cuidado (%) em 2019

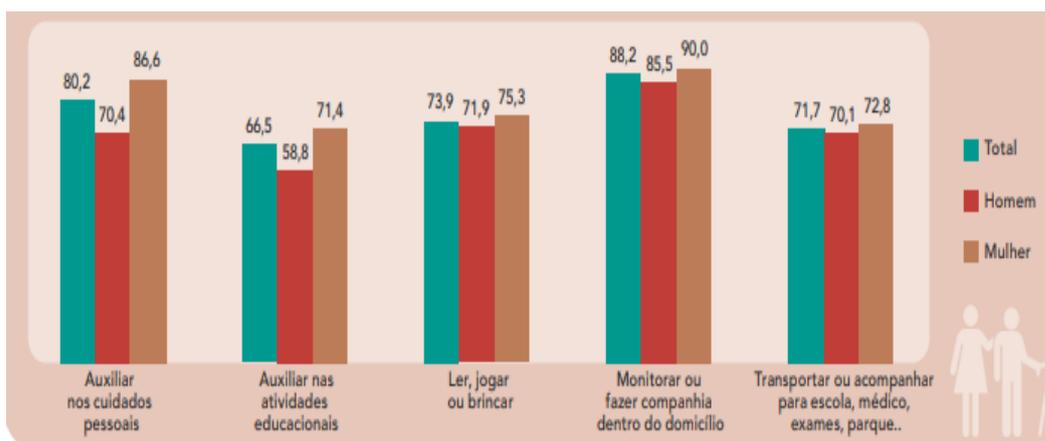


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Em 2019 houve uma redução na realização de auxílio nas atividades do cuidado educacionais (0,7 p.p) e também nas atividades de ler, jogar e brincar (1,1 p.p), ao passo que houve um pequeno aumento da participação masculina no auxílio do cuidado de pessoas comparado ao ano anterior. Nesse momento

os homens dispunham de 67,9% de participação na realização do cuidado a outrem, enquanto no ano de 2018 o registrado foi de 67%. As atividades vinculadas a transportar ou acompanhar alguém para escola, médico, exames e parque sofreu uma pequena oscilação para cima e a atividade de monitoramento não sofreu alteração significativa entre 2018 e 2019.

Figura 14: Pessoas que realizaram cuidados de moradores, por sexo, segundo o tipo de cuidado (%) em 2022



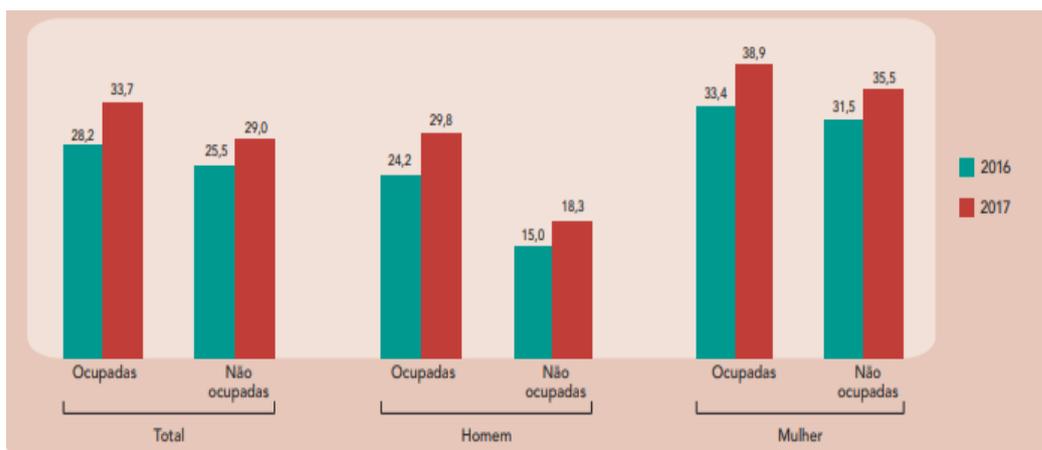
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Para as pessoas que realizaram cuidado de moradores, foi possível identificar que assim como nos anos anteriores no ano de 2022 a atividade de maior ocorrência foi a de monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio (88,2%) no total, separando de acordo com o gênero para os homens (85,5%) quanto para as mulheres (90,0%). Na atividade de auxiliar nos cuidados pessoais, que inclui alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho e colocar para dormir, ainda existe um peso maior das mulheres em sua realização, se comparadas aos homens (86,6% das mulheres frente a 70,4% dos homens que realizaram cuidados). O auxílio nas atividades educacionais também apresentou diferença marcante, na análise por sexo (12,6 p.p. a mais para as mulheres). Entre 2019 e 2022, houve aumento apenas na realização da atividade de auxiliar nos cuidados pessoais (0,7 p.p.). As atividades com as maiores reduções da taxa de realização foram as lúdicas, isto é, ler, jogar ou brincar (-2,7 p.p.), as de monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio (-2,3 p.), e as de auxiliar nas atividades educacionais (-1,5 p.p.).

Uma questão que precisa ser pontuada é a atividade vinculada ao cuidado que mais se destacou nesses dados foi o monitoramento ou fazer companhia, isso repercute nos grupos de pessoas que exigem maior intensidade na linha do

cuidado, as crianças e os idosos, de maneira constante. Com isso não é difícil afirmar que o cuidado no Brasil tem sido fornecido tradicionalmente dentro da família e pelas mulheres da família. Contudo, o cuidado expressa um conflito entre a família (principal campo da reprodução social) o trabalho produtivo e o Estado de modo que o ato de cuidar é compreendido apenas no âmbito privado. Entender por que o trabalho do cuidado é tão desvalorizado, ainda que ocupe uma posição central nas relações humanas, significa compreender como esse trabalho, cujo paradigma está submetido à lógica mercantil, ou familista, encontra-se sob a invisibilidade do Estado e de toda a sociedade. De acordo com Goldoni: “o mito de que trabalho e família eram dois mundos separados acabou, e o reconhecimento da importância das relações entre eles passou a guiar não só as discussões acadêmicas como também as políticas sociais” (2002, p. 29).

Figura 15: Taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, segundo o sexo e a situação na ocupação¹⁹ em 2017 (%)



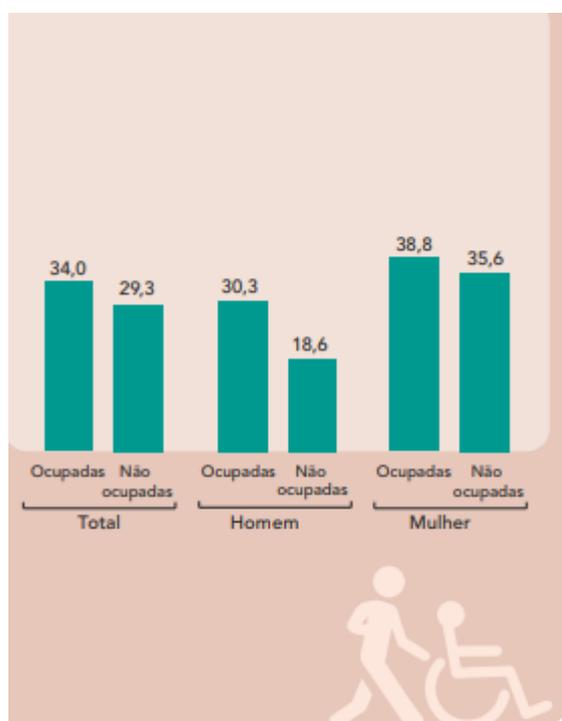
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência

Em relação à situação na ocupação das pessoas que realizaram cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, verifica-se que a taxa de realização desses cuidados não era muito discrepante para as mulheres ocupadas (38,9%) e para as não ocupadas (35,5%) em 2017. No entanto, entre os homens, existe uma diferença mais acentuada segundo esse critério:

¹⁹ Para o IBGE (2014, p. 17) a definição de ocupação está pautada na condição das pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência (semana que antecede a pesquisa) ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam afastadas temporariamente na semana da referência. Enquanto a definição de desocupação seriam as pessoas na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram nesse período.

enquanto os ocupados possuíam uma taxa de realização de cuidados de 29,8%, aqueles não ocupados possuíam uma taxa menor, 18,3%. Na realidade de 2018 analisamos que a realização de cuidados é maior entre as pessoas ocupadas, como no caso dos afazeres domésticos. Em 2018, 34,0% total dos ocupados e 29,3% total dos não ocupados realizaram cuidado de moradores ou de parentes não moradores. Isto também ocorre para homens e mulheres, contudo a diferença de taxa de realização de cuidados entre ocupados e não ocupados é bem maior para homens (11,7 pontos percentuais). No caso das mulheres, estar ocupada ou não ocupada interfere pouco na realização de cuidados (diferença de 3,2 pontos percentuais).

Figura 16: Taxa de realização de cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, segundo o sexo e a situação na ocupação em 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Nota: Taxa de realização de cuidados é a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizaram cuidado de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, no total de pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Importante salientar no caso das mulheres mesmo na condição de estarem ocupadas ou não no mercado de trabalho a condição de cuidar recai sobre elas enquanto papel das mulheres. Torna-se evidente que as mulheres assumem dupla jornada de trabalho, nos seus empregos e nos lares “em primeiro lugar, um dos elementos que produzem desigualdades de gênero é a inserção díspar e desigual entre homens e mulheres no âmbito do trabalho remunerado e no

âmbito do trabalho não remunerado” (Bathyany, 2017, p. 31). Complementando essa ideia, Nogueira coloca que:

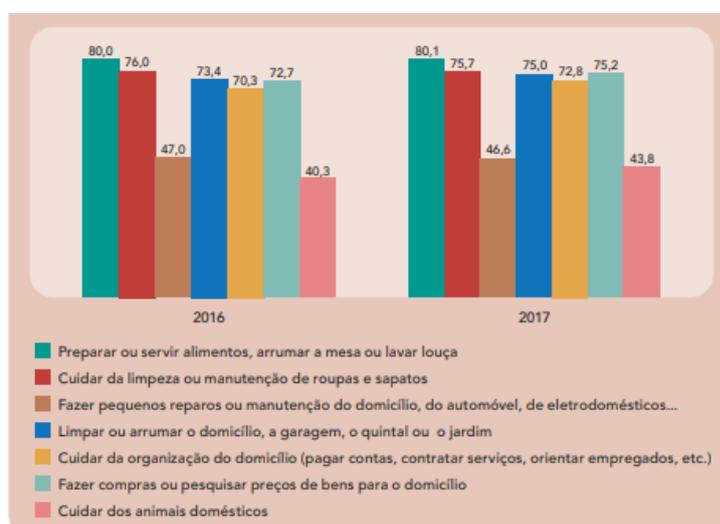
Se não conquistarmos também uma nova divisão sociosexual do trabalho na esfera doméstica, se isto não ocorrer articuladamente, em verdade, estaremos rumo à dupla jornada de trabalho, tripla e as vezes até quadrupla, intensificando ainda mais a precarização da força de trabalho feminina (2023, p. 137).

Nas camadas sociais mais pobres, os conflitos para a “conciliar” a responsabilidade familiar e trabalho remunerado se acirram e a falta de uma política de Estado mais efetiva gera o agravamento dessa tensão. Nesse ínterim, é necessário a compreensão do trabalho em sua totalidade, e o entendimento das particularidades dos trabalhos reprodutivos remunerados ou não.

4.2.2 Trabalho doméstico não remunerado

Nesse item podemos visualizar as atividades domésticas mais realizadas pelas famílias. Em 2017, a atividade com maior percentual de resposta, dentre aqueles que realizaram alguma atividade de afazer doméstico foi preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar a louça (80,1%). A atividade com menor percentual foi cuidar dos animais domésticos (43,8%). Entre 2016 e 2017 a ordem de importância das atividades se manteve.

Figura 17: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por tipo de afazer (%) em 2017



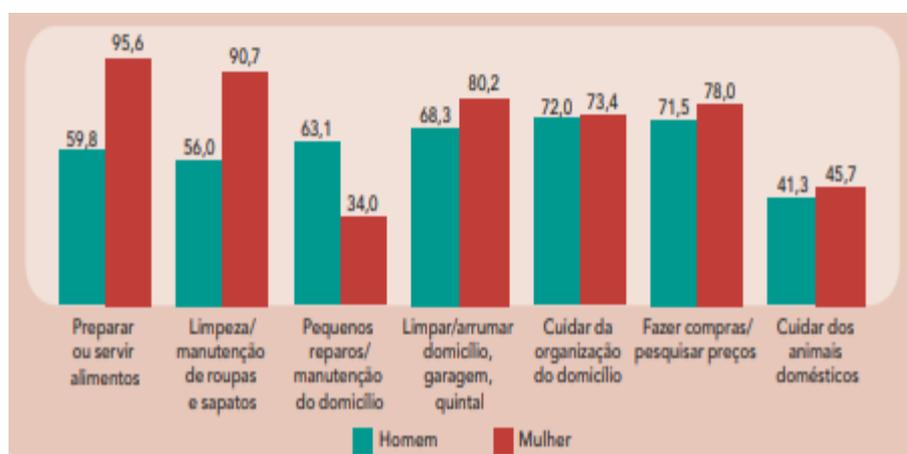
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Notas: 1. Pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência.

2. Não são considerados os afazeres domésticos realizados em domicílio de parente.

Contudo, cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos e fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, etc. foram as únicas atividades com redução de percentual. As mulheres apresentaram percentual maior de realização de quase todas as tarefas elencadas, exceto no que diz respeito a fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos, atividade que 63,1% dos homens que realizaram afazeres domésticos afirmaram executar. Diante desses dados podemos constatar quais as atividades que foram realizadas majoritariamente pelos homens e as atividades domésticas feitas pelas mulheres, demonstrando a permanência da divisão sexual do trabalho dentro dos lares.

Ainda merece destaque a grande discrepância de ocorrência das tarefas de preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça e cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos, entre homens e mulheres, sendo estas as principais executoras de tais atividades no domicílio entre 2016 e 2017 (95,6% frente a 59,8% para os homens e 90,7% frente a 56,0% para os homens, respectivamente). As atividades consideradas femininas ficam a cargo das mulheres.

Figura 18: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por sexo, segundo o tipo de afazer (%) em 2017

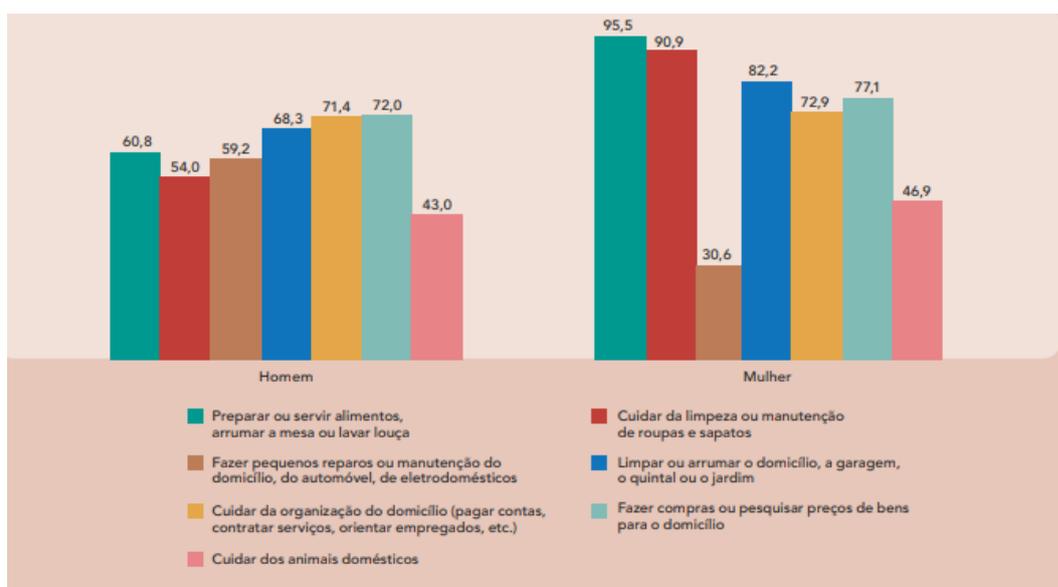


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017. Notas: 1. Pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência. 2. Não são considerados os afazeres domésticos realizados em domicílio de parente.

Os resultados de 2018 seguem nessa direção com as mulheres ocupando em maior proporção as atividades ligadas diretamente com o cuidado, afinal mesmo quando estamos tratando de atividades ligadas ao preparo e servir os alimentos, limpeza do domicílio e reparos de roupas e sapatos como atividades domésticas, não deixam de estar vinculadas à ideia do cuidado. Nos casos de

atividades consideradas masculinas, por exemplo em reparos de automóveis e eletrodomésticos em domicílios os homens têm uma participação maior com (59,2%) em comparação as mulheres (30,6%). Veremos através do gráfico abaixo:

Figura 19: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por tipo de afazer (%) em 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Olhando para o ano de 2019 temos que as tarefas mais realizadas no interior dos domicílios, foram as atividades ligadas à alimentação (preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar a louça (81,0%), seguidas pela limpeza ou arrumação do domicílio e arredores (77,4%), pela realização de compras ou pesquisa de preços (76,2%) e pela limpeza ou manutenção de roupas e sapatos (75,3%).

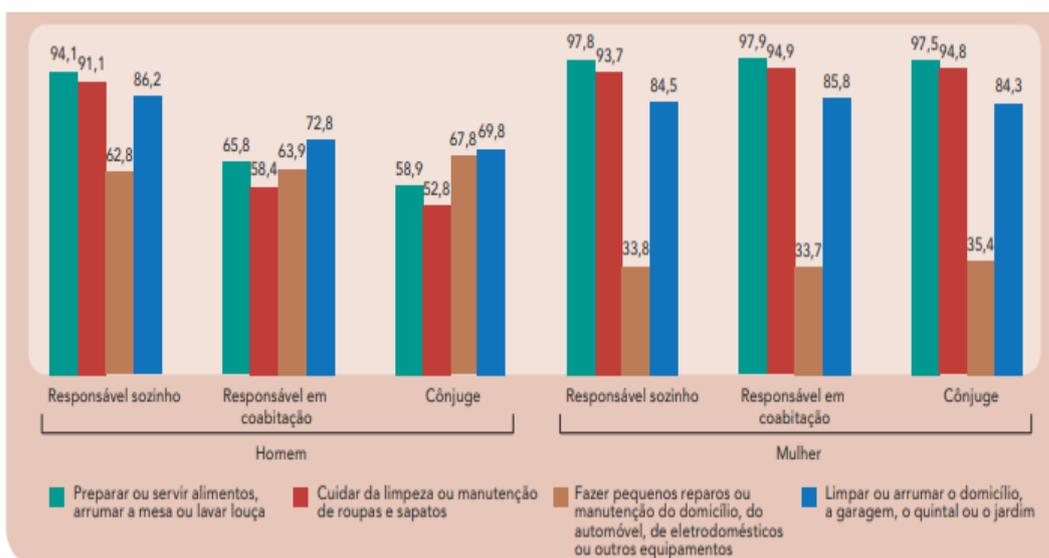
Figura 20: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por sexo, segundo o tipo de afazer doméstico (%) em 2019

Tipo	Total	Homem	Mulher
Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça	81,0	62,0	95,5
Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos	75,3	54,6	91,2
Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos...	42,6	58,1	30,6
Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim	77,4	69,7	83,4
Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados, etc.)	72,8	71,3	74,0
Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio	76,2	73,5	78,2
Cuidar dos animais domésticos	47,7	45,2	49,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade

No entanto, os dados apresentados pela PNAD Contínua de 2019 trouxeram de maneira mais ampliada informações sobre as composições familiares e a sua relação com o trabalho doméstico no interior do próprio domicílio, as quais vale a pena destacar. Os domicílios compostos por homens que residiam sozinhos apresentaram 94,1% de participação no preparo ou servir alimentos e lavar louça pouca diferença para as mulheres que residiam sozinhas com 97,8%. Quando olhamos para a realidade dos homens que eram responsáveis em coabitação, o preparo de alimentos e servir/ lavar louça esse dado reduz em 65,8%, haja visto que na condição de cônjuge esse percentual é ainda mais baixo, chegando a 58,9%. Os homens se mantêm presentes de maneira significativa nos afazeres de pequenos reparos ou manutenção de domicílio, do automóvel e eletrodoméstico. Nas atividades lidas como femininas as mulheres são as maiores responsáveis na execução. Na verdade, para as mulheres, contudo, não existem grandes diferenças na realização de certas atividades domésticas, conforme a sua condição no domicílio e o fato de viverem sozinhas ou em coabitação.

Figura 21: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por tipo de afazer doméstico, segundo o sexo e a condição no domicílio (%) em 2022



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Figura 22: Pessoas que realizaram afazeres domésticos no domicílio, por sexo, segundo o tipo de afazer doméstico (%) em 2022

Tipo	Total	Homem	Mulher
Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça	82,4	66,0	95,7
Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos	78,2	60,8	92,3
Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos	45,2	60,2	32,9
Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim	78,0	72,4	82,6
Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.)	73,7	72,0	75,1
Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio	76,3	73,6	78,4
Cuidar dos animais domésticos	50,8	47,9	53,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade

Para 2022, a atividade relacionada aos afazeres domésticos com o maior percentual de pessoas foi a ligada à alimentação, isto é, preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça (82,4%), seguida por cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos (78,2%); limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim (78,0%); e fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio (76,3%).

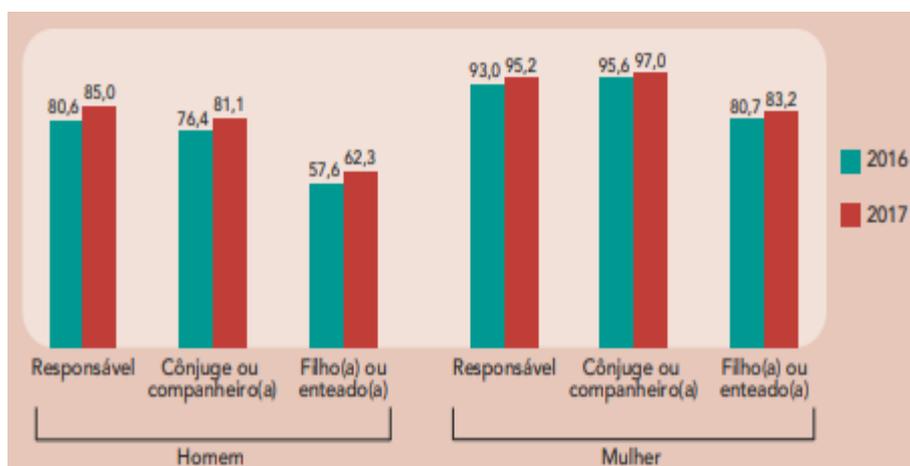
A atividade com o menor percentual de pessoas, por sua vez, foi a de fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de

eletrodomésticos ou outros equipamentos (45,2%), seguida de cuidar dos animais domésticos (50,8%).

Segundo o IBGE (2022) o período entre 2019 e 2022, as atividades que mais cresceram foram cuidar dos animais domésticos (3,3 p.p.); cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos (2,8 p.p.); e fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos (2,1 p.p.).

A partir dos dados acima torna-se fundamental retornar com a citação da autora Bathacharya que dá muito sentido a essa questão: “Certamente os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado frescos e prontos para vender sua força de trabalho para o capitalista” (2019, p.102). Portanto, podemos afirmar que o mundo produtivo e o trabalho não remunerado ocorrido no interior das famílias aparentemente constituem-se como duas esferas separadas, mas que, no entanto, se afetam mutuamente. O trabalho não remunerado feito nos lares especialmente exercido por mulheres é uma das formas pela qual ocorre a regeneração e renovação da classe trabalhadora estando disponível ao capital. Logo abaixo veremos como as mulheres estão inseridas majoritariamente a frente dos afazeres domésticos:

Figura 23: Taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente, segundo o sexo e a condição no domicílio (%) em 2017:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência

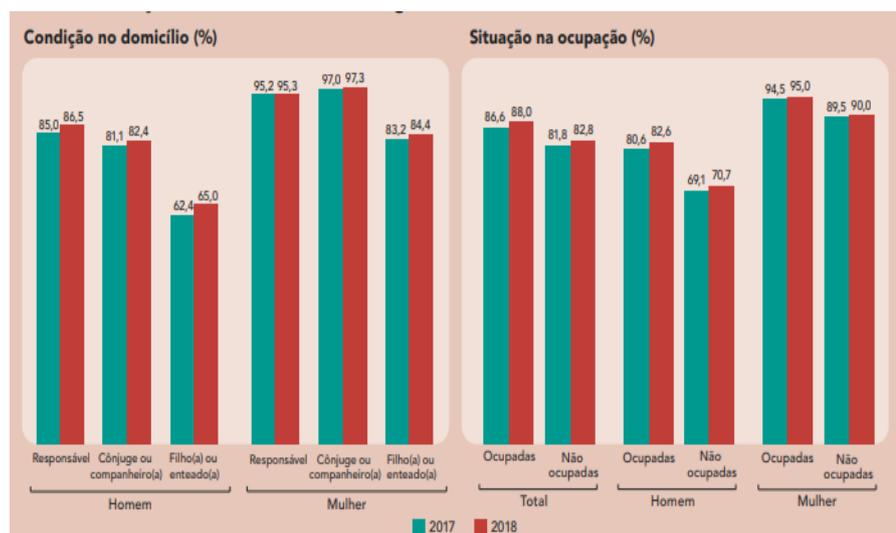
Assim como apareceu nos dados sobre a participação das mulheres a frente das questões dos cuidados dos moradores e parentes não moradores, vemos a atuação das mulheres nos afazeres domésticos. Independentemente da posição que as mulheres estejam ocupando seja no papel de provedoras, de cônjuges e ou companheiras e até filhas/enteadas, são delas as maiores

responsabilidades nas demandas domésticas assim como as atividades do cuidado.

Nos dados acima do ano de 2017 a taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente, por condição no domicílio, mostra que, entre as mulheres, a maior proporção ocorreu para as cônjuges ou companheiras, (97,0%), depois entre as responsáveis com (95,2%), apesar de pouca diferença entre os respectivos dados, o que demonstra que as mulheres que estão no mercado de trabalho não deixam de estarem participando das atividades domésticas em qualquer dos arranjos domésticos. Essa dupla jornada (trabalho produtivo/reprodutivo) vivenciada pelas mulheres aparecem de maneira significativa quando comparado com os homens provedores e cônjuges ou companheiros (85% e 81,1%). Contudo, o trabalho do cuidado/doméstico exercido pelas mulheres é visto como um recurso elástico e inesgotável. O trabalho das mulheres é tratado como serviço, considerando que as mulheres estão à disposição para servir, logo recai no lugar da desvalorização desse trabalho. Não é possível a manutenção do trabalho assalariado na produção (tempo assalariado) sem a sustentação do trabalho reprodutivo (não remunerado) no âmbito doméstico.

Nos dados a seguir que compreendem o ano de 2018, o cenário para as mulheres nas atividades domésticas não altera, chegamos a 97,3% das mulheres cônjuges ou companheiras liderando essa posição, na mesma direção estão as responsáveis e filhas ou enteadas (95,3% e 84,4%).

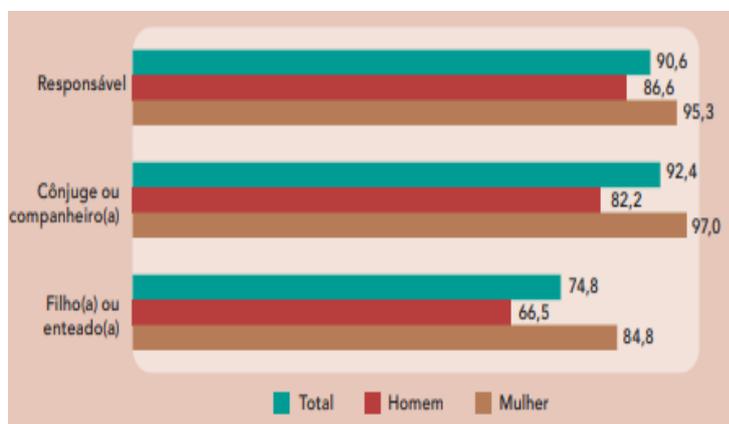
Figura 24: Taxa de realização de afazeres domésticos, segundo o sexo Condição no domicílio (%) Situação na ocupação (%) em 2018:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência

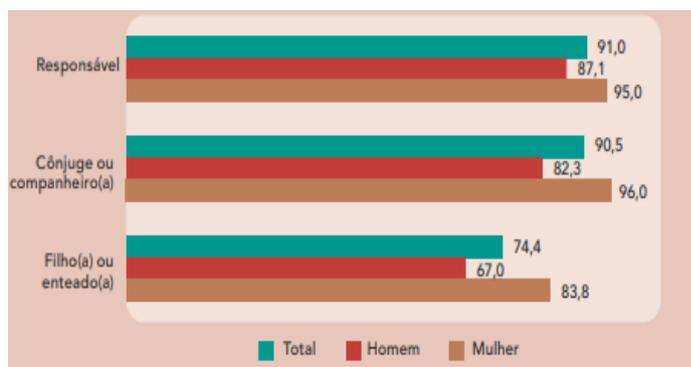
Sobre os dados de 2019 a análise por condição no domicílio indica que filhos ou enteados apresentavam as menores taxas de realização de afazeres (74,8% no total, 66,5% entre homens e 84,8% entre mulheres). Quando se compara a taxa de realização por sexo e condição no domicílio, observa-se que a diferença entre homens e mulheres era maior na condição de cônjuge (14,8 p.p. a mais para as mulheres) que na condição de responsável pelo domicílio (8,7 p.p. a mais para as mulheres), e ainda maior na condição de filho ou enteado (18,3 p.p. a mais para as mulheres). Acredito que essa menor diferença entre homens e mulheres na condição de responsável pelo domicílio se dê por homens que residem sozinhos.

Figura 25: Taxa de realização de afazeres domésticos, por sexo, segundo a condição no domicílio (%) em 2019



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019

Figura 26: Taxa de realização de afazeres domésticos, por sexo, segundo a condição no domicílio (%) em 2022

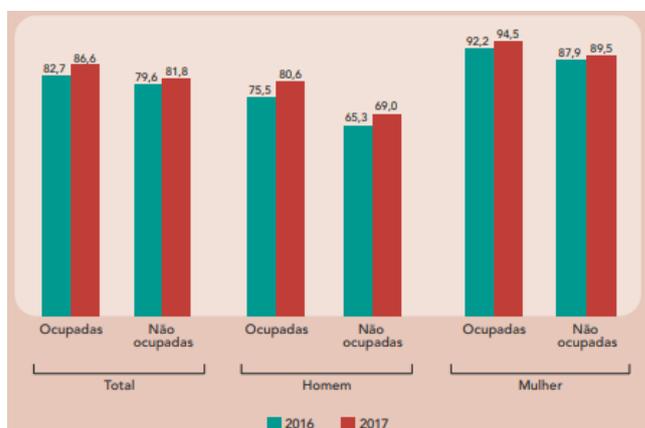


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

A análise no ano de 2022 por condição no domicílio indica que filhos(as) ou enteados(as) apresentaram as menores taxas de realização de afazeres domésticos (74,4% no total, 67,0% entre os homens, e 83,8% entre as mulheres). Quando se comparam as taxas de realização por sexo e condição no domicílio, observa-se que a diferença entre homens e mulheres foi maior na condição de cônjuge ou companheiro(a) (13,7 p.p. a mais para as mulheres) do que na condição de responsável pelo domicílio (7,9 p.p. a mais para as mulheres), e ainda maior na condição de filho(a) ou enteado(a) (16,8 p.p. a mais para as mulheres).

Para entender esse sistema, é necessário observar a dinâmica da exploração do trabalho das mulheres em sua totalidade, ou seja, analisar as relações sociais não apenas com base no fator sexo, mas também classe, raça/etnia. A seguir veremos os dados que compõem o cenário principalmente das mulheres que experimentam as esferas de trabalho.

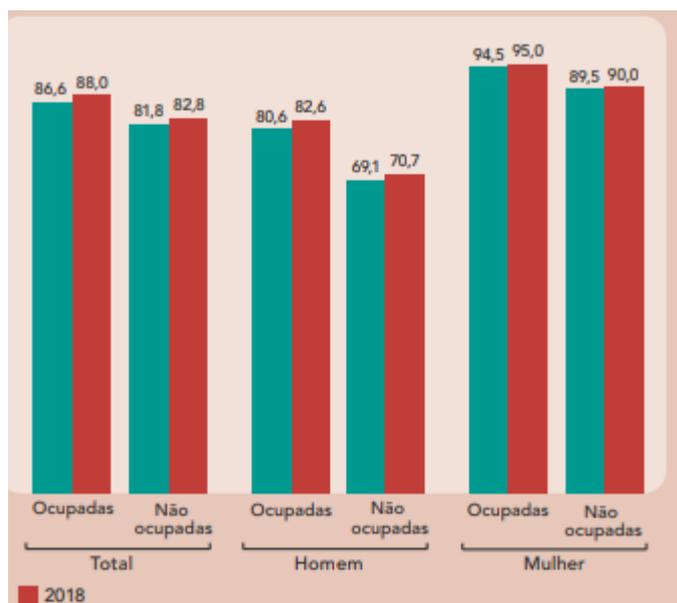
Figura 27: Taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente, segundo o sexo e a situação na ocupação (%) em 2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência.

A taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente, por situação na ocupação, mostra que as pessoas ocupadas (86,6%) apresentaram taxa maior que as não ocupadas (81,8%) em 2017. Ao olharmos a diferença entre homens e mulheres: homens ocupados (80,6%) e mulheres ocupadas (94,5%), podemos constatar mesmo para as mulheres que estão no trabalho extra domicílio, as atribuições no espaço doméstico permanecem sob sua responsabilidade. Há uma profunda desigualdade de gênero presente nas famílias, pois aos homens que estão no espaço produtivo sua participação nos afazeres domésticos é menor. Mesmo os homens que estão na condição de não ocupados comparados as mulheres na mesma posição, há uma grande discrepância. Os dados de 2018 caminham na mesma direção entre homens ocupados (82,6%) e mulheres ocupadas (95%). Nos grupos de pessoas não ocupadas: homens (70,7%) e mulheres (90%).

Figura 28: Taxa de realização de afazeres domésticos, segundo o sexo e situação na ocupação (%) em 2018:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018. Nota: Taxa de realização de afazeres domésticos é a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente, no total de pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Na atual sociedade capitalista, segundo Alencar, a família constitui-se como “unidade de renda e de consumo, pois é um lugar onde se articulam, a partir de interesses coletivos, as possibilidades de auferir a renda, definem-se as formas de trabalho e se definem as possibilidades de consumo” (2010, p. 134). Ao mesmo tempo, também, é considerada responsável pelo cuidado e pela

proteção de seus membros, pela organização doméstica, além de ser a fonte de suporte material e afetivo.

As profundas alterações nessas dimensões recolocam a centralidade dos novos arranjos familiares e das relações de trabalho. Nessa nova morfologia do trabalho ocorreu uma intensa precarização, flexibilização do trabalho, acirramento da pobreza, recuo dos gastos sociais, as famílias encontram dificuldades na garantia pela sobrevivência. Diante desse contexto estrutural as famílias têm sido convocadas a assumirem o papel exclusivo da proteção social, ainda que esse convite não é algo novo se tratando da realidade brasileira.

Para Alencar, “essa centralidade não pode significar a penalização da família, no sentido de devolver-lhe o peso de arcar, praticamente sozinha como esfera da reprodução social” (2010, p.143). Como o cuidado familiar é realizado no ambiente doméstico, isso o faz socialmente um trabalho invisível. De acordo com Camarano, o trabalho do cuidado “não é recompensado, gera grandes benefícios tanto no âmbito público quanto no privado, mas não gera direitos sociais como o trabalho formal, considerado produtivo” (Camarano, 2014 apud Camarano, 2021, p. 228). A apropriação do tempo de trabalho é uma dimensão fundante e permanente da sociabilidade capitalista. O tempo do trabalho doméstico, do cuidado com a reprodução da vida das pessoas, não é levado em conta na distribuição do tempo dentro da relação produção/reprodução.

4.2.3

Mulheres no trabalho doméstico e de cuidado familiar: um “PIB velado”

O cuidado como categoria analítica está inserido no campo das tensões e dos conflitos entre a esfera da produção e da reprodução social. É também um direito, e como tal necessita ser incluído nas políticas sociais como um dever do Estado. Deste modo, a economia do cuidado, como perspectiva, considera as análises do cuidado para além dos aspectos econômicos, mas também, as questões de como o mercado, a geração de empregos, o tempo e a renda intervêm para alocar a produção do bem-estar dos indivíduos no centro da análise. É considerar assim, a reprodução e a produção social como campos conflituosos e que se conectam, para tanto se considera as questões de gênero e se compreende o trabalho de reprodução, que inclui o trabalho de cuidado e o

doméstico, como o centro da produção da sustentabilidade da vida e do bem-estar dos indivíduos e da força de trabalho no Capitalismo.

A partir dos estudos feministas o uso do arcabouço da economia do cuidado, traz a luz a problematização sobre como esse tempo pode ser contabilizado fora da produção, como parte do mesmo processo produtivo e ao mesmo tempo da produção/reprodução dos meios de manutenção da vida individual e coletiva. Isto é, para o desenvolvimento das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, educação, a saúde, o aconchego e a manutenção do espaço doméstico. Qual o tempo definido para o cuidado com as pessoas que não têm condições de se auto cuidar, como as crianças, pessoas idosas e outras pessoas que não têm condições física ou mental para isso?

Esse tempo, que não é percebido como parte da organização do tempo social, é retirado da vida das mulheres como parte das atribuições femininas, determinadas por relações de poder que entrelaçam a dominação patriarcal à exploração capitalista. Para a maioria das mulheres que estão no mercado de trabalho, formal e informal, o tempo para cuidar das tarefas domésticas é aquele que sobra da sua inserção formal ou informal nesse mercado. É justamente aí que se produz a dupla ou tripla jornada de trabalho para as mulheres. Essa forma de organização, baseada na sobrecarga da jornada sobre as mulheres, é fundamental para a acumulação do capital, uma vez que abaixa os custos da reprodução social. Com isso, destacamos a definição da economia do cuidado nas palavras de Rodríguez Enríquez:

La economía feminista es una corriente de pensamiento que pone énfasis en la necesidad de incorporar las relaciones de género como una variable relevante en la explicación del funcionamiento de la economía, y de la diferente posición de los varones y las mujeres como agentes económicos y sujetos de las políticas económicas. La economía feminista ha ido construyendo críticas y reflexiones en todos los campos temáticos de la economía, en los tres niveles de análisis: micro, meso y macro, y en relación con las distintas escuelas de pensamiento. Realiza una crítica particular a la teoría neoclásica, hoy paradigma dominante en la disciplina, y denuncia el sesgo androcéntrico de esta mirada, que atribuye al hombre económico (*homo economicus*) características que considera universales para la especie humana, pero que sin embargo son propias de un ser humano varón, blanco, adulto, heterosexual, sano, de ingresos medios (2015, p. 31-32).

O aprofundamento dos fenômenos contemporâneos do mundo do trabalho é fundamental para analisar os dilemas das mulheres no campo do cuidado. Haja vista que nesse cenário, o trabalho do cuidado se intensifica e ganha dramaticidade com a desregulamentação do trabalho e a ausência de políticas públicas voltadas para o cuidado, impacta no posto de trabalho e o tipo de trabalho, o qual tende a ser diferente para uma mulher que tem acesso a

serviços de cuidado pelo Estado ou privado (mediante pagamento e renda suficiente para pagar por estes serviços no mercado), do que uma mulher que não tem este acesso a serviços de cuidado seja via Estado ou via privada, pois este último demanda custos monetários.

Con mercados de trabajos informales, estructuras familiares distintas a la familia nuclear y elevada inequidad de ingresos entre quienes trabajan remuneradamente, el conflicto entre la producción y la reproducción se dirime en el terreno de las negociaciones interpersonales, donde los menores ingresos de las mujeres en un mercado de trabajo que discrimina, la falta de acceso a servicios de cuidado gratuitos, y las imágenes de género terminan reforzando diferencias de capacidades y de poder entre mujeres y varones, y entre mujeres de distintos estratos económicos. En el extremo, este conflicto distributivo puede terminar dirimiéndose entre quienes necesitan cuidados y quienes los proveen, cuando entra en contradicción el bienestar de unos y otras (Esquivel, 2011, p. 26).

Não podemos deixar de considerar que o trabalho do cuidado e doméstico tem fortes relação com os aspectos demográficos, com o grau de dependência e com a necessidade dos indivíduos, bem como faz parte da proporção e do modo pelo qual homens e mulheres participam e estão inseridos no mercado de trabalho, principalmente dos países latino- americanos.

Ademais, permite pensar em como as políticas econômicas impactam nesta provisão de serviços não remunerados. Assim, é de se questionar o que se entende por econômico - que é mais do que, apenas, o Produto Interno Bruto (PIB) de um país, ou a geração de empregos e os ingressos monetários no mercado – e como ele impacta na provisão dos cuidados não remunerados.

La dependencia económica, y una inserción menos ventajosa en el mercado de trabajo constituyen los “costos” de cuidar para quienes proveen cuidados. Son costos en términos de ingresos, tiempo “libre” y acceso a diversos recursos mediatizados por la posición en el mercado de trabajo. La “organización social del cuidado” es la otra cara de la moneda de la “organización del trabajo remunerado (Esquivel, 2011, p. 25).

Apesar da sua prevalência e de seu papel fundamental na sociedade, muitas dimensões do cuidado permanecem invisíveis e desvalorizadas; por exemplo, o papel econômico do cuidado não é reconhecido nem calculado adequadamente: muitos indicadores sobre o cuidado estão registrados em diversos setores, não sendo compilados de forma sistemática, como parte de uma economia de cuidado. Nas economias mais avançadas, a economia de cuidado representa uma proporção crescente do PIB e envolve um número significativo de trabalhadores, principalmente as mulheres. De acordo com Melo e Morandi:

[...] ninguém tem dúvidas que são as mulheres que fazem estes trabalhos, sejam elas donas-de-casa ou trabalhadoras/profissionais no mundo do trabalho. Mensurar e incluir o valor da produção dos afazeres domésticos e cuidados no valor do PIB é uma decisão mais política que uma impossibilidade técnica (2020, p. 189).

As autoras defendem a ideia de criar no Brasil um indicador social de trabalho não pago a ser incorporado ao Sistema de Contas Nacionais (SCN) através de conta satélite, seguindo a recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU). Entende-se que um indicador macroeconômico, complementar à medição do PIB, é “capaz de mensurar e representar melhor as desigualdades das relações de gênero, permitindo a adoção de políticas públicas mais adequadas e eficientes para promoverem, senão a extinção, pelo menos a redução dessas desigualdades [...]” (Melo; Morandi, 2020, p. 190). Trata-se de uma extensão do Sistema de Contas Nacionais que permite análises sobre a evolução e o perfil de um dado setor em comparação ao restante da economia, apresentando dados sistematizados sobre a estrutura produtiva e a dinâmica do setor, sendo possível determinar o grau de sua contribuição para a economia e permitir sua visibilidade.

No estudo apresentado por Melo, Considera e Sabbato publicado no artigo “10 anos de Mensuração dos Afazeres Domésticos no Brasil” em 2013, no qual apontam através da sistematização dos dados quantitativos a lacuna que existe pela não inclusão do trabalho do cuidado e doméstico não remunerado na contabilização do PIB brasileiro, localizamos as seguintes considerações:

[...] Isto é, as mulheres são responsáveis por 83,5% deste PIB “velado” da década de 2001/2011 contabilizado pela valoração dos afazeres domésticos. Não há empecilhos técnicos para a valoração do trabalho reprodutivo – não pago, sua valorização é uma decisão política, portanto depende da força política dos segmentos sociais interessados na construção de um futuro igualitário entre os sexos e que tenham como meta promover o “fim” da divisão sexual do trabalho, raiz do mal-estar feminino (2013, p.12).

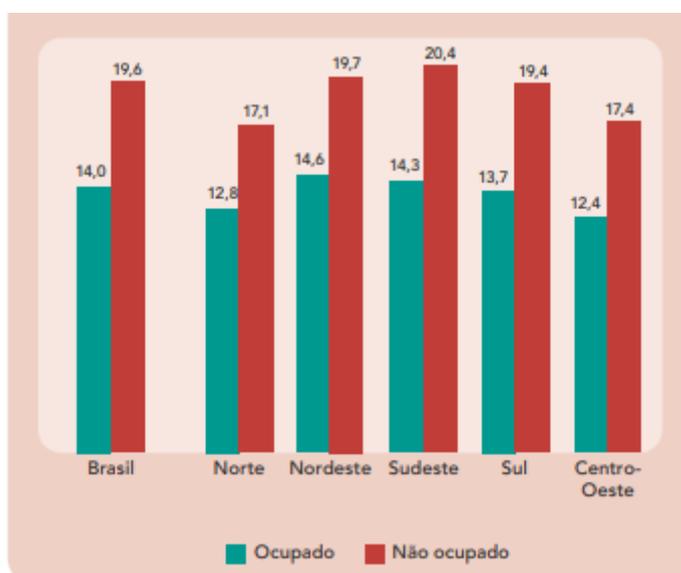
A utilização das Pesquisas do Usos do Tempo têm sido um importante recurso adotado por diversos países para sistematizar e contabilizar as horas do trabalho do cuidado e doméstico não remunerado na qual ainda é realizado majoritariamente pelas mulheres numa clara divisão sociossexual e racial do trabalho intrafamiliar na condição de:

[...] captar comportamentos não perceptíveis por pesquisas domiciliares tradicionais, as quais não adentram o universo intradomiciliar e, portanto, não desvelam como ocorre a repartição de trabalho e de recursos, entre eles o tempo, na esfera privada – uma preocupação central dos estudos de gênero (Ramos, 2009, p.862).

A utilização da mensuração do tempo é importante instrumento na formulação e elaboração de políticas sociais, considerando que atender as demandas pertinentes ao cuidado é essencial que se faça políticas públicas intersetoriais.

Visando mensurar o diferencial de intensidade da realização de afazeres domésticos e cuidados de pessoas, analisou-se o número médio de horas semanais dedicadas a essas tarefas. Em 2017, “no Brasil, verificou-se uma média de 16,5 horas, havendo grande discrepância entre homens e mulheres (10,8 horas para homens e 20,9 horas para mulheres)” (PNAD Contínua, 2017, p.13). A intensidade de horas semanais dedicadas a essas atividades era superior entre as pessoas não ocupadas: enquanto os ocupados dedicavam, em média, 14,0 horas semanais a essas tarefas, os não ocupados dedicavam, em média, 19,6 horas. Essa tendência ocorreu em todas as Grandes Regiões, tendo a Região Sudeste apresentado a maior média entre os não ocupados (20,4 horas), e a Região Nordeste, a maior média entre os ocupados (14,6 horas).

Figura 29: Média de horas semanais dedicadas às atividades de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente e/ou cuidados de moradores ou de parentes não moradores, por situação na ocupação, segundo as Grandes Regiões, em 2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência.

Para o ano de 2018, considerando homens e mulheres que fizeram ou não afazeres e/ou cuidados. Por um lado, homens que fizeram afazeres e/ou cuidados trabalharam em média 10,3 horas semanais, enquanto os homens não

ocupados 12,0 horas semanais. Por outro lado, as mulheres que fizeram afazeres e/ou cuidados trabalharam, em média, 18,5 horas semanais e as mulheres não ocupadas 23,8 horas por semana. Como as mulheres dedicam, em média, mais horas a afazeres domésticos e/ou cuidados que os homens, isto pode afetar sua jornada de trabalho e em outros campos da vida social, econômica, política e cultural das mulheres.

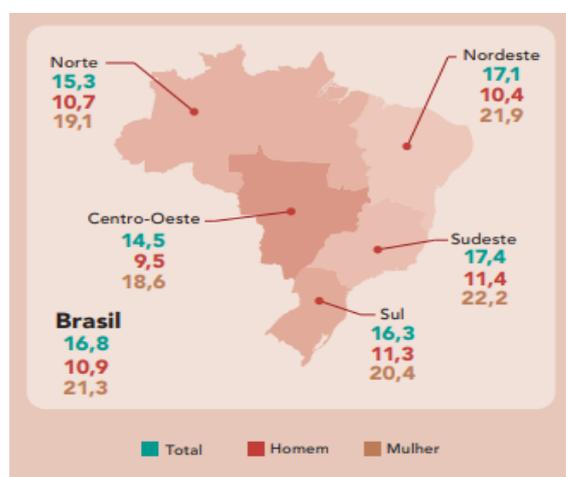
Figura 30: Média de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas, segundo o sexo e a situação na ocupação (horas semanais) em 2018

Sexo e situação de ocupação	Horas semanais
Homem	
Ocupado	10,3
Não ocupado	12,0
Mulher	
Ocupada	18,5
Não ocupada	23,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Ao examinarmos os dados referentes aos sexos e regiões, as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais a afazeres domésticos e/ou cuidados, os homens dedicaram 10,9 horas. A Região Nordeste teve a maior diferença de horas entre homens e mulheres (em média 11,5 horas), Região Sudeste (em média 10,8 horas), Região Sul (em média 9,1), Região Centro-Oeste (em média 9,1 horas) Região Norte, a menor taxa (em média 8,4 horas). Vejamos abaixo:

Figura 31: Média de horas dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo e regiões em 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade

Figura 32: Média de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas, segundo o sexo e a situação na ocupação (horas semanais) em 2019

Sexo e situação de ocupação	Horas semanais					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Homem						
Ocupado	10,4	10,8	10,0	10,7	10,7	9,3
Não ocupado	12,1	12,1	11,1	12,6	13,2	10,9
Mulher						
Ocupada	18,5	18,4	19,1	18,8	17,7	16,8
Não ocupada	24,0	22,2	23,6	25,4	22,9	21,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019

Em 2019, “a média de horas dedicadas a afazeres e/ou cuidados foi estimada em 16,8 horas semanais, mesma média do ano anterior” (PNAD Contínua, 2019, p 7). Outro dado relevante foi a questão das Grandes Regiões do Brasil, tem-se que a Região Sudeste apresentou a maior discrepância na média de horas dedicadas a afazeres e/ou cuidados entre mulheres e homens não ocupados (12,8 p.p.) e a Região Nordeste, a maior diferença entre mulheres e homens ocupados (9,1 p.p.).

Deste modo, observou-se que a mulher não ocupada dedicou, em média, 24 horas semanais a afazeres e/ou cuidados, enquanto o homem não ocupado dedicou a metade (12,1 horas) em 2019. Essa diferença entre mulheres e homens se manteve elevada mesmo quando consideramos apenas as pessoas ocupadas: as mulheres ocupadas dedicaram em média 8,1 horas a mais às atividades de afazeres e/ou cuidados que os homens ocupados.

É necessário abrir um parêntese no ano que compete 2020 e 2021, onde a discussão sobre o vínculo entre a economia do cuidado e o trabalho doméstico remunerado ou não, assume ainda mais relevância no período em curso da pandemia da Covid-19²⁰. Na qual muitas trabalhadoras²¹ estiveram expostas ao contágio do novo coronavírus para garantirem o direito à vida e sobrevivência de si própria, da sua família e de outrem.

De acordo com o relatório da Pesquisa “Sem Parar”, produzido pela SOF (2020), a pandemia causada pelo novo coronavírus alterou as dinâmicas de

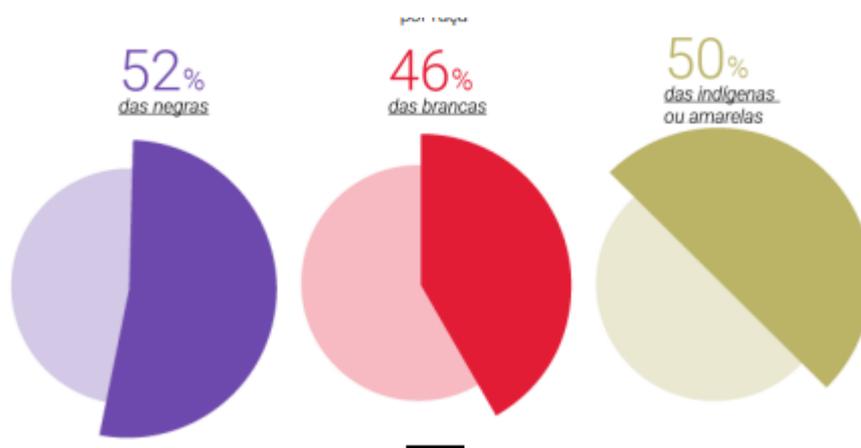
²⁰ A pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. A mudança de classificação não se deu pela gravidade da doença, e sim pela disseminação geográfica rápida que a covid-19 apresentou. A mudança na classificação pela OMS foi para obrigar os países a tomarem medidas preventivas à contaminação.

²¹ “A pandemia chega em um corpo de trabalhadores completamente desprotegido”, afirma a economista Lúcia Garcia – UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/a-pandemia-chega-em-um-corpo-de-trabalhadores-completamente-desprotegido-afirma-a-economista-lucia-garcia/> Acesso em: 7 out. 2023.

vida, trabalho e cuidado de toda a sociedade. A crise sanitária escancarou a importância do trabalho do cuidado enquanto um organizador social. Essa realidade refletiu de forma ainda mais dramática as famílias em condições de maior empobrecimento, a sobrecarga das mulheres apareceu de forma latente exatamente no momento que houve medidas restritivas de isolamento social, com isso o cuidado familiar ficou inteiramente concentrado nas famílias e principalmente para as mulheres.

Por outro lado, com a suspensão de serviços de reprodução social como creches e escolas, serviços comunitários de convivência principalmente para pessoa idosa e pessoas com deficiência, exigiu-se o isolamento das famílias nos lares, aumentando a sobrecarga de tarefas domésticas não pagas, relegadas as mulheres que, segundo a pesquisa do IBGE (2019), são elas que dedicam cerca de 10,4 horas de trabalho por semana a mais que os homens. A pesquisa aponta ainda que entre as mulheres negras as taxas de realização de afazeres domésticos são ainda maiores, correspondendo 94,1% de mulheres pretas ou pardas e 91,5% entre mulheres brancas. Seguindo na mesma direção a pesquisa cujo o título “*Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*” publicada em 2020 pela Gênero e Número e SOF Sempreviva Organização Feminista, demonstrou que as mulheres negras foram as mais atingidas pelo aumento da prestação do cuidado:

Figura 33: Mulheres que passaram a se responsabilizar pelo cuidado de alguém



Fonte: Gênero e Número e SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

Ainda assim, mais uma vez verifica-se a indissociabilidade entre produção e reprodução quando algumas famílias utilizam seus lares como espaços de trabalho exigidos pelo modelo de home office, demonstrando que a chamada “esfera” da produção depende da “esfera” da reprodução e vice-versa. É

assumido que o trabalho doméstico é essencial e necessário para a reprodução da mão de obra, inclusive ao ser classificado como atividade essencial. Por outro, o capitalismo, sobretudo o periférico, se esforça para escamotear a grande quantidade de tempo e recursos para manter essa mercadoria tão essencial ao capital – a força de trabalho. Nesse sentido, a pandemia destaca aquilo que não pode ser mais ignorado, a sociedade capitalista se sustenta nesses pilares entrelaçados mutuamente, mas que se colocam como opostos que é, por um lado, a necessidade devastadora da obtenção da mais-valia por meio da exploração do trabalho e, por outro lado, a necessidade de reprodução e manutenção dessa mão de obra. Ou seja, a necessidade da reprodução de trabalhadores. Sobre esse aspecto contraditório, algumas autoras feministas marxistas vão chamar de crise da reprodução social:

A razão básica, argumentamos, é que o tratamento que o capitalismo dá à reprodução social é contraditório. Por um lado, o sistema não pode funcionar sem essa atividade; por outro, ele renega os custos desta última e confere a ela pouco ou nenhum valor econômico. Isso significa que as capacidades utilizadas para o trabalho de reprodução social não têm seu valor reconhecido, são tratadas como “dávias” gratuitas e inesgotáveis que não exigem atenção ou renovação (Arruzza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p. 111).

Essa chamada crise da reprodução social nada mais é que a crise estrutural do capital espalhada para todas as esferas da vida social. Nesse sentido, compreendendo o sistema capitalista como uma totalidade, a reprodução social não passaria ilesa. Abaixo podemos constatar em termos de horas semanais que homens e mulheres se dividem entre as esferas produtivas/reprodutivas:

Figura 34: Média de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a situação na ocupação (horas semanais) em 2022

Sexo e situação na ocupação	Horas semanais					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Homem						
Ocupado	11,0	11,1	11,0	11,3	10,7	9,9
Não ocupado	13,4	12,6	13,1	14,0	13,4	12,0
Mulher						
Ocupada	17,8	17,6	19,7	17,8	16,2	16,3
Não ocupada	24,5	22,4	25,9	25,0	22,5	21,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade

Para caracterizar melhor essa média, pode-se diferenciá-la segundo o sexo e a condição na ocupação. Desse modo, observou-se que a mulher não ocupada dedicou, em média, 24,5 horas semanais a afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas, enquanto o homem não ocupado dedicou um pouco mais da metade desse tempo (13,4 horas) em 2022. Essa diferença entre mulheres e homens se manteve elevada mesmo quando se consideram apenas as pessoas ocupadas: as mulheres ocupadas dedicaram, em média, 6,8 horas a mais a essas atividades que os homens ocupados.

Adicionalmente, é possível observar que a realização dessas atividades pelas mulheres tende a reduzir sua carga laboral, em média, em quase 2 horas semanais, ao passo que para os homens tal realização não parece afetar sua jornada de trabalho (em torno de 40 horas trabalhadas por semana). Como as mulheres dedicam muito mais tempo às tarefas domésticas e de cuidado que os homens, é esperado, portanto, que isso afete o tempo disponível para o trabalho fora de casa[...] (PNAD Contínua, 2022, p. 7).

No próximo item analisaremos a realidade das mulheres que estão inseridas no campo remunerado do trabalho do cuidado e doméstico.

4.3

Atividade que “abre a cidade”²²: trabalho do cuidado e doméstico remunerado

A dialética sobre o trabalho do cuidado está associada ao trabalho remunerado e ao não remunerado, da relação produtiva e improdutiva imbricada por uma divisão sociossexual e racial do trabalho. Para tanto, é fundamental analisar qual é a centralidade do trabalho no debate do cuidado, considerando que esse lugar é compreendido como não trabalho, portanto, sendo amplamente desvalorizado seja na esfera da produção quanto da reprodução social.

O que torna essa análise ainda mais importante para as trabalhadoras domésticas é que o acúmulo destas duas jornadas de trabalho é, para elas, o acúmulo de duas jornadas do mesmo trabalho. Elas realizam, em suas jornadas pagas, o trabalho doméstico e de cuidado para os patrões e, em suas jornadas não pagas, também fazem o trabalho doméstico e de cuidados para si e seus

²² A frase “abre a cidade” foi extraída do livro “Um Feminismo Decolonial” da autora Françoise Vergès publicado no Brasil em 2020. Essa frase materializa a importância do trabalho do cuidado e doméstico desde o amanhecer, quando a cidade ainda nem se despertou para mais um dia. Na qual milhares de mulheres no Brasil e no mundo estão trabalhando na limpeza das ruas, fazendo o café nas indústrias, escritórios e hospitais, administrando a medicação no leito de algum paciente. Podemos dizer, que esse trabalho garante a reprodução social da cidade e do capital.

familiares, corroborando com essa descrição sobre o duplo papel do trabalho feminino, “considerando que – sua força de trabalho ora se põe no mercado de trabalho como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso” (Saffioti, 2013, p. 96).

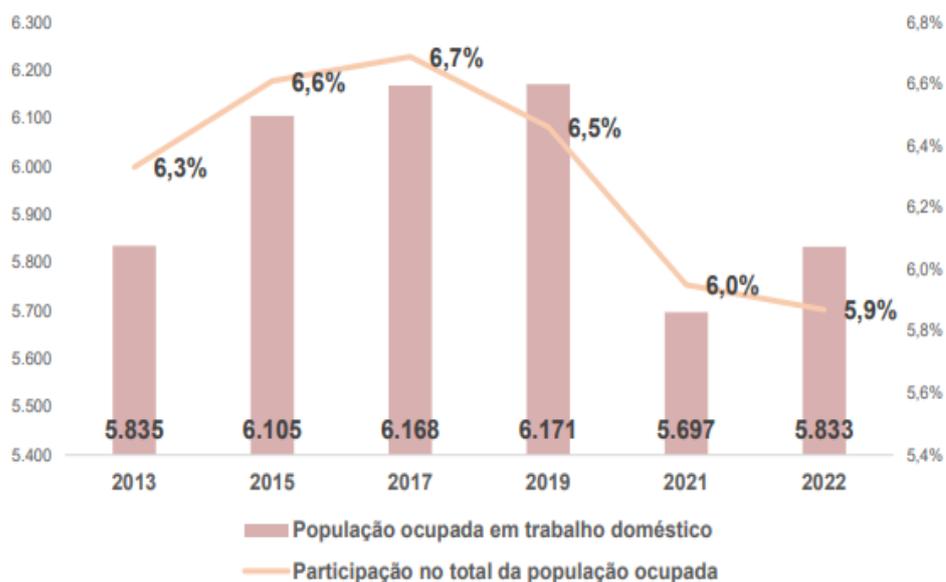
Importante sinalizar que a ideia trazida pela autora dentro da perspectiva marxista é ressaltar o caráter do trabalho do cuidado e doméstico, ao assumir a condição de trabalho improdutivo seja no aspecto remunerado ou não remunerado. Com isso, reafirma-se que o trabalho de reprodução é das mulheres, como um processo natural. Nesse sentido, a dupla jornada da trabalhadora doméstica é ainda mais repetitiva, exaustiva e absorvente, tanto do ponto de vista físico e emocional. Estamos diante de um grupo de trabalhadoras cuja rotina praticamente exclui qualquer possibilidade de dedicação a atividades de lazer e momentos de descanso. Assim, podemos afirmar que estas mulheres estão mais expostas a vários tipos de vulnerabilidades sociais, econômicas, políticas e culturais.

De acordo com o DIEESE:

O Brasil é um dos países com maior número absoluto de pessoas empregadas no trabalho doméstico. A importância dessa ocupação, majoritariamente feminina, está relacionada à trajetória de mulheres e meninas pobres no mercado de trabalho e no contexto de profundas desigualdades raciais e sociais característico do país. Relaciona-se ainda com a forma como o país organiza o sistema de cuidados, até hoje, a principal mão de obra para o atendimento da demanda por cuidados de pessoas e dos lares das classes mais privilegiadas. (DIEESE, 2023, p.2).

No quarto trimestre de 2022, havia 5.833 mil pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, o equivalente a 5,9% da força de trabalho. Entre 2013 e 2019, houve elevação da ocupação na atividade, que passou de 5.835 mil para 6.171 mil pessoas. Em 2017, o trabalho doméstico chegou a representar 6,7% do total de pessoas ocupadas no país. Mas, o contingente de trabalhadores na atividade apresentou redução considerável, em 2020 e, especialmente, em 2021, em consequência, sobretudo, da pandemia da Covid-19.

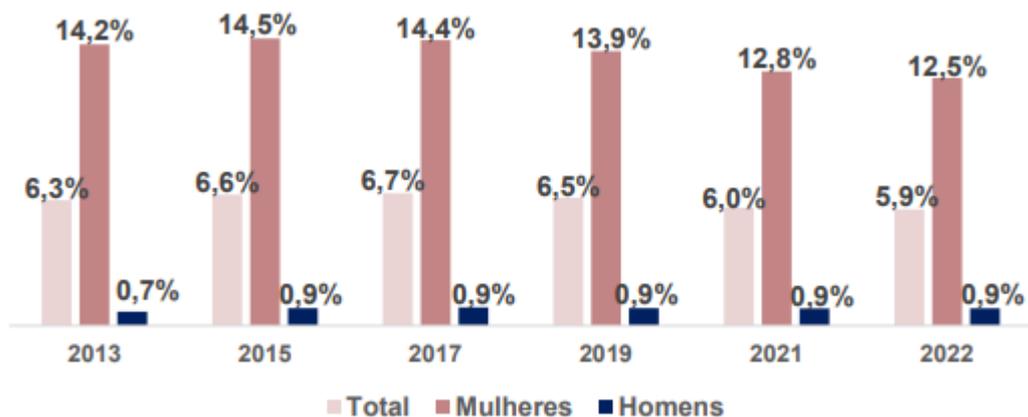
Figura 35: Número (em milhares) e percentual de pessoas ocupadas no trabalho doméstico Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE

De acordo com o documento do DIEESE (2023), uma das principais características do trabalho doméstico é que ele é exercido majoritariamente por mulheres. O documento destaca, porém, que comparado ao ano de 2013, que correspondia 14,2% de ocupação, o trabalho doméstico vem diminuindo ao longo do tempo como ocupação no grupo de mulheres, principalmente no ano de 2022, correspondendo a 12,5%. Já a participação masculina não chegou a 1% do total de ocupados em todo o período considerado na análise, embora ocorra um pequeno aumento desde 2013.

Figura 36: Participação de pessoas ocupadas no trabalho doméstico no total da ocupação, segundo o sexo - Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE

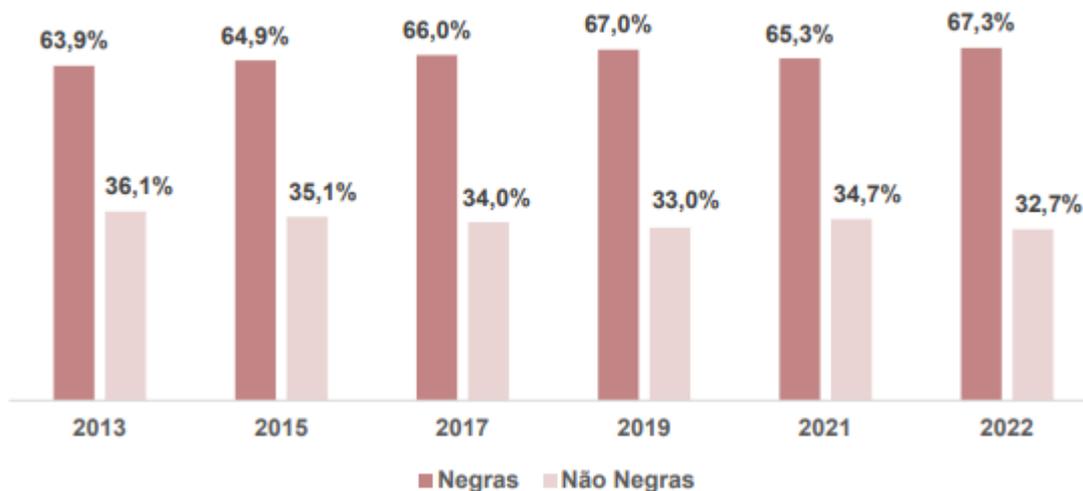
No Brasil, a formação da força de trabalho doméstica está relacionada ao processo de colonização dos territórios e à divisão da sociedade em raças, pela necessidade de legitimação da dominação e escravização dos povos negros. Os efeitos desse projeto colonial permanecem nas características do mercado de trabalho das sociedades colonizadas ainda hoje.

[...] Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (Carneiro, 2020, p. 2).

No caso do emprego doméstico, o mecanismo de dominação de raça se combinou com o de gênero. Ambos caracterizam os fundamentos da distribuição da população em estruturas de poder. Essa divisão é bastante evidente nas características do trabalho doméstico, que é uma atividade relacionada à reprodução social e relegada historicamente às mulheres. Mas também possui forte relação com raça e classe, já que no âmbito da segregação racial do trabalho, cabia aos negros realizarem os trabalhos braçais.

No quarto trimestre de 2022, as trabalhadoras negras representavam 67,3% do total de mulheres da categoria e as não negras, 32,7%. Em 2013, a participação de mulheres negras no trabalho doméstico feminino era de 63,9%, contra 36,1% de mulheres não negras. Na verdade, com exceção do período pandêmico, houve crescimento constante da proporção de mulheres negras e redução das não negras na atividade, no período analisado.

Figura 37: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por raça/cor Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE
 Obs.: Negras(os) = Pretas(os) + Pardas(os); Não-Negras(os) = Brancas(os) + Amarelas(os) + Indígenas

Outro aspecto importante relacionado ao perfil das trabalhadoras domésticas diz sobre a faixa etária e uma tendência do envelhecimento da categoria. No ano entre 2013 e 2022, nota-se grande redução da participação de trabalhadoras domésticas jovens, nas faixas entre 14 e 17 anos, chegando em 2022 (1,3%). Acredito que essa redução gradativa desde 2013 se deu por diversos fatores. Desde os anos 2000 com o surgimento de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, que levaram as famílias pobres alcançarem níveis melhores de renda, que as afastaram da extrema pobreza. Um desdobramento da Política de Assistência Social e um dos condicionantes para ter acesso ao programa social do Bolsa família é a permanência dos filhos matriculados em ensino escolar. Outra importante questão é que após a promulgação da PEC das Domésticas em 2015 através da Lei Complementar nº 150/2015, as contratações de pessoas menores de idade dentro do regime trabalhista no Brasil, somente pode acontecer com pessoas a partir dos 14 anos na condição de menor aprendiz.

Outro grupo com uma redução significativa está na faixa etária das trabalhadoras com idades entre 18 e 24 anos (6,9%) e (6,7%) entre 25 e 29 anos. O aumento no grau de escolaridade das mulheres, chegando ao ensino superior contribuiu para essa redução. Ainda que majoritariamente as mulheres ocupem os cursos voltados para área do cuidado (enfermagem, serviço social, educação etc.), ainda assim são categorias profissionais que possibilitam uma melhor inserção e remuneração no mercado de trabalho. Em compensação do

outro lado, há um crescimento entre 2013 e 2022 da participação das trabalhadoras das faixas de 45 a 59 anos, em 2022 (40,2%) e de 60 anos ou mais (9,0). O trabalho doméstico tem, portanto, cada vez mais mulheres mais velhas. Não podemos esquecer que a faixa etária de 60 ou mais, representa um grupo provavelmente de aposentadas, porém viver apenas desse benefício não é suficiente e muitas retornam, ainda que informalmente, ao mercado de trabalho.

Figura 38: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por faixa etária Brasil, 2013 a 2022 (4º trimestre de cada ano) - em %

Faixa etária	2013	2015	2017	2019	2021	2022	Varição % 2013-2022
14 a 17 anos	2,6	1,9	1,3	1,2	1,3	1,3	-50%
18 a 24 anos	8,6	7,5	7,6	7,0	7,3	6,9	-20%
25 a 29 anos	8,9	7,8	7,6	6,4	7,0	6,7	-25%
30 a 44 anos	42,5	42,6	40,8	39,4	36,5	35,9	-16%
45 a 59 anos	32,1	34,3	35,6	37,9	39,3	40,2	25%
60 anos ou mais	5,3	5,8	7,1	8,0	8,5	9,0	70%

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE

Segundo o DIEESE (2023, p. 8), o “trabalho doméstico é historicamente um nicho de mercado para o emprego de mulheres de baixa escolaridade”. Ainda assim, principalmente entre 2017 e 2022, houve aumento da escolaridade dessas trabalhadoras, com a redução da proporção de profissionais em faixas de escolaridade sem instrução ou fundamental incompleto/completo ou equivalente. O ensino médio completo ou equivalente foi o grau de escolaridade que mais cresceu nos últimos anos, chegando em 2022 com 32,9%. Destaca-se, ainda que timidamente o aumento de trabalhadoras domésticas em 2022 com ensino superior completo (2,0%) e incompleto (1,5%).

Figura 39: Distribuição e variação (%) da participação das trabalhadoras domésticas por escolaridade - Brasil, 2013 a 2022 (4º trimestre de cada ano)

Escolaridade	2013	2015	2017	2019	2021	2022	Varição 2022/2013
Sem instrução	4,5	4,4	3,5	2,8	3,4	3,3	-1,20
Fundamental incompleto ou equivalente	51,9	49,3	45,5	44,5	39,2	38,2	-13,70
Fundamental completo ou equivalente	16,8	15,5	14,1	12,9	13,5	12,4	-4,40
Médio incompleto ou equivalente	6,7	7,4	8,0	8,3	8,4	9,6	2,90
Médio completo ou equivalente	19,3	22,1	26,6	28,8	32,0	32,9	13,60
Superior incompleto ou equivalente	(1)	0,8	1,2	1,4	1,6	1,5	1,50
Superior completo	(1)	0,6	1,1	1,3	1,9	2,0	2,00

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE

Outro destaque importante do perfil dessas trabalhadoras é a expressiva participação na responsabilidade pela manutenção dos domicílios, o que coloca suas famílias em situação de maior vulnerabilidade em caso de desemprego. Os dados reafirmam essa responsabilidade no provimento do sustento familiar. Além da elevada participação na renda domiciliar, as trabalhadoras domésticas aparecem de maneira crescente como chefes de domicílios. Entre 2013 e 2022, aumentou a participação das trabalhadoras responsáveis pelos próprios domicílios. O percentual saiu de 38,4% em 2013 para 52,9% em 2022. Já as trabalhadoras domésticas que eram cônjuges nos próprios domicílios, por sua vez, saíram de uma participação de 42,8% no total de domésticas ocupadas, em 2013, para 29,5%, em 2022, redução de 13,3 p.p. Nota-se também perda de participação das filhas que, em 2013, vinham em terceiro lugar na estrutura domiciliar das trabalhadoras, com 10,9% e, a partir de 2021, foram ultrapassadas pelas trabalhadoras em outras posições nos próprios domicílios. Essa redução da representatividade das domésticas filhas foi de 30,3%. Segundo o DIEESE:

O envelhecimento das trabalhadoras domésticas nos anos 2000 foi acompanhado por movimento de alta na proporção de profissionais que são chefes dos próprios domicílios. Essa tendência também permaneceu nos anos após a aprovação da Lei das Domésticas (2023, p. 9).

Figura 40: Distribuição e variação (p.p.) das trabalhadoras domésticas, por posição no domicílio - Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)

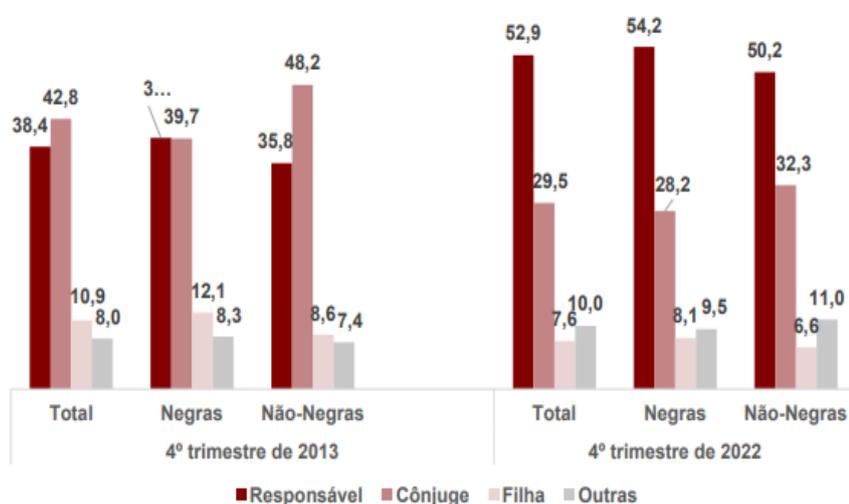
Posição no domicílio	2013	2015	2017	2019	2021	2022	Varição 2022/2013
Responsável	38,4	41,4	45,9	50,6	51,6	52,9	14,5
Cônjuge	42,8	42,0	37,4	32,9	29,6	29,5	-13,3
Filha	10,9	9,5	8,7	8,4	8,3	7,6	-3,3
Outras	8,0	7,1	7,9	8,1	10,4	10,0	2,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE
 Obs.: "Outras" abrange: enteada; nora; mãe, madrasta; sogra; neta; bisneta; irmã; avó; outra parente; agregada; convivente.

O relatório do DIEESE (2023) apresenta uma análise a partir dos recortes raça/cor e posição no domicílio, para o último trimestre de 2022, indicando que ocorreu maior prevalência de responsáveis pelo domicílio entre as trabalhadoras domésticas negras. Em comparação com as não-negras, os dados apresentados são respectivamente: 54,2% e 50,2%. O relatório destaca o aumento das responsáveis pelo domicílio em comparação com as que estavam em relação conjugal. De acordo com o DIEESE: "Entre as mulheres não negras, a queda no percentual dos cônjuges foi até mais intensa representando em 2022 15,9 p.p., contra 11,5 p.p. para as mulheres negras" (2023, p. 10).

Outro ponto que merece destaque é que em 2022, segundo DIEESE (2023, p. 10), houve maior presença de filhas entre as trabalhadoras negras (8,1%). As trabalhadoras domésticas não-negras são o grupo que prevalece se consideradas outras posições no domicílio. Vejamos a seguir:

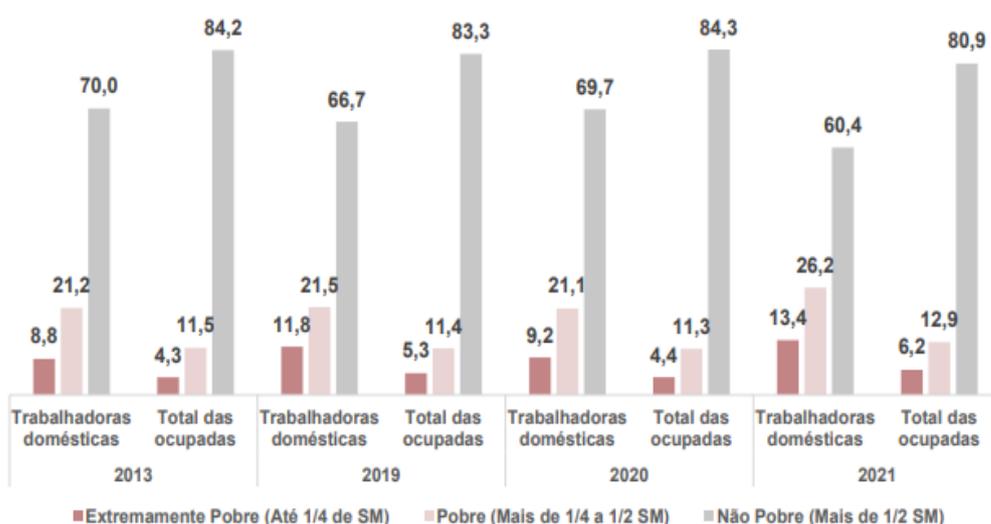
Figura 41: Distribuição das trabalhadoras domésticas por posição no domicílio, segundo raça/cor Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE

De acordo com o DIEESE (2023), a crise econômica, social e política brasileira associada à pandemia da Covid trouxe efeitos para a classe trabalhadora no que diz respeito aos seus meios de subsistência. O cenário de “baixo crescimento econômico, o desemprego elevado e a escassez de políticas públicas voltadas para a proteção dessa população afetaram, sobremaneira, a situação de pobreza das trabalhadoras domésticas” (DIEESE, 2023, p.11).

Figura 42: Distribuição das trabalhadoras domésticas e das mulheres ocupadas por situação de pobreza (em %) - Brasil, 2013, 2019, 2020 e 2021



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE
 Obs.: Salário mínimo de referência = R\$ 678 (2013), R\$ 998 (2019), R\$ 1.045 (2020) e R\$ 1.100 (2021). A situação de pobreza foi calculada com base no rendimento domiciliar mensal per capita nominal

O documento do DIEESE (2023) destaca um aumento da pobreza e da extrema pobreza entre as trabalhadoras domésticas no período da pandemia da Covid-19.

É necessário apontar que durante esse cenário pandêmico, o governo brasileiro após sucessivas críticas por parte da sociedade, tomou medidas na criação de suporte econômico às famílias que estavam em completa desproteção social:

No Brasil, após pressão e mobilização social, o governo brasileiro sanciona, em 2 de abril de 2020, o Projeto de Lei 13.982, que estabelece medidas de proteção social durante o período de enfrentamento da pandemia de Covid-19. O decreto regulamenta o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00, inicialmente destinado aos cidadãos com mais de 18 anos, aos beneficiários do Programa Bolsa Família, às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, aos trabalhadores informais, aos microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes individuais da Previdência Social; mas a proposta inicial era destinar R\$ 300,00 mensais para cada membro das famílias mais pobres do país, por um período de seis meses. A determinação exigia renda familiar mensal inferior a meio salário-mínimo per capita ou três salários mínimos no total, além de não ser

beneficiário de outros programas sociais (com exceção do Programa Bolsa Família) ou do seguro-desemprego. As mães que morassem sozinhas e que atendessem ao critério de elegibilidade de renda tinham direito a receber o valor do auxílio em dobro. Além disso, no dia 16 de abril, a Câmara dos Deputados aprovou a expansão da medida para mães menores de idade e para toda família monoparental (Marins et al, 2021, p. 671-672).

As autoras mencionam que dentre as medidas adotadas pelo governo federal, o campo da Assistência Social foi o que recebeu maior atenção através da criação e ampliação do programa de transferência de renda como o Auxílio Emergencial, fruto da mobilização da sociedade civil que pressionou o governo para a adoção de medidas de proteção da população. “Essa indicação de articulação entre entes diversos visava dirimir as consequências socioeconômicas nefastas da Covid-19 para grupos vulneráveis, em especial para trabalhadores informais, autônomos, pequenos comerciantes e/ou trabalhadoras domésticas” (Marins et al., 2021, p. 672).

Cabe ressaltar que o empobrecimento das condições de vida das trabalhadoras domésticas não é uma questão recente, é algo visto durante a pesquisa como um dado anterior à pandemia. Essa condição de empobrecimento já persistia entre as trabalhadoras domésticas, se comparado ao grupo de trabalhadores de outros setores. Adiante podemos verificar quais as ocupações referentes ao cuidado de modo geral aparecem na forma do trabalho remunerado nos domicílios.

Figura 43: Distribuição das trabalhadoras domésticas por principais ocupações Brasil, 2013-2022 (no 4º trimestre de cada ano)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE

A grande maioria das trabalhadoras domésticas ocupadas está definida como trabalhadora dos serviços domésticos em geral. Essas profissionais são encarregadas de exercer todas as atividades relacionadas à manutenção da casa, além de cuidar de crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência e até de animais domésticos. O auge dessas trabalhadoras foi referente ao ano de 2013, representando (84,3%). De 2015, sem desconsiderar que foi o ano da promulgação da PEC das Domésticas, até 2022 os dados mostram uma significativa redução dessas trabalhadoras, tendo no ano de 2022 (74,4%), chegado ao valor abaixo até do ano de 2021, quando ainda estávamos sob o cenário da Covid. Em seguida, por ordem de participação na atividade, vinham as profissionais que se definiam exclusivamente como trabalhadoras de cuidados pessoais em domicílio. Houve um aumento desses profissionais principalmente entre 2019 (10,4%); 2021 (10,3%) e um novo aumento em 2022 (11,9%), enquanto as cuidadoras de crianças representam em 2019 (10,9%) 2021(11,3%) e em 2022 (11,1%). As cozinheiras tiveram uma expressiva representação em 2015 (2,7%) e nos anos subsequentes reduzindo para (2,2%), tendo uma pequena retomada em 2021 (2,4%) e em 2022 (2,1%).

No ano de 2021, as famílias demandaram intensamente as trabalhadoras do cuidado principalmente voltadas aos idosos e crianças, por conta da pandemia. O alto poder de contágio do coronavírus resultou em medidas de lockdown com fechamento de creches e escolas, bem como atividades públicas acarretando maior tempo de permanência em casa. Houve uma exacerbação pelo cuidado “[...] onde a vida familiar, os cuidados, a casa e a incerteza do trabalho ocupam o lugar central” (Freitas, Almeida, Lole, 2020, p. 215). Tornou-se notório que “cuidar da família e da saúde das pessoas é uma ocupação, secularmente, atribuída às mulheres. Portanto, as mulheres estão no centro das respostas da crise sanitária” [...] (Melo, Mello, 2021, p.7). Ao mesmo tempo que, para alguns segmentos sociais, homens e mulheres tiveram seus domicílios transformados em espaço de trabalho, com Home Office, o qual “fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele” (Antunes, 2018, p. 43). Numa economia global, onde as empresas buscam garantir de maneira exponencial seus lucros, exigindo dos trabalhadores e trabalhadoras a maximização do tempo, redução dos custos e altos índices de produtividade, torna-se mais crítica à dinâmica entre produção e reprodução social.

Os dados refletem um ponto bastante comum na realidade das famílias brasileiras, e das trabalhadoras dos serviços do cuidado e doméstico, o maior contingente de trabalhadoras está pautado nos trabalhos domésticos em geral,

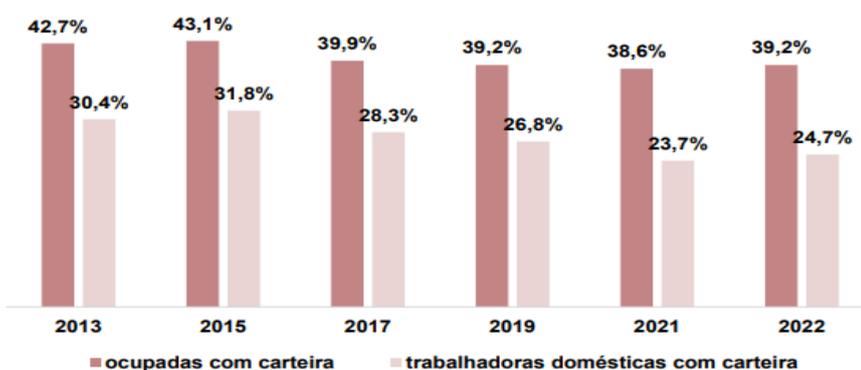
ou seja, uma única trabalhadora realiza uma multiplicidade de tarefas no mesmo domicílio, cozinha, arruma, passa, cuida de alguém. Essas multitarefas têm um viés econômico para as famílias, de modo que não haveria a necessidade de contratar vários profissionais para cada atividade, o que tornaria um custo muito alto para as famílias. O outro lado é a linha tênue que há entre o trabalho propriamente doméstico e o trabalho do cuidado, vejamos nas palavras das autoras essa indefinição:

Entram em disputa as especificidades de cada atividade, buscando limitar a atuação de cada profissional em relação a outras atividades consideradas não serem funções suas. Em razão da própria natureza das atividades de empregada e cuidador, estabelecer os limites de atuação de cada profissional é um campo acirrado de embates que, mais que discuti aquilo que cada profissional pode ou não fazer, coloca em disputa os significados e o status atribuído a cada profissão (Debert; Oliveira, 2015, p.27-28).

Na prática essa indefinição é majoritariamente resolvida por uma trabalhadora executando diversas atividades de forma concomitante e com isso uma única forma de registro trabalhista, o que gera na maioria das vezes uma superexploração e precarização da força de trabalho. Em virtude do envelhecimento populacional, aumento da longevidade, crescente participação feminina no mercado de trabalho, escassez de serviços públicos de cuidados, preços inacessíveis dos serviços privados à maior parte das famílias, incluindo creches e escolas, entre outros, são questões que contribuem cada vez mais na demanda por trabalhadores do cuidado.

A seguir analisaremos em quais condições essas trabalhadoras estão inseridas no regime previdenciário, características da ocupação e posse da carteira de trabalho.

Figura 44: Proporção de mulheres ocupadas com carteira assinada e de trabalhadoras domésticas com carteira assinada - Brasil, 2013-2022 (no 4º trimestre de cada ano)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE

O direito pela carteira de trabalho é um direito conquistado pelas trabalhadoras domésticas brasileiras desde 1972, mas, na prática, sempre foi ignorada pela maioria dos empregadores. No quarto trimestre de 2022, apenas 24,7% da categoria possuía carteira de trabalho assinada. A proporção em 2015 (31,8%) foi o maior percentual registrado desde 2013.

Esse percentual total de domésticas formalizadas no final de 2022 era 14,5 p.p. menor do que a proporção de mulheres ocupadas com carteira de trabalho, no mesmo período, (e 5,7 p.p. menor do que a proporção de trabalhadoras domésticas com carteira existente poucos meses após a promulgação da EC n.º 72 (quarto trimestre de 2013) (Dieese, 2023, p.13-14).

De acordo com o DIEESE (2023), no ano de 2017 houve uma queda, se comparado aos anos anteriores, na proporção de mulheres ocupadas com carteira de trabalho assinada, assim como entre as mulheres do trabalho doméstico. O período de 2016 foi considerado uma fase de recessão da economia brasileira, prosseguindo nos anos posteriores com baixo crescimento econômico, aumento substancial do desemprego e sem contar com a vigência das novas regras trabalhistas e previdenciárias²³, certamente foram uma soma de questões de aspecto macroeconômico que culminaram na redução de trabalhadoras com carteira assinada, nos dois grupos populacionais principalmente no ano de 2019. Nesse caso, queda maior entre as trabalhadoras domésticas (-5,0 p.p.) do que no conjunto das trabalhadoras ocupadas (-3,9%). Já para os anos subsequentes 2019 e 2021

[...] período que coincide com o auge da pandemia da Covid-19, houve queda na proporção de profissionais com carteira assinada nos dois grupos populacionais, mas dessa vez em intensidade maior entre as trabalhadoras domésticas: (- 3,1 p.p), em comparação (0,6 p.p), no caso do total das mulheres ocupadas. Em 2022, por fim, houve ligeira ampliação da presença da carteira de trabalho nos dois grupos ocupacionais, embora as trabalhadoras domésticas ainda estivessem com níveis de formalização inferiores ao período pré-pandemia. (DIEESE, 2023, p.14).

Outro indicador historicamente associado aos postos de trabalho no setor de serviços domésticos é a baixa proteção social. Vejamos logo abaixo os dados divulgados pelo DIEESE referente à questão:

²³ No Brasil passamos pela aprovação da Lei nº 13.429/2017, lida como Lei da Terceirização. No ano de 2019 a Emenda Constitucional nº 103/2019, que trata da Reforma Previdenciária.

Figura 45: Proporção de trabalhadoras domésticas e de mulheres ocupadas que contribuem para a Previdência Social - Brasil, 2013-2022 (no 4º trimestre de cada ano)



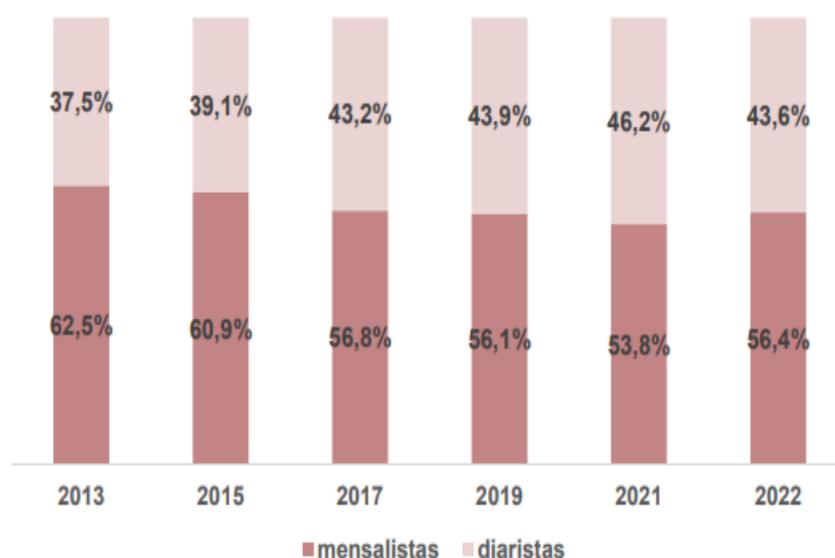
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE

Somente 35,3% das trabalhadoras domésticas eram contribuintes da Previdência Social em 2022, contra 66% do conjunto das mulheres ocupadas. Em comparação com 2013, houve queda de 2,6 p.p. na proporção de domésticas contribuintes para a Previdência Social e, em sentido contrário, aumento de 1,7 p.p. na proporção de ocupadas nessa condição. Mas, as mesmas tendências cíclicas verificadas em relação à posse da carteira de trabalho também estiveram presentes no caso da contribuição previdenciária, que cresceu em ambos os grupos ocupacionais até 2015, atingindo os respectivos picos das séries históricas analisadas. Depois, entrou em trajetória declinante até 2021, voltando a crescer em 2022. No entanto, as trabalhadoras domésticas estão numa condição de desproteção trabalhista e consequentemente previdenciária superior as demais trabalhadoras.

Essa condição de precariedade no trabalho exercido hegemonicamente pelas mulheres constituiu historicamente um fenômeno bastante comum, sendo chamado de “bipolaridade do emprego feminino” pelas autoras Bruschini e Lombardi (2000). Elas apontam o abismo social e econômico que existe entre as mulheres que trabalham no serviço doméstico, do cuidado consideradas o “polo precário” devido à baixa remuneração, desvalorização, desproteção trabalhista e previdenciária. Na outra ponta estaria o “polo mais desenvolvido”, seriam as mulheres que ocupam carreiras profissionais com mais prestígio social desde atividades técnicas (técnico de enfermagem) ou de nível de escolaridade maior, como ensino superior (médicas, enfermeiras, assistentes sociais, professoras) diretamente ou indiretamente prestam o serviço do cuidado, porém recebem melhores salários e tem maiores probabilidades de garantias trabalhistas.

Voltando para a realidade do polo precário do serviço do care, acreditamos que há um outro fator que contribui para a queda do ingresso no regime previdenciário e está vinculado também a forma de inserção na ocupação do trabalho doméstico, entre a categoria de mensalistas e diaristas²⁴.

Figura 46: Distribuição das trabalhadoras domésticas, por forma de inserção na ocupação Brasil, 2013-2022 (no 4º trimestre de cada ano)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE

Em relação à forma de inserção das trabalhadoras domésticas na ocupação, entre 2013 e 2021 cresceu continuamente a proporção de diaristas, que saltou de 37,5% para 43,6%, respectivamente, ampliação de quase 9 p.p. Nesse período, entre 2015 e 2021 houve um aumento expressivo dessa modalidade, principalmente durante a Pandemia chegando a atingir (46,2%). Cabe lembrar que o novo estatuto das domésticas não assegurou proteção trabalhista e social a essa modalidade de trabalhadoras, o que só foi estendido, apesar de todas as críticas feitas por sindicatos e movimentos sociais, às trabalhadoras domésticas que trabalhavam pelo menos três dias por semana em uma mesma residência, caracterizando a modalidade mensalista.

Em consequência dessa restrição legal e do contexto de grave crise econômica e sanitária, pode ter ocorrido, no período analisado, aceleração do processo de substituição de mensalistas por diaristas, “processo esse que já ocorria desde os anos 1990, pelo menos, em razão de mudanças demográficas

²⁴ “Consideram-se diaristas todas as trabalhadoras domésticas que prestam serviço em mais de um domicílio, bem como as que prestam serviço somente em um domicílio, até dois dias por semana, mas com jornadas semanais de até 16 horas, o equivalente a dois dias na semana. Mensalistas, por sua vez, são todas as demais trabalhadoras domésticas” (DIEESE, 2023, p. 16).

e socioeconômicas no perfil das famílias brasileiras” (Dieese, 2023, p. 17). Em 2022, curiosamente, a proporção de diaristas caiu em relação ao ano anterior, atingindo (43,6%), voltando praticamente ao patamar vigente no período pré-pandemia, enquanto as mensalistas obtiveram um aumento entre 2021 para 2022 representando (56,4%).

Uma das maiores marcas do trabalho doméstico remunerado no Brasil está em sua informalidade e, mais ainda, na persistência desta informalidade. É fato que as transformações desta categoria foram significativas ao longo das últimas décadas, e que o número de trabalhadoras que exercem suas atividades sob a proteção da carteira de trabalho assinada se ampliou de forma importante principalmente com a Lei Complementar nº 150/2015. Contudo, a informalidade é uma realidade persistente para as trabalhadoras domésticas como um todo. A recente crise econômica, agravada pela crise sanitária provocada pelo coronavírus, trouxe um efeito significativo de mudança de uma categoria para a outra, mais desprotegida e menos custosa para o empregador, e, ainda, a redução de diaristas e também de mensalistas cuja obrigatoriedade de assinatura de carteira é garantida legalmente.

A alternativa à falta de carteira assinada, como visto, é a própria trabalhadora se filiar à Previdência Social e arcar com o pagamento das contribuições sociais, seja como contribuinte individual, seja como Microempreendedor Individual (MEI). No entanto, no cotidiano dessas trabalhadoras a baixa remuneração gera também possibilidades de maior desproteção, uma vez que, para essas profissionais, não se assegura qualquer obrigação de pagamento de encargos por parte dos empregadores. Com isso, são as próprias trabalhadoras que devem se responsabilizar por sua proteção social, em um cenário que ainda é bastante desfavorável: apesar das possibilidades abertas de contribuição com alíquotas reduzidas, as rendas auferidas por elas ainda são muito baixas e as garantias de que poderão seguir contribuindo são quase nulas. Sem contar com as desvantagens nos direitos trabalhistas como a perda do FGTS, horas extras e férias remuneradas.

É importante pensar na realidade das mulheres envolvidas com o cuidado não remunerado, estas estão mais propensas a serem autônomas, pela necessidade de flexibilidade para conciliar o cuidado familiar com sua atividade econômica. Com isso as mulheres contribuem menos para o sistema da previdência social em comparação aos homens. Para Santos e Souza:

[...] as mulheres são menos protegidas do que os homens na previdência social, e que os benefícios concedidos a elas são em todas as circunstâncias em valores

menores, da mesma forma como ainda acontece no mercado de trabalho em relação aos seus salários (2015, p.30).

Marilda lamamoto em seu livro “*Serviço Social em tempos de capital fetiche*” coloca que “a contenção salarial, somada ao desemprego estrutural e a instabilidade do trabalho altera na composição da força de trabalho” (2010, p. 119). Esse processo provoca nos termos da autora “polarização da classe trabalhadora” (lamamoto, 2010, p. 119). Um lado uma classe de trabalhadores numericamente restritos, com cobertura dos direitos trabalhista e previdenciários e, no outro lado, majoritariamente formado por um grupo periférico, um contingente precarizado. Ao considerarmos a instabilidade do trabalho formal identificamos principalmente essa realidade para as mulheres, mulheres negras e jovens negros que são os mais impactados com as transformações das forças produtivas.

Tal diagnóstico é importante, visto que o número de mulheres desempregadas no Brasil é superior aos homens, pois geralmente as mulheres saem do mercado para cumprir funções relativas ao trabalho do cuidado. Todavia, com a aprovação da contrarreforma trabalhista e contrarreforma previdenciária, as mulheres, assim como outros segmentos sociais, passam a ter grandes dificuldades de se manterem ativas no mercado de trabalho formal e cumprir as exigências de tempo de contribuição previdenciária para uma futura aposentadoria. Essas alterações nos direitos trabalhistas e previdenciários estão em consonância com as mudanças em curso do capitalismo ultraneoliberal, aprofundado pelo cenário da uberização do trabalho (Antunes; Filgueiras, 2020).

Apesar do papel importante das trabalhadoras domésticas na economia de cuidado na América Latina, e especialmente no Brasil, a maioria delas trabalha em condições de informalidade. Portanto, sem carteira de trabalho assinada – sem proteção social, sem respeito aos seus direitos trabalhistas e expostas a condições de precariedade.

Não há dúvidas que durante a conjuntura mundial da pandemia as mulheres foram as mais afetadas em diferentes níveis, expondo as diferenças de classe e raça que compõem a categoria gênero e considerando nesse contexto, o acirramento das expressões da questão social.

Por isso, a literatura sobre o tema aponta, por um lado, a precariedade das políticas públicas brasileiras voltadas ao cuidado e, por outro, o fato de que as responsabilidades familiares referentes ao cuidado continuam recaindo sobre as famílias e especificamente as mulheres. De acordo com a autora Gama (2012) o trabalho doméstico não consegue ser quantificado e qualificado por ser tratado

dentro de um caráter ideológico dos laços afetivos – amor. Entretanto, existe uma barreira em compreender a lógica do cuidado dentro da perspectiva de trabalho enquanto produção e reprodução social. Algumas saídas teóricas têm sido paulatinamente apresentadas, exemplo das categorias jornada de trabalho total (Gama, 2012), e uso do tempo, que seria o tempo de trabalho doméstico e o tempo de trabalho assalariado na produção (Melo, 2009).

Assim, destaca Kergoat, “O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros [...] (2016, p. 17). Podemos considerar uma relação de serviço e apoio, seja no aspecto remunerado ou não, que consiste em produzir o bem-estar de outra pessoa.

Colocar essa questão na agenda política é uma luta de todos os setores da sociedade, e essa tarefa se inicia pela visibilidade e valorização do trabalho do cuidado de modo em geral, e ainda está entre os cômodos dos lares como papel exclusivo das famílias.

Faz-se necessário pontuar que as condições das mulheres no interior do lar, exercendo seja o trabalho do cuidado, muitas vezes configurado na extensão do trabalho do afazer doméstico de forma não remunerada, repercute também para a grande maioria das mulheres principalmente as mulheres negras no aviltamento das condições de trabalho. Torna-se evidente que o campo da produção/reprodução social não está separado, ainda que espacialmente, mas sua relação ambígua, porém necessária está no jogo da acumulação capitalista todo o tempo. Quando analisamos a desigualdade da divisão sociossexual e racial do trabalho, percebemos que essa diferença nos papéis sobre o que é considerado trabalho masculino e trabalho feminino dentro das famílias é reflexo do mundo público que definiu o que é visto como feminino e masculino. E certamente o que deve ser valorizado e desvalorizado.

4.4

O trabalho do cuidado é uma questão para o Estado

Nesse item nosso objetivo é analisar, em linhas gerais, a importância do Estado na regulação do direito à reprodução social, que envolve sua implicação com o chamado “campo dos cuidados”. Examinamos a política social no contexto da divisão internacional do trabalho, especialmente atentando para a

América Latina, e elencamos algumas ações desenvolvidas na América do Sul que apontam para maior presença do Estado na direção de uma política de cuidados à população. Não é nossa intenção avaliar tais experiências apenas apresentar alguns pressupostos que vem norteando essas iniciativas. Buscamos dessa forma, corroborar a ideia do trabalho do cuidado e doméstico inseridos na dinâmica da reprodução social e parte das contradições do sistema capitalista.

No capitalismo contemporâneo uma nova divisão internacional do trabalho apresenta novos dilemas e contradições para o trabalho em meio à “era da financeirização e mundialização do trabalho” (Antunes, 2018, p.35) e pelas metamorfoses ocorridas na era da “globalização da economia”, apontada por Behring (2001, p.112). Esse cenário da economia globalizada foi alvo dos estudos de Helena Hirata sobre a internacionalização do trabalho reprodutivo com efeitos que a autora denominou de “transformação paradoxal do trabalho” (2001, p. 147). As mudanças que ocorreram desde os anos de 1990 evidenciaram uma clara tendência ao aumento da exploração do trabalho, ampliação da informalidade, terceirização e flexibilização da força de trabalho, desemprego estrutural e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Esse contexto econômico e social está profundamente marcado pelo comando do capital financeiro, o que implica em “diminuição tendencial de empregos estáveis e precariedade de uma proporção significativa da população ativa” (Hirata, 2001, p. 147). Tal conjuntura tem consequências diferenciadas nos países do Norte e do Sul global, e sobre a divisão sociosexual e racial do trabalho, assim como também no âmbito doméstico e das políticas sociais.

As profundas transformações pelas quais vem passando o modo de acumulação capitalista em sua fase neoliberal, acentuadas pela graves crises econômicas que se arrastam por décadas, tem imposto um conjunto de consequências danosas para a classe trabalhadora em todo o mundo, e em consonância com a fragilização do lugar do Estado na provisão da proteção social. Na verdade estamos acompanhando essa erosão do lugar da política social desde os anos de 1970 com a crise dos Estados de Bem-Estar Social em diversos países europeus. A responsabilidade de prover cuidados é distribuída de modo distinto nos Estados de Bem-Estar Social. Alguns atribuem a responsabilidade primária aos membros da família, outros a delegam ao mercado, outros ainda a supõem como responsabilidade pública, ou adotam ações mistas, distribuindo-as entre Estado, mercado e famílias.

A atual direção do capitalismo é diminuir a provisão social por meio do Estado, produzir rebaixamento dos salários reais, aumento do recrutamento de maior número de membros familiares para participarem do mercado de trabalho, e é exatamente essa contradição que contribui para a conta não fechar nessa relação entre trabalho e responsabilização do cuidado familiar.

Com isso, o aprofundamento das condições precárias na forma como o trabalho do cuidado é organizado, colabora com o entendimento de sua articulação com as mudanças no mundo do trabalho, principalmente a partir da crise econômica do capitalismo.

Diante disto, Mioto (2008) alinha os países latino-americanos, e especialmente o Brasil, enquanto Estados Familistas. Nesse contexto, tornaram-se mais evidentes as dificuldades para que as mulheres pudessem desempenhar suas tarefas de cuidado a partir, especialmente, dos anos 1990, quando os processos de privatização se agudizaram, sucateamento das políticas sociais e o mercado de trabalho se precarizou. Essas mudanças intensificaram o trabalho que as mulheres dedicavam à reprodução tanto nos países do centro como da periferia, ainda que de forma e intensidade diferentes, exatamente no momento que sua entrada no mercado de trabalho crescia, gerando dificuldades para o desempenho dos trabalhos do cuidado familiar.

Conforme já nos referimos, a situação não é a mesma para os países centrais e periféricos do sistema capitalista onde a pouca presença do Estado no provimento de serviços sociais, historicamente muito menos generalizados e eficientes do que nos países centrais, ainda é comumente assumida pelas famílias por laços de parentesco, de vizinhança e comunitários.

A despeito da intensa inserção das mulheres no mercado de trabalho, do aumento das famílias monoparentais e do envelhecimento populacional, o arranjo patriarcal familiarista e feminizado dos cuidados não foi alterado, o que podemos considerar uma “crise do cuidado”. Esta crise é oriunda da incapacidade de reorganização social frente a este novo cenário, que ocorre em razão da inércia do Estado em criar mecanismos para absorver e redistribuir os cuidados.

Face ao modelo de provisão do cuidado que se baseia na premissa de que as famílias, ou as mulheres nunca “falham”, é urgente pensar na organização do cuidado para além das políticas familistas e sim pensar as políticas sociais a partir da perspectiva ampliada de gênero sem perder de vista a noção de raça. Em consonância a esse debate sobre o papel do Estado na formulação de políticas sociais que atendam as demandas do cuidado da população frente às

mudanças no contexto das esferas produtivas\reprodutivas, o Uruguai é considerado o mais avançado no tema, por possuir um sistema integrado de cuidados – Sistema Nacional do Cuidado (SNC). O principal diferencial deste sistema é a perspectiva sobre a qual ele foi criado. A autora Dupont analisa que:

Diferentemente da maioria das políticas públicas dos demais países, que são setorizadas de acordo com o público-alvo, no Uruguai o ponto de partida foi a perspectiva de gênero, ou seja, o foco foi fixado nas relações de cuidado como um todo [...]. Este sistema tem como um de seus destaques principais o fato de considerar o cuidado como um direito e incluí-lo na agenda de políticas sociais. Também se sobressai por possuir um modelo de políticas unificado em um só sistema interinstitucional, além de reconhecer as pessoas que cuidam como sujeitos de direito nas relações de cuidado, integrando-as como destinatárias de políticas públicas. (2021, p.17).

É fundamental mencionar que durante a elaboração da política do cuidado no Uruguai foi utilizado como recurso metodológico o indicador uso do tempo “sabemos também que essa distribuição desigual do tempo entre homens e mulheres tem consequências na vida das mulheres [...] como dificuldades em conciliar trabalho e família, cansaço, estresse, depressão dificuldade de acesso ao mercado de trabalho etc.” (Bathyany, 2017, p.33).

Esse olhar integral é um dos maiores avanços trazidos pela política uruguaia na compreensão de que o cuidado precisa ser tratado como um fenômeno multifacetado que demanda uma atuação em termos de políticas públicas intersetoriais (educação, saúde, trabalho, seguridade social etc.).

Para Stelmake e Mioto, no artigo “Notas sobre o debate do Cuidado e Resposta Uruguaia à Crise dos Cuidados” (2020), o país vem discutindo essa temática desde 1990, devido à falta de políticas públicas que suprissem o déficit de cuidados e a injusta divisão sexual do trabalho. No texto, as autoras mostram como essa política foi sendo construída e os diversos setores da sociedade que participaram dos debates. Durante os trâmites tiveram momentos de entraves de financiamento, momento em que a sociedade civil fazia o papel de cobrar do poder público a execução dessa política, numa espécie de controle social,

[...] o descontentamento com a desaceleração do processo de construção do SNC levou à criação da Rede Pró-Cuidados, que se formou com objetivo de facilitar o intercâmbio de opiniões entre sociedade civil, organizações e instituições, e com a finalidade de cobrar do estado um cuidado cidadão (Stelmake; Mioto, 2020, p. 91).

O Sistema Nacional de Cuidados é constituído pela Junta Nacional de Cuidados, Secretaria Nacional de Cuidados e o Comitê Consultivo de Cuidados é promulgada na Lei n 19.353, 27 de novembro de 2015. O SNC está voltado para as seguintes áreas: infância, pessoas dependentes por incapacidade,

pessoas adultas em situação de dependência por incapacidade, pessoas adultas em situação de dependência e cuidadoras e cuidadores. Bathyany, em seu artigo “Desafios para a Organização da Política de Cuidados no Uruguai”, aponta três dimensões analíticas que envolveram a construção do Sistema Nacional do Cuidado:

A primeira dimensão é o que chamamos de cuidado material. Cuidar de uma pessoa envolve trabalho, uma série de atividades. Essa dimensão que as pesquisas de uso do tempo nos permitem conhecer. Mas há também uma segunda dimensão, que é a dimensão econômica: cuidar de alguém envolve um custo. Por responsabilizar por outra pessoa e por tudo o que isso envolve, a partir de uma perspectiva afetiva. Essa dimensão é a menos explorada em nossos países. Temos trabalhado nela, porém somente em estudos qualitativos, não podendo ser abordada em pesquisas quantitativas. (2017, p. 34).

Prosseguindo, a autora vai detalhar metodologicamente alguns instrumentos utilizados na construção dessa política ao afirmar sobre a importância das pesquisas sobre o uso do tempo, compreender, conhecer as percepções e representações da população sobre o que é o cuidado, de modo a elaborar uma política que atenda às necessidades da população. O resultado dessas abordagens foi a participação maciça das mulheres no trabalho do cuidado e o familismo “[...] absolutamente presente na sociedade uruguaia. Tanto para as crianças quanto para os idosos” (Bathyany, 2017, p. 34). Inclusive esse cuidado feito pelas mulheres ainda é visto como um papel obrigatório, enquanto aos homens sua função é prover materialmente o sustento desse cuidado. Há uma desigual divisão sexual do trabalho do cuidado, aprofundada pela diferença nos aspectos sociais “há uma relação totalmente direta entre o familismo o nível socioeconômico: quanto menor o nível socioeconômico, maior o familismo, e quanto maior o nível socioeconômico, menor o familismo” (Bathyany, 2017, p. 35). E por último, a situação laboral e os impactos na autonomia econômica das mulheres e futuramente na garantia dos direitos da seguridade social.

Outra recente experiência latino-americana foi a inclusão, na Argentina, do cuidado materno como trabalho contabilizado e incorporado no regime da Previdência Social²⁵, na contagem para a aposentadoria. Com o crescimento da participação dos homens e mulheres no mercado de trabalho, ampliou o

²⁵ Por meio de um decreto 475/2021 que altera a Lei n° 24.241 do Sistema Integrado de Jubilaciones y Pensiones. Esse decreto prevê que o tempo dispendido pelas as mulheres durante o cuidado de filhos biológicos e adotivos seja incorporado no tempo de contribuição para contabilizar o tempo necessário para aposentadoria. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-475-2021-352106/texto>. Acesso em: 25 set. 2023.

contingente de famílias que têm o desafio de dar conta do trabalho junto ao alto grau de exigências que o mercado de trabalho possui quanto às responsabilidades familiares. Em virtude da inviabilidade de a relação entre família e trabalho, as mulheres são levadas a abandonar seus empregos impactando certamente na futura aposentadoria.

No Brasil, como nos demais países do continente sul-americano, as famílias vêm sendo chamadas cada vez mais a responderem pela provisão do bem-estar. Há ainda uma nítida percepção do modelo familista nas políticas sociais. Durante a virada do milênio tivemos um boom de programas de transferências de renda, como por exemplo o Programa Bolsa Família, cuja proposta é incentivar o trabalho do cuidado principalmente às crianças e adolescentes. Porém, a marca registrada desse programa assistencial foi o trabalho do cuidado exercido por mulheres no âmbito familiar, de modo que pudessem continuar cuidando dos filhos e garantir o mínimo do mínimo pela sobrevivência dessas famílias:

Foi a partir de 2000 que se intensificou a criação de novos programas de transferência de renda, bem como a reforma dos já existentes. Neste mesmo período, os países europeus já estavam fechando um ciclo, ou seja, a experiência de renda mínima já estava sendo reformulada e “adequada” às novas exigências do mundo globalizado e das transformações no mundo produtivo (Stein, 2009, p.201).

Outro programa que atende esse modelo da responsabilidade familiar é o Programa Melhor em Casa, onde as famílias que possuem uma pessoa idosa ou com uma deficiência permanente que dependa de cuidados de alguém, recebem visita dos profissionais de saúde no domicílio para prestação de cuidados mais especializados e o cuidador também recebe por parte destes profissionais orientações na condução do cuidado com aquele indivíduo. Nessa lógica de proteção social restrita a autora Solange Teixeira (2020) chama atenção para a ideia da “gestão do risco social”, isto significa que mesmo que os serviços públicos e privados cheguem nos domicílios, o objetivo é treinar, informar para que as famílias ou indivíduos executem aquela atividade com recursos próprios. Assim, “o deslocamento do cuidado institucional ao domiciliar responde por uma maior responsabilização da família frente aos seus membros na mesma proporção que o Estado se ausenta do cumprimento do seu papel” (Nogueira; Monteiro, 2014, p. 151).

Em se tratando da realidade brasileira a população mais vulnerável convive com o Estado violador de direitos, com políticas seletivas, focalizadas,

reforçando o papel das famílias pobres e famílias negras no trato exclusivo do cuidado. De modo que “a proteção social no Brasil, ao se fundamentar no familismo e na feminilização, termina por reafirmar muitos tradicionalismos em torno do lugar das mulheres na sociedade, naturalizando para elas a subordinação da vida pública à vida privada” (Lole; Almeida, 2017, p.51). A dinâmica capitalista é permeada de desigualdades sociais e o capitalismo não é neutro quanto à marca do sexo e da raça/etnia, pois essas diferenças mantêm a estrutura da sociedade de classes.

Nesse contexto é que se instaura o debate sobre a responsabilização da família no campo da política social. O auge dessa urgência foi durante a Pandemia onde as mulheres estiveram no epicentro da crise do cuidado seja no campo remunerado ou não remunerado, escancarando a necessidade de examinarmos o campo do cuidado como uma questão que precisa extrapolar o mundo privado.

Somente no dia 30 de março de 2023 no atual governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, o Estado brasileiro assumiu um compromisso de pensar o cuidado enquanto uma política pública de âmbito nacional, através da recém-criada Secretaria Nacional de Cuidados e Família²⁶, inserida no Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Pobreza (SNCF/MDS). Um Grupo de Trabalho Interministerial²⁷ coordenado pelo MDS e o Ministério das Mulheres, cujo objetivo é formular um diagnóstico sobre a organização social do cuidado e criar estratégias intersetoriais para a instituição do Plano Nacional de Cuidados. De modo a compartilhar esta responsabilidade entre famílias, Estado e mercado e comunidade, e, por outro lado atuar na redistribuição da divisão sexual do trabalho do cuidado. De forma embrionária seguem os objetivos na construção da Política Nacional de Cuidados:

- Garantir o **direito ao cuidado**;
- Garantir o **atendimento das necessidades de cuidados de todas as pessoas**, em especial as de crianças, pessoas com deficiência e pessoas idosas, e das trabalhadoras(es) que realizam atividades de cuidado;
- Garantir um **trabalho decente para as pessoas que recebem pagamento por atividades de cuidados**, como, por exemplo, as que

²⁶ Esse endereço eletrônico encontra as informações a respeito da Secretaria Nacional de Cuidados e Famílias e todo o material como cartilha e notas informativas: Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/orgaos/SNCF>. Acesso em: 14 out. 2023.

²⁷ Foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial com a proposta de elaborar a Política Nacional de Cuidados sob o Decreto nº 11.460, de 30 de março de 2023.

realizam tarefas domésticas, cuidam de crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, entre outras;

- **Reconhecer, valorizar e redistribuir o trabalho de cuidados**, aliviando a carga de trabalho doméstico e de cuidados das mulheres, para que elas possam exercer outros direitos e realizar outras atividades

Nesse sentido, é interessante retomar a ideia do “diamante de cuidados” (Cf. Razavi, 2007), apresentada por Posthuma (2021) no contexto da América Latina, que traz quatro dimensões da provisão de cuidados: i) o cuidado não remunerado, em geral ofertado pelas mulheres no âmbito das famílias; ii) o cuidado ofertado pelo setor privado, no qual se inserem as trabalhadoras domésticas e os serviços ofertados pelo mercado, como creches e instituições de longa permanência de idosos privadas; iii) o cuidado ofertado pelo Estado por meio de serviços públicos; e iv) o cuidado ofertado pelas organizações comunitárias ou por outros arranjos não institucionais ofertados nas comunidades.

A forma como esse sistema de oferta de cuidados se organizou no Brasil, contudo, faz com que o diamante brasileiro acabe não sendo simétrico, com a face do cuidado não remunerado ofertado pelas famílias sendo muito proeminente e o cuidado ofertado pelo Estado sendo ainda pouco relevante.

No propósito de pensarmos a partir da experiência Uruguia, a política pública do cuidado no Brasil, podemos recorrer a Bathyany (2017) que elencou alguns componentes-chaves fundamentais na construção da política do cuidado: O primeiro componente é a utilização das pesquisas do uso do tempo, para a autora “sem uma pesquisa o uso do tempo que permita mostrar a realidade em nível nacional, fica muito difícil, senão impossível avançar em uma política de cuidados” (Bathyany, 2017, p.37). Segundo componente é a necessidade de reequilibrar a organização social do cuidado. O que a autora quer dizer é que assim como era no Uruguai e ainda é presente no Brasil, as famílias ainda estão na maior parte do tempo no exercício do cuidado de maneira exclusiva. Por isso a importância dessa redistribuição dos setores Estado, mercado, comunidade e famílias, na provisão do bem-estar, pois a finalidade da política “é modificar a divisão sexual do trabalho. Digo isso porque embora em muitos casos o impulso principal para as políticas de cuidado seja fruto de movimentos feministas, o conteúdo de gênero logo desaparece no desenvolvimento da política e cuidado” (Bathyany, 2017, p.37). O terceiro componente é a intersectorialidade, para trabalhar em torno da política de cuidado é essencial articular as diversas áreas.

O quarto componente é a necessidade de incluir uma perspectiva de gênero. Essa questão é crucial desde o marco zero da construção para garantir por exemplo que haverá uma mudança na divisão sexual do trabalho. O quinto componente mencionado pela autora é a importância de preservar e garantir que os conteúdos de gêneros não desapareçam em virtude dos direitos dos grupos beneficiados pela política do cuidado.

A maneira como o modelo de (des)proteção social foi fundado na concepção do Estado mínimo para as políticas sociais, vai demandar um esforço do Estado brasileiro em elaborar, planejar e executar a Política Nacional do Cuidado atrelado ao compromisso com a luta principalmente das mulheres e negras. As formas como as sociedades atendem, assumem e se organizam mediante a necessidade do cuidado, certamente vai exigir do Estado um papel atuante no trato dessas questões, de modo que o Estado é também um regulador no acesso à reprodução social.

5 Considerações finais

Os estudos feministas inovaram ao propor que as atividades relacionadas ao cuidado constituem também uma forma de trabalho, seja o trabalho remunerado ou não, uma vez que além de prover o bem-estar, este também implica na contribuição para a reprodução da força de trabalho e conjuntamente para o sistema de acumulação capitalista.

Portanto, esse estudo de mestrado trouxe, a partir do debate teórico, a importância de pensar o cuidado enquanto trabalho, considerando como ponto de partida a perspectiva marxista ao compreendê-lo dentro do conceito formulado de trabalho improdutivo relacionado ao campo da reprodução social. Ao articular esse debate ao feminismo crítico podemos afirmar que avançamos nesse entendimento na medida em que, não apenas é tratado como uma questão de opressão às mulheres como o pensamento clássico ensejava, mas apresenta debates teóricos que avançaram, sobretudo, na contribuição do impacto desse trabalho, majoritariamente realizado pelas mulheres no interior dos lares, sobre a dinâmica do capital. Portanto, a concepção da separação entre o mundo produtivo e reprodutivo foi redefinida sob uma nova ótica teórica. Com isso, a Teoria da Reprodução Social propõe para o centro do debate marxista avançar a respeito do papel da reprodução social na produção e reprodução da força de trabalho, junto também ao aspecto geracional. Propõe ainda pensar como essa relação produção/reprodução social, embora contraditória e indivisível, ocorre na sociedade capitalista e quais os impactos gerados para a classe trabalhadora no que tange a exploração e opressão de gênero, classe e raça.

Faz-se necessário afirmar que o trabalho do cuidado abrange o trabalho doméstico, embora o cuidado seja entendido a partir do seu caráter relacional, de modo que objetivo desse trabalho é promover o bem-estar de outrem. Não é possível desconsiderar que as atividades vinculadas aos afazeres domésticos como por exemplo cozinhar, arrumar a casa, lavar e passar as roupas, tidas apenas como um trabalho doméstico, sejam uma das formas que incide o trabalho do cuidado, cuja materialidade faz parte do modo sustentável da vida. Quanto ao trabalho do cuidado remunerado, ainda que haja uma relação mercantil, não deixa de ser o trabalho da produção do viver.

Ao tratar da forma como o trabalho do cuidado no seu amplo aspecto se organiza, os estudos sobre o cuidado privilegiam as desigualdades entre homens e mulheres, codificadas pelo que se convencionou a chamar de divisão sociosexual e racial do trabalho. Convém lembrar que a divisão dos papéis feminino e masculino é um retrato movido pelo processo histórico marcado desde a acumulação primitiva ocorrida na Europa, berço do capitalismo. Nesse processo houve a redefinição da feminilidade e masculinidade, com isso a divisão sexual do trabalho estaria na base de um sistema que torna os homens disponíveis para a circulação na esfera pública e que os legitima para o exercício do poder político e econômico, relegando as mulheres ao âmbito privado, lido como espaço familiar junto de todas as tarefas reprodutivas, numa espécie de domesticação do seu papel social.

Ao indicar, no entanto, que os homens têm sido os sujeitos privilegiados pela distribuição desigual dos cuidados, e que as mulheres são responsabilizadas por sua execução, tem-se ainda apenas um quadro parcial da organização social dos cuidados. Numa sociedade como o Brasil, historicamente marcada pelo processo de colonização e escravização dos povos originários e da população negra na qual o racismo estrutural repercutiu fortemente na formação histórica e social dessa sociedade, é essencial articular não apenas o gênero, mas a raça e classe social nessa dinâmica. Avançar na compreensão de como raça e classe operam nessa distribuição, de separação e hierarquização como princípios que se intersectam e também com a divisão sociosexual e racial do trabalho, constitui um imperativo para uma apreensão mais fidedigna da organização social do cuidado, sobretudo quanto às desigualdades em que ela se assenta e quanto à sua extrema complexidade.

Os resultados encontrados nesse estudo de mestrado sinalizaram esses aspectos no contexto brasileiro, agravados pelo desenvolvimento insuficiente de políticas públicas com práticas pautadas no familismo que põem em curso a chamada “conciliação” entre família e mundo do trabalho, permanecendo o cuidado como um problema a ser resolvido de modo privado. Para as mulheres pobres, que contam com menos recursos para a externalização das tarefas de cuidado e afazeres domésticos, a conciliação do trabalho doméstico e/ou do cuidado com atividades profissionais dá-se pelo recurso aos serviços públicos, sobretudo no caso de crianças pequenas. Vimos nos dados apresentados que essa faixa etária é o grupo que mais demanda tempo do cuidado. No entanto, no cotidiano desses serviços as creches públicas são insuficientes e muitas vezes não atendem às necessidades das famílias quanto aos horários de

funcionamento, a quantidade de vagas disponíveis e recusa do acesso de crianças muito pequenas. O resultado da baixa atuação das políticas sociais que responda às demandas do cuidado, impacta sobre a vida das mulheres, principalmente as da classe social mais empobrecidas e as mulheres negras.

Esta situação leva as mulheres a uma inserção precária no mercado de trabalho, em empregos informais, de baixa remuneração, e que comportem menores jornadas de trabalho, com isso assumindo uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Como demonstrado nos dados, esse cenário da feminização da pobreza é aprofundado nas famílias monoparentais principalmente chefiadas por mulheres negras. Essa transferência contribui, ainda, para a fixação das mulheres das classes baixas nas ocupações marcadas pela precariedade, baixa remuneração e proteção social principalmente no contexto das trabalhadoras inseridas no trabalho remunerado do cuidado e doméstico.

Um outro ponto que perpassa a realidade das famílias é a queda nas taxas de fecundidade, associada a um acelerado processo de envelhecimento da população. Essa dinâmica demográfica é observada não apenas no Brasil, mas também nos países do norte global que já convivem com ela há algumas décadas, e o mesmo processo está em curso em diversos outros países. O fenômeno traduz-se em novos desafios para as famílias, sociedade e o Estado, resultando no que diversos autores e autoras têm chamado de “crise do cuidado”, haja visto que os estudos sobre o uso do tempo indicam que os homens não assumiram de forma correspondente a responsabilidade e o desempenho de tarefas domésticas e de cuidados.

As mudanças ocorridas, e que ainda estão em curso no mundo do trabalho, afetam substancialmente a capacidade das famílias de desempenhar o trabalho reprodutivo, especialmente de prover cuidados à população idosa, às crianças, pessoas dependentes de algum nível de cuidado. As mulheres mais empobrecidas, não acessam os serviços públicos vinculados ao cuidado e tampouco possuem condições econômicas para custear uma profissional do cuidado ou doméstica, com isso precisam conciliar e acumular uma dupla jornada de trabalho (casa/emprego).

Na outra ponta da questão que envolve o trabalho do cuidado, podemos analisar a realidade das mulheres que assumem as tarefas do cuidado e domésticas de forma remunerada nos lares brasileiros. São observados alguns elementos como: o perfil etário dessas trabalhadoras que denotam pessoas mais velhas apontando para um envelhecimento da categoria profissional; a permanência do maior número de mulheres negras nessas ocupações; o

aumento da formalização do trabalho como diarista implica na precarização e desproteção social, pois a legislação não garante direitos trabalhistas àquelas que trabalham até dois dias da semana na casa de um mesmo empregador e isto, geralmente, resulta na baixa contribuição previdenciária. Durante a pandemia da Covid-19, a condição de diarista foi a forma de trabalho que mais teve importante expressão comparada com as mensalistas.

Finalizamos as reflexões apontando que a persistência com que as desigualdades de gênero, raça e classe têm estruturado o provimento e o recebimento dos cuidados, associada às demandas protagonizadas pelas transformações no mundo do trabalho e da família na sociedade brasileira, convoca sociedade e governos urgentemente a adotarem medidas para sua reconfiguração. A visibilidade do trabalho doméstico e de cuidado, essenciais para a sustentabilidade da vida, precisa ter como consequência política uma agenda que ultrapasse apenas o reconhecimento, e avance para que estes possam ser reorganizados, valorizados e redistribuídos. Não se trata apenas de uma negociação no interior de cada domicílio, muito menos de normalizar dinâmicas de terceirização e externalização, que reforçam a precariedade das condições de vida e de trabalho, principalmente das mulheres negras, deixando intactos e inquestionados os mecanismos de desresponsabilização do Estado e do conjunto da sociedade com essas atividades que são essenciais para a sustentabilidade da vida.

Esse estudo tratou de explicitar à luz da Teoria da Reprodução Social de que forma o trabalho do cuidado e o trabalho doméstico impactam na produção e na determinação do valor da força de trabalho, de modo a apontar que esse trabalho compõe uma unidade contraditória, porém necessária entre produção e reprodução social. Buscou-se uma reflexão teórica não somente do trabalho realizado de forma gratuita dentro dos lares, mas também do trabalho do cuidado e doméstico remunerado.

As considerações sobre o processo de formação do capitalismo dependente foram trazidas a fim de estabelecer relação entre a superexploração da força de trabalho e a reprodução social, a partir da contribuição da Teoria Marxista da Dependência articulada com a Teoria da Reprodução Social, explicitando os impactos sobre a divisão sociossexual e racial do trabalho.

É fundamental abrir esse debate na formação do Serviço Social, de modo a aproximar a temática do cuidado da atuação profissional, visto que de forma sistemática as assistentes sociais, de maneira recorrente atuam com famílias e na sua maioria, com mulheres e mulheres negras da classe trabalhadora.

Portanto, é necessário pensar o trabalho do cuidado na esfera produtiva/reprodutiva, enquanto categoria trabalho e, junto a isso, ampliar o próprio conceito de classe trabalhadora.

Cumprir retornar ao título da dissertação “Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado”, no qual buscou-se não perder a dimensão histórica que o patriarcalismo adensado ao capitalismo, encontrou ao propagar a concepção do amor romântico e incondicional junto ao termo do cuidado, na forma de uma devoção praticada pelas mulheres no que rege ao cuidado familiar. Diante dessa combinação, o capital ainda usufrui de milhares e milhares de horas de trabalho não pago, invisibilizado, desvalorizado sistematicamente ainda é realizado pelas mulheres no interior dos seus lares. Nesses termos, é impreterível considerar as categorias raça e classe, com o propósito não apenas de apontarmos tais desigualdades, mas principalmente de ressignificarmos e lutarmos por novas formas de reprodução social, em que as mulheres realmente possam ter escolhas livres. Para tanto, há que se lutar por outra forma de organização da sociedade.

6

Referências bibliográficas

ABREU, Angélica Kely de. O trabalho doméstico remunerado: um espaço racializado. In: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11442/1/Trabalho_Domestico_cap_02.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALBARRACÍN, Jesús. El trabajo doméstico y la ley del valor. **Tema**, Madrid, n. 63, 1988.

ALENCAR, Mônica Maria Torres. Família, trabalho e reprodução social: limites na realidade brasileira. In: DUARTE, Marco José O.; ALENCAR, Mônica Maria Torres (Org.). **Família & Famílias**: práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 131-154, 2º sem. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15086>. Acesso em: 9 ago. 2023.

ALVES, Andrea Moraes. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.132, p.268-286, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.141>. Acesso em: 08 set. 2023.

ALVES, Giovanni Antônio Pinto. **Trabalho e subjetividade**: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

AMBROSIO, Leticia; SILVA, Carla Regina. Interseccionalidade: um conceito amefricano e diaspórico para a terapia ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos/SP, 30, e3150, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/LTfLtqD6wm4bJ4mFpLcrY3P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ANDRADE, Rosana Soares Pinheiro. A subordinação de raça no processo de formação da classe trabalhadora brasileira. **Revista Fim do Mundo**, Marília, São Paulo, n. 4, p. 155-175, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/issue/view/635>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901>. Acesso em: 22 abr. 2023.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, pp. 33-58, jan./jun. 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. **Teoría de la Reproducción Social**: Elementos fundamentales para un feminismo marxista. Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda, Año VIII, n. 16, p. 37-69, mar./ago. 2020. Disponível em: <https://www.archivosrevista.com.ar/numeros/index.php/archivos/article/view/251>. Acesso em: 23 ago. 2023.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

ÁVILA, Maria Betania de M. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas**: tensões entre dominação/exploração e resistência. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BATHYANY, Karina. Desafios para organização da política de cuidado no Uruguai. In: ARAÚJO, Clara; GAMA, Andrea (Org.). **Entre a casa e o trabalho**: gênero e família no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. **O Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine. O Brasil e a mundialização do capital: privatização, deslocalização e flexibilização das relações de trabalho. In: SERRA, Rose (Org.). **Trabalho e reprodução**: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 31-68, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11703>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. **Envelhecimento da classe trabalhadora, dependência e cuidados familiares**: desafios para a proteção social no

município do Rio de Janeiro. 2019. 299 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/17588>. Acesso em: 29 set. 2023.

BEZERRA, Elaine; JNEESH, Mahara. Divisão sexual e internacional do trabalho: uma leitura das tendências de precarização a partir de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, [S.l.], v. 23, n. 43, p. 256-270, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/52170>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, p. 99-113, 1º sem. 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. Tradução Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2020.

BORDON, Lucely Ginani. **Teoria da reprodução social e crítica marxista ao direito**: uma análise teórica sobre o aumento global da criminalização de mulheres no neoliberalismo. 2021. 140f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

BRAIDO, Ingrid Maria Bertolino. **Família Monoparental e seus filhos**: como o direito pode agir para dar condição de vida digna a essas crianças. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, SP, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp028584.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019**. Brasília, em 12 de novembro de 2019. Diário Oficial da União, 13.11.2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. **Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Cuidados**. Sob o Decreto nº 11.460, de 30 de março de 2023. Diário Oficial da República Federativa da União, em 2 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/orgaos/SNCF>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015**. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, DF, 02 jun. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acessado em: 15 out. 2023.

BRASIL. **LEI n. 13.467 de 13 de julho de 2017**. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, DF, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm Acesso em: 13 out. 2023.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do Trabalho do século XXI. Editores Zahar, 1976.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

BRUSCHINI, Cristina; BARROSO, Carmem. Sofridas e mal pagas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 37, 1981.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

BUTLER, Judith P. Atos Performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero** [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTTO, Andrea. Gênero, família e trabalho. In: **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 71-84.

CAMARANO, Ana Amélia. Quanto custa cuidar da população idosa dependente e quem paga por isto? In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Novo regime demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 605-623.

CAMARANO, Ana. Amélia. Cuidados para a população idosa e seus cuidadores: demandas e alternativas. In: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: Ipea, 2021. p. 221-231.

CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.11, n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4067/406756995011.pdf>. Acesso em: 08 out. 2023.

CARCANHOLO, Marcelo; AMARAL, Marisa Silva. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, set./dez 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p.1-17, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527157004>. Acesso em: 29 set. 2023.

CARLOTO, Cássia Maria. Cuidados, produção e reprodução social: uma abordagem a partir da economia feminista. In: TEIXEIRA, Solange Maria; CARLOTO, Cássia Maria (Org.). **Família, cuidado e políticas sociais**. Campinas/SP: Papel Social, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Universidade Católica de Pernambuco - NEABI. Disponível em: www.unicamp.br/NEABI/?page_id=137. 2020. Acesso em: 09 nov. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 9 ago. 2023.

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: Un asunto de Mujeres? **Mientras Tanto**, Barcelona, n. 81, Otoño-inverno 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. V. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Gracyelle. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: União e Resistência dos trabalhadores negros. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.btd.uerj.br/handle/1/16398>. Acesso em: 12 ago. 2023.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **A face feminina da pobreza**: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismos e “bem viver”: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500257660_ARQ

[UIVO_Agroecologia,ecofeminismosebem-viver-emergenciasdescoloniaisnomovimentoambientalistabrasileiro.pdf](#). Acesso em: 13 ago. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. u. Chi. Legal f., p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 4 jun. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens**: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas, 1991. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. **The Power of Women and the Subversion of the Community**. Bristol: Falling Wall Press, 1979.

DAVIS, Angela. **Mulheres, classe e raça** [Recurso eletrônico]. Tradução Heci Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita Grin. Migrações e o Cuidado do idoso. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 46, p. 129-149, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3NTMvDgHSVnXjqqJxmGrsTn/abstract/?lang=pt#MoldalHowcite>. Acesso em: 14 set. 2023.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Amanda Marques. A profissionalização da atividade de cuidar de idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, pp. 7-41, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/xn63L5MQssvMRG4ytGHvJXM/?format=pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas**. N. 106. Disponível em: www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. **Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher**. Disponível em: [mulheres2023.pdf \(dieese.org.br\)](#). Acesso em: 10 out. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Boletim especial 20 de novembro de 2022**. A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho. Disponível em: www.dieese.org.br/boletimespecial\2022\boletimPopulaçãoNegra2022.html. Acesso em: 10 ago. 2023.

DOMINGUES, Adriana Herz. Reprodução social e feminismo. **Revista Movimento**, 13 de agosto de 2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2021/08/reproducao-social-e-feminismo/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

DUPONT, Shirley Lori. **O Sistema Nacional Integrado de Cuidados do Uruguai como parâmetro para a elaboração de políticas públicas no Brasil**. Foz do Iguaçu, 2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. [Edição revista]. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 13-29.

ESQUIVEL, Valéria. **La Economía del Cuidado en América Latina**: poniendo a los cuidados en el centro de la agenda. PNUD, Panamá, Caderno Atando Cabos, deshaciendo nudos, out. 2011. Disponível em: https://www.americalatina genera.org/es/documentos/Atando_Cabos.pdf. Acesso em: 06 out. 2023.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 55-68, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2004.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo. Elefante, 2019.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 10, p. 13-38, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919Acesso>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 29, p. 23-59, nov. 2017. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02_McNally-e-Ferguson_2017.pdf. Acesso: 12 ago. 2023.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

FOLBRE, Nancy. **The invisible heart**. Economics and Family values. New York: The News Press, 2001.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRASER, Nancy. Crise do Cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. Tradução Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023.

FREITAS, Rita de Cassia Santos, ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. As mulheres e a pandemia da Covid-19 na encruzilhada do cuidado. LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). **Para além da quarentena**: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/06/ParaAlémDaQuarentena.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GAMA, Andréa de Sousa. Trabalho e responsabilidades familiares no Brasil: reflexões sobre os direitos do trabalho. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 30, p. 149-168, 2º sem. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/5110>. Acesso em: 12 out. 2023.

GARCIA, Lucia. **A pandemia chega em um corpo de trabalhadores completamente desprotegido**. Entrevista técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo socioeconômicos (DIEESE). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/a-pandemia-chega-em-um-corpo-de-trabalhadores-completamente-desprotegido-afirma-a-economista-lucia-garcia/> Acesso em: 7 out. 2023.

GARCIA, Rubya Souza. **Gênero, trabalho doméstico e de reprodução social**: uma análise sobre a exploração e opressão de mulheres no capitalismo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

GÊNERO e NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. **Relatório**. São Paulo: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/relatorio>. Acesso em: 05 out. 2023.

GOLDANI, Ana Maria. Família, Gênero de Políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.19, n.1, jan./jun. 2002. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/329/pdf_309. Acesso em: 11 ago. 2023.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil / Laurentino Gomes. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil. 1.ed. São Paulo: Globo, 2013.

GOMES, Lauro Felipe Eusébio. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 66-78, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/31930>. Acesso em: 13 out. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

GRECCO, Fabiana Sanches. Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da teoria da reprodução social. **Mediações**, Londrina, v. 23, n.3, p. 70-102, set./dez. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34318>. Acesso em: 18 dez. 2023.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p.139-156, 2001/2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/PcsfvS6CPpgQRZLRmdTzgxL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, v. 24, n. esp. 1, p. 15-22, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/M4ycWQHC74JXtmXcfqNXTyy/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 18 jul. 2023.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do CARE: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010. p. 42-56. (Coleção Cadernos Sempreviva). Série Economia e Feminismo 2.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (o conceito de). In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 251-255.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974

IANNI, Octavio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./mar. 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Notas Metodológicas, Volume 1, Rio de Janeiro 2014. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVnNxSrszcVLQGfHFf85kk/?lang=pt#>. Acesso em: 18 ago. 2023.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Caderno de Pesquisa**, v.37, n.132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOHAN, Néstor. **El Capital Historia y método**: una introducción. Buenos Aires, Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, 2001.

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Sergio. Trabalho produtivo e improdutivo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p.445-453.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 12 ago. 2023.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Políticas para as mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 46-60, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/13712/10930/43855>. Acesso em: 13 ago. 2023.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACHADO, Barbara Araújo. **A afirmação do movimento de mulheres negras no Brasil (1978-2000)**: uma abordagem a partir da teoria da reprodução social. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2020. 360 f

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 9 out. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÊDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINS, Mani Tebet, RODRIGUES, NOGUEIRA, Mariana, SILVA, Jéssica Maldonado Lago da; SILVA, Karen Cristina Martins da; CARVALHO, Paola Loureiro. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 36, n. 2, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xJ7mwmL7hGx9dPDtthGYM3m/?format=pdf>. Acesso em: 19 out.2023.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. **O que entendemos por “Feminização da Pobreza?”** Centro Internacional da Pobreza, 2008, 58 ed. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

MELO, Hildete Pereira de, MELLO Soraia Carolina de. Notas sobre o trabalho das mulheres em tempos de pandemia: respostas e impasses. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 30, n. 2, e86994, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GJ5cQZ3C3sCzxBsQG5hYQts/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho Reprodutivo no Brasil: Quem faz? **Revista Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v 13, n 1, p. 135-158, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/n6MkFMkdcWNq4JfhfzW7DQh/abstract/?lang=pt#MoldalHowcite>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. 10 anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/p3KY9zcrNNfNmzTKrRR9z7M/?format=pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MELO, Hildete, MORANDI, Lucilene. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 1 (71), p. 187-210, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/mgKPK77mpq64FJXx7mBrDXQ/?format=pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

MÉSZÁROS, István. Capitalismo e destruição ecológica. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 51-54.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Política Social no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 55, p.114-128, set.1997.

MOTA, Ana Elizabete; SILVA, Maria das Graças e. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 37-50, jul./dez. 2009.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2014 [1994].

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990 [1959].

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz A. Mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTTS, Alex (Org.). **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Luanda, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

NOGUEIRA, Ana Cláudia; MONTEIRO, Marcia Valeria. Família e Atenção em Saúde: Proteção, Participação ou Responsabilização? In: SILVA, Letícia Batista; RAMOS, Adriana (Org.). **Serviço social, saúde e questões contemporâneas**: reflexões críticas sobre a prática profissional. Papel Social, 2014.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, ano IV, n. 6, ago. 2010.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. Da revolução russa aos nossos dias: a trabalhadora na produção e reprodução. **Temporalis**, [S. l.], v. 23, n. 45, p. 135-150, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/40477>. Acesso em: 9 set. 2023.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

OSORIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Org.). **Levando a raça a sério**: ações afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OXFAM BRASIL. **Tempo de cuidar**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. 2020. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/justica-social-eeconomica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: **The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies**. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A>

[9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD - conceitualizando o g%C3%AAnero. os fundamentos euroc%C3%AAtrico d os conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.pdf.](#)

Acesso em: 11 set. 2023.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, v. 11, p. 28-36, 1978.

PEREIRA, Potyara. Amazoneida. Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PÉREZ OROZCO, Amaia. Amenaza tormenta: la crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económico. **Revista de Economía Crítica**, [S.l.], v. 1, n. 5, p. 8-37, 2021. Disponível em: <https://revistaeconomicocritica.org/index.php/rec/article/view/388>. Acesso em: 09 ago. 2023.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

PFEIFER, Mariana; ADAMS, José Rodrigo Barth. **Aspectos da concepção de produção/reprodução social na teoria marxista**. S/l; s/d. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/paineis/GT1/qt1p5.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

POCHMANN, Márcio. Capitalismo e desenvolvimento. In: POCHMANN, Márcio. **Brasil sem industrialização: a herança renunciada** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, p. 16-64. Disponível em : <https://static.scielo.org/scielobooks/yjzmq/pdf/pochmann-9788577982165.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

POSTHUMA, Anne Caroline. A economia de cuidados e o vínculo com o trabalho doméstico: o que as tendências e políticas na América Latina podem ensinar ao Brasil. In: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: Ipea, 2021. p. 25-46.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. Entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMOS, Daniela Peixoto. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 17, n. 3, p. 861-870, set./dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/dd7GmdrmwvjvLYXRt7hrfZg/abstract/?lang=pt#Mod_alHowcite. Acesso em: 18 ago. 2023.

RAZAVI, Shahra. The Political and Social Economy of Care in a Development Context: Conceptual Issues, Research Questions and Policy Options. **Gender and Development Programme**, Paper Number 3, June 2007. Disponível em:

<https://cdn.unrisd.org/assets/library/papers/pdf-files/razavi-paper.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

RODRÍGUES ENRÍQUEZ, Corina. Economía feminista y economía del cuidado Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 256, p. 1-15, mar. 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/economia-feminista-y-economia-del-cuidado-aportes-conceptuales-para-el-estudio-de-la-desigualdad/>. Acesso em: 11 out. 2021.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, vol. 12, n.01, p. 379-415, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/vWvRLYxpS7r4hgYqs7xNFSt/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 18 jul.2023.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. Títulos originais: Thinking Sex e The Traffic in Women São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SÁ, Natália Nigro de; SZYLIT, Regina. Cisheteronormatividade e Luto na Experiência Familiar da Pessoa Não-Cisgênero. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, vol. 7, n. 1, p. 45-72, jun. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Helieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1967].

SAFFIOTI, Helieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979.

SANTOS, Aline Fagundes dos; SOUZA, Sidimara Cristina de. O agravamento do processo de feminilização da pobreza a partir das atuais propostas de Reforma do Regime Geral de Previdência Social no Brasil. **JURIS - Revista da Faculdade de Direito**, [S.l.], v. 24, p. 11-38, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/view/6332>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SANTOS, Cláudia de Oliveira Vicente, ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Família e cuidado domiciliar: uma análise sobre o cuidado em saúde na diálise peritoneal. In: TEIXEIRA, Solange Maria; CARLOTO, Cássia Maria (Org.). **Família, cuidado e políticas sociais**. Campinas/SP: Papel Social, 2020.

SANTOS, Cláudia de Oliveira Vicente. **A experiência dos cuidadores frente ao processo de cuidar de pessoas renais crônicas em Diálise Peritoneal**. (Trabalho de Conclusão), Especialização em Serviço Social em Saúde, Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social, v. 6).

SARAIVA, Clara. **A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente**: uma crítica à luz da teoria da reprodução social. 2021. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/18292>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SARAIVA, Clara. A relação indireta, porém, imprescindível entre trabalho doméstico e a determinação do valor da força de trabalho. s/d. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2021/AnaisMM2021/MC9_1.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCURO, Lucia. A divisão sexual do trabalho e do cuidado na América Latina. In: ARAÚJO, Clara; GAMA, Andrea (Org.). **Entre a casa e o trabalho: gênero e família no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017.

SILVA, Alessandro da. **O direito do trabalho no capitalismo dependente**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

SILVA, Cidinha da. **#Parem de nos matar!** Prefácio de Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

SILVA, Danielle Jardim da. **Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres**: apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2206.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SILVA, Danielle Jardim da. Independência ou em dependência? Apontamentos sobre as relações entre produção e reprodução no capitalismo. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 4, n. 7, p. 281-232, 2016. Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/194>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.13, n.2, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8BFXyRfRdVDYkLvvgKdMwxQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 222-231, mai./ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nyRfvjnkDZVnSTNk4LPZGYw/?format=pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.

SISTEMA INTEGRADO DE JUBILACIONES Y PENSIONES. **Decreto 475** em 17 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-475-2021-352106/texto>. Acesso em: 25 set. 2023.

SLENES, Robert. Lares negros, olhares brancos: história das famílias escravas no século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.8, n.16, p.189-203, mar./ago. 1988. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3680. Acesso em: 14 set. 2023.

SOARES, Luiz Carlos. A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX. **Anais...** V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. 2003. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_luiz_carlos_soares_a-escravidao-industrial-no-rio-de-janeiro-do-seculo-xxi.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, p. 16-35, 2023.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo e Superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho da classe trabalhadora no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.14, n.2, p.33-55, ago. 2022.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Terra, trabalho e racismo**: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204570/PGSS0221-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SOUZA, Diego O.; MENDONÇA, Henrique P. F. de. Trabalho, ser social e cuidado em saúde: abordagem a partir de Marx e Lukács. **Interface: saúde e educação**, Botucatu, v. 62, n.21, p. 543-552, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/icse/a/pxzHqFpbbkQ3ZYyhD4YBsDR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

STAMPA, Inez. Transformações recentes no mundo do trabalho e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 35-60, 2012.

STAMPA, Inez; LOLE, Ana. Trabalho e precarização social no capitalismo contemporâneo: dilemas e resistência do movimento organizado de trabalhadores. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís/MA, v. 22, n. especial, p. 277-303, 2018.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Políticas sociais no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

STELMAKE, Lenara Lamas; MIOTO, Regina Célia. Notas sobre o debate do cuidado e a resposta uruguaia à crise dos cuidados. In: TEIXEIRA, Solange Maria; CARLOTO, Cássia Maria (Org.). **Família, cuidado e políticas sociais**. Campinas/SP: Papel Social, 2020.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com as famílias: a hegemonia da “gestão do risco social”. In: TEIXEIRA, Solange Maria; CARLOTO, Cássia Maria (Org.). **Família, cuidado e políticas sociais**. Campinas/SP: Papel Social, 2020.

TRASPADINI, Roberta; STÈDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

URUGUAI. SNIC: Sistema de Cuidados Uruguai. **Lei n° 19.353**, 27 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.gub.uy/sistema-cuidados/>. Acesso em: 22 set. 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. de Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VITALE, Maria Amália Faller. **Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea**. Família, redes, laços e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a Teoria unitária**. Tradução da equipe de Tradução do Grupo de Estudo sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS) Camila Carduz Rocha... [et al.]. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 9 nov. 2023.

WOOD, Charles H.; CARVALHO, José Alberto Magno de. Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 3-17, 1994. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/478>. Acesso em: 1 nov. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.110, p.288-322, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2023.

ZOLA, Marlene Bueno. Políticas sociais, família e proteção: um estudo acerca das políticas sociais familiares em diferentes cidades/países. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Org.). **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.